JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS JÚNIOR

A Subalternização da Classe Operária na Autocracia Burguesa: A Política de Alianças Eleitorais do PCdoB (1962 – 1987)

Marília

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS JÚNIOR

A Subalternização da Classe Operária na Autocracia Burguesa: A Política de Alianças Eleitorais do PCdoB (1962 – 1987)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Dimensões do mundo do Trabalho).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo.

Marília

2009

JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS JÚNIOR

A Subalternização da Classe Operária na Autocracia Burguesa: A Política de Alianças Eleitorais do PCdoB (1962 – 1987)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Dimensões do mundo do Trabalho).

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo
(Orientador – UNESP/ Marília)

_____

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
(UNESP/ Marília)

_____

Prof. Dr. Adilson Marques Gennari
(UNESP/ Araraquara)

Marília, 16 de Abril de 2009

Aos que tombaram e aos que continuam lutando pela construção de uma nova forma de sociabilidade para além do Capital.

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado o meu agradecimento ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo, orientador perspicaz e seguro em suas observações e contribuições, assim como a sua paciência quanto aos contratempos de foro íntimo que tive, durante a realização deste Mestrado. Ao professor Dr. Marcos Tadeu Del Roio, que pontuou preciosas sinalizações a respeito do objeto de estudo;

Ao prof. Dr. Paulo Cunha, praticamente meu co-orientador que iluminou muitas das questões debatidas neste trabalho. Desde sempre, meu muito obrigado;

Ao professor convidado Dr. Adilson Marques Gennari pelas contribuições valiosas, que permitiram enriquecer este trabalho;

Aos demais professores do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, pelas profícuas aulas e conversas;

Aos colegas de Pós-Graduação que forneceram inestimável contribuição para as minhas reflexões, mesmo sob o juízo de que poderei cometer alguma injustiça deixando de citar algum colega, quero agradecer especialmente aos integrantes do Núcleo de Estudos da Ontologia Marxiana, e também a Alexandre Lopes, Lúcio, Valquíria, Márcia, Humberto, Ederaldo, Dângelis, Rute Bernardo, Tatiana Fonseca;

Ao Historiador e Mestre em Ciência Política Augusto Buonicore, por permitir que eu tivesse acesso ao seu arquivo particular, qual serei sempre grato e sempre pronto a retribuir pela valorosa ajuda;

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), principalmente ao senhor Mário;

Ao meu pai (In Memorian), minha mãe (In Memorian), que certamente entendeu a minha ausência nos últimos momentos da sua vida e aos meus irmãos João e Marden;

Aos camaradas de militância político-partidária, principalmente a "velha guarda" (Matos, Agonalto Pacheco (in memorian), Resende e Marlene), que tanto me incentivaram para que eu aprimorasse e aprofundasse os estudos acadêmicos;

À Maria - minha amafagafinha -, a presença da alteridade, que entendeu/entende as minhas ansiedades, inquietude de pronfunda magnitude, tristezas e constantes mudanças de humor nesta fase final de estudo;

Ao estimado amigo e colega Alaíson Modesto.

As correções gramaticais feitas pela Roberta.

Não poderia deixar passar esta oportunidade, e prestar as devidas homenagens: A Carlos Marighella, líder e fundador da Ação Libertadora Nacional, que neste ano completa 40 anos do seu assassinato;

- Aos sessenta anos do triunfo da Revolução Chinesa;
- Aos quarenta anos do falecimento de Ho chi-Minh, líder da revolução vietnamita;
- Pela passagem dos noventa anos do assassinato de Rosa Luxemburg.
- E finalmente, pelos oitenta e cinco anos do falecimento de Vladimir Lênin.

RESUMO

O Partido Comunista Brasileiro, desde o seu surgimento em 1922, entendeu que para se conquistar a democracia seria preciso construir uma aliança operária camponesa, e este entendimento foi ampliado a partir do final da década de vinte, quando os comunistas visualizaram a burguesia como participe da aliança juntamente com o operariado e o campesinato. Por esta época, começou a se forjar entre os comunistas do Brasil – em consonância com o acordo manifestado pelos comunistas russos --, a concretização da estratégia política nacional-democrática, cujo processo revolucionário estaria calcado no etapismo. Quando se deu a cisão em 1962 surgiu o PCdoB, este partido manteve a mesma estratégia política durante as décadas de setenta e oitenta. Cabe destacar que apesar de em seus documentos o partido afirme com veemência que a burguesia representa a classe social a ser varrida da historia, não raras vezes esta mesma classe foi lembrada pelo PCdoB como necessária ao processo de democratização. Assim, foi devido a essa pendularidade, que compreendemos que o PCdoB poderia ser denominado de pêndulo vermelho. Durante o processo de democratização brasileira, cujo pano de fundo foi o projeto de auto-reforma perpetrado pelo regime militar, o PCdoB não economizou esforços para manter as amplas alianças, que nos estertores do governo do Gal. Figueiredo ficou conhecida como Aliança Democrática. Algum tempo depois, quando a burguesia se certificou de que a sua dominação e direção sobre o conjunto da nação estava assegurada, tratou aprofundar a sua política conservadora, não restando alternativa ao PCdoB, a não a ser a sua saída desta mesma aliança. Portanto, consideramos que o PCdoB (por nós denominado de pêndulo vermelho) manteve a mesma estratégia política de buscar alianças – mesmo que conjunturais – com a burguesia, outrora denominada nacional, mesmo que às custas da subalternidade comunista durante a vigência desta mesma aliança política com a burguesia até a instauração da Assembléia Nacional Constituinte em 1987.

Palavras-chave: PCdoB. Democratização. Estratégia. Política. Nacional-Democrática. Etapismo. Pendularidade.

ABSTRACT

The Brazilian Communist Party, since its inception in 1922, understood that to achieve the democracy would have to build a working peasant alliance, and this understanding was expanded from the late twenties, when the communists viewed the bourgeoisie as a participant in the alliance with the working class and peasantry. By this time, began to forge between the Communists in Brazil - in line with the agreement expressed by the Russian Communists - the achievement of national policy strategy-democratic revolutionary process which would be trampled in steps. When the split occurred in 1962 came the YNA, the party maintained the same political strategy during the seventies and eighties. It should be noted that although in their documents the party asserting strongly that the bourgeoisie is the class to be wiped out of history, often the same class was remembered by YNA as necessary to the process of democratization. Thus, it was due to this oscillatory, we understand that PCdoB could be called red pendulum. During the process of democratization in Brazil, whose background was the project of self-reform perpetrated by the military regime, the YNA was hard at work to keep the broad alliances that in the throes of the government of Gal. Figueiredo was known as the Democratic Alliance. Some time later, when the bourgeoisie is satisfied that its domination and direction for the whole nation was assured, tried to deepen their political conservative, and there is an alternative to YNA, not to their departure of that alliance. Therefore, we consider the YNA (we called pendulum red) remained the same political strategy of seeking alliances - even if short-term - with the bourgeoisie, once called national, even at the expense of subordinate communist during the term of the same political alliance with the bourgeoisie to the establishment of the National Constituent Assembly in 1987.

Key words: PCdoB. Democratization. Strategy. Policy. National-Democratic. Steps. Oscillatory.

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AO – Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BO – Bloco Operário

BOC – Bloco Operário Camponês

BOCB – Bloco Operário Camponês do Brasil

CEIC - Comitê Executivo da Internacional Comunista

CDP - Comitês Democrático-Populares

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

Ciex - Centro de Informações do Exército

CISA - Centro de Informações da Aeronáutica

CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória

CONCLAT - Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

EPLN – Exército Popular de Libertação Nacional

EUA - Forcas Armadas dos Estados Unidos da América

FDLN - Frente Democrática de Libertação Nacional

FMI - Fundo Monetário Internacional

GAP - Grupo de Ação Patriótica

GMD – Guomidang (conforme o sistema *pinyin* de romanização do alfabeto chinês)

GPNR - Governo Popular Nacional Revolucionário

GPP - Guerra Popular Prolongada

IC – Internacional Comunista

IPM - Inquérito Policial Militar

JUC - Juventude Universitária Católica

KMT – Kuomitang

LAR - Liga de Ação Revolucionária

LPRPCBM-L - Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil Marxista-Leninista

LSN - Lei de Segurança Nacional

MASTER - Movimento dos Agricultores e Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MCI - Movimento Comunista Internacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionária

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MULS - Movimento de Unidade e Libertação Sindical

MUT - o Movimento Unificador dos Trabalhadores

OLAS - Conferencia da Organização Latino Americana de Solidariedade

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PC – Partido Comunista

PCA - Partido Comunista da Albânia

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil (a partir de 1962)

PCdoB-AV- Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

PCC - Partido Comunista Chileno

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PFL - Partido da Frente Liberal

PKS – Partia Komuniste e Shqipërisë (sigla e nome do Partido Comunista da Albânia em albanês)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPP - Partido Popular Progressista

PPSh – Partia e Punës e Shqipërisë (sigla e nome do Partido do Trabalho da Albânia em albanês)

PRC - Partido Revolucionário Comunista

PSA - Partido Socialista da Albânia

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrata

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSP - Partido Social Progressista

PSS – Partia Socialiste e Shqipërisë (sigla e nome do Partido Socialista da Albânia em albanês)

PT - Partido dos Trabalhadores

PTA - Partido do Trabalho da Albânia

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RCP – Revolução Cultural do Proletariado

RSFSR - República Soviética Federal Socialista Russa

SNI - Serviço Nacional de Informações

SSA-IS é Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista

SUPRA - Superintendência para a Reforma Agrária

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UDR - União Democrática Ruralista

UNE - União Nacional dos Estudantes

UOCB - União Operário-Camponesa do Brasil

U.R.S.S - União das Republicas Socialistas Soviéticas

USAID - Programa Norte-Americano para Integração e Desenvolvimento

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1 OS COMUNISTAS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA: A BUSCA DA DEMOCRACIA PELAS CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS POLÍTICAS.....18

1.1 Do BOC (Bloco Operário Camponês) à Conferência da Mantiqueira em 1943: a Questão Democrática na Política de Alianças.....18

1.2 Os Comunistas Frente aos Condicionamentos da Democracia Burguesa: a Cassação e os Manifestos de 1948 e 1950.....38

1.3 Reavaliando os Erros do Passado: a Auto-Crítica Limitada de 1956-1957.....43

1.4 A Declaração de Março de 1958: A Estrategização da Questão Democrática.....49

1.5 O 5º Congresso de 1960 e a Gênese do Núcleo Dirigente do PCdoB.....52

1.6 A Atuação e os Limites Político-Teóricos do Núcleo Dirigente do PCdoB: João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar.....54

2 OS COMUNISTAS 'DO BRASIL' E A LUTA PELA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....72

2.1 A (Re)organização do Partido Comunista do Brasil: seus Referenciais Teóricos.....73

2.2 O PCdoB e o Governo João Goulart.....79

2.2.1 O Golpe de Estado Militar-Bonapartista de 1964 e o PCdoB: as Causas da Derrota.....81

2.3 A 6ª Conferência Nacional de 1966: a Construção de Ampla Aliança Anti-ditatorial.....86

2.4 As Influências Teóricas do Movimento Comunista Internacional na Formulação Teórico-Política do PCdoB a Partir do seu surgimento.....89

2.5 A Necessidade de uma Ampla Aliança Contra a Ditadura.....141

2.6 A AP (Ação Popular): dos Seus Antecedentes Históricos À Incorporação ao PCdoB.....106

3 O PCDOB NO LONGO E TORTUOSO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA.....117

3.1 Rumo à Abertura Política – Mesmo que - Burguesa.....118
3.2 A Longa Jornada Pela Democratização.....122
3.3 A Importância da Classe Trabalhadora na Luta Pela Democracia e na Política do PCdoB.....128
3.4 A 7 Congresso: a Luta Armada está Encerrada.....132
3.5 A Atuação do PCdoB na Assembléia Nacional Constituinte.....148
3.6 A Institucionalização da Legalidade Burguesa e a Democratização Incompleta.....145

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....152

REFERÊNCIAS.....159

APÊNDICE A - Transcrição da Entrevista Com Igor Grabois.....169

INTRODUÇÃO

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde seu surgimento em 1962, sempre destacou a democracia no marco estratégico para a construção de uma nova sociedade. Logo em seguida em 1964, veio o Golpe e o PCdoB agitou com mais intensidade a bandeira da democracia, continuando este entendimento por entre o final dos anos setenta na trilha da Abertura Política com o propósito precípuo de por fim ao regime militar instalado em 1964, indo até a Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988 que se constitui no tema desta pesquisa. Assim sendo, desde o seu nascimento, o Partido Comunista sempre teve como uma de suas preocupações centrais a democracia como questão estratégica.

Ao longo do século vinte os comunistas do PCdoB, por meio de seu núcleo dirigente fundador com forte herança anarquista, iniciou suas atividades numa realidade que lhe era hostil, isto porque o Brasil se encontrava sob a égide oligárquica. Ainda na década de vinte, foi gestada a teoria da revolução que tinha como forças motrizes os trabalhadores do campo e da cidade mais os integrantes das camadas médias. Esse esforço teórico adquiriu maior possibilidade de se concretizar devido à época do país, que neste contexto recebia os ventos dos descontentamentos vindos do tenentismo. Contudo, os comunistas ganhavam influência da Terceira Internacional, no qual, a partir da fase Staliniana, interferiu porfundamente nos destinos dos partidos comunistas, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não escapou à regra.

Ainda assim, a direção do PCB não ficou inerte e lançou a organização dos trabalhadores, cuja maior ação significativa foi a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), no período 1924-27. Mesmo circunscrita no âmbito operário-urbano, o programa do bloco logrou certa receptividade nos meios operários, tendo conseguido eleger parlamentares. Entretanto, o recrudecimento staliniano podou esta primeira tentativa de gestação de uma alternativa ao poder oligárquico.

Em seguida veio o movimento político-militar de 1930, no qual o PCB se eximiu de participar alegando que se tratava de uma *contra-revolução.* Por isso não se interessou pela participação dos trabalhadores revelando-se como uma posição errônea de parte dos comunistas, interpretando a ‘revolução de 1930’ já sob as lentes teóricas do stalinismo. Na década de trinta, em solo brasileiro, germinavam com maior intensidade, contradições sociais próprias das sociedades dominadas pelo Capital, nascendo já no início desta mesma década o integralismo, outrora denominado *fascismo caboclo*. Como respostas, os setores defensores

dos trabalhadores, mesmo perante os conflitos internos, se uniram possibilitando a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.

Logo nos primeiros meses a ANL teve um aumento expressivo no número de seus quadros, despertando assim preocupação do governo federal. Por essa razão o mesmo governo se lançou numa política de provocações, quais foram respondidas pelo principal intelocutor da Aliança, Luiz Carlos Prestes, de forma radicalizada e advogada sob a necessidade da derrubada do governo pelo caminho revolucionário. Esta atitude foi recebida pela liderança comunista como motivo suficiente para a decretação do fechamento da ANL. A partir de então os aliancistas se viram envoltos numa escalada preparatória de insurreição, que não obteve êxito.

O governo federal lançou uma implacável ofensiva tanto contra os aliancistas quanto contra o PCB, conseguindo praticamente abater a sua direção nacional. Somente por volta do biênio 1942/43, o PCB voltaria a contar com uma direção, que se estabilizaria com a Conferência da Mantiqueira. Por esta época, o Brasil estava sob a batuta do Estado Novo, instaurado em 1937, e a sua direção compreendeu que a melhor saída para ajudar no propalado *esforço de guerra*, se daria com a aproximação dos comunistas com Getúlio Vargas. Este entendimento sofreu considerável oposição de vários comunistas, sendo porém oficializado após a imposição feita por Prestes.

Logo mais, findava-se a guerra, e o PCB iniciava a saída dos subterrâneos da clandestinidade. Ainda em 1945, o governo de Getúlio convocou eleições no qual o PCB concorreu e conseguiu eleger uma bancada considerável. Durante os trabalhos legislativos, o PCB teve um papel destacado, principalmente durante a fase de preparação da Constituição que seria promulgada em 1946.

Os comunistas intuiram que por terem adquirido a sua legalidade a sua livre movimentação estaria assegurada *ad infinitun*. Ledo engano, pois soprava nos horizontes brasileiros os ventos da guerra fria, que alcançaria o PCB em 1947 com o seu registro cassado. Sem uma análise mais acurada da realidade, o PCB lança-se numa política de radicalização discursiva, que se objetiva num documento publicado em Janeiro de 1948 e posteriormente complementado pelo manifesto de Agosto de 1950. Baseado nesses documentos, a influência dos comunistas entre os trabalhadores urbanos teve uma diminuição considerável. Só após a resolução sindical de 1952, que o PCB começou a se afastar de sua prática esquerdizante, relativamente chacelada no IV Congresso de 1954.

Momento depois, o fato que abalaria não só o PCB mas também os integrantes do MCI, foi o conteúdo do relatório secreto, transmitido da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS), denunciando os crimes do Stalinismo. De início, a direção pecebista procurou fazer vista grossa acerca do relatório até que em várias bases partidárias, militantes demonstravam interesse de que o documento fosse discutido. O nível de discussão foi ganhando dimessão terminando por preocupar a direção nacional, que lançou documentos com o intuito de que as críticas não colocassem em risco a própria existência da estrutura partidária. As contradições foram se aprofundando, se configurando em três tendências: de um lado, os renovadores, pressionando para que as discussões fossem levadas às últimas conseqüências, em curto espaço de tempo e excluidas da convivência partidária; pelo outro lado, os conservadores, argumentando que a experiência da era staliniana fora no máximo, contratempos de percurso no caminho para o socialismo; e, o Centro Pragmático, contando com a participação de Prestes. No início, o centro aliou-se aos conservadores para excluir os renovadores. Estes, assim que foram excluidos, o centro dirigiu sua ofensiva contra os conservadores.

O Centro pragmático numa típica manobra taticista, incorporou os reclamos que tinham sido dos renovadores, ao mesmo tempo em que conseguiram manter a direção partidária. Passada esta fase deveras turbulenta, o próximo encetado pela direção foi a Declaração de Março de 1958, aonde paulatinamente ocorria o processo de estrategização da democracia, sendo posteriormente referendada pelo V Congresso Nacional de 1960.

Nesta época, o PCB vivia uma situação de semi-legalidade, empolgando a direção pcbista no sentido de procurar a legalização. Esta tentativa foi feita em 1961, quando o Comitê Central leva os estatutos do PCB para o Tribunal Superior Eleitoral, com algumas alterações, como a mudança do nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, e a retirada da expressão *ditadura do proletariado*. Esta situação se constitui no fato de que os conservadores que, alijados da direção, mas mantidos em atividade, lançassem um pedido a direção Nacional, a fim de que as modificações fossem referendadas por meio de um Congresso. No entanto, a direção não se sentiu sensibilizada, ao que os consevadores continuaram a insistir, obtendo assim, a expulsão do PCB.

No ano seguinte os comunistas expulsos realizaram uma Conferência extraordinária, ressucitando a expressão Partido Comunista do Brasil e adotando a sigla PCdoB e, posteriormente, lançando um manifesto-programa. Tal qual o PCB, o PCdoB manteria a mesma concepção da estratégia política da revolução em duas etapas, no qual a primeira teria a incumbência de realizar as tarefas tipicamente burguesas e, em seguida, iniciaria a fase socialista. O PCdoB vivenciaria o acirramento das lutas populares na época do

governo Goulart. Frente a este governo, o PCdoB adotou um posicionamento esquerdizante, taxando-o de incapaz para estabelecer políticas favoráveis aos trabalhadores.

Em 1964 sobreveio o Golpe militar, e o PCdoB, bem como toda a extrema-esquerda, foi posta na ilegalidade. Meses após a vitória golpista, o PCdoB produziu um documento fazendo um balanço das causas da derrota em 1964, já advogando a necessidade de construir uma ampla aliança contra a ditadura. Este posicionamento foi referendado, por ocasião da VI Conferência Nacional de 1966, acrescida ao fato de que, sob a influência do maoismo, pregava-se o entendimento de que a derrubada da ditadura por também se dá pela via revolucionária.

A ditadura militar foi endurecendo as regras autoritárias, estreitou as possibilidades para os comunistas de utilizar a via pacífica para quem sabe, dar formação a um governo anti-ditatorial. Frente a isso, o PCdoB concebeu o campo como canal privilegiado – mas não o único -, de suas intenções. Especificamente referimo-nos aos acontecimentos conhecidos como Guerrilha do Araguaia com duração de quase três anos. Desmantelada a experiência guerrilheira, a direção comunista emitiu um documento intitulado *Mensagem aos brasileiros*, enfatizando mais uma vez a disposição dos comunistas em fazer uma composição política muito bem ampliadal e que contasse com todas as forças políticas que se dispusessem a combater a ditadura.

O ano seguinte, 1976, seria de grande importância para os destinos do partido. Internamente vários comitês estaduais pressionavam para que a direção nacional discutisse a experiência do Araguaia, onde não encontrou – a exceção de um integrante da direção nacional - qualquer sinalização positiva para que se discutisse este assunto. Como esses mesmo setores ainda insistiam a discussão, o Comitê Central terminou por expulsá-los.

Foi Pedro Pomar o membro da direção nacional discordante da avaliação positiva feita por um setor partidário liderado por João Amazonas, até então líder do partido. Juntamente com outros integrantes da direção reunidos num lugar secreto, desconhecido do próprio Pomar, tiveram a incumbência de avaliar e de procurar uma saída satisfatória para o impasse criado pelo Araguaia. Contudo, o lugar foi descoberto pelas forças policias, resultando em três mortes, dentre elas a do próprio Pomar.

A partir de então a versão de amazonas terminou por ser a oficial. A ditadura militar continuou a perseguição aos comunistas e pressionava para que a direção comunista realizasse uma Conferência no exterior, alegando motivos de segurança. Neste encontro, reafirmaram a política de amplas alianças, assim adentrariam na fase da Abertura Política iniciada em 1979.

Quando o PCdoB se deparou com o início da Abertura Política, o mesmo se inseriu munido do instrumental teórico-analítico herdado do PCB. A manutenção desta mesma concepção teórica fez com que o PCdoB sofresse defecções ao longo da sua trajetória e - conforme veremos ao longo deste estudo - ficasse subalternizado, servindo como satélite das forças políticas e sociais de cariz liberal-conservadora.

O Partido Comunista do Brasil está inserido num rol de estudos que ainda inicia. Não será nossa intenção fazer uma história política do PCdoB. O presente estudo, não vislumbra esgotar o tema, mas buscar, mesmo que minimamente, contribuir para a discussão envolvendo a temática dos comunistas e a democracia na contemporaneidade, analisando, especificamente as Alianças Político-Eleitorais do PCdoB de 1962 a 1987.

No tocante à metodologia, nossa análise tem como enfoque, além da bibliografia pertinente ao tema, a análise exploratória dos documentos e artigos veiculados pelos jornais do PCdoB, como o Jornal *A Tribuna da Luta Operária* e *A Classe Operária*, das suas resoluções congressuais, utilização de entrevista, bem como da retrospectiva histórica, com a finalidade de nos propiciar embasamento com relação ao nosso objeto de estudo.

No primeiro capítulo, realizamos breves considerações histórico-políticas da democracia para o Partido Comunista. No segundo capítulo, nossa preocupação foi a de verificar como o PCdoB – desde o seu surgimento -- manteve a mesma estratégia da concepção etapista do processo revolucionário, propondo a construção de amplas alianças políticas, notadamente após o golpe militar bonapartista de 1964. No terceiro capítulo, analisaremos o período de 1979 –1987, com a finalidade de fundamentar a nossa hipótese, isto é: de que o PCdoB manteve a concepção etapista herdada do instrumental teórico-analítico do PCB. Bem como entender qual a fisionomia política do PCdoB depois da sua participação na Assembleia Nacional Constituinte em 1987. A este respeito, contaremos com a entrevista fornecida por Ígor Grabois – ex-militante do PCdoB -, fornecida em 2007, com a finalidade de verificarmos a confirmação de nossas hipóteses. Sinalizaremos, portanto, o caminho percorrido pelos comunistas através dessas considerações.

1 OS COMUNISTAS E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA: A BUSCA DA DEMOCRACIA PELA CONSTRUÇÃO DE AMPLAS ALIANÇAS POLÍTICAS

O objetivo deste capítulo é estudar a importância que a democracia teve e tem para os comunistas. Desde a sua fundação em 1922, o PCB sempre empunhou a bandeira democrática em todas as suas lutas travadas contra a situação imperante. Contudo, os comunistas tinham consciência da sua reduzida influência numérica perante a sociedade. Por isso os comunistas sempre defenderam a necessidade de constituição de alianças políticas que possibilitassem a concretização de um programa político que permitissem operacionalizar as transformações econômicas e sociais necessárias. Já nos seus primeiros anos de existência, o PCB não economizou esforços no sentido de construir alianças políticas contendo um projeto de cunho democrático e popular que se erigisse como alternativa ao projeto politico dominante de conteúdo liberal-burguês embasado num forte aliçerce oligárquico. Além deste fato, os comunistas também teriam que enfrentar a forte oposição advinda do anarcosindicalismo, historicamente adversária, a qualquer possibilidade de efetuar composições com outras forças políticas. Veremos que nas décadas seguintes, isto é, nos anos de trinta, quarenta e cinquenta, o partido comunista de maneira ziguezaguiante buscou (o que não significa necessariamente que tenha conseguido) lograr êxito na concretização de construir alianças políticas que comportassem, além do operariado urbano e trabalhadores rurais, abarcar outros setores como as camadas médias urbanas e até parcelas da burguesia brasileira. Dito isso, examinaremos qual foi a trajetória dos comunistas e o empenho destes em busca da construção de alianças, assim como explorar as vicissitudes encontradas na sua longa trajetória eivada de percalços e limitações.

1.1 Do BOC (Bloco Operário-Camponês) à Conferência da Mantiqueira em 1943: a Construção da Democracia por meio da Política de Alianças

O PCB desde o seu início, imbutiu em seu projeto de construção de uma nova sociabilidade a construção da Democracia, bem como a necessidade de trilhar uma longa jornada da democratização no Brasil. Tal intento não se fez como tarefa fácil, isso se deve à

dominação oligárquica que, se caracterizando por sempre utilizar o autoritarismo, *pari passu*, e o discurso liberal, contribuía para a construção de uma oligarquia que advogava de forma presunçosa.

Nesta mesma década entrou em semana o tenentismo, movimento foi oriundo de setores da baixa oficialidade, mas muitos deles advindos das camadas médias sociais. Este descontentamento, manifestado pelos tenentes em forma de revolta, potencializou para os comunistas a convicção de se construir uma alternativa democrática nacional e popular ao poder oligárquico, por meio da concretização de uma ampla aliança política e social, em que estivessem contidas, além dos trabalhadores urbanos e rurais, as camadas médias urbanas, tendo em vista a origem social dos tenentes.

No segundo ano de existência do PCB, em 1924, os comunistas atuaram basicamente em duas frentes: no aspecto teórico, os comunistas, ainda eivados pela herança anarcosindicalista, trataram de traduzir a literatura marxista disponível em idiomas estrangeiros; e no âmbito político, a busca de uma saída que possibilitasse aos comunistas e suas propostas se tornarem conhecidos pela população além de tentar viabilizar a constituição de uma frente política que, pelo menos, antagonizasse com a oligarquia. Esssa corrente política, o anarcosindicalismo, ainda se manteve cristalizada no núcleo dirigente do partido comunista, ponto que dificultava aos próprios dirigentes a importância da consecução de frentes abarcando amplos contigentes que manifestasse empenho na luta antioligárquica.

Apesar da ambivalência dos comunistas de apoiar o seu programa de defesa dos trabalhadores urbanos, rurais e camadas médias e, ao mesmo tempo, a herança anarcosindicalista de aversão ao Político, enquanto possibilidade de lutar por espaços mesmo que nos marcos da Institucionalidade, como a participação nas eleições por exemplo, e no mesmo ano de 1924, resguadaram a necessidade de constituição de um Bloco Operário com a finalidade de participar das eleições de 1926.

O aparecimento deste Bloco Operário se deu no mesmo ano da Segunda Revolta Tenentista. Na ocasião foi decretado o Estado de Sítio, verificando-se posterior abrandamento deste dispositivo constitucional; o que de certa forma, facilitou a realização do Segundo Congresso dos dias 15 a 18 de Maio de 1925. Neste evento, os comunistas consideraram a Revolta Tenentista de 1924, como Revolta Pequeno-Burguesa. Além disso, foi defendido o entendimento de que no cerne, o que estava em "jogo" era uma disputa imperialista, em que de um lado estavam em cena os interesses Britânicos, que à época eram hegômicos no Brasil apoiando os interesses entendidos pelos comunistas como "agraristas" e, de outro, os interesses Estadunidenses, apoiando os "industrialistas". Poís de acordo com a resolução do

Para o Congresso do Partido Comunista, "Com referência, por exemplo, à revolta de 5 de Julho, não poucos indícios mostram a Inglaterra apoiando os legalistas (agrários) e os Estados Unidos apoiando os revoltosos (industriais e pequena burguesia)." (TESES... apud KAREPOVS, 2001, p. 150).

Neste mesmo ano o PCB lança o Jornal *A Classe Operária no mês de Maio*, sendo fechado quase três meses depois[1] pelo governo federal, permanecendo desde já, demonstrado o ausente interesse - manifestado pelas classes dominante/dirigente como a Oligarquia e burguesia industrial - pela existência de um meio de comunicação pertencente a uma agremiação política que dizia expressar os anseios dos setores da população que vendiam a sua força de trabalho. Entendemos, portanto, que o fechamento do jornal expressou - e não foi a primeira vez - a atitude autocrática dos integrantes da burguesia. No ano seguinte, em 1926, o PCB foi convidado por Liberais para que incluísse um candidato comunista numa chapa para disputar as eleições, ao que os comunistas concordaram, pois intuíram que este caminho possibilitaria ao partido ter mais experiência nas disputas de eleições com outras forças políticas e se tornariam conhecidos pelos trabalhadores, isto é, sairiam do gueto e continuariam lentamente se aproximando das camadas médias. Ao final das eleições o PCB não conseguiu eleger representantes.

Mesmo não logrando êxito nas eleições, os comunistas continuaram sua trajetória de conquistar a hegemonia entre os trabalhadores e encetaram pela segunda vez a defesa da manutenção do Bloco Operário. Neste contexto os trabalhadores rurais começaram a ser considerados importantes. Para o PCB não constava nenhum dispositivo que defendesse a Reforma Agrária, mas a defesa do voto das mulheres e dos soldados através do voto secreto e obrigatório; tal considerção se deveu aos comunistas levarem em sua consígnia a aliança operário-camponesa, simbolizada pela foice e o martelo e, mesmo assim, no programa político desta frente eleitoral, com pretensão de ser única operária. Pensamos ser digno de registro, o fato de que neste mesmo programa constava a defesa da liberdade de reunião e revogação das leis de exceção, ao que nos parece, no intuito de se aproximar das camadas médias, cujo maior repositório das suas insatisfações foi o tenentismo dos movimentos de 1924-26.

[1] Depois que o jornal foi fechado, cuja sede ficava no Rio de Janeiro, então Capital Federal, a sua redação se mudou para Minas Gerais e, posteriormente, frente às adversidades, continuou circulando em forma de panfletos.

A necessidade de se achegar às camadas médias passou do momento eleitoral para o teórico quando, em 1926, um dos dirigentes do PCB, Otávio Brandão[2], produziu um texto intitulado *Agrarismo e Industrialismo*. Basicamente, nesta obra, Brandão se debruça sobre as revoltas de 1924/26 defendendo a necessidade objetiva da terceira revolta. No seu entender, a primeira revolta foi logo desbaratada em virtude da falta de organização e amplitude do movimento, isto é, ficou circunscrito a um minúsculo grupo rebelde, facilitando o seu esmagamento pelas tropas do governo federal. Na revolta de 1926, apesar de seu maior raio de ação, a pequena-burguesia confiou em demasia nos seus chefes que, não raras vezes, manifestaram falta de maiores iniciativas para o confronto e também por não terem se aproximado dos trabalhadores urbanos, explicando-lhes os motivos políticos da revolta e quem sabe, o fornecimanto de armamentos. Portanto, Brandão entendia que a situação nacional ainda estava pautada por latente descontentamento, podendo ocorrer uma terceira revolta, cabendo ao PCB a disputa para encabeçá-lo.

No texto Agrarismo e Industrialismo, a aproximação com as camadas médias urbanas está apresentada de forma mais visível do que a Resolução do Segundo Congresso do Partido no ano anterior, mesmo que continue contendo ressalvas como a questão do enaltecimento de defender o lançamento de candidaturas operárias. Contudo, este entendimento será flexibilizado no ano seguinte, quando o PCB lança novamente o Bloco Operário, enfatizando a partir de então que se deveria votar em candidatos que expressassem os anseios das amplas massas do mundo do trabalho, como forma de abarcar também os componentes das camadas médias urbanas. Mas esta experiência do Bloco veio a lume:

> [...] dentro do momento da vida do PCB em que este buscava a adesão da pequena burguesia urbana, o que necessariamente lhe dava um caráter mais amplo que o partido e um programa mais fluido, fato que, evidentemente, propiciava o surgimento das contradições entre uma orientação política estritamente comunista e a atuação de uma frente eleitoral. Isto, de certo modo, esteve entre os pontos que determinaram a dissolução do Bloco Operário por imposição da IC. (KAREPOVS, 2001, p. 219).

A atuação do Bloco Operário se revelava como importante estratégia na política do PCB de construir uma alternativa antípoda à existente. Contudo, a continuação do Bloco, conforme veremos a seguir, dependeria não somente dos comunistas, mas também da

[2] Otávio Brandão (1896-1980) desempenhou importante papel na formação do PCB, tendo, segundo Silva (2000) se notabilizado por realizar "uma primeira tentativa de interpretação marxista" e que, mesmo com imprecisões e limites teóricos, apresentado "aspectos pioneiros" na interpretação marxista da realidade nacional por ocasião da produção da obra *Agrarismo e Industrialismo*. Para maiores detalhes recomendamos ver o artigo: SILVA, Ângelo José da. Tempo de fundadores In: MORAES, Quartim; DEL ROIO, Marcos. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. v. 4. p. 127-150.

entidade internacional à qual estavam ligados umbilicalmente: a Terceira Internacional. Progressivamente, os passos dados pelo PCB, necessitariam da sua chancela, pois esta era considerada como o Estado-Maior da revolução, fazendo de *missionária* encarregada de *nortear* o processo revolucionário internacional.

A Terceira Internacional, também denominada Internacional Comunista, foi fundada em 1919. No momento da vigência deste terceiro Bloco Operário, em 1927 a Internacional estava sob as determinações emanadas do seu Quinto Congresso de 1924. Dentre as suas postulações estava a ênfase de que os Partidos Comunistas existentes não eram organizações bolcheviques, precisando ser bolchevizadas nos aspectos organizativos por meio da coordenação interna através de células. No ideológico, seria uma intensa formação teórica com o intuito de extirpar qualquer reminiscência reformista no interior de suas fileiras.

Por esta época, a direção da Terceira Internacional estava acompanhando atentamente o desenrolar da Revolução Chinesa, pois em 1924, repetidas em 1927, o Partido Comunista Chinês incentivava as revoltas. Afinal, era posta em "teste" a teoria do bloco das quatro classes, englobando os trabalhadores da cidade, do campo, as camadas médias e a burguesia concebida como "nacional".

O êxito da Revolta Chinesa liderada pelos comunistas deste país significou ganho político para os membros da Internacional, liderados por Stálin. Contudo, nos meses de Abril/Maio de 1927 a revolta foi esmagada pelo Guomidang[3]. Numa espantosa virada tática e sem proceder uma auto-crítica (procedimento este que posteriormente seria rotineiro na história do Partido Comunista Brasileiro e depois no PCdoB), culpar o insucesso da tese do bloco das quatro classes aos comunistas chineses, que não souberam aplicar as diretrizes, faltando apenas que se substituísse os militantes que não se empenharam de forma exitosa. No continente europeu, o movimento revolucionário encontrava-se em refluxo, depois das malfadadas insurreições na Alemanha em 1923, visto com profunda atenção pela Internacinal Comunista (IC). O fracasso dos revolucionários chineses não demoveu os comunistas brasileiros de construir o "Kuomitang brasileiro", quando a direção do PCB procurou se aproximar dos Tenentes, principalmente através de uma série de artigos publicados por Brandão no Jornal *A Manhã*, localizado no Rio de Janeiro.

[3] A expressão Guomidang (GMD), em substituição a Kuomitanng (KMT), foi adotada segundo Fairbank (2007) quando o governo chinês utilizou o Sistema Pinyin de romanização do idioma chinês. O Guomidang, ou Partido Nacional do Povo foi inspirado por Sun Yatsen, líder da Liga Revolucionária, e constituiu na União da Liga de Sun acrescida de mais alguns grupos nacionalistas. Para maiores detalhes a respeito deste assunto recomendamos a obra de FAIRBANK, John King. **China – uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 237 e segs.

O próximo passo foi a ida de Astrojildo Pereira - integrante da direção comunista - à Bolívia, com a intenção de contatar os remanescentes exilados da Coluna Prestes. No final de 1927, Pereira encontrou-se com Luis Carlos Prestes, líder da Coluna, propondo-lhe a construção de uma frente, e entregando-lhe literatura marxista, para que conhecesse e se familiarizasse com as propostas comunistas. Nesse meio tempo, os comunistas decidem ampliar o raio de ação do Bloco Operário e numa assembléia no mês de Novembro de 1927, os seus integrantes decidiram que a partir desta data, fosse denominada Bloco Operário-Camponês (BOC).

A insatisfatória inserção do Bloco Operário no campo não demoveu os comunistas da tentativa de projetar a frente única nas cidades. Conforme vimos acima, a despreendimento da direção pecebista em ir ao encontro de Prestes. Em 1928 o PCB realizou o seu III Congresso, antecedido pelo VI Congresso da Internacional Comunista. Neste encontro internacional, os comunistas constataram que os trabalhadores estavam passando por um processo de radicalização pelo aumento do número de mobilizações, greves e enfrentamentos com a polícia e defesa de melhorias nas suas condições de existência.

A leitura que a Internacional fez destas movimentações dos trabalhadores levou-os a radicalizar o discurso, imprimindo-lhe uma esquerdização no seu comportamento, e, a partir de então ganhava maior notoriedade o entendimento de que o período era marcado pela consígnia de tática de "classe contra classe", entendendo que as burguesias nacionais não seriam mais revolucionárias, tendo em vista a traição perpetrada por estas com relação ao esmagamento de várias tentativas insurreicionais na Europa.

Contudo, por trás deste entendimento estava o fato de que a direção da Internacional, já marcada por uma forte introjeção staliniana, depois da morte de Lênin (lider da revolução russa) numa pura manobra taticista, e embasada numa leitura vulgarizadora do marxismo, inferia que a burguesia possuía vontade de se unir ao proletariado para a realização da revolução democrático-burguesa, esquecendo-se assim, do que tinha acontecido na Comuna de Paris em 1871, quando a burguesia francesa dirigiu as armas contra o proletariado francês, no qual Marx expôs na sua obra Guerra Civil em França. Neste ocorrido e de maneira geral, o teórico prussiano defendeu a tese de que a burguesia não economizaria esforços para esmagar os trabalhadores quando constatasse que sua hegemonia pudesse estar em xeque. Ao mesmo tempo, a direção da IC entendeu que as burguesias não se constituíam mais numa força antiimperialista, por conta do não empenho desta classe em desfazer o "cordão sanitário" erigido em torno da União Soviética.

Entendemos que a alegação de que a burguesia começasse a ser imperialista, se constituiu numa pseudconcreticidade, isto é, a essência da questão estava na idéia de que a União Soviética trilhava a *Razion d'État*: o que realmente interessava era os interesses externos da União Soviética, e tais interesses passavam pelo fim das hostilidades da burguesia europeia. Mas como os planos dos comunistas russos não se concretizaram, terminaram por mudar de tática, conforme vimos acima. Assim sendo, ao enfocar a burguesia como alvo dos ataques, os comunistas russos entenderam que seria necessário escolher qual seria a força política que representasse esta mesma burguesia. Por isso a mira, a partir daí, passou a ser a Social-Democracia. A cruzada contra a social-democrata ganhou nítido contorno no ano seguinte ao VI Congresso através da realização do X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), realizado em Julho de 1929 com o surgimento da expressão "social-fascismo", sendo representado pelo golpe de misericórdia na política de Alianças na Europa.

A mudança perpetrada pela nova orientação do VI Congresso da IC, de início não tinha produzido mudanças significativas para o PCB e o BOC. Mas, foram as resoluções do X Pleno que imprimiram uma mudança significativa nos rumos dos comunistas afetando, por conseguinte, no futuro do Bloco Operário Camponês, aonde os comunistas brasileiros tinham se reunido durante o III Pleno no Mês de Outubro de 1929.

A continuidade do BOC estava ameaçada, pois nos meses de Maio e Junho de 1930 a realidade brasileira foi novamente discutida no exterior, mais precisamente na Argentina, no Secretariado Sul-Americano da IC, contando com a presença da direção comunista brasileira. O BOC, enquanto possibilidade concreta de se tornar uma frente única que expressasse os anseios das classes trabalhadoras, foi posta em xeque. A experiência, mesmo obtido curta duração, possibilitou para que os comunistas reticentes – o que era já na época uma exígua minoria – sentissem as imposições advindas de Moscou: de que era possível a construção de uma frente política capaz de canalizar, naquele momento, as insatisfações de consideráveis setores da sociedade com relação à dominação oligárquica.

A não observância de parte do PCB sobre a singularidade da nossa realidade, fruto da importação crítica de um modelo teórico-explicativo acabado, assim como o modelo soviético-stalinizado, fez com que os comunistas perdessem mesmo o único canal privilegiado de introdução das proposições comunistas para a sociedade, mesmo com as possíveis insuficiências e déficit's teóricos de parte do Bloco Operário Camponês. Portanto, fazendo-se um acalento da sua trajetória:

> Indiscutivelmente, apesar dos erros cometidos, o BOC significou um episódio fundamental da história das lutas populares em nosso país e, não fosse o sectarismo de que foi vítima muitas vezes o PCB nesta fase, certamente ele teria assumido uma importância muito maior e contribuído de maneira ainda mais significativa. A sua própria dissolução significou uma capitulação do Partido diante dos equívocos cometidos, julgando mais cômodo extinguir o BOC do que erradicar a origem dos desvios". (PACHECO, p. 1984, p. 112).

Para os comunistas brasileiros, reticentes em aceitar as instruções da IC, nem tudo estava perdido, pois surgiu uma oportunidade de comprovar a necessidade de se construir uma frente única que fosse os interesses estritamente ligados ao mundo do trabalho.

Em Maio de 1930, foi realizada a reunião da SSA-IC contando com a participação de Prestes – em que em primeiro momento, a direção comunista brasileira foi forçada a manter-se eqüidistante por entender que a inflüência de prestes representava perigo ao PCB e aos trabalhadores, por pretensamente representar os interesses do social-fascimo, segundo o receituário teórico da IC -, lançou o Manifesto de Maio, com considerável influência do marxismo. De acordo com Del Roio (2002, p. 41):

> É possível que Prestes tenha encontrado no marxismo um instrumental que oferecia melhor respaldo à práxis histórica que pretendia encarnar do que as concepções positivistas que o rodearam na família – com pai e tio adeptos da doutrina de Comte – e na Escola Militar, as quais, no entanto, tranmitiram as preocupações com a justiça e com os temas sociais. Tais preocupações viram-se acentuadas com o que pôde observar do cenário social, no campo brasileiro, durante o período que durou sua atividade guerrilheira. De outra parte, a erupção positivista, que a IC vinha sofrendo nos últimos anos, marcando, de certa forma, uma linha de continuidade com a Internacional Socialista (1889-1914), pode ter facilitado sua mutação ideológica.

Além do Manifesto, que foi encarado com desconfiança pela direção Pecebista proto-stalinizada[4], Prestes lança a Liga de Ação Revolucionária (LAR), num esforço para demonstrar aos comunistas, a respeito necessidade premente de se construir uma frente única. Este momento se prontificou como um dos complicados e desnorteantes da Internacional Comunista.

A IC estava sob a batuta da teorização staliniana da tática de classe contra a classe, antagonizando assim todos os significados referentes às camadas médias, incluso aí a Coluna Prestes, taxada de perigosa para os interesses da Revolução Proletária. Para tanto, a Coluna contou com o beneplácito da SSA-IC, que já nesta altura nada mais significava que "caixa de ressonância" das determinações impostas pela direção da IC que, no PCB,

[4] Por proto-stalinizada entendemos o fato de que, apesar da introjeção por parte da direção pecebista do receituário teórico-politico stalinizado, integrantes da direção pecebista como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, resistiam em absorvê-la.

ganharam simpatias. Ao mesmo tempo, Prestes, caricaturado como expressão do social-fascismo brasileiro, mantinha e progressivamente estreitava suas relações com o Secretariado Sul-Americano. Em 1931 foi enviado à União Soviética só retornando ao Brasil em 1934, como integrante do PCB.

Quanto ao BOC, mesmo em xeque continuou funcionando, e após o III Pleno do PCB mudou o nome para Bloco Operário Camponês do Brasil (BOCB), através da realização do I Congresso contando com a participação de mais de trinta delegados, representantes de doze Estados da Federação. No seu programa estava implícita a preocupação com as camadas médias, como por exemplo: a defesa de construção de habitação, a redução de impostos e aluguéis, bem como a certeza de que a pequena propriedade estaria assegurada de futura expropriação, caso a frente BOCB chegasse ao poder. Tendo em vista a intromissão da IC por meio do Secretariado Sul-Americano, o BOCB terminou por dar seus últimos suspiros, segundo Brandão, em Maio de 1930 por ocasião da factura do Pleno do SSA-IC:

> Foi uma discussão horrível. Eu digo: "Mas como!? O Bloco Operário e Camponês nos deu uma vitória e uma organização de massas. Tem sessenta comitês nos sindicatos, nas fábricas. Como é que nós vamos liquidar uma organização de massas?" Ele [Brandão refere-se a Astrojildo Pereira, dk] cumpriu passivamente as decisões do Bureau da Internacional Internacional em Buenos Aires [Brandão refere-se ao SSA-IC, dk], e o foi liquidado o Bloco Operário e Camponês. (BRANDÃO, 1977 Apud KAREPOVS, 2001, p. 650).

O depoimento fornecido por Brandão nos permite inferir que o BOC representou - considerando todas as dificuldades para sua execução na década de vinte e no alvorecer dos anos trinta - uma bem-sucedida tentativa de construir uma alternativa nacional-popular, com reais condições de se contrapor ao domínio oligárquico-burguês. A respeito da importância conferida ao BOC (PACHECO, 1984, p. 112) sustenta que:

> [...] inegavelmente, o BOC foi o grande responsável pela maior integração do Partido com as massas, transformando-o em uma organização acatada pelo proletariado como seu núcleo dirigente. Tivesse o Partido se empenhado vigorosamente na superação dos erros cometidos nesta frente de massas, certamente teria avançado muito mais em sua ligação com o proletariado.

O que obscureceu, impediu e posteriormente implodiu esta frente, foi a conjugação do fator interno. Em relação ao núcleo dirigente comunista que, mesmo vendo-a como positiva, o BOC, representado principalmente pelos comunistas Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, não sustentaram com firmeza as suas posições e terminaram por se curvar às imposições da IC. Como fator externo, a Internacional Comunista, a partir do final dos

mesmos anos vinte, se preocupou fundamentalmente em controlar os direcionamentos dos partidos comunistas, e com o PCB não foi exceção. Levaria mais alguns anos, para que os comunistas construíssem uma nova frente única, já sob um outro momento político, avaliando como ingrediente, o perigo do fascismo brasileiro, pintado pelo integralismo.

Passados alguns meses do final do BOCB, sobreveio a Revolução de 1930, na qual os comunistas mantiveram, sob influencia da leitura stalinizada do marxismo, o entendimento de que este movimento nada mais representava do que uma contra-revolução, devendo os trabalhadores manter-se distanciados do que entendiam ser um simples conflito de frações das classes burguesas brasileiras, insufladas pelo imperialismo britânico e estadunidense. Neste sentido não possibilitava perceber, "[...] que estava em andamento uma revolução burguesa que pretendia redesenhar a subalternidade operária, concedendo uma limitada legislação social e uma cidadania restringida e tutelada, cujo instrumento era o corporativismo estatal." (DEL ROIO, 2002, p. 46).

Os comunistas continuavam interessados na organização dos trabalhadores, uma vez que não lhes estava claro a participação nas eleições no ano seguinte. A decisão desta participação foi tardia e se deu através da União Operário-Camponesa do Brasil (UOCB), quase conseguido eleger um membro.

A década de trinta, no âmbito interno, contou com acontecimentos de importância, tais como a Revolta Constitucionalista de 1932 e o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) na mesma época. Dois anos após o aparecimento do integralismo, o tema do fascismo ganhou maior notoriedade no Brasil, e progressivamente ocorreram enfrentamentos, por vezes violentos, envolvendo fascistas (integralismo) e antifascistas. Neste sentido:

> A crescente radicalização política e os seguidos conflitos de rua que opunham fascistas e antifascistas ofereceram condições para uma ampla aglutinação de forças nacional-populares, que desembocaria na formação da Aliança Nacional Libertadora [...] (DEL ROIO, 2003, p. 109-110).

A tomada de posição das organizações de trabalhadores foi um importante contribuinte no tocante aos embates entre as forças díspares, levando-se em consideração os riscos concebidos pelo integralismo, este ajudado pelas advertências e participações dos comunistas e integrantes do movimento sindical. Assim, em seu interior, "[...] o próprio processso social brasileiro engendrava uma pioneira experiência de frente popular, antes mesmo que esta se realizasse na França e se transformasse em explícita orientação da IC". (DEL ROIO, 2003, p. 110)

O acirramento das lutas sociais fez com que surgissem condições subjetivas e objetivas de uma nova experiência de frente única ampliada, mais especificamente como frente *popular* antifascista. No interior da Internacional Comunista, quando viram que a tática de "classe contra a classe" que, além de esgotada, foi responsável por causar grandes reveses - dentre elas o favorecimento da divisão do movimento operário na Alemanha, que potencializou a ascenção do Nacional-Socialismo em 1933 - buscou-se programar a construção de amplas alianças abrangendo comunistas, socialistas e social-democratas que não mais seriam taxados de social-fascistas. Da mesma forma, a mudança de rota implementada pela IC, em nenhum momento significou a colocação da figura de Stálin e sua politica em dúvida. Muito pelo contrário, Stálin teve astúcia de implementar esta viragem, como se tivesse originado por obra de sua intuição política. Com relação ao posicionamento tomado por Stálin, já comentado anteriormente, embasado por um profundo taticismo, Lukács entende que a decisão de Stálin se fundamenta:

> [...] precisamente em que a respectiva necessidade tática deve receber para sua justificação uma plataforma teórica generalizada". Esta, em muitos casos, não tem tido nada que ver com os fatos nem com as grandes linhas do desenvolvimento histórico, sem que exclusivamente conforme uma justificação para as respectivas necessidades tácticas do momento[5]. (LUKÁCS, 1983, p. 141).

Portanto:

> Temos já destacado que no método stalinista se prioriza a tática sobre a estratégia e, com maior razão, sobre a teoria concernente da tendência do desenvolvimento da humanidade como conteúdo da ontologia do ser social. (LUKÁCS, 1983, p. 114).

Conforme exposto acima pelo pensador marxista húngaro, a preocupação da tática Staliniana findava se sobrepondo à própria teleologia marxista, que era a construção de uma nova sociabilidade para além do Capital, isto é, ao se incorrer pela via do taticismo, terminava-se priorizando o momentâneo, que naquela circunstância, era apresentado como defesa do que a União Soviética concebia enquanto "pátria do socialismo", mas que, na realidade, o que estava em jogo eram os interesses estatais soviéticos.

No Brasil, os comunistas se integraram na construção da ANL, vindo à luz em Março de 1935, ganhando num curto espaço de meses notoriedade nacional. O programa

[5] Do original em espanhol: "[...] precisamente en que la respectiva necessidad táctica debe ricibir para su justificación una plataforma teórica generalizada. Esta en muchos casos, no há tenido nada que ver ni com los hechos ni com las grandes líneas del desarollo histórico, sino que exclusivamente conforma una justificación para las resectivas necessidaes tácticas del momento". LUKÁCS, Georg. **El hombre y la democracia**. Buenos Aires: Contrapunto, 1983. p. 141.

aliancista estava conseguindo galvanizar os anseios e esperanças de grandes contigentes da classe trabalhadora urbana e parcelas consideráveis das camadas médias urbanas que se encontravam unificadas em torno de "[...] um programa que implicava a realização de uma revolução democrática no Brasil, apregoando a nacionalização das empresas imperialistas, a suspensão das dívidas externas, o fim do latifúndio e a instauração de um 'governo popular'". (DEL ROIO, 2002, p. 54).

A concretização de uma frente popular, ainda que embrionária, capaz de se transformar em uma alternativa nacional-popular, parecia factível. Contudo, no interior do projeto aliancista, continha um forte viés insurreicionalista, advindo da entrada de Prestes e ex-integrantes da Coluna Prestes, que continuavam alimentando a possibilidade da tomada do poder por um Coup de Force, bem ao estilo tenentista. Segundo sugere Vianna (2001):

> Também é importante ressaltar a continuidade do movimento inssur-reicional de novembro de 35, no Rio, com o pensamento e a ação tenen-tista, ainda bastante fortes não só entre a totalidade dos militares que participaram do movimento – a esmagadora maioria deles desvincu-lada organica ideológicamente do PCB – como na sociedade.

A ANL vinha conseguindo aumentar rapidamente o número de integrantes em decorrência tanto do apelo antifacista e do seu programa, quanto da sua consígnia de construção de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) que, saindo-se vitorioso, possibilitaria efetivar o que estava escrito em seu lema: Pão, Terra e Liberdade.

O governo federal estava na espera de um pretexto para passar a ofensiva e fechar a ANL. E tal pretexto surgiu por ocasião de um discurso proferido por Luiz Carlos Prestes, então presidente de honra da ANL, quem pregou a necessidade da rebelião.

Antes deste fato, porém, o governo de Getúlio já vinha manifestando sinais de inquietação em virtude do considerável número de militares que ingressaram na ANL:

> [...] era a adesão dos militares à ANL que preocupava ao governo, que tramava a colocação da Aliança na ilegalidade, iniciando para isso uma intensa campanha de provocações, nas páginas do jornal o Globo: denunciava-se sinistro plano comunista para dominação da América Latina, em que não faltavam sangrentos assassinatos. O discurso do Cavaleiro da Esperança no dia 5 de julho deu ao governo um pretexto para, logo no dia 11, fechar a ANL. (VIANNA, 2001).

Este pronunciamento acrescido das declarações feitas pelo chefe da polícia do distrito federal Filinto Muller (ex-integrante da Coluna), sobre o envolvimento dos aliancistas com a preparação de um *putsch* a ser deflagrado em breve, fazem com que o ministro da Justiça Vicente Rao e o presidente da República Getúlio Vargas decretem a proscrição da

ANL, pedido este que é prontamente aceito. E assim, não restava outro caminho que não fosse o da ilegalidade.

O fechamento da ANL pressiona os seus integrantes na radicalização do discurso sem a equivalência desta mesma radicalização nos movimentos sociais, pois, muitos aliancistas se afastaram da ANL. Progressivamente a ANL vivenciaria a dessintonia entre a fala radicalizada e a realidade. E de outro lado, o governo aumentava a avidez na perseguição aos aliancistas. Diante desta realidade adversa, Prestes, vivendo na clandestinidade ao tomar conhecimento do levante no Rio de Janeiro, procurou se encontrar com a direção do PCB. Vendo que os seus camaradas de militância partidária não se sentiam seguros quanto ao sucesso revolucionário, se utilizou de seu poder de persuasão embasado no carisma que carregava consigo por ser o Cavaleiro da Esperança, para convencer aos seus pares da justeza do apoio decisivo de todos para o sucesso da ANL.

Nesta situação conturbada, Prestes entendia que no Brasil estavam amadurecidas as condições objetivas para o espoucar da revolução nacional-libertadora. E assim a ANL da ilegalidade e isolada das massas caminhava para o precipício, cujo primeiro ato foi a rebelião em Natal, e a instauração de um governo revolucionário durou poucos dias. Em seguida, o levante em Pernambuco também efêmero. E por fim, a insurreição no Rio de Janeiro, que seria logo sufocada.

O sucesso do levante estaria ligado, preferencialmente, a todo um trabalho organizativo e mobilizatório em torno das bandeiras aliancistas. Contudo, a grande dificuldade, desde o início da ANL, residia no fato que em sua gênese, o projeto aliancista privilegiava o *modus vivendi e modus operandi* do tenentismo, isto é, caberia aos militares iniciar o levante, e só depois efetuar o chamamento às massas trabalhadoras para que o aderissem: “Os civis não estavam no plano insurreicional de Prestes, tipica-mente tenentista: só depois de vitoriosa a rebelião nos quartéis o povo seria chamado a apoiar os militares” (VIANNA, 2001).

O esforço para engajar a população civil em favor do levante aliancista foi proveniente do PCB:

> De qualquer forma, enquanto Prestes preparava a insurreição militar, o partido se encarregava da parte paisana. Organizou onze ‘brigadas civis’: de estivadores, marí-timos, operários da construção civil, membros da Juventude Comunista, metalúrgicos, marinheiros, motoristas, operários da indústria de cerâmica, militantes do bairro de Bento Ribeiro, ferroviários da Central do Brasil, e operários da Light, cerca de 140 pessoas no total. (VIANNA, 2001).

O empenho dos comunistas, apesar dos limites na sua abrangência, conforme pudemos observar, não foi acompanhado pelo devido preparo logístico, isto é, não tinha providenciado armas, munições e suprimentos para fazer uma ação de grande envergadura que um levante representava, corroborando mais neste ponto a tese de Vianna acerca da subalternidade dos civis para com o movimento revolucionário. No qual, Prestes ou outro remanescente tenentista, não poderia ter negado e, se o tivesse feito, carecia de sustentação, pois, como se poderia conceber que integrantes do PCB – onde uma parcela era oriunda da Coluna - tivessem passado despercebidos e sem se importarem com o preparo antecipado para o levante.

Até o momento do discurso de Prestes acima aludido, o governo Vargas, que provido de pelo menos um pretexto para lançar-se contra a ANL, depois destas tentativas insurreicionais fracassadas, lança-se num ataque visceral aos aliancistas prendendo toda a direção comunista.

À população não é permitida tomar conhecimento da repressão aos aliancistas e comunistas, em decorrência da atenção enfocada sobre as perspectivas para as eleições presidenciais. Dois candidatos, Armando Salles e José Américo, disputariam o pleito. Esta disputa terminaria por dividir o PCB, pois no Estado de São Paulo parte dos comunistas apoiou Salles, e a candidatura de Américo era vista como positiva pelo Rio de Janeiro e pelos Estados do Nordeste. No âmbito do Comitê Central, embora a sua maioria tivesse se inclinado pela candidatura de Américo Salles, o secretário-geral "Bangu"[6] defendeu a opção pelo último.

A preferência por duas candidaturas representantes do Capital geraria resistências acentuadas no interior das hostes partidárias, sendo este um dos motivos do surgimento de uma cisão no PCB de São Paulo. O outro motivo foi o entendimento advindo da IC, de que a burguesia dos países periféricos (dentre eles o Brasil), era encarada como classe revolucionária e patriótica, esmagada pelo imperialismo.

Este entendimento foi transmitido ao PCB por um militante comunista brasileiro que estava na União Soviética, no final de 1936. Juntamente com dois outros dirigentes comunistas, "Bangu" e "Martins"[7], que redigiram o texto *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*, este juízo, ao entender de Karepovs, representou uma:

> [...] ruptura com a linha até então praticada pelo Partido Comunista. Por meio da nova orientação aí expressa, a hegemonia do processo

[6] Codinome utilizado por Lauro Reginaldo da Costa nascido em 1908, entrou para o PCB em 1927. Assumiu a secretaria-geral do PCB interinamente em 1936 após a prisão de "Miranda".
[7] Codinome utilizado por Honório de Freitas Guimarães (1902-1968) membro da direção nacional do PCB.

> revolucionário passaria das mãos do proletariado e seus aliados circuntanciais para as da burguesia nacional. Seria uma revolução que, opondo-se ao imperialismo, desembocaria em um governo hegemonizado pela burguesia nacional. Somente a partir deste governo é que o proletariado poderia começar a caminhar por si. (KAREPOVS, 2003, p. 128).

A mudança na orientação política, mais uma vez, foi incentivada pela IC, onde Stálin, baseando-se na realidade chinesa de cenário formado por comunistas e nacionalistas, entabulou negociações para a formação de uma frente unida para combater a invasão japonesa. Entendendo assim, que a burguesia chinesa se sentia sensibilizada em fazer uma composição política com o proletariado. Cabe destacar que para tentar fundamentar a tese não só da aliança com a burguesia, mas também à sua hegemonia no processo revolucionário, a Internacional Comunista insistiu que os países da periferia que ainda se encontrassem no estágio de semi-colônia, a burguesia fosse tornada vítima do imperialismo, fosse ele britânico, estadunidense ou alemão.

Sendo – presumivelmente – tolhida no seu desenvolvimento econômico pelo imperialismo, a burguesia não teria condições de incrementar o processo produtivo, entravando a expansão quantitativa do proletariado. E, por conta deste fato, caberia à união de todas as forças políticas hegemonizadas a responsabilidade pela burguesia, isto é, esta teorização consistia em ***dourar a pílula***, para que no interior do partido todos os militantes se empenhassem nesta nova tarefa. A partir de então, a defesa de ampla união das forças políticas e sociais sob a direção burguesa se sacralizaria no PCB.

À exceção de uma minoria, alguns dos militantes do PCB entraram com afinco na corrida presidencial. Todavia, devido ao fato de os comunistas estarem seduzidos pela aparente normalidade que a eleição vicejava e inebriados pela nova orientação política, dificultaram-lhe as reais intenções do Presidente Vargas, que era de se manter por mais tempo no poder executivo federal. Nos bastidores Vargas articulava com as Forças Armadas e com a aquiescência da burguesia, a concretização de Golpe de Estado. Este Golpe terminou por ter êxito, pois em Novembro de 1937, foi instaurado o Estado Novo. Consumou-se para os comunistas o terrível engano de que a burguesia brasileira se predispusesse a aceitar um programa de política norteada pela defesa da democracia.

Nos primeiros anos do Estado Novo (1937-1945), o PCB estava com sua organização desmantelada, em virtude da fracassada rebelião de 1935. Após este acontecimento, os comunistas foram duramente perseguidos. O governo autocrático-civil comandado por Getulio Vargas não economizou esforços e, tratou de fazer com que os comunistas fossem varridos da sociedade mediante o uso de vários meios que o governo

dispunha tais como a utilização das forças coercitivas do aparato estatal e os meios de comunicação, que foram pontencializados durante a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Mesmo diante deste cenário adverso, os comunistas procuraram se reorganizar para novos embates. À época, nos horizontes internacionais, a ameaça belicista do nazi-fascismo se concretizava progressivamente. No Brasil, os comunistas redigiram "*Carta aberta do Partido Comunista do Brasil ao ministro Osvaldo Aranha*" em Março de 1939. Neste documento o PCB defendeu a:

> [...] união de todos os brasileiros que amem verdadeiramente a sua pátria, em torno de um programa de pacificação da família brasileira, pela concessão da anistia, de liberdades democráticas, de defesa nacional, de paz interna, de construção e emancipação nacional e de luta contra o inimigo comum da civilização e da cultura da humanidade: o imperialismo nazi-fascista. (APERJ, [19--] apud MENEZES, 2002, p. 31).

Assim sendo, os comunistas colocaram como tarefa principal a construção de uma ampla aliança onde um dos pontos a ser alcançados seria a busca de algumas franquias democráticas. Entretanto, em 1940 os dirigentes comunistas seriam perseguidos e sua direção se desarticulava.

No ano seguinte os comunistas trataram de se rearticular nacionalmente. A tarefa não era fácil, devido à repressão policial. A reorganização partidária envolveria grupos comunistas dispersos dos estados do Pará, da Bahia e Distrito Federal que concentrariam esforços em São Paulo. Neste Estado, foi constituído o Comitê de Ação. Concomitantemente no Rio de Janeiro estava sendo articulado o esboço do que seria posteriormente denominada Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), inicialmente sob a liderança de Amaral Vasconcelos, sendo logo mais acrescida com as participações de João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar. Em um futuro breve, este grupo de comunistas hegemonizaria a direção do PCB e obteria o reconhecimento de Luis Carlos Prestes.

Ao final do desmantelamento orgânico imposto aos comunistas por conta da repressão estadonovista, a CNOP conseguiu ser a caudatária e posteriormente se firmou como terceiro núcleo dirigente do PCB. Conforme comentamos acima, João Amazonas foi um dos integrantes deste núcleo dirigente. Vejamos como ele explicita sobre o período da reconstrução.

> [...] nós então começamos, a partir de 1940/1941, a reorganizar um mínimo de Partido. Criou-se então a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória (CNPO) para articular essa reorganização. Comissão essa cujos elementos de mais destaque eram Amarele Vasconcelos, Maurício Grabois, Ivan Ramos Ribeiro, Dinarco Reis, O capitão Julio Sergio Machado de

> Oliveira, dentre outros. Depois, chegamos, eu e o Pomar. Em seguida veio Diógenes Arruda, e outros. E foi assim que se iniciou a reorganização nacional do Partido. Essa comissão convocou a Conferência da Mantiqueira, com condições mínimas de segurança. E essa Conferência, realizada em 1943, tem uma grande importância histórica, sem dúvida. Porque ela reorganizou o Partido, declarou a reorganização do Partido, e dentre outras providencias, elegeu o Comitê Central, isto e, uma nova direção nacional do partido. (Revista de Sociologia e Política n. 86, UFPR números 6 e7).

A reorganização do partido se fazia necessária, tendo em vista a necessidade que tinha o partido e seus militantes. Assim, vindos de várias partes do País,

> [...] quarenta e seis delegados de organismos com comunistas espalhados por todo o Brasil reuniram-se no Rio, a fim de tomar parte nas Conferencia organizada por uma direção provisória, nascida do entendimento havido entre os organismos existentes. Arruda Câmara, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Jorge Herlein, Lindolfo Hill, Francisco Gomes, Milton Caires de Brito, Armeni Guedes, Amarele Vasconcelos, Germano Santos, Vitorino Antunes, Francisco Chaves, Draga, Militão, Celso Cabral, Mario Alves, Ritacinio Pereira, Joviliano, eis alguns nomes dos participantes daquele acontecimento tão decisivo para a consolidação da estruturação do partido e para o próprio desenvolvimento da guerra em que estávamos empenhados [...] (CAVALCANTE, 1986, p, 121).

Encerrada a Terceira Conferência, foi eleito o novo Comitê Nacional (como era designada à época o Comitê Central), com vinte membros efetivos e nove suplentes. Na ocasião Luis Carlos Prestes foi eleito *in absentia*. Os militantes Carlos Marighella[8] e Antonio Soares de Oliveira mesmo presos, também foram eleitos para a direção nacional.

Vale lembrar que esta conferência não representou os anseios da totalidade dos comunistas, como por exemplo, os militantes do Estado de São Paulo. Os comunistas paulistas, encabeçados por Caio Prado Junior[9], Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima, divergiram dos posicionamentos políticos vindos da CNOP. Os cenopistas defendiam a necessidade de ampla aliança política, o que envolveria os governos do Estado Novo. Divergente era a posição dos paulistas que deveriam lutar também contra o regime autoritário do Estado Novo.

---

[8] Carlos Marighella teve uma longa militância no PCB, até que, por discordâncias ocorridas entre Marighella e o PCB, no qual o primeiro foi expulso e ajudou a organizar a ALN em finais de 1968. Para mais detalhes sobre a importância de Marighella ver a obra de SILVA, Fabiana Siqueira. **Ação libertadora nacional**: o sonho de uma geração (1968 – 1973). 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Grduação em História) – Faculdade de História e Serviço Social, Universidade de São Paulo, Franca, 2001. p. 32 - 52.

[9] Caio Prado Júnior (1907 – 1990), pensamento social brasileiro de linha marxista, deixou uma marca indelével com relação a sua produção intelectual, que mantém indiscutível atualidade para se analizar a realidade brasileira. Para maiores detalhes no que tange a importância das suas obras, recomendamos a leitura de IUMATTI, Paulo Teixeira. Diários políticos de Caio Prado Junior: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998. E também a leitura de SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2001.

Convém destacar que esta reunião de reorganização foi a segunda conferência nacional do PCB e, que a denominação comumente conhecida de "Conferencia da Mantiqueira", foi em virtude de ter sido realizada na Serra da Mantiqueira, no município de Engenheiro Passos, no Estado do Rio de Janeiro.

Entendemos que esta nova direção representou a continuidade com a fase anterior do partido de 1934/1940. O embasamento para a nossa assertiva reside no fato de que esta nova direção se pautou por apregoar a necessidade de se forjar a 'União Nacional' de todos os brasileiros no esforço de guerra em prol dos Aliados. Lembremos que a defesa da construção de aliança para combater o "perigo fascista", estava presente desde 1934/35 por ocasião do surgimento da ANL.

Posteriormente com a deposição de Getúlio Vargas mediante um golpe de Estado em vinte e nove de Outubro de 1945, os comunistas continuaram apoiando a tática da "União Nacional', dessa vez, durante o governo interino de José Linhares.

A tática da "União Nacional", conforme vimos, significava o esforço em agupar um grande leque de forças sociais (proletariado, campesinato, camadas medias e frações da burguesia), cujo objetivo era o "esforço de guerra". Essa mesma tática continuou a nortear o partido durante o período do retorno da legalidade burguesa.

Nesse meio tempo, os comunistas se pautaram por perseguir o objetivo de crescer na legalidade, tendo, por conseguinte, adotado o lema "ordem e tranqüilidade". Os comunistas percebiam, que o novo regime político que se esboçava, permitiria maior atuação dos comunistas na sociedade. Haviam constatado, que lhe era difícil e complexo conquistar o poder político pela via insurrecional.

O PCB a partir da Conferência de 43, contava com um núcleo dirigente mais capacitado teoricamente do que o seu predecessor, apesar de continuar enveredando pelo mesmo instrumental teórico[10]. Observaram que o cenário nacional não possibilitava a tomada do poder pela guerra de movimento[11]. Dentre os motivos percebidos pelos comunistas, estava no limitado nível de consciência das classes sociais protagonistas da revolução – operariado e campesinato - era limitado. Da parte da classe operária, grandes contingentes conformadores do operariado estava no patamar de consciência "em si", não possuíam a dimensão

[10] O instrumental teórico-analítico dos comunistas brasileiros a que nos referimos, foi moldado de acordo com a interpretação fornecida pelos comunistas soviéticos a respeito da caracterização da nossa formação social. Para uma analise da construção desta absorção deste instrumental teórico recomendamos as leituras de DEL ROIO, Marcos. **A Classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990 e MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada* – A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

organizativa necessária para procederem às ações contestatórias de grande envergadura. Quanto ao campesinato, a sua existência começou a ser percebida pelos comunistas no final da década de vinte, pois durante os primeiros anos de existência do PCB, o foco das suas atenções circunscrevia-se as cidades[12].

Assim, tendo deixado de lado a tomada do poder pela "guerra de movimento", mediante manifestações de radicalismo que desembocam em ações revolucionarias que ocasionassem conseqüências imprevisíveis para si mesmos, os comunistas optaram progressivamente pela conquista do poder político através da utilização da "guerra de posições", ou seja, entenderam que a luta pela construção de uma hegemonia antagônica a existente passava pela conquista paulatina do poder político.

A conquista de progressivos espaços na sociedade passava pela constante organização dos setores populares, principalmente o operariado e o campesinato – segundo o pensamento marxiano – incumbidos da missão de serem os protagonistas da nova sociedade, entidades sindicais. Neste sentido, sob a inspiração comunista, surgia o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) fundado em Maio de 1945, antes de o Partido Comunista Brasileiro ter obtido a sua legalidade. Todavia teve efêmera existência, pois em Abril de 1946 foi cassado sob a alegação de não atender as normas legais descritas pela legislação trabalhista. Os comunistas não se intimidaram e fundaram no mês de Setembro do mesmo ano durante seu Congresso Sindical, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Mesmo com o empenho demonstrado pelo PCB na organização dos trabalhadores, o seu foco principal consistiu na obtenção da sua legalização. Para isso, constituiu o lema "apertar o cinto", o que implicava no desencorajamento – pelo menos de maneira provisória - frente aos trabalhadores de qualquer atitude (passeata e greve), que prejudicasse os comunistas de obterem a sua legalização. Contudo, essa opção feita pelos comunistas causaria danos a sua imagem, pois grandes contingentes de trabalhadores mantiveram-se afastados da sua influência.

---

[11] Os comunistas entendiam que a realidade brasileira não comportava o mesmo caminho para a tomada do poder como tinha ocorrido na Rússia soviética.

[12] A atenção que os comunistas começaram a fornecer a *questão camponesa* iniciou-se a partir de 1928 com o surgimento do Bloco Operário-Camponês (BOC). Mesmo assim, de forma muito rudimentar, sem maio reflexionamento teórico no sentido de melhor canalizar a potencialidade do campesinato. Para maiores detalhes ver MEDEIROS, Leonildes Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos Tadeu. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Visões do Brasil, Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 214. (Coleção Repertório).

Diante das atitudes dos comunistas, inferimos que os mesmos optaram pelo viés politicista, isto é, não levaram em conta, a contraditoriedade intrínseca do Modo de Produção Capitalista. Ao privilegiar o âmbito do político[13], foi-lhe prejudicial em virtude do fato de que ao optar pela busca da legalização, terminava por se verem distanciados dos trabalhadores.

Os esforços dos comunistas na sua adequação a institucionalidade burguesa pelo caminho da obtenção da sua legalidade lhe renderiam resultados, com a obtenção do registro definitivo em 10 de Novembro de 1945. Neste mesmo ano foram realizadas eleições, vencidas por Eurico Gaspar Dutra.

A eleição de Dutra não representou um substancial avanço no processo de reordenamento democrático. Lembremos que o seu governo foi marcado por forte repressão ao movimento popular e sindical. Mesmo assim, os comunistas continuaram apostando no que seria a "inabalável e sólida democracia burguesa" como era conhecida o incipiente retorno da legalidade burguesa. Os comunistas entenderam que o nivel de conscientização e entendimento acerca da democracia ainda era incipeinte. Contudo, os comunistas depreendiam que no momento que se vivia, não se poderia se enredar no pessimismo, tendo em vista, que a correlação de forças se encontrava favorável à democracia, vaticinando que a defesa da democracia se encontrava em mãos das amplas massas trabalhadoras. A questão a ser formulada era a de saber em que patamar se encontrava a organização política das massas.

Veremos mais adiante, por ocasião da decretação da ilegalidade do Partido Comunista do Brasil, que a projetada organização das massas restringia-se ao nível teórico por meio de documentos e intervenções teóricas dos comunistas. O mesmo não ocorrendo na prática cotidiana, pois lembremos que durante a fase da instituição dos sindicatos paralelos no interregno de 48-50, os comunistas viram sua influência diminuir consideravelmente entre a população, especialmente no interior da classe trabalhadora.

Com o restabelecimento do ordenamento constitucional legal-burguês mediante promulgação da Carta Constitucional de 1946, os comunistas optaram pela constante e crescente disputa de hegemonia pela via institucional. O objetivo a ser alcançado era a construção de um grande partido de massas com profunda influência na sociedade. Neste ponto, os comunistas alcançaram considerável êxito, tendo conseguido eleger uma bancada de parlamentares.

[13] Pelo privilegiamento do ambito do politico entendemos o fato de que os comunistas canalizaram esforcos por tentar conquistar influencia nas direções das diversas organizações das sociedades civil, dentre elas o sindicato, em detrimento de um maior trabalho no interior da fábrica na acepção gramsciana.

A promulgação da Carta Constitucional de 1946, sem dúvida representou um avanço frente à constituição anterior. Contudo, o governo eleito de Eurico Dutra não respeitou as prerrogativas constitucionais que até aquele momento representava um avanço em termos jurídicos, segundo os estudiosos do constitucionalismo representava para a época, o que se tinha de mais avançado, fruto principalmente das intervenções dos parlamentares comunistas.

No contexto internacional ocorreu uma substancial alteração ideológica e geopolítica, envolvendo principalmente os Estados Unidos e a União Soviética. A grande Aliança envolvendo estes países tinha sido constituída com o objetivo de combater o nazi-fascismo que começava a se desagregar. Em seu lugar, surgia no horizonte o espectro da Guerra Fria, que teria influência no Brasil.

Internamente, o Brasil através do governo Dutra, tinha optado pela esfera de influência estadunidense. Nesse ínterim, os comunistas conforme elucidamos, não se atentaram para as mudanças que vinham ocorrendo, pois continuavam atreladas a tática da "União Nacional", entendida como ampla aliança necessária para a construção da democracia.

1.2 Os Comunistas Frente aos Condicionamentos da Democracia Burguesa: a Cassação e os Manifestos de 1948 e 1950

Frente ao crescimento eleitoral dos comunistas, fazendo com que fosse a terceira força eleitoral acrescida ao aumento da sua influência na sociedade impulsionaram a inquietação da burguesia que, segundo Mazzeo (1999, desde suas origens foi autocrática e golpista.

A convivência entre forças políticas antagônicas – de liberais a comunistas – conformadas na tática da "União Nacional" foi progressivamente abalada em seus alicerces. O início do processo de cassação partiu de um pedido feito por um deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entender de Reis Filho: "A fundamentação jurídica era pífia, conforme se pode constatar pela leitura dos votos dos juizes que a recusaram." (REIS FILHO, 2002, p. 75).

O motivo da cassação do registro no entender de Reis Filho (2002), se deveu a uma conjugação de fatores, como a influência da guerra fria que pressagiava nos primeiro meses de 1947, as forças políticas conservadoras que apoiavam o governo Dutra e o visceral anticomunismo das elites políticas liberais e conservadoras, acrescido ao fato de por este

período, o cresicmento vertiginoso do efetivo militante do PCB, em termo eleitorais e sua influência em vários setores dos movimentos populares, notadamente o sindical.

Mesmo com a delineação de ambiente político que progressivamente ia sendo hostil aos comunistas, os mesmos continuaram acreditando na *crescente* legalidade da burguesia. Podemos ter ciência da nossa assertiva acima, em virtude dos comunistas terem planejado a consecução do seu Quarto Congresso nacional para Maio de 1947.

Com a cassação, mediante a lei n. 23.066 de 7 de maio de 1947, a tática da "união nacional" envolvendo diversos setores da sociedade brasileira começava a se desintegrar. Nesse meio tempo, o setor jurídico do Partido Comunista Brasileiro ainda tentava evitar a cassação, enquanto os comunistas tentavam dar forma a um novo partido, na possibilidade de se consumada a cassação. Assim foi fundado em Julho de 1946, o Partido Popular Progressista (PPP). Os comunistas integrantes do PPP ainda chegaram a desenvolver uma campanha visando atingir as cinqüenta mil assinaturas exigidas por lei. Porem a iniciativa de nada adiantou e os comunistas enveredaram para a clandestinidade.

A partir daí, os comunistas se inclinaram à esquerda e começaram a defender que o governo Dutra era de traição nacional, formado por fantoches manietados pelo imperialismo estadunidense.

Diante deste novo panorama político, os comunistas entendem que o país esta polarizado por dois posicionamentos antagônicos. De um lado, os setores entreguistas cujo ápice eram os setores que formavam o governo representado por latifundiários e parcela da burguesia atrelada aos interesses externos. De outro lado, está os operários, os camponeses camadas médias com feição progressista, mais integrantes antiimperialistas existentes no interior da burguesia nacional. Todos estes setores formavam um bloco nacional revolucionário. A tomada de posição inicial para a esquerdização dos PCB se deu com o documento intitulado Manifesto de Janeiro de 1948. Segundo Mazzeo (1999, p. 74-75):

> No documento, o partido reconhece que se havia deixado seduzir por ilusões reformistas'. O partido denuncia também, os vínculos do governo com o imperialismo norte-americano e com sua política internacional pró Guerra Fria. Em sua auto-crítica, o partido chega a vislumbrar que o processo pos-45 não havia destruído as bases da autocracia burguesa no Brasil, caracterizada como base do fascismo -, abandonando a lógica seguida até então, que era a de apostar na possibilidade de construção de uma democracia burguesa dentro de condições historico-objetivas em que tais tarefas não seriam realizadas jamais por uma burguesia de extração colonial.

Diante do exposto, podemos perceber que esta nova orientação fez com que o Partido Comunista rompesse com a orientação anteriori, calcada no reformismo, enveredando pelo caminho revolucionário.

Diante da primeira exposição, inferimos que os comunistas mantinham a concepção de que no Brasil ainda precisava ser realizada a revolução burguesa, porém sob ângulo diferente, isto e, à direção do processo revolucionário não caberia a burguesia e sim, a aliança operário-camponesa. Ao mesmo tempo, os comunistas revisaram a sua proposta de aliança que a partir de então não seria tão ampla como o fora durante a tática da União Nacional, na qual:

> Essa nova formulação objetivamente alterava o leque das alianças, que deixava de ser tão amplo. Isso fazia com que o partido se voltasse para composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, ale de, marcadamente buscar uma ação independente de classe. (MAZZEO, 1999, p.75).

Os pecebistas perceberam que a construção da democracia passava pela constituição de uma aliança cuja direção coubesse a classe operária, englobando o campesinato e as camadas médias, sendo descartada a burguesia. Para que fosse possível a construção desta frente envolvendo os setores acima descritos, o PCB estruturou a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), que possibilitasse ser o instrumento operacionalizado desta nova situação.

A FDLN possuía um programa de nove pontos, dentre os quais, constava a constituição de um governo democrático, popular e revolucionário, as mais amplas liberdades democráticas, com eleições de juizes e tribunais pelo povo e, a formação do Exército Popular de Libertação Nacional (EPLN). Neste último ponto, cabe assinalar que a sua idealização foi plasmada na existência do Excército Popular de Libertação na China continental[14].

A clivagem mais à esquerda dos comunistas ocorreu com o documento intitulado *Manifesto de Agosto de 1950*. Apesar do acentuado grau de sectarismo, pelo qual podemos observar o tratamento dado ao segundo governo Vargas, que – da mesma fora que seu antecessor – era considerado de "traição nacional". Entretanto o manifesto de 1950 apresentou um aspecto que foi a prioridade na:

> [...] centralidade operária na construção da democracia e na ruptura coma as formas institucionais da autocracia burguesa e do prussianismo-colonial, mediante a priorização da luta de massas como instrumento para a conquista

[14] O Exército Popular de Libertações (EPL) foi criado oficialmente em primeiro de Agosto de 1927, com a união de grupo de comunistas que tinham participado da fracassada revolta da colheita de Outono na província de Hunan.

> do poder. Essa percpectiva, que apontava para uma interpretação *particularizada* da realidade histórico-social do Brasil, tinha em si, *potencialmente*, a possibilidade de superação da formulação genérica de construção da 'etapa' da revolução democrático-burguesa precedendo a proletária. (MAZZEO, 1999, p. 76).

A análise que os comunistas fizeram da realidade nacional, utilizando como referencial teórico o *Manifesto de Agosto de 1950* se conformou na tentativa de se pensar a concretização da democracia comandada pelo proletariado e seus aliados (camponeses e camadadas médias pauperizadas) que segundo Mazzeo (1999) mediada pela Frente Democrática de Libertação Nacional, ao mesmo tempo, que se criaria organizações políticas populares com controle político hegemonizado pelos trabalhadores. Contudo, o PCB terminou por se isolar de significativos setores da sociedade, dentre estes, o operariado, em decorrência da sectarização na implementação do Manifesto, isto é, aos comunistas faltaram-lhes entender, que em certos momentos, necessitáva-se flexibilidade, como por exemplo, a necessidade de se continuar a atuação em sindicatos oficiais.

Assim, com o intuito de reverter o isolamento, os comunistas realizaram a Resolução Sindical em 1952, como ficou denominada a Resolução do Comitê Nacional do PCB sobre Organização e Unidade da Classe Operária de Julho de 1952. Neste evento, os comunistas retomaram a atuação no sindicalismo oficial, visto que, a construção de sindicatos paralelos não tinha conseguido arregimentar a classe operaria como se pretendera. A nova postura adotada renderia visibilidade política aos comunistas pois, um ano depois, ocorreria a greve dos trezentos mil, que traria grande repercussão no cenário nacional.

A partir de então, o PCB começou a se aproximar paulatinamente dos trabalhistas no setor sindical, até pouco tempo atrás, considerado como inimigo a ser combatido. Esta retificação na orientação da política permitiu ao PCB: "[...] recuperar parte de sua influência junto a classe operária e, já em 1953, seria a força dirigente de uma das maiores greves realizadas em São Paulo, conhecida como a 'greve dos 300.000'. (PACHECO, 1984, p. 201).

Contudo, no âmbito da política geral, os comunistas continuaram criticando o governo Vargas, como sendo de "traição nacional'. Diante desta exposição, pensamos que os comunistas não procederam há uma reflexão necessária acerca do panorama no qual os comunista estavam inseridos. A dicotomia representada acima, com a aproximação com os trabalhistas no âmbito sindical e a radical oposição ao então líder máximo do trabalhismo brasileiro, representado por Vargas, estava pautada pela inobservância da contraditoriedade intrínseca da sociedade. Os comunistas não perceberam que o governo Vargas, mesmo

representando hegemonicamente interesses burgueses, era hostilizado por frações comerciais da burguesia afinadas com o imperialismo estadunidense.

Ao mesmo tempo, os comunistas brasileiros estavam antenados aos acontecimentos internacionais. Neste mesmo ano que aconteceu a greve acima elencada, ocorrera, o falecimento de Josef Stálin, que até então, era considerado o norteador do movimento comunista internacional. A sua saída de cena causou comoção e expectativa em todos os quadrantes do espectro político mundial.

Vários agrupamentos político-partidários de cariz comunista, se encontraram no grande dilema. E agora, o que fazer. Afinal de contas, Stalin era considerado - por mais de duas décadas pelo movimento comunista internacional - como o "guia genial dos povos". Os comunistas no Brasil manifestaram grande comoção pelo que consideravam uma perda de profunda magnitude, quando consideraram que a morte de Stalin ocasionou uma:

> [...] imensa desgraça caiu sobre toda a humanidade. Morreu o grande Stalin. Cessou de bater o coração generoso que sempre pulsou pelos explorados e oprimidos do mundo inteiro. Deixou de trabalhar o cérebro genial que durante mais de três décadas iluminou o caminho da libertação dos povos. Nenhum homem fez tanto pela humanidade [...] (COMUNICADO..., 1953).

Percebemos que por muitos anos Stálin fomentou a construção de um culto "a personalidade" que ultrapassou a nação russa. Veremos mais adiante, que a figura construída em torno de Stalin continuaria norteando os comunistas que posteriormente fundariam o PCdoB.

Voltando aos acontecimentos no Brasil, o governo Vargas continuou sendo motivo de ofensiva em duas frentes. De um lado, representado por setores da burguesia afinados com interesses estrangeiros. De outro, a veemente oposição lançada pelos comunistas. Como desenlace da contenda, consumou-se a derrota do governo mediante a morte de Vargas. Mesmo assim, os comunistas continuaram enfocando o governo posterior comandado por Café Filho, como de traição nacional e defensor dos interesses imperialistas.

O entendimento da realidade nacional dos comunistas não foi modificado, sendo posteriormente confirmado, por ocasião do IV Congresso Nacional do PCB em 1954, cerca de duas décadas e meia após a realização do III Congresso. Tendo sido projetado para acontecer em 1947, o IV Congresso em linhas gerais representou a reafirmação teórica e prática adotada pelos comunistas contida nos documentos de 1948 e 1950. O programa do IV Congresso foi elaborado anteriormente por uma comissão de integrantes do Comitê Central em Dezembro de 1953.

1.3 Reavaliando os Erros do Passado: a Auto-Crítica Limitada de 1956-1957

O novo dirigente da então U.R.S.S.[15], Nikita Kruschev[16], depois de ter conseguido se consolidar no poder, após acirrada disputa interna no interior do poder político soviético[17], procedeu a um ajuste de contas com o passado e, o momento escolhido foi o Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Durante os dias 24, 25 e 26 de Fevereiro de 1956, Kruschev leu o documento intitulado ”relatório secreto”, no qual constava todo o passado vivenciado durante os anos do período Staliniano. A recepção deste relatório causou surpresa não só para os ouvintes, como também para os comunistas do mundo inteiro. Segundo Deutscher, Kruschev “[...] falou, não para eruditos, mas para homens e mulheres de uma nova geração comunista e, para estes, suas palavras chegaram como um choque titânico e como o inicio de uma profunda convulsão mental - e moral.” (DEUSTCHER, 1968, p.11).

No interior da análise feita, foi procedida uma profunda crítica – principalmente –, ao período governado por Josef Stálin, no qual foi feita uma crítica aos excessos (prisões, deportações e execuções) cometidos na construção do socialismo. E, por conseguinte todos os erros cometidos sendo imputados ao denominado período Stalinista.

O mesmo ano de 1956, internamente se revelara de grande importância para o direcionamento do movimento comunista brasileiro. O Informe Secreto sucitou curiosidade entre os comunistas brasileiros, que possivelmente produziria um dos impactos mais profundos no interior do movimento comunista nacional. Mas nem todos os comunistas de início se mostravam receptivos, denominado ‘relatório secreto’ produzido pelos comunistas russo, pois quando:

> [...] chegaram as primeiras notícias sobre o relatório secreto do XX Congresso do PCUS, os dirigentes do PCB se fecharam diante de uma discussão que, havia muito não se conhecia entre as correntes socialistas. Após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stálin, nem resultava fácil para a

[15] Sigla que significa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que passou a ser adotada a partir de Dezembro de 1922, com mediante a união da República Soviética Federal Socialista Russa (RSFSR), a Ucrânia, a Republica Soviética da Bielo-Rússia e a República Federal Socialista Transcaucasiana.

[16] Nikita Krushev foi dirigente soviético de Setembro de 1953 até sua deposição em 1964. Para maiores detalhes acerca da ascensão de Krushev ao poder político soviético recomendamos a leitura de Volkogonov, Dmitri. STÁLIN: Triunfo e Tragédia. 1939-1953. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004 pg. 595. E no que concerne a sua deposição e o encerramento da desestalinização ver LEONHARD, Wolfgang. **O futuro do comunismo soviético – em vésperas de uma nova revolução?** Rio de Janeiro: Nórdica, 1977. p. 102-105.

[17] A subida e manutenção da liderança de Krushev a frente do poder político soviético, ocorreu após uma disputa entre integrantes do Partido Comunista Soviético e o Estado Soviético, a época dirigido por Bulganin. No embate entre ambos, a vitória coube ao grupo liderado por Kruschev. Para maiores detalhes a respeito da disputa ocorrida entre ambas as instancias sugerimos a leitura de REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma revolução perdida – a história do Socialismo Soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 192-3.

> mentalidade comunista dos anos 50 acreditar na veracidade dos crimes agora denunciados pelo impetuoso secretário-geral, Nikita Krushov. (SANTOS: 2003, p. 232-33).

Assim que a direção do PCB recebeu o relatório acima referido, tratou de postergar a sua divulgação pelo maior tempo possível. Todavia, expressivos setores da estrutura partidária comunista, começaram a pressionar a sua divulgação, no intuito de tomar ciência do seu conteúdo. Afinal de contas, tratava-se de um documento produzido pelo país (URSS), que era considerada a 'pátria do socialismo' e fonte de inspiração teórica para os comunistas brasileiros.

O ponto central do *Informe Secreto* estava na questão do Stalinismo. Por quase três décadas, o movimento comunista internacional sofreu influência do período Staliniano, que de acordo com Elleinstein:

> Tem que ver com todos os Estados Socialistas nascidos após a segunda guerra mundial e com todos os partidos comunistas. Atinge tanto os domínios da teoria como os da pratica, tanto a política como a economia e a ideologia. (ELLEINSTEIN, [1976], p. 5).

A progressividade das discussões e pressão para tomar conhecimento do conteúdo do relatório, desembocara no entender de Segatto (1995) e Pacheco (1984) no surgimento de três correntes e respectivas propostas: a "corrente renovadora" ou "abridista"; o "centro pragmático" e a "corrente conservadora" ou "fechadista".

A "corrente renovadora" seria a impulsionadora da abertura e promoção dos debates, dirigindo sua criticas aos "conservadores". A "corrente conservadora" tentando dificultar os debates e o "centro pragmático" tentando manter o instrumental teórico marxista-leninista direcionando os debates de maneira controlada, cuja finalidade era que as discussões não saíssem do controle.

Num primeiro momento, o "centro pragmático" se aliou aos conservadores no intuito de expurgar os "renovadores". Tendo logrado êxito, o "centro pragmático" dirigiria seus ataques aos "conservadores", que dentre os seus integrantes constavam João Amazonas, Mauricio Grabois, futuros integrantes do núcleo dirigente do PCdoB. Ao final, o "centro pragmático" liderado por Luiz Carlos Prestes sairia vitorioso. Mesmo assim a sua vitoria foi possibilitada, em virtude desta corrente ter conseguido atrair alguns integrantes desgarrados da derrotada "corrente renovadora".

O processo de mudança interna ocorrido em 56/57 no interior do PCB, assemelhado a desestalinização russo-soviética, mais se assemelhava com a "campanha das

cem flores" impulsionada pelo Partido Comunista Chinês em 1956/57[18], no que se referia a possibilidade de crítica dada aos militantes comunistas. Contudo, a quantidade de críticas foi além das expectativas, ocasionando incômodo para a direção partidária. No interior das críticas advindas da militância, estavam não só a própria teoria marxista-leninista, de cariz staliniana, bem como, a concepção de partido e o modelo soviético portador de validade universal.

Nesse sentido, para os comunistas formadores da corrente renovadora, a renovação integral do partido comunista, implicava na rediscussão dos temas acima elencados, que possibilitassem a construção teórica condizente com a nossa realidade nacional. Para os conservadores, a discussão em torno do passado influenciado pelo pensamento staliniano, carecia de maior significado, pois entendiam que por trás das criticas feitas ao Stalinismo estava a critica "a própria teoria marxista". Por fim, quanto ao centro pragmático que perfazia a maioria da direção partidária, como vimos acima, manifestou desconforto tanto com o crescimento quanto com a profundidade das criticas.

Desde o início, a direção partidária, procurou manter os debates e o processo de renovação partidária sob considerável controle. Todavia, vendo que as criticas poderiam ir além dos 'limites toleráveis', a direção nacional, por meio do seu secretário-geral à época, que era Luiz Carlos Prestes, redigiu uma carta publicada pela imprensa partidária em Novembro de 1956. Em seus contornos gerais, defendia a necessidade de se proceder a uma rigorosa análise e crítica desde que, não colocasse em xeque o referencial teórico marxista, combatendo a manifestação de ideologias que pudessem ser estranhas ao proletariado e a não admissão de qualquer forma de hostilidade a União Soviética. Posteriormente, este documento acima elucidado, foi chamado pelos renovadores como Carta-rolha, em virtude do fato de se tentar restringir as discussões entre a militância. O centro pragmático capitaneado por Prestes, vendo que as discussões estimuladas pelos renovadores poderiam até colocar em questionamento a própria ligitimidade do núcleo dirigente, do qual o centro era maioria, tratou de lançar à frente nos direcionamentos das discussões. Residindo aí o sentido da carta de Prestes:

[18] Pensamos que as semelhanças ocorridas entre os partidos resida no fato de que ambas as iniciativas partiram do Comitê Central dos respectivos Partidos Comunistas. A finalidade da iniciativa em ambos os casos era fomentar o processo de democratização partidária mediante críticas ao passado recente, que tinha sido caracterizado profundo culto à personalidade. Assim, haja visto que o Partido Comunista tinha a democracia como questão estratégica, importava em que a ocorrência da defendida democracia se iniciasse na estrutura interna do partido. Para maiores detalhes a respeito da importância da campanha das "cem flores", recomendamos a leitura de NAVES, Márcio Brilharino. **Mao**: o processo da revolução. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 58-59 e MANDEL, Ernest (Org.). **A China antes e depois de Mao**. Lisboa: Antídoto, 1977. p. 93.

> A carta de Prestes, pelo impacto imediato, recorta os espaços ainda deixados pelo projeto de resolução, tornando quase impossível prosseguir, como antes, o debate no interior do partido. Quando Prestes fixa o âmbito da discussão praticamente no terreno da atividade partidária, do reforçamento do partido e da defesa de sua unidade, já é evidente que o debate se esvaziara e que os bebatedores deveraim aguardar o seu novo curso. (SANTOS, 1988, p. 135).

O núcleo dirigente – leia-se centro pragmático e Prestes -, moldado nos cânones Stalinianos do marxismo trataram de se resguardar de qualquer infortúnio que por ventura pudesse acontecer. Contudo, a importância deste embate em torno do legado staliniano ia além de discussões acerca das conseqüências perpetradas durante a era Stálin. O que importa dizer era que, o que estava por detrás destes embates, teria grande significado para os futuros encaminhamentos políticos, que se revelariam de extrema importância para o PCB, na medida em que o devido encaminhamento e resolução de dúvidas que surgiram ao redor da temática possibilitariam que os comunistas enfrentassem com maior justeza o processo de desestalinização.

Durante este período, assim como os verificados no início da década de 50 o PCB participou ativamente das grandes campanhas mobilizadoras que galvanizaram expressivos contigentes da população. Assim foi durante a campanha do *petróleo é nosso* que resultou na criação da Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS), contra o envio de militares brasileiros para a guerra da Coréia e segundo Santana (2001) pelas grandes mobilizações operárias em 1952-53 no país. Na área rural, os comunistas se envolveram em atividades que propiciasse o real encontro da suas proposições com os trabalhadores rurais. O momento, ao que nos parece, que o PCB teve maior inserção no campo foram os episódios de Formoso e Trombas, no Estado de Goiás e Porecatu no Paraná.

A atuação dos comunistas no campo se revelou se suma importância como termômetro e balizador da sua produção teórica e, também para testar se realmente sua teorização estava condizente com o processo de metabolização social. Na época o PCB estava sob os auspícios da resolução política do IV Congresso de 1954, contendo um forte discurso de tonalidade esquerdista, apesar de que num patamar ligeiramente inferior ao do manifesto de Agosto de 1950.

Dentre as lutas camponesas que lembramos acima, traçaremso comentários de uma das duas, mais especificamente a de trombas e formoso, por ter tido maiores conseqüências. Localizado no norte de Goiás, a sociedade brasileira em pleno século vinte se depararia frente a uma dos maiores movimentos reivindicativos do campo. Por décadas muitos homens se delocaram para esta localidade em busca de um pedaço de terra para

garantir o seu sustento. Com o passar do tempo, vendo que a terra nesse lugar era promissor começou a surgir os grileiros[19] que exercia a função de forjar documentos falsos, muitas vezes a mando de grandes latifundiários, para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras,contando para ísso, com o apoio de juízes e autoridades policiais locais. Os próprios grileiros ainda praticavam atitudes ofensivas para com os camponeses intimidando-os e se apropriando das colheitas. Ao que os camponeses se mobilizaram, contando com o apoio do PCB/GO, que por intermédio de um de seus membros -, que décadas depois forneceria entrevista à revista A nova democracia, do qual citaremos uma passagem elucidativa -, providenciou um veículo para transportar armas e munições:

> Eu era secretário do partido em Goiânia e me perguntaram se eu não queria ir para a região. Aceitie a tarefa e fomos até Anápolis (55 km de Goiânia), onde um companheiro tinha um caminhão que nós enchemos de armas e munições. Logo após minha chegada, começamos a falar para os camponeses da necessidade de nos prepararmos para enfrentar os jagunços. (NUNES, 2006).

A truculência dos grileiros e jagunços pressionou para que os camponeses resistissem, o que aconteceu já em meados de 1954, tendo obtido vitória quando conseguiram expulsoar os jagunços. Do lado dos camponeses, observou-se que se deveria se preparar melhor para futuras ações que envolvessem utilização de armamentos. E ao mesmo tempo que o PCB através deste integrante, Valter Waladares, tratava de organizar os camponeses, procedia uma campanha de politização. Se num primeiro momento, a participação tinha sido diminuta tendo em vista a rarefação de quadros comunistas na região, o próprio Waladares, tinha comunicado ao partido a respeito do que estava acontecendo, tendo na ocasião solicitado ajuda material:

> Nós tínhamos combinado com a direção do partido que tão logo chegasse as notícias do primeiro choque, o Partido mandaria reforço de armas e se possível, de mais alguns quadros dirigentes para uma cidade à esquerda de Porangatu, na rodovia, lá em Mutunópolis, por que nós tínhamos um companheiro lá que era dono de uma farmácia. Decidiu-se que iria lá um camponês que conhecia muito bem, além de mim. (NUNES, 2006).

O próximo passo, seria a ampliação da resistência por meio de contatos que possibilitasse a construção de uma rede de apoio. Com este intuito, Waladares consegue contactar Zé Porfírio, lider dos trabalhadores do município de Trombas, e de comum acordo

[19] A palavra grileiro vem do fato que os latifundiários forjavam – forjando ainda hoje -, documentos de posse e propriedade da terra, que depois eram levados até um cartório para que fossem legalizados. Daí arranjava-se grilos e trancava-os junto com os documentos, numa gaveta de uma escrevinha – de preferência -, para que a secreção proveniente do grilo atingisse o papel mudando-o de coloração, dando um aspecto envelhecido, fazendo assim com que se passasse por documento antigo.

ficou-se decidido que a luta seria concentrada nesta localidade. Posteriormente Waladares (2006) relata que se dirigiram para Formoso para ajudar a construir a Associação dos lavradores do Formoso e de Trombas, que passou a ser uma entidade legalizada e os lavradores receberam títulos de propriedade.

Neste momento, mesmo vivendo as conturbações internas em decorrência do relatório secreto soviético, o PCB, pelo menos, em Goiás, demonstrava estar sintonizado com os acontecimentos naquela região. Por esta época o PCB: "Abalado que estava com as denúncias com o culto a Stálin, tanto a nível como nacional, o partido passa, regionalmente, por uma certa rearticulação que teve a participação direta de assistentes do Comitê Central." (CUNHA, 1997, p. 92).

A situação com que se defrontava os lavradores foi sendo motivo de crescente preocupação do comitê regional do partido, que por sua vez se interessa pelo nível de resistência oferecido pelos camponeses, logo no primeiro das escaramuças entre lavradores e jagunços. Assim:

> Neste curto período de um ano em que o partido, em Goiás, foi se redefinindo política e organicamente na luta interna advinda da cirse do XX Congresso do PCUS, a correlação de forças orientadas por setores do Comitê Central já apontava para uma nova linha de atuação mais intimamente ligada aos grupos de base camponesa. Um primeiro indicativo desta proposição e redefinição é a eleição de José Ribeiro, de Formoso, como membro suplente do Comitê Central. (CUNHA, 1997, p. 95).

A passagem se torna muito elucidativa, pois desconstrói um argumento – escrito -, feito por dois dirigentes do PCdoB, João Amazonas e Maurício Grabois. Durante as comemorações feitas pelos comunistas, por ocasião dos cinquenta anos do partido comunista, em uma certa altura, Amazonas e Grabois, enfoca a preocupação do partido com relação aos conflitos rurais dentre os quais o de Trombas e Formoso:

> Apenas na década de 50, o Partido fez tentativas de se voltar para o campo. Enviou ativistas a regiões de maior tensão social, particularmente para a zona de posseiros. Com a participação do Partido, surgiram lutas em Porecatu (PR), Formoso (GO), interior de São Paulo e Triângulo Mineiro. Essas lutas tiveram cunho radical e mostraram as imensas possibilidades para impulsionar o movimento revolucionário no campo. (AMAZONAS; GRABOIS, 1972-2000, p. 180).

No entanto causa-nos estranheza a alegação, manifestada por ambos, de que o partido não tivesse manifestado empenho em continuar fazendo com que sua influência se fizesse sentir no campo. Para Amazonas e Grabois (1972-2000, p. 180):

> Mas o partido não deu continuidade aesse trabalho nem procurou generalizar a experiência. A partir de 1956, sob a influência do revisionismo, a atividade

> dos comunistas no campo foi totalmente abandonada. Até mesmo foi retirada a palavra-de-ordem de reforma agrária radical.

A alegação de que a partir de 1956, a atividade comunista no campo foi abandonada carece de realidade, pois conforme vimos na observação de Cunha (1997) sugerindo que no interior do PCB, as forças que sinalizaram com mais insistência a importância que devia ser fornecida à questão rural – ao que nos parece -, foi sinalizada por Amazonas e Grabois, que até estava sintonizada com o aspecto operário-urbano das atividades partidárias. E, só posteriormente, isto é, de forma hiper-tardia, mais concretamente a partir da VI Conferência Nacional do PCdoB em 1966, sob influência dos ventos revolucionários chineses, é que ambos demonstrariam de fato maior preocupação com o campo, quando partiram para a região do Araguaia.

Outrossim, na época em que durou o conflito de Trombas e Formoso, que foi até 1964, Amazonas e Grabois, não teriam como argumentar que não sabiam que o PCB, continuava envolvido neste conflito, tendo em vista que os dois faziam parte do Comitê Central eleito no IV Congresso de 1954 e segundo Pomar (2003) ambos fazendo parte do seu secretariado, que era uma instância decisória mais centralizada.

Os comunistas se viram pressionados - diante de fatores externos como a divulgação do relatório secreto, e internos, como a crescente participação dos trabalhadores urbanos nos assuntos políticos do país -, a enfatizar a importância crescente da questão democrática para a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que ocorria a disputa entre as três correntes, o cenário político institucional, sinalizava para o crescente aprofundamento da democracia política, mediante a atuação de forcas político-sociais portadoras de projetos políticos muitas vezes antagônicos.

1.4 A Declaração de Março de 1958: a Eestrategização da Questão Democrática

A Declaração de Março de 1958, expressou o pensamento do novo núcleo dirigente saído do processo de auto-crítica limitada que nos referimos anteriormente, no qual Santos e posteriormente reafirmado por Segatto, fizeram a seguinte observação:

> A Declaração de Março – como ficou conhecida – significou para o PCB o rompimento com o sectarismo e o dogmatismo que predominavam na sua política nos anos imediatamente anteriores. O processo de renovação que se

> desenvolve no interior do partido e a nova política esboçada pelo PCB serão calcados na defesa do pluralismo e do policentrismo, na intervenção consciente, ativa e unitária das grandes massas de trabalhadores no processo político no sentido da renovação democrática e socialista do país, na defesa intransigente das liberdades democráticas [...]. (SEGATTO, apud SANTOS, 1988, p.iv).

Reafirmadas por Santana (2001, p. 93) comentando que a:

> Declaração de Março de 1958 será um marco importante na medida em que consolida uma alteração de orientação e abre novo flanco de acirramento das disputas internas. Ela tentará dar conta da nova realidade existente, buscando superar a linha estabelecida pelo IV Congresso que já parecia caduca e ultrapassada no próprio momento de sua realização. A Declaração reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas (primeiro a democrática e nacional, depois a socialista); indicava o caminho pelas reformas estruturais, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução [...].

A exposição feita pelo autor acima, sugere que o PCB ao enfatizar o caminho que os comunistas deveriam seguir, que era o das reformas estruturais, apresenta certa proximidade com a tese da Democracia Progressiva na década de Cinqüênta no PCI[20] (Partido Comunista Italiano), em que grosso modo, postulava a Itália trilharia o caminho do socialismo pela via democrática, principalmente pela disputa de hegemonia nos espaços institucionais. Cabendo destacar também, a absorção - bem ao estilo dos PC´s de linha terceiro-internacionalista -, da linha política soviética, que entendeu que o socialismo poderia também ser alcançado pela coexistência pacífica.

Assim podemos inferir, que a nova direção do PCB, entendia que o país passava por sensíveis mudanças tanto na sociedade quanto no arcabouço político-institucional, no qual:

> [...] o estágio que o Brasil atravessava era favorável ao fortalecimento das tendências nacionalistas e democráticas. Reconhecia-se a importam da participação nas instituições pertinentes à liberal-democracia, As eleições não eram mais vistas apenas como meio de agitação e propaganda mas, também, como um importante instrumento de intervenção política. As alianças eleitorais e a atuação no movimento sindical deveriam ficar subordinadas a formação de uma ampla frente, congregando todos aqueles que se opunham ao latifúndio e ao imperialismo. Através do voto era possível conquistar um governo que implementasse reformas estruturais na sociedade. Priorizava-se a via pacifica para transformar o regime [...]. (PANADOLFI, 1995, 186).

[20] A estratégia do caminho italiano para o socialismo pela via democrática com o tempo revelou ser um engodo. Os comunistas apostaram suas fichas em tal empreendimento e ao longo de anos da sua existência o PCI conheceu sucessivas derrotas eleitorais e defecções na sua militância até o seu esgotamento orgânico em 1991, quando a maioria dos seus militantes decide criar uma nova forma-partido, com a fundação do PDS (Partido Democrático della Sinistra).

A atuação semi-legal que o PCB trilhou neste período, induziu para os comunistas, a impressão de que o regime político burguês tivesse se pautando por uma – pretensa -, e ininterrupta institucionalização. A partir deste momento, o PCB foi progressivamente pautando por um profundo politicismo da semi-legalidade que a legenda desfrutava. Deste modo, a Declaração de Março terminou sendo a cristalização do entendimento que a questão democrática se notabilizaria por se constituir na saída para as deficiências estrutrurais pelos quais a sociedade enfrentava. Portanto a Declaração de Março foi o entendimento, de que a democracia seria a finalidade a ser alcançada e, o socialismo quando muito, ficava circunscrito ora à parte discursiva dos comunistas, ora circunscrito apenas nas suas Resoluções Congressuais.

A Declaração de Março de 1958, não se constituía em unanimidade entre os comunistas. Um setor discordante - remanescente, do grupo conservador, por ocasião da disputa ocorrida em 1956/57 -, no qual comentamos anteriormente, logo que este documento veio à luz, puseram em dúvida a sua legitimidade. Argumentaram que este documento foi produzido sem conhecimento do Comitê Central. Segundo, os conservadores entendiam que em sua essencialidade, a Declaração desarmava teórica e politicamente os trabalhadores, por acreditarem que a transição para o socialismo poderia ser possibilitado pelo caminho pacífico.

Assim, para os dissidentes (tratava-se de um grupo residual), a declaração de Março não se constituiria no fazer a grande politica, visto que, nas suas entrelinhas, presumía-se a marcha ascendente e imperturbável do processo da democratização. No nosso entendimento -, os dissidentes comunistas, depreendiam que a base material, hegemonizada por uma burguesia golpista e autocrática, dificilmente comportaria a democratização, a não ser que esta tivesse como lastro, uma ativa e profunda participação organizada dos movimentos sociais capitaneados pelos trabalhadores. Contudo, para a direção prestista, que paulatinamente ficava seduzido pela possibilidade do partido conquistar a legalidade no mais breve espaço de tempo possível e ocupar todos os espaços possíveis de serem conquistados na sociedade, o conteúdo da declaração bastava por si mesma.

A Declaração de Março de 1958 se constituiria na linha consagrada do PCB que posteriormente seria chacelada no V Congresso de 1960. Mesmo tendo o mérito, para a maioria do PCB, de se pautar pelo distanciamento ao esquerdismo embutido no Manifesto de 1950, contudo, o PCB menteve-se modelado pela concepção etapista do processo revolucionário, comportando um componente regressivo, isto é, a retomada da diretriz de 1936 (já exposta anteriormente), da subalternidade do proletariado à burguesia na condução do processo de transformações, que os comunistas viam como necessária, pelos quais o Brasil

deveria passar para atingir o pleno desenvolvimento econômico. Neste sentido, a Delaração de 1958 perfaz uma regressão frente ao Manifesto de 1950, que propugnava a hegemonia proletária.

1.5 O 5º Congresso de 1960 e a Gênese do Núcleo Dirigente do PCdoB

O V Congresso Nacional do PCB há muito aguardado pelos comunistas, foi realizado em Setembro de 1960, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Diferente do IV Congresso, o V Congresso se caracterizou por uma ampla participação dos militantes e que também foi aberto para a participação do público em geral. Essa informação se revela importante, em virtude do partido ainda se encontrar `a época na ilegalidade.

A linha central que norteou os debates no V Congresso, basicamente se caracterizou pela discussão e posterior ratificação acerca da Declaração de Março de 1958 e pela continuidade da discussão interna que tinha se iniciado com a auto-critica de 1956/57. No V Congresso, ocorreu um realinhamento das tendências divergentes. O Centro Pragmático que tinha surgido durante a luta interna de 56-57, gravitando em torno de Prestes, passou durante os debates do V Congresso a ser denominados de situacionista ou "direitista". Enquanto que os conservadores passaram a ser conhecidos como oposicionistas ou "esquerdistas". E por fim, a contribuição de Caio Prado Júnior, que mesmo isolada, se contrapôs ao instrumental teórico-analítico utilizado pelo partido, que no entendimento de Prado Júnior, não estava condizente com a realidade político, econômico e social brasileira. A respeito do surgimento destas três visões no interior do partido, podemos contar com a contribuição de Mazzeo Lagoa (2003, p. 160):

> Podemos dizer que nesse congresso aparecem dois tipos de divergências com o núcleo hegemônico do Comitê Central do partido, as que tinham como centro a condução prático-política do PCB, como as que eram defendidas por membros do alto escalão diretivo, o grupo liderado por João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar e uma de fundo teórico-interpretativa, representada pelas formulações analíticas de Caio Prado Jr.

A própria existência de mais de uma interpretação existente no interior do PCB, divergente do entendimento do Comitê Central acerca da realidade brasileira, nos sugere inferir o clima de insatisfação interno que continuava a reinar no interior. A resolução das insatisfações verificadas entre os militantes se mostrava como *conditio sine qua non*,

possibilitando a dissolução das divergências, o que por sua vez, dependia de se proceder a um reexame mais profundo do próprio instrumental teórico-analítico.

Em verdade, as terminologias ‘esquerdista’ ou ‘direitista’ utilizadas durante os debates internos, estavam longe de estarem alicerçadas numa fundamentação programática, ou seja, eram mais adjetivas do que propriamente de substancialidade, daí a utilização dos termos entre aspas. Para consubstancializar a nossa posição, nos amparamos no fato de ambos os posicionamentos apresentarem pontos de convergências, isto e, apresentavam o mesmo entendimento de que a estratégia do Partido se pautava pela realização da Revolução Nacional, Democrática, Antifeudal e Antiimperialista. Da mesma forma, defenderam a participação da burguesia “nacional” na construção da Frente Única no combate ao imperialismo.

Já as divergências, consistiam no fato de que os “esquerdistas”, não concordavam com as “Teses” preparatórias do Congresso que colocavam a burguesia “nacional” como condutora do processo revolucionário em detrimento da aliança operário-camponesa, defendiam a participação do latifúndio “antiimperialista” na Frente Única nacionalista e democrática e por fim, as “Teses” se mostrava – no entender dos “esquerdistas” -, excessivamente otimista com a possibilidade que o Brasil caminhasse para o socialismo pela via pacifica.

As Teses se apresentavam como reflexo da posição dos situacionistas ou “direitistas”, que por sua vez, detinham o controle da Comissão de Redação das Teses. Na sua essência, as Teses endossavam a Declaração de Março de 1958. Ao final do V Congresso, as teses do Comitê Central foram ratificadas por ampla margem de consentimento dos militantes.

No entanto, a sua aprovação não diminuiu o ímpeto oposicionista dos “esquerdistas”, que foram componentes do velho núcleo dirigente. Cabe salientar, que apesar do núcleo dirigente ser saído vitorioso por ocasião do debate em torno das Teses, das influências das divergências formuladas pelos “esquerdistas” se fizeram sentir quando foi formulada a Resolução Política do Comitê Central. Este documento afirmava que cabia ao proletariado uma maior participação enquanto ator político no cenário nacional, apesar da manutenção do papel de liderança que caberia a burguesia ter se mantido inalterado.

Outra sutil diferença foi a via pacifica para o socialismo, que nas Teses era sobrevalorizada, enquanto que na Resolução Política afirmava a importância da “[...] luta de massa, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo.” (RESOLUÇÃO..., 1960).

Portanto, a Resolução Política se pautou pela busca da conciliação entre os “esquerdistas” e os “direitistas” como foi chamado os integrantes do Comitê Central, ou seja,

com a minoria (“esquerdista”) vencida submetendo-se a maioria vencedora do núcleo dirigente (“direitista”), seguindo assim, as prerrogativas do centralismo-democrático, que defendia que no âmbito das discussões internas, a minoria se submeteria a maioria.

O futuro núcleo dirigente do PCdoB progressivamente entendeu que as deliberações emanadas do quarto congresso de 1954, se pautou por ser uma reflexão do maior significado para os comunistas. Neste sentido segundo Pandolfi, para o núcleo dirigente fundador do "[...] PCdoB, o Quarto Congresso representou um salto de qualidade, um novo e mais elevado patamar na reflexão estratégica dos comunistas brasileiros.” (PANDOLFI, 1995, p. 181).

Progressivamente, os comunistas dissidentes do PCB, perceberam que as suas posições dificilmente sairiam vencedoras no embate interno, visto que, o posicionamento manifestado pela maioria liderada por Prestes tinha encontrado ressonância entre a militância. A seguir, procuraremos entender a importância dos principais integrantes do núcleo dirigente do PCdoB, basicamente formado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar procurando entender qual a importância dos mesmos na construção do PCdoB.

1.6 A Atuação e os Limites dos Principais Integrantes do Núcleo Dirigente do PCdoB: João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar

A trajetória de João Amazonas se confunde com a origem do PCdoB. Joao Amazonas Nasceu em Belém do Pará no dia primeiro de Janeiro de 1912, iniciou sua militância aos dezoito anos de vida por ocasião do Movimento Político-Militar de 1930. Em 1935 começa a trabalhar numa fabrica de massas alimentícias, ao mesmo tempo em que começa a participar da ANL[21] e logo depois no PCB, tendo se tornado um dos dirigentes no seu Estado. Com o fracasso da Rebelião Aliancista de 1935, João Amazonas foi processado ficando detido por dois meses. O motivo do processo foi o surgimento de: “[...] denúncias de

[21] Fundada em 23 de Março de 1935, a ANL foi uma tentativa de constituição de uma frente popular com um programa nacional-popular. No entanto, a ANL teve efêmera existência, tendo sido posta na ilegalidade meses depois da sua fundação. Para maiores detalhes a respeito da ANL sugerimos a leitura da obra de DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa – a política da alianças do PCB: 1928 – 1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986 e VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

militares do 26o. Batalhão de Caçadores, com quem mantinha contato. Mas não é condenado." (POMAR, 2000, p. 161).

Com a instauração do Estado Novo em Novembro de 1937, Amazonas atua no movimento sindical, chegando a integrar a União Geral dos Sindicatos Proletários do Pará. Logo em seguida e preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, conseguindo escapar da prisão em 1941. No mesmo ano vai para o Rio de Janeiro executando serviço de contador no Sindicato da Construção Civil.

Militante e consciente dos seus deveres, apesar no entender de Coelho (2000), oferecer resistência em reconhecer os erros cometidos, Amazonas não economiza esforços na reorganização do PCB[22] que tinha sido praticamente desmantelado nos anos 40/41. Nesse asentido, ajuda na reorganização partidária comunista nos Estados do Paraná, Rio Grande Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Poucos anos depois, integra a comissão encarregada de organizar a Segunda Conferência Nacional do PCB, comumente conhecida como "Conferência da Mantiqueira".

Durante os anos finais do Estado Novo em 1943/45, Amazonas segundo Coelho (2000) utilizando do codinome de Sertão, se empenhou na concretização da tática da "União Nacional". Amazonas entendia que a defesa desta consígna possibilitaria a união de todos os brasileiros no que considerava o maior perigo que a sociedade e o país enfrentavam naquele momento que era o perigo do nazi-fascismo.

Em Outubro de 1945, mediante um golpe de Estado protagonizado pelo Exército, findava-se o Estado Novo, sendo convocadas eleições gerais logo em seguida. O PCB apresentou uma lista eleitoral, encabeçada por Luiz Carlos Prestes.

Durante a campanha eleitoral, foram organizados Comitês Democráticos Populares (CDP) em diversos setores da sociedade. Para os comunistas o resultado foi animador, tendo conseguido eleger – conforme extensa literatura que se debruça sobre o PCB -, uma bancada de 15 parlamentares, dentre eles João Amazonas e Maurício Grabois, que posteriormente seriam dois dos principaís dirigentes do núcleo dirigente fundador do PCdoB.

Em 1946, Amazonas atuou em duas frentes, tanto como integrante na Terceira Conferência Nacional do PCB realizada em Julho do mesmo ano, sendo eleito para a direção nacional do Partido e para a sua Executiva Nacional. Como deputado eleito, sua atuação

[22] Logo apos a fracassada tentativa de rebelião organizada pela ANL, O PCB foi praticamente desarticulado nacionalmente, restando apenas alguns núcleos dispersos. Para ver detalhes a respeito deste período, recomendamos a leitura de obra de DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o Marxismo (1920 – 1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp. 2002. v. 5. p. 59-60.

parlamentar teve curta duração. Pois, em virtude do clima de guerra fria despontando nos horizontes internacionais em 1947, foi decretada a ilegalidade do PCB, e João Amazonas e toda a bancada comunista foi cassada em 1948, enveredando para a clandestinidade.

Como podemos perceber, desde a metade da década de quarenta, devido ao seu empenho enquanto militante, Amazonas foi guindado as postos de direção na estrutura partidária. Este fato nos permite inferir, que para as hostes partidárias, Amazonas – assim como seus pares na direção partidária -, representava as características[23] que o legitimaram como dirigente. Mesmo na clandestinidade, Amazonas foi eleito para a direção nacional após o encerramento do IV Congresso do Partido realizado em Novembro de 1954.

O ano de 1956 teve grande importância para Amazonas. Conforme comentamos anteriormente, ocorreu a divulgação de 'Relatório Secreto' divulgado pelo então *premier* soviético Nikita Krushev. Na contenda interna a respeito da divulgação do relatório ocorrida entre os comunistas, Amazonas se colocou entre os que mantiveram posições conservadoras, primando principalmente pela manutenção da unidade partidária e, que no geral, não infligisse os postulados marxista-leninistas. Todavia, como vimos anteriormente, a corrente denominada conservadora ou fechadista ao final saiu perdedora do embate. No mês de Agosto de 1957, Amazonas seria destituído da Executiva Nacional do PCB[24].

Mesmo tendo sido destituído, Amazonas continuou desempenhando sua militância político-partidária. Os debates no interior do PCB – motivada pelo clima de semi-legalidade que desfrutavam -, fomentaram entre os comunistas, a formulação de nova diretriz política, eqüidistante da que vinha sendo seguida, orientada pelas Resoluções do lV Congresso de 1954. O documento a que nos referimos posteriormente de Declaração de Março de 1958. Segundo Buonicore (2006) Amazonas e Grabois votaram contra este documento, não concordando com as suas diretrizes. Entre os motivos elencados por ambos, residia no fato que a Declaração "[...] apregoava a possibilidade de transição pacífica do capitalismo ao socialismo" (BUONICORE, 2006, p. 45).

A via pacífica ao socialismo, propugnada pela maioria do PCB, liderada por Prestes, estava em consonância com as diretrizes emanadas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) da era Krusheviana de que, o capitalismo já não apresentava o mesmo ímpeto imperialista de décadas passadas. Esta tese perfazia uma negação da tese leniniana do

---

[23] Na estrutura partidária comunista, o militante paras ser alçado à posição de dirigente necessita de cumprir um conjunto de requisitos contidos nos estatutos partidários. Os requisitos são a firmeza teórica, contribuir financeiramente com o partido, dentre outras atribuições.

imperialismo como etapa superior do capitalismo. Além do mais, ao incorrer na este do caminho pacífico, a ala prestista do PCB, esquecia do ensinamento da própria história, ou seja, dos acontecimentos da Comuna de Paris, em que nem estava *na ordem do dia* transição ao socialismo, e a burguesia francesa não titubeou em esmagar a insurreição *comunard*. Na mesma trilha de entendimento manifestada pelo autor acima referido, esta conforme afirmação de Grabois, num texto de sua autoria, escrito entre Abril e Junho de 1960 comentando o seguinte:

> No que concerne ao caminho da revolução, a declaração afirma que o Brasil é um dos países para o qual se abre a possibilidade real da pacifica. Partindo de uma análise profundamente subjetiva, traça um caminho róseo, sem comoções sociais e choques violentos para realizar as tarefas da revolução. (GRABOIS, 1960-2000, p. 16).

Percebemos assim, que dentre os militantes comunistas existiram aqueles que discordavam das novas diretrizes traçadas pela Declaração de Março de 1958. Além dos comunistas descontentes, discordarem das possibilidades do Brasil transitar pela via pacífica do capitalismo para o socialismo, como vimos acima, outro motivo da discórdia girava em torno da defendida tese da crescente democratização da sociedade e das instituições brasileiras. Conforme Grabois:

> Afirma a *Declaração* que a declaração é uma tendência permanente na vida política nacional, uma decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Assim, a democracia aparece como inerente ao capitalismo, tese tipicamente revisionista. (GRABOIS, 1960-2000, p. 16).

A democracia política conforme comentamos no início do primeiro capítulo, sempre se constituiu numa questão estratégica para o PCB. Entretanto, para os comunistas que manifestavam descontentamento com as novas diretrizes traçadas na Declaração de Março de 58, induzia a se acreditar que a sociedade e as instituições brasileiras estavam num processo crescente e ininterrupto de democratização.

O descontentamento destes comunistas - no nosso entendimento -, necessita de maior atenção de nossa parte. Vejamos. Conforme expusemos acima, os comunistas descontentes compreendiam a Declaração era taxativa quando defendia a transição pacífica ao Socialismo. Todavia, o documento encara a transição ao socialismo enquanto possibilidade de efetivação.

Assim, pensamos que os comunistas descontentes confundiam o *possível* como se fosse a única saída a ser trilhada. Vejamos o que diz um trecho da Declaração de 58:

---

[24] Na década de cinqüenta, a Executiva nacional era conhecida como Presidium, seguindo a estruturação partidária soviética.

> O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democracia crescente da vida política, o acenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forcas decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos. (RESOLUÇÃO..., 2000, p. 529).

A transição para o socialismo era pensada em termos de possibilidades tendo em vista a correlação de forças no cenário internacional. Com relação à tese da crescente democratização da vida nacional, observemos como se coloca a Declaração a este respeito:

> A democratização do regime do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu caminho em linha reta mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu como Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954 [...].(RESOLUÇÃO..., 2000, p. 519).

Mesmo assim, o trecho o documento se apresenta bastante otimista no que dizia respeito à realidade brasileira, quando afirmava, apresentando uma "[...] reestruturação da análise sobre o caráter do capitalismo brasileiro, considerado com condições de se desenvolver autonomamente." (MAZZEO, 1999, p. 85).

Vimos assim, que a maioria dos pecebistas que apoiavam a Declaração de Março de 1958, diferentemente do entendimento advindo dos comunistas descontentes (Amazonas, Grabois dentre outros), enfatizava o crescimento das forças produtivas, que por sua vez vinha à tona uma burguesia nacional que estaria a predisposta a desencadear uma luta de magnitude contra os interesses estrangeiros (leia-se preferencialmente estadunidenses) no Brasil. Mesmo assim, a maioria dos comunistas que defenderam o conteúdo expresso na Declaração, entendeu que apesar das vicissitudes com que a democracia se defrontou no passado, o quadro político nacional à época se revelava bastante promissor, com relação aos aspectos da alegada tese da crescente democratização da vida nacional. Feita estas sucintas ponderações acerca da recepção da Declaração de 58 ocorrida entre os comunistas, o documento terminou por direcionar os passos seguintes do Partido Comunista do Brasil, que em traços gerais "[...] executava uma política de conciliação de classes que uma democracia 'genérica' dentro da ordem capitalista e também sua hegemonia burguesia 'progressista', vista como 'defensora da paz e do progresso' nacional." (MAZZEO, 1999, p. 86).

Pensamos que a critica feita pelos comunistas opositores que formariam o PCdoB fosse mais pertinente, segundo a observação feita pelo autor acima, ou seja, de que a Declaração de 58 superestimou o papel de liderança política a ser desempenhado pela

burguesa, outrora considerada *nacional*, bem como, a necessidade dos trabalhadores urbanos e rurais e se unissem a esta burguesia "portadores" de interesses patrióticos, numa frente única nacionalista e democrática.

A destituição de Amazonas de suas funções de direção, não o impediu de continuar exercendo a sua militância, pois:

> Mesmo discordando da nova linha política, acatou a decisão do Comitê Central e não demonstrou suas divergências nem mesmo para os membros das bases partidárias sob sua responsabilidade. Esperou, pacientemente, que a discussão fosse reaberta para que pudesse expor mais detalhadamente suas opiniões. Essa oportunidade surgiu com a convocação do V Congresso do PCB em 1960. (BUONICORE, 2006, p. 46).

Apesar da destituição de Amazonas das tarefas da direção comunista em 1957 segundo Pomar (2000), Amazonas continuou no Comitê Central, ao mesmo tempo que assumiu o cargo de primeiro secretário na direção estadual do PCB no Rio Grande do Sul.

Em 1960 durante V Congresso Nacional do Partido Comunista Brasileiro, Amazonas foi destituído do Comitê Central. Com o passar de meses as desavenças quanto à interpretação tática a seguir entre Amazonas e o núcleo dirigente se aguçaram. O ponto central da contenda se deu em 1961, em que, na tentativa da direção nacional do PCB de fazer com que o Partido fosse legalizado, optou-se em alterar o nome do PCB e os seus estatutos programáticos e de acordo com Santana (2001, p. 96):

> Tais procedimentos foram a gota d'água para que o setor *ortodoxo* – João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar e outros -,que de há muito divergia internamente, se afastassem do partido e se reagrupasse no Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, em Fevereiro de 1962.

João Amazonas juntamente com um grupo de comunistas, manifestou discordância com as mudanças estatutárias. Argumentaram que tal iniciativa não caberia a Direção Nacional e sim, por meio de um Congresso Nacional que deveria ser convocado extraordinariamente, argumentando, que se tratava de tema de tamanha importância, e que não tal decisão ficar restrita no âmbito da direção nacional. Contudo, o núcleo dirigente prosseguiu no intento de legalizar o partido, sugerindo que as mudanças ocorridas não alteravam o conteúdo programático do Partido.

Este mesmo grupo de comunistas descontentes com as mudanças impetradas, contando com a participação de Amazonas, enviam uma carta à direção nacional, no sentido de recuarem das mudanças. Com o titulo "Em Defesa do Partido" formulado ainda em 1961, o grupo de descontentes liderado por Amazonas, não concordando com o teor da modificação

(alteração da denominação do partido e retirada das referências feitas ao marxismo-leninismo) feitas pelo núcleo dirigente argumentando que:

> Diante da situação criada pelo Comitê Central a ele nos dirigimos, apelando para o espírito de partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do V Congresso, substituindo os documentos publicados em *Novos Rumos* por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso, ou então convoquem um Congresso Extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no Programa e nos Estatutos. (EM DEFESA..., 1961-2000, p. 30).

Cabe abrirmos um parêntese, com relação a este apelo ao "espírito de partido de seus membros", em pelo menos dois momentos, no qual posteriormente, a direção do PCdoB, esqueceria este mesmo espírito. Um destes momentos foi em 1979, quando militantes integrantes de alguns Comitês Estaduais, solicitaram ao Comitê Central a convocação de um Congreeso para se fizesse um balanço da justeza da Guerrilha. A este respeito Igor Grabois (APÊNDICE A) entende que:

Ela não foi feita, em 1976 na Lapa foi interrompida pela queda e em 80 quando as discussões se iniciara, passaram a régua NE [...], [...] expulsaram 4 5 membros do Comitê Central e resolveram o problema. Não houve discussão.

Uma próxima ocasião foi logo após as eleições de 86, em que os comunistas contabilizaram profunda derrota eleitoral e, que segundo Grabois (APÊNDICE A) em entrevista concedida, disse que foi:

[...] uma derrota eleitoral grande que o PCdoB sofreu aqui em 86, perdeu deputado federal, estadual, foi uma derrota eleitoral pesada. Que aí envolveu caça, cabeça de dirigentes, o núcleo da, do Estado caiu completamente, expulsaram do partido o secretário político, a secretária de organização na época aqui do Estado, Estadual aqui de São Paulo.

Ao que foi-lhe perguntado, se estas expulsões tinham sido motivo de prévia discussão, em que Grabois (APÊNDICE A), afirmou:

Não, o Comitê Central reuniu e [o entrevistado fez o movimento com a mão em diagonal de cima para baixo imitando o movimento de corte de um machado como que decepando algo], aí resolveu seu Creísso, passou e [o entrevistato fez novamente o mesmo gesto], baixou o tacão, tá expulso. É Fernando Pupo, Aldo Rebelo, não me lembro mais quem, são o novo secretariado, intervenção em São Paulo e fim.

Retornando à década de sessenta, os comunistas que discordavam da nova resolução, conforme tínhamos comentado anteriormente, entendiam que as modificações feitas no Partido pela direção nacional, necessitavam passar pelo crivo de um Congresso Nacional que fosse convocado para tal finalidade.

A direção nacional entendeu de não acatar o pedido formulado na carta e de acordo com (BUONICORE, 2006, p. 53): "Em dezembro de 1961, o Comitê Central do

Partido Comunista, agora 'Brasileiro', divulgou a decisão de expulsar o grupo de dirigentes que havia patrocinado a 'Carta dos 100.'".

A saída encontrada por Amazonas e os demais descontentes, foi a convocação da Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB, utilizando a sigla PCdoB realizado no Estado de São Paulo em 18 de Fevereiro de 1962. Resultando assim na fundação do PCdoB.

O PCdoB nos seus documentos continuou defendendo a democracia como estratégico na construção de uma nova de sociabilidade. Para isso, os comunistas defendiam a necessidade de se constituir amplas alianças políticas que contivessem o operariado, o campesinato, as camadas médias e parcelas da burguesia brasileira que tivesse um caráter nacional e progressista, ao mesmo tempo em que continuava a concepção etapista do processo revolucionário, isto é, primeiro o Brasil necessitaria passar pela revolução democrático-burguesa, para numa etapa posterior contar com as condições objetivas e subjetivas que possibilitasse enveredar no caminho do socialismo.

Com a cisão na qual se formou o PCdoB, Amazonas, continuou sendo um militante pouco conhecido, tendo em vista, que o comunista de projeção ainda era Luiz Carlos Prestes, principalmente em decorrência do seu passado como líder da Coluna Prestes. A projeção de Amazonas foi ganhando contornos mais nítidos, basicamente, a partir de 1963, por ocasião de importante embate que se deu com os comunistas russos.

A polêmica girou em dos debates em torno da interpretação do marxismo no que dizia respeito a várias questões, dentre elas, podemos elencar, por exemplo, quais seriam as vias para a conquista do poder, gerando exasperação entre comunistas que se encontravam à frente da direção de vários Estados, vejamos. De um lado estavam - como os comunistas chineses e cubanos, - que defendiam que a tomada do poder somente poderia ser obtida pelo caminho insurrecional. Pelo outro lado, assim como os soviéticos, estavam aqueles que entenderam que o caminho pacífico na luta pela conquista do político, estava a principal estratégia a ser defendida. Nos Brasil, os principais defensores da via pacífica se encontravam entre os comunistas que tinham permanecido no PCB.

Neste embate, Amazonas e o PCdoB se posicionaram contra a interpretação russa sendo, por conseguinte, duramente atacado. Amazonas juntamente com Mauricio Grabois lançaram um documento intitulado "Resposta a Kruschev"[25] rebatendo as observações criticas

[25] Em verdade, o início da contenda, residiu no fato de que os comunistas soviéticos terem lançado duras acusações aos comunistas chineses numa carta emitida em 14 de Julho de 1963, acusando não só comunistas chineses de divisionistas, bem como citando nomes de membros do PCdoB. Para detalhes ver o texto:
RESPOSTA a Kruschev. 1963. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 43-54.

feitas pelos russos. Este posicionamento não deixa de nos causar estranheza, pelo fato de que se algar que a política seja dinâmica e os acontecimentos passem por constantes modificações -, sem proceder a maior autocricitca de suas posições políticas anteirores, quando o mesmo Amazonas no entender de Coelho (2000), na segunda metade da década de cinqüênta, pontuou como positiva o bom relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética, em que o país dos *Soviets* estava sintonizada com a premissa da coexistência picífica.

No âmbito interno, dois momentos principais nortearam o direcionamento político do PCdoB. Primeiro por tentar se diferenciar do PCB, afirmando que os comunistas liderados por Prestes tinham deixado de ser revolucionário. Aliás, este posicionamento, aliçerçado num profundo radicalismo verbal, acabou por se constituir numa característica do PCdoB, ou seja tentar se erigir no "único" porta-voz autorizado tanto da classe operária quanto do pensamento e prática marxista.

O segundo ponto foi o fato do PCdoB ter se comportado de forma acerbamente crítica em relação ao então governo João Goulart. Este seu posicionamento, terminou por dificultar-lhe uma melhor e mais aprofundada análise das forças políticas interessadas em alijar o presidente do poder presidencial. O fato de maior significado ocorreu durante o plebiscito de 63, visando restituir a forma presidencialista de governo, quando segundo Buonicore (2006), o PCdoB defendeu a abstenção.

Poucos anos depois veio o Golpe de Estado militar-bonapartista[26] de 1964, e poucos meses depois, Amazonas foi obrigado a responder um Inquérito Policial Militar (IPM). Em Maio de 1966, veio a ofensiva mais contundente da ditadura militar, com a cassação dos direitos políticos de Amazonas mediante o ato institucional número dois, instituído em vinte e sete de Outubro de 1965 e nesse mesmo ano, Amazonas tomaria maior conhecimento da conjuntura política revolucionária chinesa.

Nessa época, a China vivenciou uma fase que marcaria toda uma geração, ficando conhecida como Revolução Cultural do Proletariado. Foi com a finalidade de melhor conhecer este momento que a nação chinesa esta passando, que Amazonas viajou para este país no final de 1967.

[26] O bonapartismo possui raízes histórica, vindo, segundo MAZZEO (1997), desde a era da independência em 1822, como fruto de uma burguesia, no caso basileira, portadora de uma gênese contra-revolucionáira, que não se precupava em ceder o poder econômico desde mantivesse o poder político. Assim o bonapartismo, enquanto poder político, pretensamente acima das classes caiu como uma para as intenções da burguesia, principalmente em períodos de crise hegemônica. Quanto ao termo militar, devido ao fato de ter sido os militares a categoria social, que concretizou o intento contra-revolucionário frente ao ascenso dos movimentos populares. Para maiores detalhes a respeito do conceito de bonapartismorecomendamos a obra de MAZZEO (1997), principalmente na página 74.

Retornando para o Brasil, segue para a região do Araguaia, localizada na região Centro-Oeste, desempenhando a tarefa de lavrador. Quando a direção do PCdoB decide pela instalação da guerrilha rural na área, Amazonas passa a integrar a Comissão Militar do que seria posteriormente concebida como Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Com o desmantelamento da Guerrilha Araguaia em fins de 1974 e início de 1975, Amazonas e a direção do PCdoB, procederam a análise da experiência guerrilheira. No entendimento de Amazonas, a Guerrilha do Araguaia teve um saldo político positivo, pois representou uma demonstração de disposição e combatividade da população contra a ditadura militar.

Em 1976, Amazonas é enviado pela Direção Nacional do PCdoB para a Albânia e a China. Essa viagem se revelaria de especial importância para Amazonas, pois, ao que nos parece, possibilitou que escapasse de ser assassinado, no episódio que ficaria conhecido como "Chacina da Lapa", ocorrido em Dezembro do mesmo ano.

No retorno ao Brasil, Amazonas participou ativamente da luta interna motivada pela experiência da guerrilha do Araguaia. Enfrentou uma ativa oposição de militantes que entenderam que – o que depois ficou conhecido como relatório Pomar -, que considerava que a experiência guerrilheira tinha sido um desastre político e militar. Contudo, o relatório tinha perdido muito da sua potencialidade de enfrentamento frente a tese de Amazonas, devido ao fato, do autor deste texto ter sido executado na "Chacina da Lapa", a posição de Amazonas terminou por ser a triunfante. Com a direção nacional praticamente desbaratada, o primeiro passo, seria a reorganização da estrutura partidária, que por motivos de segurança na Albânia em que se deu a realização da VII Conferência Nacional.

As posições políticas de Amazonas continuariam a ser contestadas três anos depois, envolvendo um grupo de militantes do PCdoB defendendo a retomada das discussões sobre o Araguaia, com que Amazonas e a maioria dos dirigentes do PCdoB não se sentiram sensibilizados pelo descontentamento.

A partir de então, esse mesmo grupo, começou a publicar textos na impressa partidária exigindo que o debate sobre o Araguaia, não caberia ao Comitê Central, e sim, mediante a realização de um Congresso extraordinário. A este respeito para Oliveira (2006, p. 26):

> A efetiva necessidade da realização de um Congresso, oportunidade em que o conjunto nacional do partido poderia se reunir para referendar novas ou diferentes atuações deste no cenário político que estava em gestação, era vista por muitos como a única solução possível para os desacordos e incongruências que moviam as críticas daquele instante em que se destacam os balanços sobre a Guerrilha do Araguaia, bem como definiria os rumos

> para o futuro próximo, onde a retomada da atividade legal, o reinício das atividades revolucionárias e a tomada do poder pelos trabalhadores eram aspirações indisfarçáveis dos militantes.

Setores consideráveis da militância pcdobista, entenderam que a realização de Congresso Nacional, teria a legitimidade para resolver não apenas a análise sobre o Araguaia bem como, traçar diretivas do futuro caminho a ser trilhado pelos comunistas. Diante do descontentamente advindo destes setores partidários, Amazonas e a maior parte do núcleo dirigente, no típico sistema Staliniano – de resolver divergências -, entendeu que estava ocorrendo manifestações posições divisionistas, ofensivas a propalada "unidade partidária", e como desfecho, o Comitê Central determinou a sua expulsão destes mesmos militantes descontentes[27]. Ao final deste episódio a discussão acerca da experiência da Guerilha do Araguaia, segundo Grabois (APÊNDICE A), não foi feita, e a direção nacional resolveu a questão mediante a adoção de se expulsar os descontentes, aliás procedimento este historicamente comum verificado no interior dos Partidos Comunistas.

Os militantes descontentes advogaram a tese, que era necessária a ampla e exaustiva discussão – segundo as normas Leninistas -, de qualquer assunto que encontrasse resistência da militância seja individual ou coletiva. Estes mesmos militantes entenderam que era necessário se convocar um Congresso para debater assuntos inconclusos como, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia, como se daria a inserção do PCdoB no processo de Abertura Política. Com o tempo.

A partir de 1979, o Brasil vislumbrava nos horizontes o início da democratização com reais possibilidades de concretização, em que Amazonas defendendo a necessidade que os comunistas formassem uma ampla aliança política anti-ditatorial. No seu entender, fazia-se necessário unir todos os setores da sociedade que fossem opositores do governo autoritário. De início, Amazonas defendeu a importância da atuação no PMDB[28]. Entendido como um partido político que, apesar de ser considerado "oposição consentida", se conformava por representar uma canal de insatisfação política e social contra a ditadura e, que de algum tempo, vinha obtendo sucessos eleitorais que desagradava o governo militar.

---

[27] Em 1980, alguns integrantes deste grupo contestador das diretrizes da maioria do Comitê Central, terminaram sendo expulsos e formaram o Partido Revolucionário Comunista. Posteriormente, os integrantes do PRC ingressariam no Partido dos Trabalhadores (PT), formando uma tendência interna petista. Para mais detalhes recomendamos a leitura de OLIVEIRA (2006).

[28] Fundado em 1965, inicialmente como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em decorrência da rearrumação partidária orquestrada pela ditadura militar, em 1979, seguindo as determinações emanadas pela reforma dos partidos políticos, o MDB transforma-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Anos depois, participou do movimento “Diretas-Já”, defendeu o apoio comunista “a Aliança Democrática em 1985, encabeçada por Tancredo Neves e José Sarney. Durante os dois primeiros anos dos governos Sarney, Amazonas e o PCdoB continuaram dando aval as políticas institucionais, econômicas e fiscais produzidas pelo governo. O rompimento com o governo Sarney se daria em 1987. Nesse mesmo ano, instalar-se-ia a Assembléia Nacional Constituinte. Com o intuito de acompanhar mais de perto os trabalhos legislativos, Amazonas se deslocou para Brasília, dirigiu os trabalhos da bancada do PCdoB.

Amazonas ao longo da sua militância formou-se numa teorização do marxismo pela ótica terceiro internacionalista stalinizada, contribuindo para que dirigente partidário fosse sem dúvida alguma, um produto do seu tempo, temporalidade estava marcada por insuficiências e incompreensões teóricas acerca da realidade nacional. Mesmo que Amazonas tivesse enfrentado dois períodos ditatoriais de 1937-45 e 1964-85 e produzisse uma razoável produção político-partidária, entendemos que Amazonas ao longo de sua trajetória militante, manteve-se circunscrito ao instrumento teórico-analítico herdado do PCB, que afirmava que a estratégia política seria nacional-democrática, mantendo-se a concepção etapista. Em seguida, veremos que outro integrante do núcleo dirigente do PCdoB, Maurício Grabois manteria a mesma convicção política da necessidade da aliança com a burguesia para implementar as mudanças que o PCdoB entendeu serem positivas para o Brasil.

Nascido em 1912, Grabois iniciou a sua militância na década de trinta no PCB, tendo integrado a militância na ANL. Com o fracasso da rebelião aliancista em 35, sobrevém o Estado Novo em 1937, e passados alguns, Grabois foi condenado, terminando por ser preso em 1941 no Rio de Janeiro, sendo libertado no ano seguinte. A sua libertação favorece a sua atuação política, contribuindo para que se torne um dos fundadores e integrantes da CNOP, sendo, segundo Pomar (2000), responsável pela organização Conferência da Mantiqueira em 1943.

Uma das contribuições partidárias de Grabois foi no setor de imprensa, tendo dirigido o Jornal A Classe Operária. Em 1945, ocorreram as eleições no qual Grabois foi de acordo com Bertolino (2004), o segundo mais votado entre os comunistas com 15.243 votos, desempenhando a função de liderança da bancada pecebista. No ano seguinte, após a realização da Conferencia Nacional do PCB, Grabois passou a integrar o Comitê Central na condição de membro efetivo. Com a cassação do registro eleitoral, Grabois teve seu mandato cassado.

A afastamento de grabois das posições teóricas do PCB, começaram a tomar uma certa conformação a partir de 1957, mediante a absorção feita pela maioria dos comunistas do

Comitê Central das teses dos comunistas soviéticos, da possibilidade de se construir o socialismo pela via da Coexistência Pacífica, sendo por esse motivo afastado da Executiva Nacional e, como punição, foi designado para dirigir o PCB no Rio de Janeiro. Em 1962, seria um dos militantes que se juntaria ao João Amazonas na organização do PCdoB. Segundo Grabois (APÊNDICE A) foi o texto "duas concepções, dois partidos", de autoria de Mauricio Grabois, que pode ser considerado como texto de fundação do PCdoB.

Com o Golpe Militar de 1964, Grabois foi forçado a mudar de residência, não lhe restando outro caminho que não fosse a clandestinidade. O acirramento da repressão fez com Grabois e o conjunto da direção comunista, visualizasse a luta no campo como uma das formas principais de luta para combater a ditadura. Nesse sentido, chega-se o ano de 1967, no qual Maurício Grabois aporta na região do Araguaia indo morar num sítio, sendo conhecido nas redondezas como "seu Mário". Feita a inspeção da área, para ter certeza de que o lugar oferecia condições para montar o dispositivo da Guerrilha, Grabois retorna para São Paulo, só retornando para o araguaia em 1968. Durante os preparativos da Guerrilha, Grabois participou do seu Bireau Político, tendo sob o seu comando o destacamento A de um total de três. A sua morte aconteceria em 25 de Dezembro de 1973.

A concepção teórica de Maurício Grabois foi semelhante a de Amazonas, isto é, ambos entenderam, que a luta armada desencadeada naquele momento, fazia parte de um projeto político inserido na concepção política comunista, isto é, naquele momento historicamente determinado o que importava em realidade, era denunciar a ditadura militar em si. Todavia, o que nos chama a atenção, é o fato de que os comunistas não fazerem uma análise mais acurada se naquele. Aquela forma de luta era adequada para se enfrentar o regime militar, e que, no entender de Grabois (APÊNDICE A) a implementação da Guerrilha, se deu em virtude do erro de interpretação dos comunistas, que por sua vez esteve alicerçado numa visão etapista do processo revolucionário.

Apesar de levarmos em conta, a forte repressão à época, as dificuldades de se proceder numa maior reflexão do momento histórico que se vivia, que são motivos alegados por militantes que continuaram no PCdoB, mas quando com relação a não crítica da concepção utilizada naquele momento, mesmo assim, pensamos que fosse – pelo menos possível -, necessário se proceder a uma reflexão acerca da exatidão ou não do instrumental teórico pcdobista.

Essa possibilidade concretamente existia, devido ao fato, de integrantes do núcleo dirigente terem produzindo textos nas condições mais adversas, isto é, no momento que uma parcela da direção estava empenhada na operacionalização da guerrilha. Nesse sentido,

inferimos que, a concepção da revolução em duas etapas (primeira a democrático-burguesa secundada posteriormente pela socilista porletária), estava cristalizada na direção nacional, contribuindo para esta nossa afirmação, a interpretação feita de forma dogmática do *corpus* teórico marxista.

Com relação ao Pedro Pomar, no qual comentaremos a seguir – apesar de defender a mesma trilha teórica dos dois dirigentes anteriores -, durante a fase posterior da Guerrilha, apresentou acentuadas divergências e que, no nosso entendimento, se não tivesse perecido em 1976, muito provavelmente, contribuiria pelo menos, para alterar os rumos políticos e pelo menos, repensar os fundamentos teóricos do PCdoB.

Pedro Pomar nasceu em 1913, no Estado do Pará. Em 1932 Pomar chegou a participar de um levante em solidariedade ao Movimento Constitucionalista São Paulo. Debelada a revolta, Pomar se dirigiu ao Rio de Janeiro, o que possibilitou entrar em contato com o PCB, retornando tempo depois para a sua cidade natal, Belém, para cursar Medicina, sem, no entanto, ter conseguido terminá-lo.

O fracasso da Rebelião de 1935, não pouparia Pomar de ser preso em Fevereiro de 1936, sendo libertado em Junho de 1937. Pomar voltaria a conhecer a prisão em 1940, conseguindo fugir da cadeia em 1941, juntamente com Amazonas e, o destino escolhido foi o Estado do Rio de Janeiro.

Pomar foi um dos organizadores da Conferência da Mantiqueira em 1943. Segundo Pomar (2003, p.108), durante a fase preparatória desse encontro compreendido:

> [...] entre 1942 e 1943, que Pomar se deu conta de que o partido não era, e não poderia ser, senão uma amostra do próprio brasileiro, com suas qualidades e seus defeitos, com seus heroismos e suas covardias, com suas alegrias, com seus lampejos de sabedoria e suas ignorâncias, com seu conformismo e suas explosões de indignação, com sua subordinação à religião oficial e sua crendice capaz de aceitar com tranquilidade qualquer heresia e assimilá-la num total sincretismo religioso, com seu patriotismo local e xenófobo e sua doçura no trato com qualquer estrangeiro.

Pomar entendeu que o Partido Comunista representava uma síntese da realidade brasileira. Portanto, para que fosse possibilitada aos comunistas se debruçarem a respeito de qual caminho que o Brasil necessitaria trilhar com reais condições de sucesso, ao fim do Estado Novo, passava necessariamente por compreender a concreta formação e anseios da sociedade brasileira. Foi neste sentido que Pomar se empenhou na organização da Conferência da Mantiqueira sendo foi finalmente realizada em Agosto de 1943, sendo Pomar eleito integrante da Comissão Executiva do PCB.

A Conferência da Mantiqueira se notabilizou por ter sido o chancelamento de União Nacional, por meio do qual, para fazer frente ao esforço bélico, os comunistas defenderam a necessidade – que entendiam ser inádiavel -, a união de todos os setores sociais (leia-se uma grande aliança abarcando desde os trabalhadores até a burguesia), para que se combatesse a ameaça premente, à época configurada no nazi-fascismo. Neste entendimento acerca dessa aliança, segundo Pomar (2003, p. 133): "Pomar se atinha, assim, estritamente à linha de colaboração classista da união nacional, reiterando que ela era uma forma revolucionária de luta por que, naquele momento, era a única capaz de conduzir os brasileiros rapidamente a uma fase superior de progresso social.".

Diferentemente da afirmação elencada acima, pensamos que Pomar, mediante sua leitura da realidade esteve carregada de profunda visão unilateral, simplista, visto que, à época da realização da Conferência da Mantiqueira, militantes comunistas discordaram da palavra de ordem cenopista de "União Nacional" em torno de Getúlio Vargas. Portanto, essa alegação de Pomar terminou por ser, nada mais do que, a ratificação tout court da estratégia política da Revolução em etapas, e, assim continuaria a ser até o final de sua vida.

Nas eleições pós-Estado Novo, Pomar foi eleito deputado até ser cassado em 1947 juntamente com o restante da bancada. Retornando à condição de militante, Pomar manifetaria apreensão com os rumos que o Partido estava tomando por ocasião do Manifesto de Janeiro de 1948, tendo ficado isolado. Para Pomar o Manifesto de Janeiro traria isolamento do PCB na sociedade, em que suas mesmas opiniões foram externadas por ocasião do lançamento do Manifesto de Agosto de 1950.

Na década de cinquênta, a participação de consideravel envergadura se deu em por ocasião da Declaraçãode março de 1958, no qual Pomar manifestou repulsa, que no entender de Pomar (2003, p. 226), se deu:

> Seja por discordância com o método, seja por divergências com o seu conteúdo. Não se cansava de repetir, que era irônico que aquela linha política, considerada por muitos como de abertura para a participação política democrática na sociedade, tivesse sido elaborada de forma tão antidemocrática e 'stalinista', repetindo os velhos métodos de direção, tão execrados (nos outros) pelos que dela participaram.

A Declaração de Março de 58, apesar de sinalizar o ajuste de contas, com a passado staliniano, no interior da própria formação partidária ainda se poderia encontrar práticas cristalizadas do stalinismo. Para os comunistas, não seria – como não foi e continua não sendo -, fácil se desvencilhar deste procedimento, conforme veremos mais adiante, no final da década de noventa, que a manifestação do Stalinismo volta à tona, mediante

expulsões de manifestações divergentes ao pensamento político do núcleo dirigente comunista. Pomar participou do Quinto Congresso do PC em 1960 sendo eleito para o Comitê Central, após sua retratação acerca de suas opiniões divergentes aos encaminhamentos do núcleo majoritário liderado por Prestes.

A continuidade de Pomar no PCB se prolongou até final de 1961, quando foi expulso, pelo fato de ter sido um dos signatários da carta dos cem. A próxima tarefa de Pomar foi a organização do PCdoB, tendo participado da sua Conferência Extraordinária de Fevereiro de 1962. O PCdoB nasceu como partido pequeno e isolado, principalmente ao reduzido contingente comunista. Frente à esta situação, não restou outra alternativa para Pedro Pomar de acordo com Wladimir Pomar (2003, p. 251), que não fosse:

> [...] romper esse isolamento. Assumiu a direção de A Classe Operária, junto com Maurício Grabois, estimulou os poucos membros do PCdoB a ligarem-se à classe operária, nas fábricas e sindicatos, e aos camponeses, aos estudantes e as camadas populares, e discutiu seriamente a necessidade de adotar uma tática adequada que levasse em conta não só a correlação de forças políticas como a própria força minúscula do partido. Muitas vezes armou-se de exemplares do jornal do partido reorganizado para vendê-lo, juntamente com outros companheiros, nas portas de fábrica e em bairros operários.

As dificuldades enfrentadas pelo PCdoB, seriam de grande envergadura, dentre elas, estava a concorrência do PCB, que na época da cisão desfrutava de popularidade devido à sua política emanada do V Congresso, de outros atores sociais como as Ligas Camponesas, etc. Portanto, o panorama no qual o PCdoB surgiu, apresentava uma realidade complexa. Segundo Pomar (2003, 253), décadas depois, usando o codinome de Mário:

> [...] rememorou que no PCdoB reorganizado também se vira diante de um quadro bastante complexo. Havia uma certa unidade quanto ao combate a alguns dos aspectos do velho partido, mas não havia suficiente clareza sobre a natureza e agravidade de tais aspectos. Todos eram aparentemente contra o mandonismo e a arrogância, mas estes métodos de direção ainda se faziam presentes de diferentes modos, embora amainados por certa dispersão que a pequenez do partido e suas múltiplas tarefas impunham.

A luta contra o passado pairava como uma sombra viva, o acerto de contas se tornava para Pomar (2003) uma necessidade inadiável, pois no seu entendimento:

> Todos havíam rompido com mito prestista, mas não com a necessidade de mitos. Todos eram pela democracia interna, mas se as divergencias eram encaminhadas com indulgência, os que as portavam eram sutilmente colocados à margem com mil e um pretextos. Na verdade, havia uma incapacidade real de romper radicalmente com os métodos e o estilo de trabalho que se haviam cristalizado no velho partido. A reorganização partidária se impunha em detrimento da necessidade de avaliar a experiência histórica. (POMAR, 2003, p. 253).

Diante do exposto, podemos depreender que Pomar se sentiu portador de relfexões de, enquanto militante comunista, ao mesmo que tinha a terefa de construir um novo, trabalho partidário, no seu novo PCdoB, se deparava com um legado da qual se revelava de dificil resolução, isto é, constantemente se inquiria de como muitos dos seus companheiros se livrariam da arrogância e do mandonismo. E, no tocante ao instrumental teórico pcdobista, Pomar (2003, p. 253):

> Permanecia insatisfeito com a retomada dos objetivos da revolução nacional e democrática e com a ascendência do aspecto nacional no Manifesto Programa do PCdoB. Julgava que, no fundo, haviam repetido as fórmulas presentes no IV e V Congressos e nos documentos que acusavam de reformistas e revisionistas.

Apesar de Pedro Pomar ter concordado com a criação do PCdoB, naõ economizando esforços para concretizá-lo, Pomar entendia como sendo a reorganização do Partido Comunista, ao mesmo tempo Pomar demonstrava perceptíveis inquietações quanto a permanência de reminiscências teóricas do PCB. Para Pomar, já que, se a Conferência Extraordinária – pelo menos, ao que se sugeria -, era a reorganização em "moldes revolucionários" do Partido Comunista, por que então, a permanência, dentre outras, de concepções que tinham sido motivo de antonização entre o núcleo dirigente prestistas, de um lado, e de outro, os militantes descontentes capitaneados por Amazonas.

A militância de Pomar no PCdoB, sempre se pautou por uma combinação de concordância com a concepção etapista do processo revolucionário pari passu com profundas críticas com a forma em que muitas discussõs eram encaminhadas pelo Comitê Central, sendo em razão deste fato, considerado uma "pedra incômoda"[29] entre os pecedobistas, tendo ocasionado para Pomar seu afastamento da Comissão Militar e também da incumbência de preparar áreas guerrilheiras em Goiás e na Região Norte.

Passada as atividades militares dos comunistas no Araguaia, o Comitê Central sentiu-se na contingência de proceder ao balanço deste momento. Mais uma vez, a "pedra incômoda" (Pedro Pomar), inferiu que a guerrilha tinha apresentado sérios erros político e militar. De acordo com Carvalho (2006, p. 98):

> [...] a avaliação de Pomar é uma contundente autocrítica que propõe ao partido. Afirma nela que a causa da derrota da guerrilha não era de natureza apenas militar e temporária como apresentou o relatório de ângelo Arroyo, mas sim devido a causa mais geral, a problemas de fundo, o de concepção com respeito à guerra popular. Na verdade, este brilhante documento que foi rechaçado pela conduta autoritária e golpista que Amazonas impôs ao partido após a morte dos principais quadros revolucionários do partido, é um

[29] Esta expressão foi utilizada por Wladimir Pomar (2003, p. 282).

> balanço autocrítico que não se limita aos episódios deamáticos do Araguaia, em que formula claramente que o que se aplicou no Araguaia não foi a concepção da guerra popular prolongada, pois não se observou seus princípios e preceitos básicos.

A experiência da Guerrilha segundo Pomar, estava diametralmente oposta à percepção pelo seu companheiro de militância Ângelo Arroyo, no sentido de que a empreteitada guerrilheira, não apresentou apenas um refluxo momentâneo como sugere o relatório de autoria de Arroyo mas sim, o próprio conteúdo e a operacionallização da guerrilha estiveram dissonantes com relação à própria conceptualidade da Guerra Popular Prolongada. Contudo, a posição crítica que Pomar esteve expressando em seu relatório, não teve prosseguimento em decorrência do seu assassinato na Lapa.

Ao longo deste subcapítulo, tivemos a oportunidade de realizar, em traços largos, a importância e concepções teóricas do núcleo dirigente fundador do PCdoB. De uma forma geral, os seus integrantes tiveram o mesmo entendimento acerca de como se daria a revolução no Brasil, que por sua vez estaria calcada numa estratégia política de cariz etapista. Portanto, ao fazermos este balanço individual da atuação de cada dirigente comunista, em muito contribuirá para a compreensão do PCdoB, que será o assunto tratado em seguida.

2 OS COMUNISTAS ‘DO BRASIL’ E A LUTA PELA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Este capítulo será dedicado a analizar de forma exploratória desde o surgimento do PCdoB em 1962 - que conforme vimos anteriormente -, surge como desdobramento dos profundos embates verificados desde 1956 por ocasião da crítica dos descaminhos ocorridos na União Soviética. O Partido Comunista do Brasil em Fevereiro de 1962 lançou um manifesta-programa que no entender dos seus integrantes estava fundamentado nos documentos partidários anteriores, conhecidos como o Manifesto de Agosto de 1950 e a resolução política do IV Congresso de 1954.

O inicio da existência do PCdoB se deu durante o último governo civil que tinha inaugurada após o final da Segunda Guerra Mundial -, que foi o governo Goulart. O PCdoB se viu envolto num período de transformações econômicas, sociais e políticas, ao mesmo tempo, travando com o PCB a disputa pela hegemonia de quem deveria ser o representante da classe operária. Durante o governo Goulart, o PCdoB se apresentou de maneira oposicionista, lançando críticas contundentes ao governo taxando-o de anti-nacional e anti-popular.

Como desfecho para a situação de instabilidade que o governo se encontrava, as forças do Capital, representadas pelo conjunto das frações burguesas apelar para a saída extra-constitucional, utilizando os militares como executores do Golpe de Estado de 1964. Teremos a oportunidade de observar como o PCdoB recebeu o estabelecimento do novo governo implantado a partir do golpe e quais as causas da derrota.

Dois anos após o Golpe de Estado, o PCdoB já começava a propor a formação de uma ampla aliança englobando os setores opositores à ditadura militar. Aliás, historicamente, sempre foi uma característica do Partido Comunista do Brasil no período de governo autocrático-bonapartista (1964-1985), defender a necessidade de formação de amplas alianças políticas em favor de se construir a democracia. Concomitantemente, o PCdoB começou a se preparar para a luta armada, que pouco tempo depois desembocaria na guerrilha do Araguaia.

2.1 A (Re)organização do Partido Comunista do Brasil: Seus Referenciais Teóricos

No mês de Fevereiro de 1962, o grupo de comunistas que tinha sido expulso do Partido Comunista Brasileiro, realizou uma Conferência Nacional Extraordinária, aprovando novos estatutos programáticos, elegendo nova direção nacional, declarando que o partido tinha sido reorganizado[30].

Até os dias atuais, permanece um desafio explorar com maior profundidade os motivos que levaram à cisão entre os comunistas. Portanto, segundo Sales (2000, p. 66) "[...] temos que nos apoiar em pistas deixadas nos documentos partidários e nas memórias e depoimentos de alguns militantes para tentarmos levantar algumas hipoteses a respeito desta cisão."

Entendemos a importância da utilização dos depoimentos e memória dos militantes, conforme observação de Sales. Pois este procedimento possibilita a aquisição de informações para que sejam feitas analises mais condizentes com os fatos acontecidos.

O primeiro desafio enfrentado pelo PCdoB foi a sua estruturação nacional. Com a cisão, o PCdoB ficou com uma ínfima percentagem dos comunistas, em que Sales (2000, p. 138) comenta que "[...] a maioria dos membros permaneceram no PCB[31], tornando a base partidária muito estreita".

A primeira atitude da ala dissidente comunista, que posteriormente viria formar o PCdoB, é a construção de texto intitulado Manifesto-Programa, que se notabilizaria por ser o documento-base do PCdoB. Por ter sido o primeiro documento produzido, pensamos ser necessário tecer comentários das suas partes constitutivas.

O documento esta dividido em seis pontos, assim divididos:

1) Difícil a situação do país e do povo;
2) Onde reside as dificuldades;
3) Um Regime Reacionário e Antinacional;
4) Impossível Resolver os Problemas Fundamentais do Povo nos Marcos do Atual Regime;

[30] Esta temática até hoje se constitui em motivos de controvérsia. Autores como Sales (2007) entendem que o PCdoB surgiu em 1962 como fruto de uma cisão. Autores como Reis Filho entendem o PCdoB, como um novo partido comunista

[31] A partir de 61 por ocasião do atendimento as normas jurídico-eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o então Partido Comunista do Brasil, mudou sua denominação para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla P.C.B. Como conseqüência desta mudança, o grupo comunista descontente, a partir de Fevereiro de 62 retomou a denominação Partido Comunista do Brasil adotando a sigla PCdoB.

5) Instaurar um Novo Regime, Conquistar um Poder Popular;

6) Só a Luta Revolucionária dará ao Povo um Novo Poder;

No primeiro ponto, no Manifesto-programa de 1962, são traçadas as causalidades das dificuldades historicamente determinadas enfrentadas pelo povo brasileiro, que são o excesso de oferta da produção do café, a divida externa, o crescente déficit publico, a estagnação das regiões Norte e Nordeste, a insuficiência da remuneração dos operários em decorrência da crescente inflação, as dividas e as difíceis condições de vida do campesinato, falta de oferta de trabalho nos centros urbanos. Enfim, todo um conjunto de problemas estruturais que paulatinamente vinha se agravando (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974]).

O segundo ponto comenta sobre as causalidades da crise que o país vivencia. A primeira constatação e a existência da espoliação que o país sofre pelo imperialismo, principalmente o imperialismo estadunidense. A dominação imperialista se consolidou porque dominam setores estratégicos da economia nacional, como os setores industriais de bens de produção, maior parte do setor elétrico e do petróleo (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974]).

Prosseguindo, os comunistas culparam também os latifundiários pelo atraso da sociedade, pelas difíceis condições em que vivem os camponeses. E por fim, os grandes grupos econômicos que se beneficiam dos ganhos possibilitados pela inflação, onde não raras vezes dedicando-se a atividades especulativas. Em conclusão, "O imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principaís entraves ao progresso da nação e a conquista do bem-estar do povo." (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974])

No terceiro ponto, encontra-se uma análise da institucionalidade brasileira. O PCdoB entendeu que "[...] O Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos." (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974])

Para os comunistas, o regime institucional e a constitucionalidade existente representavam uma aparência da realidade. Utilizando-se da concepção Luckacsiana[32] de Kosic, inferimos que se tratava de pseudoconcreticidade, isto é, as prerrogativas constitutivas do arcabouço constitucional, contidas na Constituição eram desrespeitadas cotidianamente na

[32] Pontuamos a concepção de pseudoconcreticidade aqui utilizada tal qual a utilizada por Karel Kosik (1926-). Pensador marxista tcheco-eslovaco. Para Kosik (1976, p. 15), a pseudoconcreticidade se consubstancializa quando, "A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se apresentar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a sua essência. A manifestação da essência é precisamente a atipicidade do fenômeno [...]".

prática. Vários fatores incorriam para a contradição entre a teoria constitucional e a prática cotidiana. Primeiro, o Poder Judiciário sempre se posicionando a favor das frações da burguesia[33]. A sufocante carga fiscal, que a título da sustentar o aparato estatal, recaem pesadamente nas camadas menos favorecidas da população. O sistema educacional brasileiro desde suas origens esteve condizente com os setores político-sociais dominantes. Por fim, é enfatizado que no "[...] regime atual, por maiores que sejam os disfarces utilizados para iludir as massas é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional." (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974], p.17).

No próximo ponto do documento, os comunistas enfatizam que no regime constitucional atual, os problemas da população não poderão ser resolvidos no atual regime, nem mesmo mediante reformas pontuais. Diante deste panorama adverso, os comunistas defendem:

> [...] a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário. (MANIFESTO-PROGRAMA..., 1962-[1974], p. 19).

Podemos depreender que a proposta da instauração do regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista muito se aproximam das deliberações do V Congresso realizado em 1960. Seguindo no nosso mesmo raciocínio, Menezes (2002) afirma que neste congresso, a estratégia a ser seguida era a Revolução Antiimperialista, Antifeudal, Nacional e Democrática. Com relação aos pequenos e médios industriais e comerciantes, ao nosso ver, seria um sinônimo para burguesia nacional. Assim entendemos, que da mesma forma que já vinha acontecendo há algumas décadas, os comunistas continuaram defendendo a entrada da burguesia *pretensamente* nacional, na formação do novo regime que deveria ser instaurado para resolver os problemas candentes da sociedade.

Logo em seguida, o documento defendeu a instauração do governo popular revolucionário composto de oitos pontos, vejamos. 1- Combate sem tréguas ao imperialismo e capitais estadunidenses. Propunha-se a suspensão do pagamento da dívida externa, denúncia e

[33] Grande parte da intelectualidade que estuda sobre burguesia, tende a dividi-la basicamente quatro em frações, a saber industrial, comercial, agrária e financeira. No entanto, sabemos que esta divisão deve ser encarada não no sentido estanque, tendo em vista que os interesses das frações se entrecruzam. A título de exemplo para melhor esclarecer o nosso raciocínio, a fração industrial influência e ao mesmo tempo é influenciada pelas demais frações. Para uma melhor compreensão acerca formação das frações da Burguesia, sugerimos a leitura da obra de POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

suspensão de acordos lesivos ao país e na frente externa adotar como bandeira a defesa da paz e da solidariedade internacional. 2- Realização de reforma agrária radical, com política creditícia para os camponeses, impulsionar a coletivização campesina e a criação de estabelecimentos estatais na zona rural. 3- defesa e promoção da indústria e da industrialização nacional. 4- melhoria nas condições materiais de existência. 5- promoção da reforma urbana. 6- impulsionar políticas públicas que favoreçam a maioria da população. 7- combate sem trégua às manifestações de parasitismo (exploração do homem pelo homem) e a corrupção em toda a sociedade. 8- promover e consolidar a democratização da vida política brasileira. Vejamos mais detidamente cada um dos pontos.

Da mesma forma que ocorreu na resolução do IV Congresso de 1954, no Manifesto-Programa do PCB, em que elegeu o imperialismo estadunidense como a maior ameaça para a nação brasileira. Neste sentido, a sociedade necessitaria juntar esforços para combater de forma decidida, a 'ameaça' que os Estados Unidos representavam.

O Brasil foi escolhido como prioridade de futuros investimentos não de forma aleatória, pois desde o período entre finais da Primeira Guerra e início da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha vinha perdendo terreno e o seu título de maior investidora no Brasil vninha sempre progressivamente sobrepujado pelos Estados Unidos, tendo após o segundo conflito mundial ultrapassado os ingleses.

Externamente, os Estados Unidos estavam empenhados numa cruzada de contenção da expansão soviética, procurando desbaratar desde governos revolucionários até de compleição reformista como por exemplo na Guatemala[34]. Com o intuito, de pelo menos, conter o ímpeto estadunidense, - à época denominados de *yanquee*[35] - os comunistas do PCdoB, elegeram os EUA como inimigos principaís tanto dos brasileiros quanto dos povos de todo o mundo, colocando assim em prática o princípio mais geral embutido no internacionalismo proletário de fraternidade internacional.

Em seguida, os comunistas defenderam a realização de reforma agrária radical que terminasse com todo o latifúndio, através da desapropriação de todas as propriedades

---

[34] Na década de cinqüenta, mais precisamente em 1950, foi eleito na Guatemala um governo que defendia um programa de reformas que não se propunha questionar o Modo de Produção Capitalista. Contudo, a Guatemala se localizava geograficamente na esfera de influência estadunidense. Assim, qualquer governo que iniciasse reformas por mais tímidas que fosse, era considerado com profundas ressalvas pelos EUA. Portanto, a alternativa utilizada pelos EUA foi aniquilar o Governo Guatemalteco. O que foi conseguido com o patrocínio do Golpe de Estado em 15 de Junho de 1954, sendo assim, a primeira do que foi uma longa seqüência de intromissões estadunidense na América Latina. Para maiores detalhes, aconselhamos a leitura de GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

[35] Durante boa parte do século, essa foi a denominação dadas aos habitantes estadunidense. A origem da palavra se deve a denominação que os ingleses davam aos colonos puritanos da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos.

latifundiárias, assegurando a posse aos camponeses, mediante estímulo do cooperativismo, concessão de crédito, ajuda de técnicos com conhecimentos específicos da área rural, incremento de uma política de preços mínimos que compensassem e incentivasse a produção campesina, construção de unidades de armazenamento da produção agrícola.

Como podemos observar, alguns pontos acima elencados se aproximam da tarefa Democrático-Burguesa da revolução como, por exemplo, a realização da reforma agrária, a política de crédito, entre outras. Contudo, Mazzeo (1999) alerta, no sentido, de que estas tarefas, historicamente deveriam ter sido realizadas pela burguesia, que no caso brasileiro, revelou-se incapaz para empreender as tarefas históricas que lhe dizia respeito.

Com relação ao desenvolvimento da indústria, os comunistas entendiam que o incremento das forças produtivas era conditio *sine qua non* para o desenvolvimento da nação e correspondia ao aumento número do efetivo da classe operária, no qual, segundo o legado marxiano seria a classe com a missão histórica de ser a "coveira" do Modo de Produção Capitalista. Somos induzidos a pensar, que o Partido Comunista do Brasil manteve a mesma linha de raciocínio dos governos populistas no sentido de sedimentar a industrialização no país.

Nos aspectos referentes à redução de desemprego, do analfabetismo e do desemprego e a defesa do patrimônio público, o PCdoB continuou enveredando pela mesma trilha das tarefas da etapa Democrático-Burguesa da revolução. Cabe destacar que, nos pontos acima elencados, o PCdoB em nada se diferenciava do Partido Comunista Brasileiro, isto é, no geral, o PCdoB continuou com as mesmas praticas políticas e teóricas do PCB.

Diante do exposto acima, poderemos tecer algumas observações. Os oito elementos necessários para a construção do governo popular revolucionário perfazem, no nosso entendimento características essenciais da etapa democrático-burguesa da revolução. No caso brasileiro, caberia a burguesia realizar estes almejadas mudanças. Contudo a burguesia brasileira não se revelou à altura de realizar as tarefas das tarefas que lhes dizia respeito, em virtude da sua feição - que segundo Mazzeo (1999) -, foi desde sua gênese autocrática e golpista.

Com isto, o PCdoB manteve a visão etapista do processo revolucionário, isto é, primeiro ocorreria a etapa da revolução Democrático-Burguesa e, posteriormente teríamos a etapa socialista da revolução.

O documento o "Manifesto-Programa de 62", defendia a instauração de um governo popular revolucionário, como forma de resolver os impasses encontrados pelo governo Goulart, cuja solução seria:

> [...] a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário. (MANIFESTO..., 1962-[1974], p. 19).

Conforme podemos notar, o caminho sugerido pelo PCdoB era da violência revolucionária, apesar de que no documento frisava-se que seria a única saída para a conquista do poder político. Fato digno – por se tratar de um partido revolucionário -, o de que o PCdoB não seja taxativo no uso da palavra *violência*, fazendo-o muitas vezes de maneira hesitante. A maneira encontrada pelo partido de externar sua opção pela revolução e quando alega que a classe dominante/dirigente inviabilizar a conquista pacifica do poder. Segundo o PCdoB (MANIFESTO..., 1962-[1974], p. 22) "Nestas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacifico da revolução. Por este motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos".

Feita a caracterização do tipo da revolução, o partido propõe a construção de uma frente ampla sob a direção da classe operária. Nesta teorização da frente e seus integrantes, podemos notar uma forte influência da Revolução Chinesa. Lembremos que na época da guerra revolucionária que estava sendo desencadeada na China continental, durante as décadas de vinte, trinta e quarenta do século vinte, os comunistas chineses defenderem a tese da "construção do bloco das quatro classes" (operariado, campesinato, camadas médias e burguesia nacional patriótica). Contudo, esta transmutação teórica permeada por um profundo mecanicismo, impossibilitava aos comunistas do PCdoB analizarem a realidade concreta, ou seja, a nossa formação social apresentava diferenças substanciais, como por exemplo, a formação da burguesia brasileira. Na China, grande parcela da burguesia chinesa, concordou em afirmar uma frente unida com os comunistas, quando o objetivo era expulsar os invasores japoneses. Contrariamente à situação brasileira onde não tivemos invasão por tropas estrangeira.

2.2 O PCdoB e o Governo João Goulart

O início do PCdoB se confunde com os primeiros anos do governo Goulart. Entendemos, que se faz necessário realizar uma retrospectiva histórica, procurando inicialmente entender de forma sucinta a trajetória de João Goulart à presidência da República.

Com a renúncia de Jânio Quadros em Agosto de 1961, os três ministros militares, tentaram impedir a posse do então vice-presidente João Goulart. Logo entrando em cena o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, cunhado de Goulart. Brizola insiste para que Goulart tome posse. Como meio de ajudar esta possibilidade organiza um movimento de resistência, conhecido como "Cadeia da Legalidade" conseguindo angariar o apoio do III Exercito sediado em Porto Alegre.

A solução encontrada que permite que Goulart assuma a presidência da Republica de dá através da adoção do Parlamentarismo como forma de governo. Segundo Figueiredo (1993 apud TOLEDO, 1997, p. 49):

> [...] o parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas. Dada a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era uma garantia adicional contra a implementação de um programa rápido de reformas. Esta garantia era reforçada pelo dispositivo do ato adicional que impedia a dissolução do Congresso.

Entre as pesquisas feitas sobre a época, não existe opinão unívoca, que a maioria do congresso tivesse uma composição majoritariamente conservadora. A este respeito, vale lembrar, que algumas das propostas apresentadas pelo Governo Goulart foram aprovadas pelo congresso nacional. Estas mesmas forças políticas calcularam, que com a adoção e manutenção do parlamentarismo possbilitaria subtrair poderes exclusivos do presidente que seriam repassados para o primeiro-ministro que por seu turno, seria escolhido após consulta do Congresso.

Os Comunistas que dariam existência ao PCdoB em 1962 tiveram diante de si muitas questões candentes, no qual veremos a seguir. Neste mesmo ano, conforme comentamos anteriormente, o Brasil passava por um momento de redefinição no seu rumo. As forças sociais estavam polarizadas em duas posições. De um lado, os setores detentores dos meios de produção, ou seja, o conjunto da burguesia, cada vez mais se inquietando com a

efervescência social. De outro, os movimentos populares, através dos movimentos operário, camponês e estudantil pressionavam o governo pela realização da reformas de base.

Seguindo a lógica contida no documento "Manifesto-Programa" de 1962, o objetivo dos comunistas seria realizar uma oposição intransigente ao governo Goulart, sem, no entanto propor a sua derrubada imediata "Diante do chamamento da Frente de Mobilização Popular o Partido Comunista do Brasil decide integrar-se no esforço conjunto para criar o movimento de opinião pública sugerido por aquela frente." (O PARTIDO..., 1963).

O PCdoB, apesar da sua retórica radicalizada, defendia a necessidade da Frente de Mobilização Popular com o objetivo de impulsionar a concretização de suas medidas.

> Não restam dúvidas de que é necessária a urgente organização de uma verdadeira frente única das forças democráticas e progressistas para enfrentar os problemas mais candentes da atualidade brasileira. Tal frente não pode incluir entreguistas descarados como Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek, nem gravatas de couro do tipo Amauri Kruel. As correntes que representam os interesses contrários aos dos monopolistas norte-americanos e dos latifundiários, isto é, das organizações representativas da classe operária, dos camponeses, dos estudantes, da intelectualidade progressista, de setores da burguesia nacional, enfim de todos os patriotas e democratas. (ESTRANHA..., 1964).

As vésperas do golpe militar, o PCdoB defendeu a necessidade premente de unir os setores da população que tivessem uma postura patriótica e democrática numa frente ampla com um programa de reformas democrática, capaz de possibilitar as reformas estruturais que a sociedade necessitava e almejava. As críticas comunistas à posturas tomadas já no período parlamenterista do governo João Goulart, manifestando:

> [...] ser favorável a vinda desses capitais 'com o propósito de, irmanados conosco, construir o progresso que tanto desejamos'. Assim, o chefe trabalhista pouco se diferencia do Sr. Juscelino Kubitschek, o grande paladino da penetração imperialista no Brasil. (DISCURSO..., 1962[36] apud SALES, 2000, p. 152).

O PCdoB entendeu que o governo JK foi demasiadamente complacente com o imperialismo com se fosse sinônimo de entreguista. A este respeito, dentre os pesquisadores temos a contribuição de Almeida (2006), que entende que à sua maneira, o Governo JK foi nacionalista sem ser antiimperialista, em que fosse sendo articulada – com dificuldades -, o 'nacionalismo triunfante' que na literatura especializada considerou como nacional-desenvolvimentismo. Em linhas gerais, o nacionalismo triunfante, foi a progressiva construção de amplo campo de interesses convergentes de setores civis – e mais

[36] DISCURSO reacionário. **Classe Operária**, n. 344, 16 a 31/1211962.

empenhadamente de certas áreas do campo militar -, que permitisse dotar o país da estrutura necessária para que pudesse se desenvolver a sua industrialização.

Os comunistas continuaram com as análises críticas, mesmo com a reintrodução do presidencialismo em Setembro de 1963, inquirindo que:

> [...] as declarações presidenciais servem também para mostrar que o Sr. João Goulart, que representa setores da grande burguesia e dos latifundiários, não defende nenhum interesse nacional – como propalam os porta-vozes do reformismo no movimento comunista – mas sim interesses mesquinhos e egoístas de grupo e está disposto a associar-se com os imperialistas na exploração comum dos trabalhadores. E, para isso, dispõe-se a reprimir os autênticos movimentos populares contra os latifúndios. (DISCURSO..., 1962 apud SALES, 2000, p. 152).

A crítica acirrada do PCdoB não contribuiu, para esclarecer a correlação de forças políticas presentes, no momento que as forças conservadoras progressivamente procuravam ocupar espaços, no sentido de acuar o governo Goulart. Nesse ínterim, o tempo passava juntamente com as possibilidades de manobras que permitissem ao governo, por ventura, se desvencilhar de qualquer atitude golpista, ora em marcha. Portanto, ao manter-se na posição de cerrada oposição ao governo, os comunistas, mesmo que inconscientemente, terminaram por fazer pender desfavoravelmente para o governo a progressivamente pressão que este vinha sofrendo destes mesmo setores conservadores.

Somente no final de Março, portanto às vésperas do Golpe, que o Comitê Central do PCdoB dirimiu que o que estava em cena, era a presença de dois projetos políticos. De um lado, reunindo as forças políticas na sua já frenética conspiração e, de outro lado, as forças em torno de João Goulart. Contudo, já era demasiadamnente tarde, pois, no terminar da noite de 31 de Março e início da madrugada de primeiro de Abril, lograra êxito a conspiração golpista que veremos em seguida.

2.2.1 O Golpe de Estado Militar-Bonapartista de 1964 e o PCdoB: as Causas da Derrota

O Golpe de Estado Militar-bonarpartista[37] de 1964 foi o desfecho de um momento de equilíbrio de forças políticas conservadoras e progressistas, que vinha germinando desde o

[37] A respeito deste conceito que foi o que prevaleceu segundo entendimento da banca de defesa, o autor deste trabalho entende – em consonância com Florestan Fernandes (1982) -, que ao invés de Golpe militar-bonapartista de 1964, o que ocorreu foi uma Contra-Revolução.

retorno da legalidade burguesa em 1946 passando pela morte de Vargas em 1954, pelas duas tentativas de golpe de 1956-59[38], e por fim, pela tentativa de impedimento da posse do então vice-presidente João Goulart, orquestrada pelos ministros das pastas militares.

Em princípio, as forças político-sociais que foram derrotadas pelo golpe de 1964 na visão de Saes (1985) foram os trabalhadores urbanos e seus aliados, a classe operária urbana e os trabalhadores assalariados das cidades, o campesinato pobre e os trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1987).

A partir deste mesmo ano de 1964, colocou-se em prática o receituário econômico ortodoxo, formulado pelos economistas Roberto Campos e Otávio Gouvêia de Bulhões, sendo implementadas medidas econômicas ortodoxas fundamentais para o salto qualitativo no processo de desenvolvimento no capitalismo brasileiro.

A primeira medida foi a maior subordinação do *Trabalho* ao *Capital*, através da adoção de política repressiva, notadamente o movimento operário tanto pelo encarceramento dos líderes sindicais principalmente por ocasião do achatamento salarial, consubstanciando segundo Rago Filho (2001, p. 169) *o ser precisamente assim* do bonapartismo, através da "[...] violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos vôos para a acumulação capitalista.".

A segunda medida acrescentada foi o redimensionamento da intervenção estatal na economia sob o prisma desenvolvimentista. A mesma intervenção estatal permitiu a entrada em cena de um aumento da racionalidade burocrática onde o processo de tomada de decisão foi centralizado e hierarquizado, com ampliação das prerrogativas do Poder Executivo, criando uma "tecnoestrutura estatal" (IANNI, 1986).

E por fim, a terceira medida foi o desenvolvimento de um novo setor financeiro, através de um processo de reestruturação financeira objetivando aumentar a liquidez das unidades produtivas. O PCdoB, num primeiro momento, mostrou perplexidade pela nova situação. Ao mesmo tempo, o partido ficou convencido de que o caminho pacifico para o poder apregoado pelo PCB se mostrara inviável.

Os primeiros atos dos golpistas foi uma verdadeira "caça às bruxas", por meio de cassações, prisões e instauração de inquéritos policial-militares. A primeira ação institucional de envergadura foi o estabelecimento do (AI-1) Ato Institucional número um redigido por

[38] ambas revoltas partiram de oficiais da arma da Aeronáutica. A primeira ocorreu em Jacareacanga em 1956 e a segunda em Aragarças em 1959. Em ambos os momentos, revoltosos foram anistiados pelo presidente Juscelino Kubitschek. Em 1964, estes mesmos revoltosos anistiados participariam do golpe de Estado de 1964.

Roberto Campos, objetivando a cassação de parlamentares e suspensão de direitos políticos por atá dez anos. No dia seguinte ao estabelecimento do AI-1, saiu a primeira lista dos cem primeiros cidadãos que tinha seus direitos políticos suspensos, dentre eles constando os nomes de Osvaldo Pacheco, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes dentre outros.

A segunda reunião do PCdoB ocorreu em Agosto de 1964, quando na mais absoluta clandestinidade, reuniu-se a Comissão Executiva, na qual após terem feito uma análise da situação pela qual o país passava, lançaram o documento intitulado *O Golpe de 1964 e Seus Ensinamentos*. Para o PCdoB, a ditadura foi implantada mediante esforços conjuntos das forças reacionárias internas e do imperialismo estadunidense. Assim, o novo governo estava colocando toda a sua política a serviço destes grupos. Neste sentido, os pecedobistas comentam sobre a política econômica dependente e subordinada ao receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional), ocasionando desemprego e arrocho salarial. Além do mais se configurava o sistemático alinhamento geopolítico do Brasil com os Estados Unidos, através do rompimento de relações diplomáticas com a República Popular da China e com a República de Cuba.

No item seguinte do documento, o PCdoB apontou a inviabilidade do caminho pacífico para a tomada do poder, inferindo que: "[...] Os acontecimentos de Março-Abril vieram demonstrar o quanto era ilusória a orientação do caminho pacifico." (LIÇÕES..., [1974], p. 57).

Assim como constava no documento anterior, o "Manifesto-Programa" continuaria defendendo a saída revolucionária como única possibilidade para a conquista do poder. Entretanto, neste segundo documento, fica transparente a crítica aos reformistas, que era a denominação que o PCdoB utilizava para se referir aos comunistas do PCB. Ao entender do PCdoB, o PCB teve grande parcela de culpa pelo "desastre" ocorrido em 64, por não ter orientado a classe operária - segundo os fundamentos marxistas -, acerca das tarefas políticas que teriam que ser realizadas, ou seja, lutar de maneira decisiva contra a hegemonia burguesa.

A saída defendida pelo documento de 1964 seria a construção de uma ampla frente única democrática e antiimperialista: "[...] que abarca desde os operários e camponeses até a burguesia nacional, um governo que, por isso, será autenticamente democrático." (LIÇÕES..., [1974], p. 67).

A considerável diferença que não podemos deixar de pontuar, é o alargamento da frente única com inclusão de forças que até tinham apoiado o golpe como a União Democrática Nacional (UDN), vejamos:

> Desta tarefa, tanto revolucionários quanto reformistas, tanto militantes do PC do Brasil como do PC Brasileiro, tanto católicos quanto socialistas. Lado a lado podem atuar trabalhistas, brizolistas, comunistas, elementos do PSD, PDC, PSD e até da UDN. Na luta por objetivos concretos é preciso unir todas as forças capazes de serem unidas e neutralizar todas as que possam ser neutralizadas. Quando o governo aumenta o número de descontentes, maiores são as possibilidades de ampliar e fortalecer a aliança dos que resistem à ditadura." (A LUTA..., 1964-[1974], p. 80).

Ao defender a ampliação da aliança com forças políticas que não economizaram esforços na promoção do golpe de Estado, como a UDN e setores do Partido Social-Democrático (PSD), induz-nos a pensar que os comunistas davam ênfase a uma análise conjuntural, isto é momentânea da situação vivenciada. Ora, defender ampliação de tal magnitude é não ter percebido justamente quais as forças políticas com as quais não se podia contar. Portanto, a análise do partido foi processada por profundo politicismo, isto é, priorizar a instância do político sem observar as demais esferas (econômica, social) conformadoras de uma totalidade que capacitasse o PCdoB em fazer uma real análise das forças políticas que realmente teriam um projeto dicotômico ao que estava sendo inserido pelo Governo autoritário implantado pelo Golpe de 1964.

Diante do clima de guerra fria crescente que o país sofria, os setores conservadores bateram as portas dos quartéis, no intuito de finalizar as agitações, que no entender de grupos conservadores da burguesia, o governo não estava sendo capaz de controlar a mobilização e polarização da sociedade. E assim, as Forças Armadas deram o golpe. Conforme (SODRÉ, 1994 apud TOLEDO, 1997, p. 105):

> [...] as forças armadas foram instrumentadas, manipuladas, mobilizadas pelas forças políticas mais conservadoras, que este país conheceu. Então, a fachada militar das ditaduras esconde seu conteúdo profundamente reacionário, o conteúdo que resultou da mobilização das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

E ainda o mesmo Sodré entendeu que:

> Não era primeira vez que militares incorriam na senda golpista [...] Ocorre, de 1945 aos nosso dias, uma sucessão de golpes de Estado. O golpe de 1945, imediatamente após o fim da guerra, o de 1954, que depõe Getulio Vargas, as tentativas de golpe de 1955 e 61. (SODRÉ, 1965 apud TOLEDO, 1997, p. 103).

Historicamente, o Exército continha tendência progressista, advinda da época das lutas tenentistas de 1922, 24 e 26. Entretanto, a partir da década de quarenta, esta instituição sofreu influências do nazi-fascismo, que muito facilitava a presença de oficiais superiores

como Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que nesta época, demonstraram claros sinais de simpatia pelo ideário fascistizante ao mesmo tempo, que ambos nutriam profundo anticomunismo. A este respeito Cunha (2006, p. 97) entende que os sintomas de anticomunismo podem ser detectados logo após o levente de 1935:

> Criou uma cultura anticomunista nas Forças Armadas que, a partir daquela data e ao longo dos anos, até o final da ditadura militar, seria comemorda nos quartéis quase como uma data nacional, sempre com a mesma versão: que os companheiros de farda foram mortos dormindo, algo que a historiografia já desmentiu.

Feita esta digressão, interessa-nos entender qual o comportamento empreendido pelos comunistas do PCdoB. Meses após o Golpe de 1964, o PCdoB, mais especificamente sua Comissão Executiva, produziu o documento *"O Golpe de 1964 e seus ensinamentos"*. A preocupação dos comunistas foi de proceder ao exame em busca das causas da derrota das forças políticas e sociais (PCB, PCdoB, PTB, Ligas Camponesas) que postulavam mudanças estruturais naquele momento. No geral, o texto entendeu que os golpistas tinham barrado o ascenso do movimento popular. Cabendo destacar que os comunistas sinalizam com maior atenção a importância do camponês, fato este que será destacado posteriormente na Sexta Conferência. Da mesma forma, coloca-se ênfase de se construir uma Aliança ampla de combate à ditadura militar, abrangendo setores que demonstrassem espírito democrático, cujo aspecto estava também na preocupação com a questão nacional, quando o PCdoB afirma que o país se via frente à ameaça imperialista.

Esse documento não deixa clara a ênfase no aspecto democrático no combate à ditadura militar no que diz respeito à importância que a democracia teria para o Brasil, isto é, a questão democrática fica subalternizada à questão nacional e, ao longo do texto, dá-se a entender que o aspecto nacional seria o predominante, daí então, entendermos a posição pecedobista de defender a construção de aliança de grande amplitude. Nos momentos finais do documento, o PCdoB deixa entrever que o Governo instaurado pelo Golpe de Abril seria temporário, pois carecia de sustentação na sociedade e, a sua remoção caberia à pressão exercida pela sociedade. Ledo engano, pois conforme se verificou posteriormente, não somente o Governo Castelo Branco tinha base de sustentação - o que muito contribuiu para a desarticulação dos movimentos sociais -, como conseguiu eleger o sucessor, o Gal. Costa e Silva.

2.3 A 6ª Conferência Nacional de 1966: a Construção de Ampla Aliança Anti-Ditatorial

O cenário internacional na década de sessenta esteve cercado por profundas lutas de libertação nacional, estando presente em vários continentes como a África, a Ásia e a América Latina. Na maior parte destes conflitos, os Estados Unidos se notabilizam como verdadeiro gendarme[39]. Com a finalidade precípua de conter a influência soviética e chinesa, os Estados Unidos se utilizam basicamente de duas formas de intervenção armada. A forma direta, seja através da invasão, como aconteceu com a República Dominicana em 1965, ou por meio de instrutores militares como aconteceu com o Vietnã do Sul[40], num primeiro momento. E a indireta com a promoção de Golpes de Estado perpetrados contra vários governos democraticamente eleitos.

No âmbito econômico, os Estados Unidos sem dúvida aumentaram os investimentos diretos e indiretos realizados no Mundo. No Brasil, o incremento das inversões financeiras efetuadas pelos EUA desde finais da Segunda guerra vinha aumentando consideravelmente, conseguindo sobrepujar os ingleses, que por décadas tinham sido nossos principais investidores.

Conforme comentamos acima, muitos países tinham desencadeado lutas de libertação contra o colonialismo, com ativa participação comunista. No Brasil, a temática do colonianismo sempre permeou a preocupação dos setores políticos e sociais, dentre eles os comunistas, portadores de projeto político antagônico ao Capitalismo.

Logo após o Golpe de 64 o termo colonialismo reapareceu com o prefixo *neo*, vindo dos pecedobistas. Assim, em Novembro de 1965, o Comitê Central lançou um documento que apresentava uma nova temática nas relações entre o regime implantado em 64 e o governo estadunidense. Intitulado "Ameaça Neocolonialista ao Brasil – Denúncia do Plano de Recolonizarão do País pelos Imperialistas Norte-Americanos", é composto pela tese central que sugere que os estadunidenses estariam por meio da ditadura militar, tentando obter o total domínio econômico, político e militar.

Os comunistas entendiam que existiam elementos que forneciam autenticidade para a sua tese. De início, comentaram sobre a militarização da economia brasileira, mediante

[39] Gendarme significa policia. Os Estados Unidos se arvoraram em se considerar como a nação gendarme do mundo, isto é, o governo estadunidense se considerava imbuido da missao de proteger o "mundo-livre" contra as "ingerências" da subversão internacional, que era a denominação fornecida aos que integravam as fileiras do movimento revolucionário internacional.

o redirecionamento das atividades industriais para o setor bélico, o aumento de acordos militares entre as Forças Armadas dos EUA e Brasil. Nestes acordos constavam programas de supervisão, treinamento, e estágios de oficiais brasileiros em academias militares. Para a área civil, programas de capacitação técnica para a administração pública, ministrados pela Programa Norte-Americano para Integração e Desenvolvimento (USAID). Era nesse sentido que os comunistas entendiam que os Estados Unidos estavam recolonizando o Brasil. Nesta época, segundo Skidmore (1991), o Senado dos Estados Unidos, após investigação feita, se surpreendeu com a quantidade de técnicos norte-americanos trabalhando na administração pública no Brasil.

A preocupação manifestada pelos comunistas como que entendiam ser "a ameaça colonialista" continuaria em outro documento. Em Junho de 1966, os comunistas se reuniram na Sexta Conferência Nacional. Neste evento, os comunistas redigiram o documento intitulado "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Colonialista".

O início do seu documento tematiza a acirrada luta envolvendo os povos de um lado e o imperialismo norte-americano de outro. Com o final da guerra, os norte-americanos se tornaram (1966) *o pior inimigo da humanidade*. Logo a seguir, o documento comenta a expansão das lutas dos povos que:

> Em sua luta contra o imperialismo norte-americano, os povos do mundo inteiro contam com a solidariedade firme e decidida da China Popular, da República Popular da Albânia, da República Democrática do Vietnã e da República Democrática e Popular da Coréia. (AGRAVA-SE..., [1974], p. 108).

Neste sentido, os comunistas estavam convencidos de que era necessário concentrar esforços para derrotar o imperialismo norte-americano, visto como principal inimigo. Para operacionalizar o combate ao imperialismo, o partido entendia que as principais tarefas seriam:

> [...] prestar ativa solidariedade ao povo do Vietnã, que suporta o peso principal da agressão norte-americana. Ao mesmo tempo [...] desmascarar a política do imperialismo norte-americano de agressão e de expansão da guerra na Ásia [...], assim como "apoiar os esforços da China Popular para unir todos os povos[...]", e também contribuir para a união dos povos latino-americanos na luta contra os monopolistas ianques. (AGRAVA-SE..., [1974], p. 114).

---

[40] O Vietnã do Sul surgiu em 1954, como resultados dos acordos de genebra realizados em 21 de Julho de 1954. Para maiores detalhes recomendamos a leitura da obra de TANHAM, George K. **Guerra revolucionária comunista**. Rio de Janeiro: Record, 1969. P. 133-135.

No que diz respeito ao Brasil, no documento é elencado um conjunto de informações acerca da realidade nacional. Inicia comentando o grave revés sofrido na institucionalidade e do povo brasileiro. Para o PCdoB, "Em pouco mais de dois anos, o governo de Castelo Branco caracterizou-se pelo mais descarado entreguismo, por uma conduta contraria ao desenvolvimento do país e de esfomeamento do povo e pela supressão das liberdades democráticas." (O BRASIL..., 1974, p. 116).

Mais adiante encontramos "[...] a situação em que se encontra o país, tendo chegado ao ponto que a situação das massas tornou-se verdadeiramente insuportável." (O BRASIL..., 1974, p. 119).

Feito esse breve diagnóstico, os comunistas presumiam que crescia a resistência popular em todo o país. Setores da população que até então tinham ficado passivos, vinham manifestando crescente descontentamento.

As lutas em 1968[41], de certa forma, serviram como termômetro político para aferição dos descontentamentos advindos de expressivas parcelas da sociedade, principalmente de estudantes, intelectuais e setores operários descontentes com a crise salarial.

Frente ao acirramento da repressão da ditadura militar, não restou ao PCdoB outro caminho que o da aceleração da luta armada no campo, pois desde a primeira metade da década de sessenta, quadros partidários estavam sendo deslocados para a região do Araguaia. Compreendida pelos comunistas como uma "Jornada Gloriosa de Luta", a Guerrilha do Araguaia esteve sob influência dos acontecimentos que ocorriam no Movimento Comunista Internacional, principalmente nos desdobramentos que ocorriam na República Popular da China, que estava passando pelo período denominado de Revolução Cultural do Proletariado. Assim, pensamos ser de grande valia retormarmos - sucintamente -, qual (is) a(s) influência(s) acarretada(s) pelo(s) embates teóricos no MCI no PCdoB e como os pcdobistas se posicionaram.

[41] Neste ano ocorreram inúmeros acontecimentos. Já nos primeiros meses de 1968, ocorreram manifestações de protesto contra o governo. O assassinato de estudante Edson Luis. Em 5 de Abril o governo proíbe a Frente Ampla. Em 16/4 eclode a greve de Contagem (MG). Logo depois o atentado a bomba contra o jornal O Estado de São Paulo. Greve dos estudantes da USP contra o aumento dos preços das refeições. Em 16 de Julho, inicio da greve dos metalúrgicos de Osasco. Em 25 de Julho ocorre a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro e em São Paulo o CCC invade e depreda o teatro Ruth Escobar. No mês de Outubro conflito envolvendo os estudantes da USP e da Universidade Mackenzie. Em 9 de Outubro em Ibiúna (SP), o governo impede a realização do XXX Congresso da UNE. Atentado a bomba contra a editora Civilização Brasileira. Para maiores detalhes, São aconselhamos a leitura da obra de PAULO NETTO, José et al. **PCB 1922-1982, memória fotográfica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1, p. 143-144.

2.4 As Influências Teóricas do Movimento Comunista Internacional na Formulação Teórico-Política do PCdoB

O objetivo deste capítulo será o de analisar o relacionamento entre os pecedobistas e alguns intergrantes do então denominado Movimento Comunista Internacional (MCI), como os russos, chineses e cubanos, entendendo ser importante enquanto parte constitutiva dos comunistas no mundo. No caso do PCdoB, esta análise se faz necessária quando concordamos com Sales (2000) de que as relações travadas entre este partido com as demais organizações comunistas internacionais, apresentaram uma considerável complexificação que muitas vezes não se apresentou melhor delineada por outros trabalhos acadêmicos.

Desde o seu surgimento em 1922, o PCB esteve estreitamente vinculado com a URSS Durante os anos posteriores, o vínculo continuaria sólido. Mesmo com a vitória da Revolução Chinesa em 1949, e depois da leitura do relatório Kruschev em 1956, O PCdoB manteve a predileção que tinham pelos comunistas russos, até a primeira metade da década de sessenta.

No Brasil, a partir de 1962 passamos a contar com dois partidos comunistas. Logo apos a cisão, o PCB e o PCdoB enviaram representantes até a União Soviética em busca do reconhecimento político-partidário. Ao final da peregrinação, coube ao PCB receber a chancela de organização comunista reconhecida pelos comunistas russos.

Mesmo com a preferência manifestada pelo PCB, o PCdoB continuou mantendo relações com o PCUS. Afinal de contas, os comunistas eram portadores de uma cultura política que zelava pelos referenciais históricos e, a União Soviética estava entre esses referenciais, pois segundo Hobsbawn (1985, p. 15):

> Todo partido comunista foi filho do casamento – realizado tanto amor quanto por conveniência – de dois parceiros mal-ajustados. Para aqueles cujas memórias políticas não vão alem da denúncia de Stalin por Kruschev ou do rompimento sino-soviético, e praticamente impossível imaginar o que a Revolução de Outubro significou para os que são agora homens maduros. Foi a primeira revolução proletária, o primeiro regime na história a empreender a construção da ordem socialista, prova não só da profundidade das contradições do capitalismo, que provocaram guerra e crises, mas também da possibilidade – da certeza – de que a revolução socialista triunfaria. Foi o começo da revolução mundial, o começo de um mundo novo. Somente os ingênuos acreditavam que a Rússia era paraíso dos trabalhadores, mas mesmo entre os mais avisados, ela gozava de tolerância geral [...].

A observação feita pelo escrito egípcio sugere que os comunistas, historicamente, estiveram umbilicalmente ligados a União Soviética, aproximando-se da sacralização na acepção Durkheiminiana[42]. No decorrer dos anos, os comunistas procuraram buscar manterem-se próximos de países governados por partidos comunistas, no sentido de buscar referenciais que os norteassem na construção do socialismo[43].

A mesma importância entre os comunistas consistiu no chamado internacionalismo proletário, que foi um dos elementos constitutivos da cultura política comunista. A esse respeito Hobsbawn (1985) comenta que os militantes comunistas cerravam fileiras em torno do que se consideravam participantes de um grande exército revolucionário internacional, portadores de um guia para a ação, operacionalizada pela estratégia (a abolição do capitalismo), por táticas (alianças políticas, via insurrecional para a conquista do poder) e a coesão para a conservação destas convicções teóricas e políticas.

Conforme expusemos anteriormente, houve uma tentativa de reconhecimento por parte do PCdoB em relação ao PCUS, ao mesmo tempo em que mantinha relações partidárias e tentativas de aproximação com o PC Cubano[44] e com o PC Chinês. Segundo Vicente Roig, ex-militante do PCdoB que foi entrevistado por Marcelo Ridenti (1985*),* João Amazonas teria ido à China e Lincoln Oest viajado para Cuba. No entanto, até aquele momento o PCdoB não faria opção por apenas um dos três partidos comunistas, isto é, fosse o PC Chinês, o PCUS, ou o PC Cubano. Lembremos que o PCdoB, já no seu Manifesto-Programa (1962), fazia comentários elogiosos às *experiências russa, cubana e chinesa*, sem, no entanto fazer referências às divergências que ocorriam no interior do Movimento Comunista Internacional.

A modificação das relações entre o PCdoB e o PCUS, começa a ocorrer a partir de Julho de 1963, quando o Partido Comunista do Brasil publica no jornal *A Classe Operária* um artigo intitulado "Resposta a Kruschev". Neste artigo os comunistas brasileiros rebatem a acusações dos soviéticos de que o PCdoB e o PC Chinês de desenvolverem e apoiarem posições antipartidárias.

---

[42] A sacralização neste caso particular, se notabiliza por ser uma forma de reverencia e respeito a todo um conjunto de procedimentos partidários, como a ideologia, o programa, etc. Para maiores detalhes a respeito do conceito de sagrado e profano, recomendamos a leitura de DURKHEIN, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

[43] O PCdoB não fugiu a regra. Após ter sido preterido pelos comunistas soviéticos quanto ao reconhecimento oficial enquanto organização comunista, o PCdoB continuou mantendo relações amistosas com o PCUS. A Ruptura entre ambos aconteceria em breve, em 1963, mediante correspondências trocadas entre ambos os partidos Russo e Chinês.

[44] Os primeiros anos após o triunfo da Revolução Cubana de 1959, as relações partidárias entre O PCCubano e o PCdoB, foram conturbadas, devido ao fato que os cubanos tinham optado por se inserirem na órbita soviética, principalmente por ocasião do inicio conflito sino-soviético por volta de 1963. Quanto aos cubanos – à exceção de Guevara -, na sua totalidade optaram pelo PC Soviético.

Os antagonismos no âmbito discursivo foram se aprofundando, e a partir de então o PCdoB passou a denominar os comunistas soviéticos de revisionistas[45]. Cabe ressaltar que a crítica feita ao PCUS só se processaria a partir do governo de Nikita Kruschev, bem como todas as dificuldades e o posterior início da restauração capitalista na URSS. Por ocasião das comemorações do cinqüentenário da Revolução de Outubro na Rússia, o PCdoB mantinha firme convicção de que o fenômeno revisionista seria transitório. Segundo a afirmação do Partido Comunista do Brasil:

> Confiamos que o heróico e experimentado Partido do grande Lênin saberá encontrar caminho para liquidar as posições errôneas de sua direção, que tantos danos vêm causando a luta revolucionária, estabelecer relações justas com os partidos irmãos e repudiar o revisionismo, desvio mais perigoso no movimento comunista internacional. (RESPOSTA..., 1963-2000, p. 53-54).

Portanto, conforme evidenciamos anteriormente, com o Manifesto-Programa de 1962, o PCdoB executa um movimento pendular com relação aos três países que eram considerados como norteadores[46] do projeto revolucionário de inspiração marxista. No início, os comunistas brasileiros procuraram se legitimar frente aos soviéticos e, acrescidas as críticas recebidas pelo premier Kruschev, fizeram com que o PCdoB se aproximasse progressivamente dos chineses. Neste sentido, segundo a afirmação de Pomar (2000, p. 197):

> Não há duvida de que, após 1962, o PCdoB e o Partido Comunista Chinês passaram a manter relações regulares. Suas relações políticas ficaram formalmente públicas quando o Comitê Central aprova a 'Resposta a Krushev', datada de 27 de Julho de 1963, em resposta a uma 'Carta Aberta' publicada no Pravda de 14 de Julho, assinada pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética.

Fato digno de nota, é que este documento "Resposta a Kruschev", contém uma seção intitulada 'Partido da Revolução e Partido da Reforma', que se revela importante para o nosso estudo porque contem informações que dizem respeito direta ou indiretamente sobre a questão democrática, conforme veremos mais adiante.

De inicio, o PCdoB procura se diferenciar do PCB, fazendo-se passar por partido político caudatário da firmeza revolucionária e do legado marxista-leninista, enfim o único "porta-voz" autorizado da classe operária. O PCdoB durante a sua existência, fazer crer para a sociedade, que o seu programa teórico-político era verdadeiramente Marxista-Leninista,

[45] Na terminologia marxista o termo "revisionista" historicamente passou a significar para a ortodoxia marxista, um posicionamento teórico-político dicotômico com relação a teoria marxiana. Em sua acepção etimológica, não necessariamente o revisão importe num abandono dos fundamentos de uma teoria e, sim, procurar adequá-la às novas complexificações da sociedade.

enquanto que o PCB tinha abandonado o Marxismo-Leninismo ao propôs a conquista de um gorverno nacionalista e democrático, conquista de reformas parciais e que a conquista da Revolução poderia se dar pela via pacífica. Fato digno de menção é o fato de, justamente, quando o PCB propugna estas palavras de ordem, o núcleo dirigente fundador do PCdoB ainda estava atuando no PCB. Transparece a cristalização de *dois pesos e duas medidas*, isto é, quando diversos militantes são expulsos do PCB e fundam o PCdoB é que as propostas anteriormente defendidas pelo coletivo partidário, e depois, são consideradas como negadora do Marxismo (RESPOSTA..., 1963-2000; A LINHA..., [1974]).

Inicialmente podemos observar que o PCdoB se pautou por um discurso radicalizado, com o intuito de diferenciar-se do PCB. Na prática, o PCdoB não rompeu com o instrumental teórico-analítico que foi se conformando nos finais da década de vinte no interior do movimento comunista de cariz Stalinista. Esse nosso comentário toma feições concretas quando os comunistas defendem a realização da Revolução Nacional-Libertadora, Democrática e Popular, tal qual, o delineamento feito em 1936, conforme vimos no primeiro capítulo. Em que a principal tarefa era a questão nacional, onde se exigiria a formação de uma ampla frente abrangendo o bloco das quatro classes (operariado, campesinato, camadas médias e burguesia nacional patriótica), "coincidentemente" a mesma formulação que foi adotada na China Popular pelo PC Chinês, apenas com o diferencial que no caso brasileiro foi enfatizada a hegemonia burguesa.

O PCdoB entendeu que estava imbutida a questão de que o Brasil potencialmente poderia ser motivo de "alguma invasão militar", como tinha ocorrido com a China, que por anos tinha se debatido contra a invasão japonesa. A única sensível diferença com relação ao programa adotado pelo PCB pós-cisão seria a constituição de uma composta por todos os revolucionários, tendo como base a aliança operário-camponesa. Contudo, não ficam explicitadas quais as organizações políticas que poderiam fazer parte desta frente política.

A proclamação dos objetivos socialistas, a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, seria outro monopólio pertencente apenas ao PCdoB, segundo seus dirigentes. Feitas essas breves digressões, voltemos à relação entre o PCdoB e o Movimento Comunista Internacional.

Conforme expusemos anteriormente, com a progressiva deterioração das relações com os soviéticos, o PCdoB aprofundou laços de amizade com os chineses e elogiaram - mesmo com críticas -, aos comunistas cubanos. Aliás, motivos para elogios não faltavam.

---

[46] A fonte de inspiração a que nos referimos, reside no fato que as experiências Soviética, Chinesa e Cubana tinham passado por um processo revolucionário na busca pela construção de uma nova forma de sociabilidade.

Afinal, em Cuba tinha acontecido uma Revolução vitoriosa em Janeiro de 1959. Contudo, as relações entre o PCdoB e os comunistas cubanos[47] foram complexas, principalmente devido ao cisma sino-soviético. Nesta contenda, quase a totalidade do governo cubano posicionou-se ao lado dos soviéticos[48] e, como já comentamos, o PCdoB pendeu gradativamente para o lado chinês. A esse respeito, Sader (1991), afirma que o PCdoB sugeria que o governo cubano fizesse o papel de seguidor das diretrizes soviéticas.

Apesar deste entrevero, o PCdoB elogiou a revolução cubana, tendo em vista que os comunistas cubanos tinham conquistado o poder pela via revolucionária. E foi justamente a questão da Revolução que mais sensibilizou os comunistas brasileiros. Na maior parte das edições do jornal *A Classe Operária*, de 1962 a 64, ocorreram vários artigos sobre a experiência cubana feitas por dirigentes do próprio PCdoB, seja por meio de artigos de "Che" Guevara e Fidel Castro. À época o Jornal *Classe Operária* (maio de 1962), informava que João Amazonas e Maurício Grabois foram convidados a compareceram às comemorações do primeiro de Maio. E, numa edição de Agosto do mesmo ano, o mesmo jornal afirmara que João Amazonas assim que retornou ao Brasil, realizou palestras enfocando as realizações da Revolução Cubana.

A posição pendular do PCdoB frente aos cubanos ocorria espaçadamente com relação à teoria do foquismo[49]. O partido entendia que o foquismo, não se mostrava como caminho ideal para a conquista do poder, pois os foquistas muito provavelmente ficariam afastados da população e seriam mais facilmente derrotados pelas forças da repressão. Entretanto, durante o episódio comumente conhecido por Guerrilha do Araguaia (1972 – 1975) Sales (2007) entende que o PCdoB terminou por se transformar numa mistura de Guerra Popular Prolongada (GPP) e Foquismo, revelaria-se profundamente indigesta para os

[47] Entendemos ser necessário fazermos algumas considerações sobre o comunismo cubano. Os comunistas cubanos membros da Agrupación Comunista fundaram o Partido Comunista Cubano (PCC) em 1925. Em 1943, mudam sua denominação para Partido Socialista Popular (PSP), monstrando-se condizente com a implementação da tática de 'União Nacional', tendo chegado a integrar o governo Fulgêncio Batista. No momento que estava sendo desencadeada a luta em Sierra Maestra em 1957, o PSP não concordava com as táticas dos combatentes liderados por Fidel. Em 1962 o PSP e outras organizações revolucionárias fundariam o (PURS) Partido Unificado da Revolução Socialista, que em 1965 transfornar-se-ia no novo Partido Comunista Cubano. Para maiores detalhes a respeito da história da formação do PCC, sugerimos a leitura de ALONSO JUNIOR, Odir. A esquerda cubana antes da revolução. Anarquistas, Comunistas e Trotskistas. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998. p. 29-50.

[48] No debate ocorrido na esteira do cisma sino-soviético, quase a totalidade do governo cubano alinhou-se com o governo soviético, a exceção de Che Guevara que tendia para o lado chinês. O motivo foi a sua não concordância com a tese do caminho pacifico apregoado pelos soviéticos.

[49] A teoria do foquismo foi imputada a Ernesto Guevara. Cabe destacar que a concepção do foquismo que foi concebida na América Latina, foi inspirada por Régis Debray, que basicamente consistia na organização de um grupo de combatentes revolucionários, que teria a incumbência de desencadear o processo revolucionário, independentemente da existência ou não de um partido revolucionário.

pecedobistas, pois ao final da pretensiosa *jornada gloriosa*, tinham sido eliminadas dezenas de militantes. Ao final da empreitada guerrilheira, pelo menos a ala do PCdoB nucleada por Amazonas, afirmaria que o Araguaia, tinha se constituido numa elevação da combatividade dos trabalhadores.

A crítica de maior contundência que os cubanos - mais especificamente com Fidel - receberiam do PCdoB -, foi uma Carta-Aberta a Fidel Castro publicada em Março de 1966. O PCdoB chama a atenção de Fidel Castro para que retornasse para as posições revolucionárias, que não trilhe a política soviética de atacar os comunistas chineses. Ao final o PCdoB direciona-lhe: "[...] um apelo fraternal no sentido de que retorne as posições revolucionárias que tanto o engrandeceram [...], esperamos que você se afaste do tortuoso e traiçoeiro caminho do revisionismo". (O MARXISMO-LENINISMO...,1966-[1974], p. 99-100).

O alinhamento de Cuba com os soviéticos não representou motivo de preocupação, pois conforme vimos em alguns países latino-americanos, surgiram focos de luta armada rural, muitas vezes através de ex-militantes de partidos comunistas[50]. No Brasil, surgiram cisões ocorridas no interior dos partidos comunistas, procurando alternativa de luta que não se restringisse ao caminho pacifico como única possibilidade para desencadear a revolução democrático-burguesa. Neste sentido, o partido que mais se afetou devido às cisões internas no Brasil, foi o PCB[51]. No entender de Sales (2000, p. 100):

> Agora já não eram os partidos comunistas que utilizavam o exemplo da revolução para ressaltar aspectos que achavam importantes, ao contrário, os cubanos passavam a criticar a estratégia dos PCs na América Latina e propunham e estimulavam, inclusive materialmente, o caminho do foco que, se seguido, levaria à implosão do próprio modelo de partido comunista.

Os cubanos fomentaram - segundo sugere a observação de Sales acima - cisões no interior dos partidos comunistas que tinham optado pela tática do caminho pacifico para a tomada do poder. Contudo, Sales não fornece pistas no sentido de apontar, em que âmbito o modelo de partido comunista sofreria implosão. Pois, como podemos observar no caso cubano, o Partido comunista ressurgiu utilizando o mesmo referencial teórico e mesma estrutura organizacional.

---

[50] Exemplos significativos de ocorrências de cisões, podemos encontrar por exemplo no Chile, com o surgimento do Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) em 1965, fruto da cisão com o PCC (Partido Comunista Chileno). O MIR, ainda hoje existente, se diz referenciado no pensamento Marxista-Leninista-Guevarista. Maiores detalhes, ver o site < http://www.mir-chile.cl/>.

[51] Não nos deteremos nas cisões do PCB, por que já existe uma literatura considerável expondo-as com detalhes. Sugerimos a obra de REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

O empenho dos cubanos para que os comunistas latino-americanos se engajassem na luta revolucionária aconteceria com a Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Julho de 1967 na cidade de Havana, bem como ajuda financeira, treinamento de guerrilheiros e apoio logístico[52].

O modelo de revolução baseado no foquismo, comentado acima, passou a ser motivo de inspiração para militantes de esquerda no Brasil e na América Latina. Inicialmente, o foquismo foi teorizado por Régis Debray, nascido na Franca e simpatizante da revolução cubana, publicou o livro "Revolução na Revolução". A respeito do impacto positivo causado por esta obra Galdino sugere (1994) que a teorização exposta na obra servisse de fundamento para a adoção incondicional e imediata da luta armada.

Neste momento, cabe destacar que existia sensível diferença entre o modelo Debrayista e o Guevarista do foquismo. No primeiro, evidenciava-se o conteúdo militarista, menosprezo pela idéia da formação de 'bases de apoio revolucionário' e a sua visão que os partidos comunistas se tornaram incapazes de desempenharem um papel positivo no processo revolucionário.

O modelo guevarista, apesar de também adotar o foquismo, reconhecia que os partidos comunistas naquele presente não estavam à altura de exercer qualquer atividade no processo revolucionário, em virtude da crescente burocratização. Assim, a teoria guevarista entendia que a tarefa do exército rebelde, após a junção das várias colunas guerrilheiras – seria formar o futuro núcleo dirigente do Partido Revolucionário norteado pela teoria marxista.

Para o PCdoB a adoção da teoria do 'foco', colocava em xeque a sua sobrevivência como Partido revolucionário direcionado para a transformação da sociedade, devido ao evento de que o fator político (representado pelo partido político), - num primeiro estágio das ações armadas - estaria subordinado ao fator militar (forças guerrilheiras). A adoção da perspectiva faquista, muito contribuiria para que o partido se visse declinado na sua função de ser o portador da vontade coletiva nacional-popular. Muito provavelmente essa não era a posição do PCdoB, tendo em vista que o partido entendia ser o "legitimo representante" do proletariado.

Conforme observamos, o PCdoB teve uma relação ambivalente com os comunistas cubanos. De um lado, estes estimulavam o caminho da luta armada contrariando a

[52] Logística é a uma área da Ciência Militar que tem a incumbência de fornecer todo o conjunto de atividades pelos quais são fornecidos recursos as operações de natureza militar.

consígna seguida pela maioria dos Partidos Comunistas que era seguir a tese do caminho pacifico para a tomada do poder.

O PCdoB, já comentado anteriormente, a partir de Junho de 1963, começou a se aproximar dos comunistas chineses, que dentre os motivos, estava na escolha do caminho revolucionário para a tomada do poder. Também a partir deste mesmo ano, o partido cobiçara a enviar militantes para a região do Araguaia. Segundo Pomar (1980, p. 28) "A maioria dos quadros e recursos existentes, em especial os que desde 1963-64 começaram a se deslocar para regiões de campo, foram destinados ao Araguaia.".

Em princípio, podemos notar que os comunistas se notabilizaram em tentar desencadear a luta armada no campo. Compreendemos que esse fato representou ao mesmo tempo uma *façanha* e um desmedido voluntarismo. Como sabemos o PCdoB após a cisão de 62, não fazia muito tempo, tentou se reestruturar organicamente e contando com reduzido efetivo numérico, visto que a maioria dos militantes tinha optado pela permanência no PCB. A intencionalidade de partir para a ação armada neste sentido careceu de uma maior atenção, também importante, ao componente numérico e, devido ao fato de o partido não ter procedido a uma reflexão mais aprofundada, quanto à tamanha envergadura que a ação guerrilheira acarretava sobre si mesma.

Pensamos que o fator que serviu de motivo para que o PCdoB enveredasse para a luta armada, tanto pelo seu interesse por militantes de outras organizações que também rejeitaram o caminho pacifico, mas que tinham optado pela teoria foquista.

Mantendo-se afastado da teoria foquista, como vimos acima, neste período, o PCdoB foi progressivamente gravitando em torno da órbita maoísta. Esta aproximação com os chineses foi processualizada gradativamente sem se pautar por um total alinhamento. A respeito deste fato, Galdino (1994, p. 109) entende que:

> O alinhamento do Partido Comunista do Brasil com a China comunista deverá ser interpretado, portanto, nos termos de uma relação de legitimação. Encaradas deste ponto de vista, as posições doutrinárias mais gerais dos chineses vinham ao encontro dos argumentos do grupo dirigente do PCdoB esgrimidos desde a luta interna do PCB a as sua posições de combate ao prestismo. A defesa de Stálin, a crítica à tese do caminho pacífico para o socialismo e a acusação de "revisionismo" dirigida aos soviéticos, reivindicando a ortodoxia revolucionária "marxista-leninista" para si, fizeram do PC Chinês a instância de legitimação internacional, essencial a consolidação política do PCdoB.

As posições políticas e teóricas emanadas pelo PCdoB apresentavam verossimilhanças com os posicionamentos do PC do Chinês. A afirmação feita por Galdino, sugere-nos fazer a seguinte devassa: apesar de os comunistas brasileiros terem concordado

com os chineses quanto à critica feita aos soviéticos, o PCdoB continuou trilhando o mesmo instrumental teórico-analítico desde a fundação do partido em 1922, ou seja, de que o processo revolucionário constaria de suas etapas, sendo a primeira de cunho democrático-burguês como prólogo a próxima etapa de feição socialista.

Em linhas gerais, a teoria maoísta, desde finais de década de vinte, priorizou a importância do campesinato para a revolução, tendo em vista que o camponês representava cerca de oitenta por cento da população da China. A mesma importância a respeito do campesinato foi sinalizada pelo PCdoB[53], que na sua VI Conferência Nacional de 1966, percebeu que:

> A massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos democráticos e nacionais. Possui tradição de luta e espírito de combatividade. Nos últimos anos, manifestou com veemência sua aspiração à posse da terra. Apesar de viver apartada dos centros mais adiantados, de ser secularmente oprimida, constitui inesgotável reserva de energias revolucionárias. (UNIÃO..., 1966-2000, p. 109).

A partir de 1968 as possibilidades de luta pela democracia pela via institucional se desintegraram. No final deste ano, o governo militar-bonapartista instituiu no mês de Dezembro, o Ato Institucional número 5, sendo entendido por parcelas da opinião pública como "um golpe dentro do golpe". Nas cidades as organizações marxistas, com a exceção do PCB, optaram pela luta armada urbana e realizaram ações de confrontamento com o regime militar.

Já o PCdoB, a partir da VI Conferência Nacional de 1966, se decidiu pela luta armada rural, fazendo com que, num primeiro momento, seus militantes fossem poupados das prisões, assassinatos e torturas que vitimavam os militantes de outras organizações marxistas. Neste encontro, foi constituída uma Comissão Militar, da qual nem todos os membros do Comitê Central tinham conhecimento, foi alegado 'motivos de segurança', contra possíveis infiltrações, advindos do aparato de Informações de Estado[54]. A esse respeito Pomar (1980, p. 21) afirma que:

> A Comissão Militar da Comissão Executiva aplicava sua própria linha e se esforçou o quanto pode para evitar que essa orientação fosse discutida mesmo no Comitê Central. Assim, quando este conseguiu debater o

[53] Mesmo que a importância do campesinato tenha sido comentada na VI Conferência, lembramos que já no texto "O golpe de 1964 e seus ensinamentos", afirmava-se a necessidade de se prestar maior atenção à questão camponesa. Para maiores detalhes ver o texto O Golpe de 1964 e seus ensinamentos em POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 79. (Coleção Estudos n. 2).

[54] O governo Castelo Branco, sob o impacto da guerra fria, dinamiza e amplia o aparato de inteligência militar e civil. No mesmo do golpe, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), depois o Ciex (Centro de Informações do Exército) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A exceção feita é a Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) criado em 1955.

> problema em termos mais definidores, em Setembro de 1968, já era praticamente irreversível o processo prático de preparação, que teve a luta no Araguaia com escopo.

A temática da luta armada foi contagiando parcelas da militância, principalmente militantes que foram fazer curso de formação político-militar na China continental. No retorno, estes mesmo militantes, começaram a se impacientar, no que alegaram que a direção nacional estava adiando indefinidamente o início da Guerrilha rural.

Os militantes que retornaram da China, começaram a discordar, não somente acerca da demora e sigilo dos preparativos da Guerrilha, bem como, questões que atingiam a prática da direção. Primeiro, o questionamento se deu em torno do Maoismo, no qual, estes militantes, entenderam que aproximação do PCdoB com relação ao Maoismo se deu segundo Silva (2006) de forma artificial, mecânica e oportunista, sem que tivesse ocorrido um debate aprofundado com as bases partidárias. Segundo, o fato da direção não exercitar em sua plenitude o centralismo democrático, isto é, no mais das vezes, as decisões eram sempre coroadas de profundo verticalismo. Terceiro, a falta de maior inserção do partido entre o campesinato, visto como condição imprescindível para o desencadeamento da luta armada. Quarto, durante a ocorrência da VI Conferência que – no entender destes militantes -, tomou injustificadamente 'tonalidade' de Congresso.

Ainda segundo Silva (2006), estes militantes não pretendiam formar um novo partido, mas se consideram como comunistas que tinham a 'missão' histórica de corrigir os erros que vinham sendo cometidos pela direção nacional. Por sua vez, esta mesma direção nacional, progressivamente visualizou estes militantes como ameaça, isto é, como grupo anti-partido, - no melhor estilo Staliniano -, e vendo que a melhor forma seria expulsá-lo. Consumada a expulsão, estes militantes, que neste até pouco antes da expulsão passaram a se denominar de Ala Vermelha, passaram a se considerar continuadores do PCdoB, acrecidos da expressão Ala Vermelha. Surgindo assim o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV).

Por esta mesma época, em 1966, surgiu outra manifestação de militantes descontentes com relação á direção nacional, principalmente em Pernambuco, mais pecisamente na região canavieira. Estes militantes começaram progressivamente a colocar em xeque, a escolha da região do Araguaia, como local de deflagração da guerrilha. Para os descontentes, a região do Araguaia não tinha tradição de luta camponesa, tinha população rarefeita, o que representava um ponto negativo, para o desencadeamento da luta armada. Mediante a inflexibilidade da direção nacional, não restou saída a estes descontentes a não ser

a saída do PCdoB e formaram o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Vale destacar, que estas duas dissidências, também se disseram Marxista-Leninista e seguidoras do Maoismo. E, ao mesmo tempo, não fizeram avaliação crítica acerca de Stálin, o que nos convidar a pensat, que assim como o PCdoB, estas duas cisões perfizeram o *modus vivendi* do Maoismo de Direita. Ambas terminaram enveredando pelo caminho da luta armada, sendo que foram quase desmanteladas. Os remanecentes da AV terminaram por ingressar no PT e o pelo menos uma parte do que restou do PCR ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Mesmo o Comitê Central não sendo consultado a respeito das decisões emanadas pela Comissão Militar, terminou por legitimar-lhe de forma acrítica, através do documento "Guerra Popular – caminho da Luta Armada no Brasil" publicado em Janeiro de 1969.

De início pensamos ser necessário tecer breves comentários deste documento, que nas suas prerrogativas se mostra como uma continuação do Documento da VI Conferência, sendo dada uma maior ênfase na questão da luta armada.

No texto "Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil", de 1969, o PCdoB infere que em decorrência do cerceamento dos canais de manifestação (como a imprensa) e representação (como o parlamento) pela ditadura militar, a alternativa para a volta da democracia seria pela via da Guerra Popular. Os pecedobistas entendiam que além do parlamento (cujo canal estava inviabilizado pela repressão militar), a luta armada se constituía no fundamental principal, para não só chamar a atenção da população a respeito do que representava a ditadura militar, bem como possibilitar a formação de uma ampla frente política com setores que contivesse um processo oposicionista do governo militar.

No início da década seguinte, o fato que repercutiria com profundidade no interior do PCdoB, seria a deflagração da Guerrilha do Araguaia. O conflito teve início em Abril de 1972 e se prolongou por pouco mais de dois anos. Logo após o início da segunda campanha, que teve início em Setembro do mesmo ano, os guerrilheiros pecedobistas produziram o texto "Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo". Este documento mais se aproximou de um alerta à população sobre as duras condições em que vivia a maioria da população rural, contendo, portanto, um conteúdo mais de agitação e propaganda. Contudo, alguns dos seus pontos, num total de vinte e sete, se revelam ilustrativos no que concerne a defesa da construção de uma política de amplas alianças, vejamos:

> A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir amplas massas, crê que esses vinte e sete pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem dessa região. Incluem tudo o que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo

> exigido, por ele nas condições atuais. Por isso, a ULDP, o considera um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior." (PROGRAMA..., 1972-2000, p. 2001).

A construção deste documento se deu de forma tardia, isto é, depois do primeiro confronto com as forças federais, impelindo-nos a depreender que este fato já representou uma transgressão do postulado da guerra popular sob o qual o PCdoB se dizia ser inspirado. Pois este documento deveria ter sido confeccionado em um momento muito anterior à confrontação, que possibilitasse aos moradores da região tomarem prévio conhecimento do projeto dos comunistas com maior precisão e, quem sabe, num momento posterior, permitisse engrossar as fileiras da guerrilha. Da mesma forma, os comunistas ao produzirem este documento, terminaram por produzir um acentuado confusionismo no seu enunciado. Ora, se essa união almejada abrangeria amplas massas (onde possivelmente a burguesia faria parte desta composição), ao final insinua que as reivindicações contidas neste documento, seriam a emanação das reais condições de existência da população menos aquinhoada. Cabe destacar, que ao propugnar a união das amplas massas, a tática a ser seguida pelo PCdoB não rompe com a estratégia comunista de amplas alianças, abarcando a burguesia, abordando de forma generalista que todos os setores da população poderiam participar da coalizão antiditatorial, desde que, pelo menos manifestasse um programa democrático.

Finda a guerrilha do Araguaia, o PCdoB procurou direcionar a sua atenção na área urbana. No mesmo ano do término da Guerrilha, o Comitê Central do PCdoB, publicaria o texto *Manifesto a Nação*, se caracterizando por uma profunda flexão tática, em torno da necessidade de se lutar com mais veemência pela constituição de uma Assembléia Nacional Constituinte e a constituição de um governo democrático.

2.5 A Necessidade de uma Ampla Aliança Contra a Ditadura

O ano de 1972 iniciava-se com grande furor para o governo, afinal de contas estava sob os auspícios do "Milagre Econômico". Foi nesse período que a economia nacional alcançou taxas de crescimento em torno de 11 por cento do Produto Nacional Bruto, possibilitando na observação de Mazzeo (1999), considerável respaldo tanto da classe burguesa, quanto das camadas médias e setores do proletariado. O objetivo, segundo o economista do governo que era à época Delfin Neto, seria dar o primeiro passo para deixar crescer o bolo e depois reparti-lo.

No panorama político, vivia-se sob implacável censura, apesar da vigência da Carta Constitucional de 1969. Somente dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tinham direito de participar de eleições. No pleito anterior, em 1970, o MDB tinha conseguido uma considerável vitória frente às dificuldades para a esquerda em geral. A guerrilha urbana estava em decênio. Várias organizações armadas de inspiração marxista sofriam pesadas baixas. Pelo menos num primeiro momento, isto é, de meados de 67 a 71, o PCdoB tinha resguardado sua estrutura partidária e militância.

A intenção do PCdoB era seguir a senda da guerrilha rural pela via maoísta. Inicialmente, o partido enviou 69 militantes para que recebessem treinamento político-militar na China. Passados alguns meses, os militantes retornavam utilizando várias rotas até o retorno ao Brasil, com o objetivo de despistar os órgãos de segurança.

Ao mesmo tempo em que o PCdoB desencadeou a luta armada no Araguaia, continuou atuando nas cidades - apesar da profunda repressão que sofreu, tendo perdido dirigentes do Comitê Central. No mesmo ano do início da Guerrilha do Araguaia, o PCdoB atuou no movimento operário através do Movimento de Unidade e Libertação Sindical (MULS). Neste mesmo ano de 1972, segundo Frederico (1990) o MULS publicou o texto intitulado "Os Generais Contra os Trabalhadores". O objetivo do PCdoB, apesar da ocorrência e priorização à guerrilha, era também continuar a atuação nas cidades, quanto também à possibilidade – mesmo que incerta -, de se recrutar mais combatentes vindos das fileiras operárias para engrossar o diminuto efetivo guerrilheiro. Nas cidades a atuação do PCdoB foi efetuada com grande cautela, tendo em vista que o aparato de informações estava em estado de alerta em decorrência da deflagração da guerrilha do Araguaia.

Terminada a Guerrilha do Araguaia em 1975, Conforme elucidamos anteriormente, o PCdoB trouxe ao conhecimento público o documento intitulado "Mensagem aos brasileiros" em Janeiro de 1975. Ao longo do texto os comunistas retratam o panorama histórico do país, com o agravamento das condições econômicas da maioria da população, reclamando pelo fim da ditadura militar.

Este seria mais um documento elaborado pelos comunistas que estavam em consonância com a estratégia política pautada pelo etapismo, advogando a necessidade da imediata convocação de eleições gerais livres, a anistia geral e a revogação de todos os atos e leis de exceção. Porém, os comunistas entendiam que deveria se formar uma ampla aliança pelo fim da ditadura com "[...] a ação conjugada de todas as forças democráticas e patrióticas por objetivos comuns." (AMAZONAS, 1975, p. 24).

Progressivamente os comunistas tratavam a Guerrilha como um fato de passado, que possibilitou chamar a atenção da população para a repressão da ditadura militar. Pelo exposto acima, inferimos que o chamamento que os comunistas fazem as todas as forças democráticas e por objetivos comuns se insere num posicionamento generalista, isto é, inexiste uma análise acurada de quais seriam os setores políticos realmente interessados no fim da ditadura militar que contivesse um projeto político que além de democrático e popular, possibilitasse a real inserção da maioria da população nos destinos do Brasil.

A ação desencadeada pela guerrilha do Araguaia comandada pelo PCdoB, com duração aproximada de três anos, não passaria despercebida pelo governo militar. O desfecho final contra os remanescentes do episódio guerrilheiro encontrou um fim trágico em Dezembro de 1976, com o que ficou conhecido como Chacina do Araguaia.

Vendo que as baixas no efetivo partidário foi de tamanha magnitude, o partido aumentou as normas de segurança entre a militância. Contudo, a repressão não impediu que os comunistas prosseguissem com sua atuação política.

Em 1978 a direção nacional do PCdoB foi forçada ao exílio na Albânia, no qual realizaram a VII Conferência Nacional, em virtude do afastamento político-ideológico do PCdoB com a China continental. Vimos anteriormente que a empatia demonstrada pelos comunistas do Brasil vinha desde a época do PCB, por ocasião da vitória da revolução chinesa em 1949. Depois, já com a constituição do PCdoB, a aproximação com a China foi se estreitando, principalmente após a URSS ter fornecido sua chancela ideológia ao PCB. O ponto de maior estreitamento ocorreu, portanto na segunda metade da década de sessenta, com o início da revolução cultural dirigida por um setor[55] do Partido Comunista (PC) Chinês liderado por Mao Tse-tung.

Logo após o falecimento de Mao acontece, segundo Mezzetti (2000), um Golpe de Estado no qual já no ano seguinte vence a ala comunista chinesa contrária as idéias maoistas[56]. Em 1978, o PCC inicia um processo de reajustamento da economia colocando em questionamento muitas atitudes econômicas na cidade e no campo, consolidadas na era maoista. A partir de então o PCdoB dá um "giro de cento e oitenta graus" na sua análise acerca da experiência revolucionária, principalmente na era maoista, sendo taxativo de que a

[55] O setor contrário foi liderado por Liu shiaoqi na área civil e pelo gal. Peng dehai,um dos heróis da longa marcha. Peng terminou sendo afastado do estado-maior de exército por ter contrariado as concepções de Mao tse-tung, depois a fase do grande salto adiante(1958-61). E Liu foi exonerado dos postos governamentais que detinha durante a Revolução Cultural do Proletariado (RCP) de 1966 a 1976.

[56] A ala partidária chinesa que nos referimos era comandada por Deng Xiaoping. Fato digno de nota , era que durante a RCP todos os chineses eram maoistas até os que combatiam Mao tse-tung.

prática maoista não foi marxista e que "[...] Mao Tse-tung não chegou a ser um teórico marxista." (AMAZONAS, 1978, p. 7).

A obra de que citamos esta passagem não tratou de fazer uma análise rigorosa, procurando utilizar de um instrumental, até mesmo o marxista de que o partido se diz ser seguidor -, para endenter a contraditoriedade no interior de próprio PC Chinês, que, aliás, ao longo da sua história, se pautou por manifestar várias opiniões sobre os assuntos discutidos nas próprias hostes partidárias.

Durante a era maoista – na utilização da palavra *era* com cuidado, porque o nome foi contraditório e, portanto, o emprego do termo pode suscitar uma uniformidade, que no caso chinês não ocorreu e em nenhuma outra experiência anticapitalista - o setor do partido chinês que se consagrou vencedor com o Golpe, muitas vezes teve atitudes no intuito de dificultar a consecução das teses maoistas. Outro fator, ao que nos aponta a própria realidade, é que nem durante e nem após Mao ocorreu a vitória de alguma contra-revolução em que tivesse instaurado o capitalismo privado enquanto modo de produção hegemônico, isto é, a primazia foi o Capitalismo de Estado[57], no qual, logo após a vitória do movimento revolucionário, rapidamente procedeu-se rapidamente a estatização da economia chinesa.

O Maoismo – que enquanto fenômeno ainda carece de estudos aprofundados -, no nosso entendimento teve dois momentos. Um que denominamos de Maoismo de Direita, em que, fortemente imbuído da leitura staliniana do Marxismo, e a partir do final da década de cinqüenta a ocorrência do Maoismo de Esquerda, quando nos escritos de Mao, ocorre um distanciamento profundo do maoísmo. Contudo, em ambos os momentos, permanece o Etapismo, mais marcante na fase do Maoísmo de Direita e mais superficial no Maoismo de Esquerda. Uma breve sinalização deste nosso entendimento está no fato, que Mao não se desvencilhou da tese da constituição da Nova Democracia que deveria ser instaurada na China, envolvendo a construção do bloco das quatro classes: O operariado, o campesinato, as camadas médias e a burguesia nacional.

Convém destacar que em editoriais publicados na sua revista teórica, os comunistas durante boa parte da década de oitenta, afirmava categoricamente que a China não era socialista. Fato inusitado, foi o de que sem maiores análises teóricas, algum tempo depois da Albânia em 1991 ter decidido trilhar novos rumos ideológicos, o PCdoB retomou a aproximação com o PC Chinês. E, no entanto, apesar de o PCdoB retomar a afirmação feita

[57] A estatização não pode ser confundida com socialização, bem como, a mudança de titularidade da propriedade de privada para estatal, não implica que a mesma propriedade seja em sim socialista. Esta forma de colocar estatização como se fosse sinônimo de socialismo foi advogada pela corrente do socialismo jurídico, sendo por sua vez duramente combatido pelo último engels.

até 1976, de que a China era socialista, as mesmas mudanças econômicas iniciadas em 1978, aprofundadas em 1984, ganharam maior intensidade na década de noventa, no esforço, segundo o governo chinês, de alicerçar materialmente a China para que numa etapa não muito distante se encaminhasse para o comunismo.

Quanto à Albânia - conforme registramos anteriormente, desde a década de sessenta, por conta de uma dicursividade esquerdizante – talhada no melhor hábito Staliniano -, vinda do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), mereceu inusitada atenção de parte do PCdoB. Durante anos, a Albânia recebeu vários adjetivos como: o *farol do socialismo*, a *pequenina Albânia*, o *bastião albanês e Albânia-horizonte vermelho nos Bálcãs*. Na imprensa pcdobista, eram relatados vários momentos do cotidiano dos albaneses sendo considerados como importantes conquistas históricas para a causa do socialismo. A este respeito, de forma a ilustrar a nossa argumentação, vejamos como os comunistas percebiam a Albânia:

> A experiência, que se estende por mais de quarenta anos, da construção do socialismo na Albânia, nas condições do cerco imperialista-revisionsta, que não raro assume formas e requintes de selvageria, é uma prova cabal da possibilidade do triunfo da revolução, da construção do socialismo, da fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo. Constitui esta experiência uma confirmação, em outras condições históricas, do enunciado de Lênin sobre a vitória da revolução e do socialismo, malgrado o atraso econômico e social. (CARVALHO, 1987, p. 39).

O parecer acima feito sobre a Albânia sinalizava que o país estava enveredando pela senda do socialismo. Contudo, menos de uma década, depois ocorreria drástica mudança nos rumos no PTA[58], que em Junho de 1991, durante a realização de um Congresso extraodinário, dezessete antigos dirigentes partidários foram afastados, decidindo-se pela mudança da sigla para Partido Socialista da Albânia (PSA)[59] e pelo desvencilhamento do marxismo. Esta mudança brusca deixou os militantes atônitos.

Afinal de contas, como explicar que até então, os comunistas deixavam transparecer – tanto por documentos produzidos quanto pelos noticiários da rádio Tirana[60] -, para o movimento comunista internacional, que era a portadora dos postulados da ortodoxia

---

[58] Em albanês significa Partia e Punës e Shqipërisë cuja sigla é PPSh. Originalmente o nome era Partia Komunista Shqiperisë (PKS), em portiguês significando Partido Comunista da Albânia (PCA) tendo sido criado em 8/11/1941, mudando para PTA em 1948 – Partia e Punës e Shqipërisë em albanês (PPSh).
O PTA em congresso extraordinário realizado em Junho de 1991, mudou o nome para Partido Socialista da Albânia (PSA) – Partia Socialiste Shqpipërisë (PSS) em albanês.

[59] Em albanês a sigla é PSS.

[60] A rádio Tirana, considerada pelo PCdoB como *a voz do socialismo proletário* e *a voz da República Popular Socialista da Albânia*, na década de setenta chegou a radiofonar quatro transmissões em língua portuguesa, de meia hora cada, sendo que uma pela manhã e três pela noite: a primeira das 7:00 às 7:30 com ondas de 25 e 31 metros; a segunda das 20:00 às 20:30 com ondas de 31 e 42 metros; e a última das 22:00 às 22:30 com ondas de 31 e 42 metros; e a última das 23:00 às 23:30 ondas de 31 metros. Na primeira metade da década de oitenta só permaneceria as três primeiras.

marxista, guardiã da herança marxista que a todo estava tentando ser usurpada por forças políticas marxistas, que eram alcunhadas de renegados do marxismo, por parte dos comunistas albaneses?

O PCdoB procurou responder a este acontecimento, que conforme nosso juízo foi feito de forma insuficiente. Os comunistas argumentavam que a queda da Albânia poderia acontecer afinal o processo de construção do socialismo não é feito de forma linear, podendo ter avanços ou retrocessos, como no leste europeu e na Albânia, consubstanciada na expressão a *política é dinâmica.*

Temos clareza, utilizando-se o marxismo como instrumento de análise da realidade em sua totalidade, que a política não só seja dinâmica, mas essencialmente contraditória. Todavia, o PCdoB nos seus documentos[61] e, frise-se -, até a contemporeidade, não procedeu num exame detalhado e minuncioso das causas de se entender o porquê do desmoronamento da experiência albanesa. O máximo de atenção envidado pelo PCdoB foi por meio de observações, dando a entender que alguns dirigentes comunistas albaneses foram contaminados[62] pela propaganda burguesa e outros se degeneraram e escolheram o caminho da capitulação, isto é, preferiram navegar em outras praias.

Retornando ao manifesto à Nação, os comunistas continuaram advogando a necessidade de uma ampla composição política, que conforme entendiam, teriam como tarefa principal, a substituição do governo militar pelo governo civil que a situação nacional era potencialmente revolucionária e aprovou um novo Manifesto à Nação, que veremos em seguida. Nesta Conferência, os comunistas aludiram que as tarefas que cumpria destacar – assim pensamos – estiveram em consonância com a primeira etapa da revolução democrático-burguesa. Portanto, pelo momento que país vivenciava, dentre as tarefas, ilustramos que duas destas tarefas projetam com maior clareza o nosso argumento acima:

> 1) Defender firmemente as três palavras-de-ordem: abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrárias; anistia geral e irrestrita; e convocação, por um governo provisório democrático, de uma constituinte livremente eleita [...] 6) [...] Unir as mais amplas políticas sociais em torno de bandeiras democráticas e populares a fim de travar a lutar contra o governo e o regime que ele representa. Propugnar a organização de uma ampla frente democrática em escala nacional que agrupe todas as forças de oposição, e trabalhar pela sua concretização. Dentro dela contribuir para articular e

[61] A principal notícia, foi veiculada na revista teórica Princípios, onde dá ênfase às mudanças no PTA como fruto de uma comissão eleita secretamente, encarregada de redigir os novos estatutos do país e do afastamento de antigos líderes do partido.

[62] O termo 'contaminados' não perfaz uma exclusividade do PCdoB, pois, na década de trinta na URSS, muitos comunistas que antagonizavam com o receituário staliniano, receberam a mesma denominação. Parece-nos hilário este termo, pois se dá a entender que a ideologia burguesa fosse algum tipo de vírus, a ser trnsmitido pelo ar.

> fortalecer a oposição popular como seu núcleo mais ativo e combater todas as restrições ao crescimento do movimento de massas ou as discriminações, tendo em vista unir a classe operária e despertar para a luta as grandes massas camponesas. (RESOLUÇÕES..., 1974-2000, p. 267).

Os próximos embates, conforme veremos no decorrer do trabalho, não seriam fáceis para o PCdoB. O governo militar faria todo o possível para dificultar o trabalho prático dos comunistas. O PCdoB estava convicto de que a manutenção e prosseguimento da estratégia política de amplas alianças, que possibilitasse não só o término do regime militar, como sinalizava com reais condições de êxito a possibilidade de se alcançar o regime democrático com efetiva participação das massas, mesmo que ao preço de fazer uma ampla aliança que inserisse a burguesia nacional nesta mesma composição. Veremos que o PCdoB pagaria o preço por mais uma vez ter confiado em demasia na burguesia. O núcleo dirigente fundador do PCdoB, quando ainda estava inserido no PCB, ao que tudo indica não atentou para a advertência feita por Caio Prado Júnior, de que o que importava para a burguesia eram a obtenção de lucros e a produção e comercialização das suas mercadorias.

2.6 A AP (Ação Popular): dos Seus Antecedentes Históricos À Incorporação ao PCdoB

A origem da Ação Popular remonta à década de cinqüênta, com forte influência do cristianismo proveniente da Ação Católica, que progressivamente foi se inclinando para o foquismo de inspiração debraysta, passando pelo Maoismo em 1968 chegando até a sua dissolução no início dos anos oitenta. Desta forma, o surgimento da Ação Popular está entrelaçada por três fatores.

O primeiro fator foi a forte influência causada pela complexidade da conjuntura na Segunda metade da década de 1950 sofrida pela Juventude Universitária Católica (JUC) que foi o principal núcleo conformador da AP. A JUC originalmente foi um movimento de juventude que se destinava à cristianização dos universitários. Em consonância com transformações pelos quais a sociedade passava a JUC, juntamente com outros movimentos políticos de outras matrizes teóricos, não tardou a tecer críticas ao modelo elitista da universidade, procurando se engajar nas lutas pela reforma universitária ao mesmo tempo em que propugnava por mudanças na estrutura social brasileira.

Os próprios integrantes da JUC que teciam críticas ao conservadorismo da sociedade começaram a questionar as estruturas da institucionilidade cristã. Muito impulsionaram as criticas formuladas às estruturas da sociedade, a existencia do pontificado progressista de João XXIII a partir de 1958, bem como a produção teórica advinda da própria igreja, particularmente pelas obras de Emmanuel Mounier, Pierre Teilhard de Chardin e Jacques Maritain alimentadas pelo Ascenso do movimento de mobilização dos trabalhadores e no cenário internacional, em decorrência da Revolução Cubana de 1959.

Desde 1950 a JUC realizava anualmente uma renião do Conselho Nacional e em 1960, a JUC fez o "Congresso dos 10 anos da JUC" e a confecção do Boletim da JUC. Neste congresso, estiveram presentes: "[...] aproximadamente 500 representantes de quase todos os estados do país. Seus resultados expressaram uma vitória da corrente progressista da JUC." (ARANTES; LIMA, 1984, p. 28).

Conforme comentamos acima, a JUC sofreu influência de personalidades que atuavam no interior da igreja. De parte de Maritain a principal referência teórica que a JUC absorveu foi o Conceito de "Ideal Histórico", exposto no texto "Da necessidade de um ideal histórico" apresentado pelo padre Amery Bezera, que exercia a função de assistente da JUC em Recife. Posteriormente, este conceito apareceu novamente no documento intitulado "Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro." Esse documento segundo (ARANTES; LIMA, 1984) já sinalizava favoravelmente pelo caminho do socialismo democrático e pela necessidade da Revolução brasileira.

O "Ideal Histórico" seria a possibilidade do engajamento cristão eficaz, como opção de vida num mundo polarizado entre o Capitalismo e o Comunismo, ambos considerados anticristãos, assim como afastados das ilusões do Catolicismo de matriz tradicionalistas que defendia a vinda de Cristão como única saída para os males da sociedade. A ala esquerda da JUC progressivamente foi absorvendo o Ideal Histórico de Maritain com caminho possivel de se superar a visão tradicional constuída pela igreja. Contudo, o Ideal Histórico foi sendo considerado ultrapassado pela ala esquerda da JUC, em decorrência dos anseios de profundas transformações que seus membros tinham em mente para realizar na sociedade.

Passada a inspiração de Maritain, a ala esquerda da JUC, se voltou para os escritos de Pierre Teilhard de Chardin e Emmanuel Mounier. O primeiro era considerado como uma alternativa cristã para a visão "cientifica" da sociedade e era uma opção ao materialismo histórico. O segundo apresentava uma explicação existencialista da sociedade a despeito da sua fundamentação filosófica cristã.

A ala esquerda da JUC conquistou notoriedade no interior da organização, dentre outros fatores a conquista da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de várias entidades estaduais de estudantes. Esse foi o principal fator que muito contribuiu para que seus líderes começassem a promover a "UNE-Volante", onde seus dirigentes se deslocavam por todo o país levando a mensagen de que a sociedade precisava despertar para as profundas injustiças sociais e que participasse das lutas políticas com vistas à transformação da realidade do país. Logo mais, o elo facilitador da Ala esquerda Jucista foi a adesão maçiça dos estudantes à greve do 1/3, cuja reivindicação era a participação dos universitários em todos os colegiados da Universidade. Portanto, foi criada a possibilidade de construção de uma organização que tivesse a intenção de ser a terceira via entre o Capitalismo e o Comunismo.

Desta forma e após três reuniões, se deu o surgimento da AP foi em 1962, como entidade autônoma, atuando no movimento estudantil. A primeira reunião foi no início de 1962, onde se aprovou o "Estatuto Ideológico", se dizendo organização defensora do socialismo democrático e da necessidade da Revolução Brasileira. De início, o nome escolhido foi Grupo de Ação Popular (GAP), sendo logo descartado, pois à época existia uma organização de extrema-direita: Grupo de Ação Patriótica. Assim, a sigla AP e o nome Ação Popular seriam oficializados na Segunda reunião de fundação ocorrida no mês de Junho de 1962, na cidade de Belo Horizonte, contando com representações de 14 Estados da Federação. Por fim, na cidade de Salvador ocorreu a terceira reunião, em Junho de 1963 onde autores como Reis Filho e Sá (1985), consideram como efetiva a constituição do I Congresso da Ação Popular.

O núcleo dirigente fundador da AP foi composto por Herbert José de Souza (eleito coordenador nacional), Aldo Arantes, Cosme Alves Neto, Haroldo Lima e Luis Alberto Gomes, Duarte Pereira, Péricles dos Santos. No primeiro Congresso da AP foi aprovado o Documento Base que nortearia sua atuação teórico-prática até 1968. Neste texto foi abolida qualquer referência ao Cristianismo, significando uma ruptura com a JUC, apesar de ainda permanecer o ideário cristão, cujo compromisso se dava pelo tratamento com o ser humano.

A AP mesmo tentando se apresentar como terceira via entre o Capitalismo e o Comunismo, começou a ser influenciada pelo marxismo em decorrência da recente vitória da Revolução Cubana. Portanto a vitória da Revolução em Cuba aprofundou a convicção entre os integrantes da AP de que as transformações só poderiam ser efetivadas pela via revolucionária, apesar da concepção dualista da sociedade, isto é, a existência de um setor atrasado e feudal no campo e um setor capitalista nas cidades. Futuramente será essa

concepção feudal defendida pela maioria dos integrantes da AP que contribuirá para a aproximação e posterior incorporação da própria AP com o PCdoB.

Os dirigentes ao fundarem a AP contaram com outro fator decisivo para romperem com a JUC: a necessidade de se aproximar de outros setores da sociedade. Mesmo continuando com os trabalhos no interior dos movimentos estudantis (secundarista e universitário), a AP tinha a pretensão em ir de encontro aos trabalhadores urbanos e rurais para dotar-lhes de concientização política. Entre os trabalhadores rurais, a AP conseguiu alguma inserção, principalmente através da participação de seus membros no MEB (Movimento de Educação de Base) ligada a Igreja, em que se aplicava o método de alfabetização de Paulo Freire, principalmente a metodologia "A Revolução em 40 Horas", isto é, os analfabetos teriam a oportunidade de serem alfabetizados em quarenta horas. Além disso, a AP conseguiu algum êxito na organização de sindicatos rurais, incentivado pela Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), que foi o orgão do governo federal criado em Outubro de 1962 encarregado de promover a Reforma Agrária. Cabe destacar que apesar dos discursos redicalizados dos integrantes da AP, a organização participou do esforço reformista do governo na busca pela organização dos trabalhadores rurais e, defendeu também as chamadas "Reformas de Base" na sociedade brasileira.

Quando veio o Golpe militar-bonapartista de 1964, a AP foi seriamente atingida e não pôde ter possibilidade de opor resistência, apesar da direção da AP ter feito parte da articulação - logo frustada -, da resistência armada, idealizada no exílio pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola. A aproximação da AP com Leonel Brizola vinha ocorrendo antes do Golpe de 1964, quando Brizola inseriu Herbert de Souza como coordenador do "Grupo dos 11", que basicamente eram grupos incumbidos de organizar a resistência às intenções golpistas da dreita. Por fim, quando sobreveio o golpe sem a resistência, coube aos principais dirigentes, como Herbert de Souza, Aldo Arantes e José se esconderem ou saírem do país, e assim, muitos deixaram de atuar na AP.

A maioria dos remanescentes da AP reorganizou-se e foi aprovada a Resolução Política de 1965, seguindo a linha mestra do Documento Base de 1963, só que a partir daí dava-se ênfase à necessidade da luta armada, aproximando a AP da Revolução Cuba. Nesse processo, muitos militantes Apistas não concordando com este entendimento deixaram a AP, alguns trocaram a AP, segundo Gorender (1987), pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), seduzidos pelas ações armadas urbanas, ao mesmo tempo em que a organização era compensada com a entrada de outros integrantes, principalmente do movimento estudantil.

No mesmo ano da aprovação da Resolução Política de 1965, Aldo Arantes passou a ser o novo coordenador nacional da AP, e os Apistas circularam suas idéias através do jornal mensal Revolução que era mimeografado, sendo substituido pela Libertação em 1968, chegando a ter, segundo (ARANTES; LIMA, 1984), 56 edições, sendo fechado em 1975. Progressivamente a AP foi reorganizada e a partir do XXVIII Congresso da UNE, conforme (MARTINS FILHO, 1987), a AP retomou a hegemonia sobre a entidade.

Na segunda metade da década de sessenta, a AP não ficou imune ao desencadeamento de ações armadas protagonizadas pelas organizações clandestinas à época e fez preparativos para ações armadas, envolvendo-se em um atentado em 1966. Este atentado ocorreu – segundo depoimento prestado por Duarte Pereira a Jacob Gorender (1987) - quando um Comando da AP detonou uma bomba no aeroporto do Recife, resultando na morte e feridos de inocentes. Logo depois a direção da AP decidiu pela dissolução destes comandos armados. O fracassado atentado no aeroporto do Recife contribuiu para que se questionasse o "foquismo", que seria a idéia de que a revolução poderia ser iniciada com ações armadas de pequenos e bem treinados grupos. A partir de então, paulatinamente os propositores da AP da via chinesa da "Guerra Popular Prolongada", ganharam projeção no interior da organização.

A AP chegou a enviar militantes para China e Cuba para realizarem treinamento militar, ao mesmo tempo em que no interior da organização foram-se formando duas alas portadoras de concepções distintas acerca de qual seria o modelo de revolução que se adequaria ao Brasil. A primeira denominada corrente 1, inspirada no modelo chinês de revolução, conforme podemos observar no documento produzido em 1967, cujo título foi "Esquema dos seis pontos"[63], escrito por Jair Ferreira de Sá após o seu regresso da China. E, a corrente 2, tendo a frente Altino Dantas e Vinícius Caldeira Brant, com nítido posicionamento pró-Cuba. A respeito desta segunda corrente (LIMA; ARANTES, p. 1984, p. 71), afirmaram que os integrantes desta corrente:

> Sustentavam posição antirevisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consederavam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão porque defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham resposta clara do caminho da revolução, embora alguns de seus mais destacados representantes tivessem nítida posição 'foquista'. Sustentavam que no país nunca existira um partido proletário, sendo necessário não a reconstrução do partido, como formulava a corrente 1, mas a sua construção.

[63] O Esquema de seis pontos foi assim dividido: 1. Caracterizava a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal; 2. Estabelecia o caráte nacional e democrático da Revolução brasileira; 3. Optava pela guerra popular em oposição ao foquismo; 4. Definia o pensamento de Mao Tse-tung como etapa atual do marxismo atual; 5. Defendia a integração na produção como meio necessário para se obter a transformação ideológica dos integrantes da AP; 6. Apontava para necessida de construção do partido revolucionário marxista-leninista.

A permanência destas duas correntes em constantes disputa pela hegemonia no interior da AP culminou com a expulsão da "corrente 2", durante a realização da I Reunião Ampliada da AP nos meses de Junho e Julho de 1968, sendo nesta ocasião que a AP se definiu pelo marxismo e aderindo ao maoismo. Os integrantes da corrente 2 foram expulsos e construíram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), aderindo à luta armada, dissolvida após a prisão e morte de muitos de seus militantes. Os seus fundadores, integrantes da corrente 2 recém expulsos da AP, retomaram o entendimento de que o Brasil necessitava de ser tranformado por uma revolução que fosse imediatamente socialista e não de cunho democrático-burguês, num primeiro estágio e sendo sucedido pela fase socialista, tal qual zelava a cartilha comunista de inspiração staliniana. A este respeito, no entender de Gorender (1987, p. 115):

> No seu programa, o novo partido restabeleceu o objetivo direto da revolução socialista. Calcada na teoria da dependência, sua análise da situação nacional apontou para a iminência de explosões sociais e indicou o caminho da luta armada, com o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta.

O PRT envolto à época no processo de desencadeamento da luta armada, partiu para ações armadas, sem maiores êxitos tendo sido praticamente dizimado no biênio 1971-72. Podemos lançar hipóteses de que se o PRT, ou pelo menos seu núcleo dirigente, continuasse – o que parece pouco provável - em atividade, poderia ter colocado em questionamento o entendimento teórico perpetrado pelos componentes da corrente 1 da AP, de que o país não mais necessitasse passar pelo processo da revolução em duas etapas, podendo ter causado sérios embaraços no interior da própria militância apista. No final da década de setenta, na esteira do início do processo da democratização brasileira, integrantes da "corrente 2" da AP contribuiram para o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em Fevereiro de 1980.

Depois da expulsão da corrente 2, a AP manteve sua inserção no meio estudantil, dividindo com outras correntes de esquerda e dissidências armadas do PCB a direção da UNE, conseguindo eleger vários presidentes sucessivos da UNE, em congressos organizados na clandestinidade, que eram realizados em espaços cedidos pela igreja, em virtude da ligação histórica dos núcleos dirigentes da AP com a igreja. Desta forma em 1966 a AP conseguiu eleger José Luis Moreira Guedes; em 1967, Luis Travassos; em 1968-69 Jean Marc Van der Weid que, após sua prisão em 1970, foi substituido por Honestino Guimarães, assassinado pela polícia em 1973 num momento que a UNE estava desorganizada pelo aparato de repressão militar.

Além da participação no movimento estudantil, a AP se inseriu no movimento operário participando das greves de Osasco e Contagem em 1968, e ajudou na organização do movimento operário no ABC Paulista e São Paulo. Já na zona rural, a AP atuava na organização de trabalhadores no Maranhão, Pernambuco e Sertão de Alagoas.

Os esforços feitos pelos militantes participantes da organização dos trabalhadores, estavam em consonância com a linha que preconizava pela AP a partir de 1967, que foi, como vimos, a defendida pela corrente 1, influenciada pela Revolução Cultural do Proletariado na China dirigida por Mao Tsé-Tung (Mao Zedong).

A partir de então, o direcionamento passou a ser o "movimento de proletarização", principalmente devido ao fato de que, no juízo da direção da AP – composta por membros da corrente 1 -, muitos Apistas ainda eram portadores de comportamentos burgueses. A extirpação desta maneira de agir pequeno-burguesa seria obtida mediante a incorporação de militantes na produção. Nesse sentido, muitos militantes foram enviados às fábricas e para zona rural para que realizassem trabalho produtivo. A este respeito, Arantes e Lima (1984) afirmam que o movimento de proletarização foi intensificado no segundo semestre de 1968, no ano de 1969 e foi declinando em 1970, tendo ao final um balanço positivo, pois possibilitou que os militantes tivessem contato direto com os trabalhadores. Já para Gorender (1987) o movimento de proletarização teve um efeito destuidor, pois provocou a desestruturação da atuação da AP no movimento estudantil, concluindo que "Os resultados negativos da integração à produção, desenvolvida de 1967 a 1971, devem ter pesado para que não fosse repetida." (GORENDER, 1987, p. 115).

Portanto, a intenção da direção da AP de fazer com que a organização se fizesse nos moldes proletários, ao final não conseguiu lograr êxito. Cabendo destacar que esta iniciativa de apresentar ligeiras similitudes com a iniciativa acrescida à época da III Internacional Comunista, por ocasião do V Congresso em 1924, quando se definiu que os Partidos Comunistas para serem legítimos representantes do proletariado, deveriam conter nas direções integrantes provenientes desta classe social, e ao final o resultado mostrou-se desastroso.

A aproximação da AP com o PCdoB se deu com a adesão da própria AP ao Maoismo e suas relações estreitas com o PCC. Todavia, a defendida tese chinesa da necessidade de fusão entre a AP e o PCdoB tinha entraves históricos a superar. Primeiro a interpretação que a AP e o PCdoB tinham do Maoismo. Neste sentido, a AP absorveu o legado teórico maoista advindo de um Mao crítico da experiência soviética durante a fase Staliniana e também setores da AP via com profunda criticidade a figura de Stálin. Neste

sentido, inferimos ser procedente denominar este entendimento de *Maoismo de Esquerda*[64]. Já opção – mesmo que limitada -, que o PCdoB fez pelo Maoismo, foi em decorrência da busca do reconhecimento internacional e, pelo fato da então União da Repúblicas Socialistas Soviética (U.R.S.S.) ter optado em reconhecer o PCB como único partido comunista, não restando ao PCdoB - naquele momento -, outro caminho que a busca deste mesmo reconhecimento por parte da China continental. Da mesma forma, que o PCdoB entendeu que de um modo geral, apesar da experiência Staliniana ter tido alguns percalços durante a sua vigência, no geral o balanço foi positivo. Neste sentido, inferimos que a posição do PCdoB se assemelha ao *Maoismo de Direita*, isto é, a absorção da teoria maoista e stalinizada do marxismo. Segundo, porque durante a década de sessenta, ambas as organizações disputavam a hegemonia de que deveria ser a vanguarda da revolução brasileira.

A direção da AP fez a sua próxima reunião no mês de Julho de 1969, elegendo a direção executiva provisória comandada por Jair Ferreira de Sá e contando também com a participação de José Renato Rabelo, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Duarte Pereira e Paulo Wright. Mesmo com a aproximação de ambas as organizações, um setor da AP se manifestou contrário a esta iniciativa, questionando a linha política do PCdoB, no qual este partido não foi considerado como partido revolucionário, cabendo assim à AP, a incumbência da construção do que seria o "verdadeiro" partido revolucionário no Brasil.

A luta interna foi tomando considerável dimensão no interior da AP, notadamente durante a preparação da III Reunião da direção da AP em Março de 1971, onde se configurou com nitidez uma maioria que se identificava ideológica e prograticamente com o PCdoB e de outro lado uma minoria que continuava discordando do caráter nacional-democrático da revolução brasileira, da importância de Stálin e da ênfase da Guerra Popular Prolongada. Mesmo com esta polarização, a reunião conseguiu aporvar o "Programa Básico", se caracterizando por concessões de ambos os grupos em litígio. O resultado foi um documento eclético no essencial, mostrando-se afinidades com o PCdoB, da defesa do legado Staliniano e estratégia política nacional-democrática do processo revolucionário, ao mesmo tempo, insistia-se na construção do partido revolucionário. Depois desta reunião a AP passou a ser

[64] A expressão *Maoismo de Esquerda* e *Maoismo de Direita* foi mencionada pelo Professor Márcio Naves durante as aulas ministradas na UNICAMP, na matéria Marxismo e Sociedade I no Mês de Março de 2007. Mesmo que sem ter passado por uma elaboração teórica aprofundada, pensamos que esta distinção possa a vir a ter procedência, tendo em vista que Mao tsé-tung na primeira fase staliniana, procurou se aproximar da URSS à época dirigida por Stálin, tecendo elogios à construção do socialismo na URSS, onde para Naves delineou-se um *maoismo de direita*. Já no início da década de 50, mais especificamente em 1952, ainda com Stálin vivo, Mao teceu crítica profundas ao entendimento staliniano acerca da construção socialista na URSS, configurando-se, assim um *maoismo de esquerda*.

denominada de Ação Popular Marxista-Leninista (APML), passando a organizar-se pelo sistema de "Comitês" substituindo o sistema de "Comandos" que estava em vigência desde 1965, reminiscência da fase foquista Debraysta da AP.

O próximo passo da agora APML foi a eleição do primeiro Comitê Central, sendo composto pelas duas tendências e constituindo um Bureau Político, composto por membros que integraram a chamada Comissão Executiva Provisória. Por esse período, apesar da APML ter sofrido repetidas prisões, a sua direção conseguiu manter-se intacta através da rígida clandestinidade.

A convivência entre os grupos em contenda (Maioria e Minoria, como denominadas na época) foi progressivamente se esgarçando. O tensionamento de ambos os grupos teminou por acontecer por volta de 1972 quando a denominada Maioria, representada por Renato Rabelo, Aldo Arantes e Aroldo Lima redigiram o denominado "Documento dos Três", defendendo a tese de que o PCdoB era o autêntico partido revolucionário e defendeu a necessidade de que o APML se incorpasse ao PCdoB. A discussão sobre a incorporação teria que ser ratificada pelo II Congresso a ser convocado. Contudo, devido ao recrudescimeto da ditadura militar e ao acirramento da luta interna, este encontro foi adiado. Em traços gerais este documento, que segundo Gorender (1987) tinha como título *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*, fazia uma análise da realidade brasileira muito aquém do que era na ocasião. Pois em sua percepção, Gorender (1987, p. 116-117) comenta que:

> [...] o trabalho denota o esforço discursivo no sentido da interpretação dos dados sócioeconômicos demaneira rebaixada, com o fim prefixado de apresentar a sociedade brasileira mais atrasada do que é na realidade. Relações entre produção industrial e produção agrícola, entre produção de bens de produção e produção de bens de consumo, entre população urbana e população rural, dados sobre comércio exterior, a questão do latifúndio e da relações sociais no campo – tudo isto conduziu à caracterização do Brasil como pais industrial-agrário atrasado, de tipo semi-colonial e com forte presença de relações de natureza feudal.

A retratação do cenário nacional em suas múltiplas nuance de forma longíqua ao que se configuravam na realidade, ao nosso entendimento, mais se aproxima a uma tentativa de apressar – num curto lapso de tempo -, a incorporação da AP ao PCdoB. Assim como, este apressamento se revelaria prejudicial para a futura trajetória política do PCdoB, visto que, após a chacina da Lapa em 1976, a direção pecedobista será hegemonizada por militantes da AP, principalmente pelos integrantes do documento dos três, acima mencionado. O prejuízo estava calcado no fato de que a construção de um documento de importância pelo conteúdo que expressa, contendo pelo menos a intenção de qual seria o rumo a ser trilhado, a correlação

de forças políticas em cena, a política de alianças tornada possível de ser implementadas pelo PCdoB, ao mesmo tempo, que estava também em jogo a militância envolvida e quais as tarefas a serem realizadas. Portanto, é neste sentido que o descompasso entre o documento e a realidade aumentaria as vicissitudes dos comunistas quanto às possibilidades de suas propostas terem ressonância na sociedade.

A ruptura ocorreu no decorrer dos anos de 1972 e 1973, quando apareceram duas Ação Popular Marxista-Leninista (APML´s). A primeira composta pela *Maioria* em torno de Aldo Arantes, Aroldo Lima e Renato Rabelo e a *Minoria* capitaneada por Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá, que tinham sido destituidos das suas funções e logo depois expulsos pelos integrantes da APML (corrente *Maioria*). A APML (corrente *Minoria*) chegou a ter certa influência entre os estudantes na década de setenta, através da tendência Refazendo. Mesmo com o assassinato de Paulo Wright em 1973, esta APML continuaria existindo até 1980, quando seus integrantes optaram pela autodissolução.

Enquanto isso, a outra APML dirigida pela corrente *Maioria*, fez em 1972 os últimos preparativos para a sua incorporação ao PCdoB. A precipitação para que ocorresse a incorporação, se deu em virtude do desencadeamento das operações entre militantes de PCdoB e os militares, que ficou conhecido posteriormente como "Guerrilha do Araguaia" e o assassinato de dirigentes do Comitê Central do PCdoB. Assim, esses fatores, aceleraram a incorporação da AP e em 17 de Maio de 1973, o Bureau Político da APML, divulgou o documento intitulado "Incorporemo-nos ao PCdoB", conforme podemos observar a seguir:

> A de 17 de Maio de 1973, o Bureau Político do Comitê Central da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil divulgou a sua última circular, indicando o procedimento acertado entre as duas direções para o ingresso no PC do Brasil. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 158)

Assim foi feito e a AP se incorporou ao PCdoB que, para Gorender (1987), esse fato deu forças ao combalido PCdoB. Cabe destacar, que em um documento do PCdoB de 1983, registra o ingresso de militantes da APML ao PCdoB no início de 1972 e 1973 e a partir de 1974 começou a ocorrer o ingresso de dirigentes. Apesar da incorporação (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000), afirma que a incorporação total ainda demandaria mais algum tempo, pela permanência da ditadura militar à época, antigas estruturas as APML foram mantidas. Ao contrário da versão propalada pelos dirigentes do PCdoB oriundos da AP, principalmente, a tese de que a trajetória e posterior incorporação da AP pelo PCdoB foi processualizada de forma progressiva sem percalços, não corresponde a realidade. Gorender (1987, p. 117):

> Entre as organizações da esquerda brasileira, a trajetória da AP foi das mais sinuosas e eruptivas. Submetida a pressoes ideológicas colidentes, sua

> evolução não ocorreu de maneira quase retilínea e invariavelmente ascensional em direção à fusão com o PCdoB, conforme a interpretação historigráfica de Lima e Arantes. Pelo contrário, até chegar ao ato final da incorporação, supressora da própria identidade, a AP precisou atravessar o campo minado das lutas internas e sofrer grandes perdas de substância partidária.

A trajetória da AP foi palmilhada por avanços e retrocessos, tendo em vista fatores como sua gênese, advindo de uma interpretação do cristianismo que tinha como missão a preferência pela evangelização e libertação espiritual dos oprimidos. A AP foi partícipe de grandes embates que aconteciam no país, e por isso procurava influenciar enquanto também sofria influência dos acontecimentos que rodeavam a sociedade brasileira. Assim, estas influências refletiam no interior da organização, em muito influindo para que os apistas não se fizessem portadores de unanimidade teórica. A saída de militantes – em mais de uma ocasião - da AP atesta o fato de que o encaminhamento das discussões de que a incorporação seria a melhor saída revelou-se inconsistente. Da mesma forma, a utilização de um antigo expediente muito utilizado na história do MCI, de se tentar resolver as controvérsias por meio de *expulsões*[65], revela a fragilidade argumentativa, acrescida da nítida limitação que os militantes apistas (da antiga corrente maioria) em procurar – mesmo que o momento não permitisse por estarnos anos de chumbo da ditadura militar e esse, não raras vezes, foi o argumento muito utilizado entre setores das organizações marxistas que possuíam postos de direção, quando se viam ameaçadas nas suas *certezas pétreas* para não se enfrentar devidamente e conseqüêntemente o debate político e teórico - resolver as controvésias e os impasses quanto ao entendimento de determinadas questões que poderiam ser encaminhadas de forma exaustiva, conforme recomendo o regimento orgânico de organizações e/ou partido que tenham a teoria marxiana/marxista como fonte inspiradora.

[65] A utilização da expulsão como medida resolutiva de qualquer contenda muito se aproxima do procedimento staliniano, de não procurar enfrentar devidamente o debate teórico. Pontuamos, que enquanto na URSS e outros países que se lastrearam na experiência soviética, a medida utilizada com certa frequência era aniquilação física, no Brasil, os marxistas de inspiração staliniana e pretensamente pós-staliniana de forma contumaz recorreu a expulsões. Fato que nos chama atenção, se deva ao fato de que a AP que apresentava reservas quanto a figura de Stálin, a corrente *maioria*, não titubeou em expulsar a *minoria*.

3 O PCDOB NO LONGO E TORTUOSO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

A Queda da Lapa sinalizou para os comunistas de que o processo de democratização no Brasil não seria de fácil consecução. O Governo militar, liderado por Geisel, já em 1977 tinha lançado o Pacote de Abril, contendo um conjunto de medidas com o intuito de continuar garantido o processo de distensão, inaugurado no início de seu governo. Com o intuito de tentar isolar a ditadura militar, o PCdoB vai progressivamente optando pela via institucional para isolar e derrotar a ditadura e, o instrumento político preferencial foi o MDB, outrora denominado de *oposição consentida.*

A falência da opção da luta armada no campo reorientou os comunistas, exigindo destes a busca pelo caminho alternativo que foi a progressiva inserção na institucionalidade burguesa. Assim, a saída encontrada pelos comunistas passava pela ampla união de forças políticas que fossem capazes de isolar progressivamente e derrotar a ditadura militar. Sendo que no interior da análise política construída pelos comunistas, estava a busca constante pela construção de uma ampla frente política anti-ditatorial, que fosse expressão do descontentamento dos setores da sociedade que contivessem um nítido desejo de construir a democracia no país.

Para operacionalizar, e assim poder tornar viável esta estratégia, os comunistas continuaram insistindo na tática de ampla aliança envolvendo os trabalhadores da cidade e do campo, camadas médias e parcelas da burguesia – ainda considerada nacional – que manifestassem antagonismo, mesmo que conjuntural, à ditadura militar. Ao mesmo tempo, continuaram aferrados à concepção etapista do processo revolucionário, isto é, no processo da revolução brasileira, continuaria na atualidade a primeira etapa da revolução, consistindo de tarefas democrático-burguesas e, posteriormente, se iniciaria a etapa socialista propriamente dita.

Foi com o mesmo instrumental teórico-analítico da época do PCB qual nortearia a prática da direção do PCdoB, que o Partido se inseriu na abertura política no período 1977-79. Neste sentido o PCdoB não economizou esforços de colocar em prática sua estratégia política. A partir daí, a luta pela democracia liberal (política) seria o *leit motiv* da atuação dos comunistas.

Sendo assim, interessa-nos analisar neste capítulo, como os comunistas entenderam e qual foi a sua trajetória a partir do início da década de oitenta. O que PCdoB conseguiu em termos de ganhos políticos por ter persistido na estratégia política nacional-democrática? Como os comunistas perceberam e se inseriram no Governo da Aliança Democrática, desde a fase ainda em vida de Tancredo Neves, bem como, quando seu sucessor José Sarney assume o governo, como foi a atuação dos comunistas na constituinte? E, por fim qual o balanço político garantido pelos comunistas.

A batalha pela democratização no Brasil teria como locus principal os grandes centros urbanos, tendo em vista o rápido processo de industrialização e conseqüênte urbanização das cidades, ocasionando uma concentrção e crescimento do contingente operário. Essa nova realidade se revelaria um desafio para o PCdoB, tendo em vista, que na quase totalidade da década de noventa, principalmente durante a atividade guerrilheira (morte de guerrilheiros, quedas de dirigentes nos centros urbanos), ocasionou um relativo esvaziamento da atuação comunista tanto nas cidades quanto nas fábricas. Diante deste fato, podemos levantar a seguinte indagação: Como os comunistas poderiam ter um desempenho de envergadura – que o processo de democratização requeria -, se o partido tinha perdido quadros experimentados durante a década de setenta?

É desta maneira que as indagações expostas fornecerão subsídios que nos permita compreender como o PCdoB enveredou pela "abertura política". E como esse caminho trilhado pelos pecedobistas contribuiu na legitimação do processo de reordenamento e reacomodação do projeto político de dominação e direção da autocracia burguesa institucional.

3.1 Rumo à Abertura Política – Mesmo que - Burguesa

O ano de 1978 se revelou portador de um reordenamento da autocracia-burguesa institucional. Na cúpula governista a contenda surgida há certo tempo entre os remanescentes de a linha dura militar, capitaneada pelo então ministro do Exército Silvio Frota e o então presidente da República Ernesto Geisel, tinham terminado com a vitória deste último.

Assim, a luta pela sucessão presidencial poderia prosseguir de acordo com o cronograma político-eleitoral estabelecido pelo governo militar. Neste ponto, merece destaque

a questão de que para autores como (STUMPF; PEREIRA FILHO, 1979) a sucessão estava decidida desde o momento da sucessão de Médici ocorrida em 1973.

O PCdoB avaliou que a ditadura militar se encaminhava para um progressivo isolamento, mediante a diminuição de sua base de legitimação social. Assim, a possibilidade da abertura sinalizada para o caminho da democratização não foi resultado simplesmente de decisão da cúpula dirigente militar em continuar a ditadura, mas porque além disso acontecia um esgotamento do modelo político, no qual a simples repressão já não conseguia conter a crescente insatisfação popular e econômica– em que o resultado proveniente do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) demonstrou visível esgotamento na sua capacidade de atender às demandas do país -, no qual estava alicerçado.

O governo Geisel vinha se defrontando com um quadro econômico nada animador. O desemprego, a inflação e a dívida externa aumentam de forma considerável, ao mesmo tempo em que diminua também o poder de compra de setores da população, que apenas vendiam a sua força de trabalho. No último ano do governo Geisel, a dívida externa atingia o patamar de quarenta e três bilhões de dólares e a inflação chegava a um índice de quarenta por cento ao ano. Por outro lado, o governo tentava acalmar o descontentamento da população, tentando convencê-la de que a causa da crise era advinda das incertezas do panorama internacional.

O projeto de distensão do governo Geisel esteve ancorado em fazer o sucessor, realizar o processo de reformas institucionais, com o objetivo de reordenar a autocracia burguesa de bonapartista para institucional[66] mantendo a essencialidade do sistema baseado em fundamentos autoritários, ao mesmo tempo procurando através de todos os meios enfraquecer a oposição política. Quanto à questão da sucessão, o governo Geisel tinha logrado êxito mediante a escolha do general Figueiredo para sucedê-lo. Quanto à auto-reforma, ela significava a passagem lenta, gradual e segura do período de distensão para a abertura.

O projeto de reformas políticas foi aprovado na íntegra em Setembro de 1978 pelo Congresso Nacional, sendo incorporado à constituição federal. Dentre os componentes das reformas estava o fim do AI-5, o estabelecimento de mecanismos como a "salvaguarda do Estado", que dentre os seus dispositivos contavam o "estado de emergência" e o "estado de sítio", e no mês seguinte conseguiu aprovar a nova Lei de Segurança Nacional (LSN). E por

[66] A autocracia burguesa institucionalizada se constitui na forma como se objetiva a dominação burguesa em *período em paz*. Já o aspecto bonapartista vem à tona quando a burguesia se encontra em *período de guerra*. Para maiores detalhes recomendamos a leitura da obra de CHASIN, José. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000. p.128 e segs.

fim, o governo fez aprovar mudanças na legislação partidária, que entraria em vigor em Janeiro de 1979.

As cizânias no interior da ditadura militar não estavam totalmente dissipadas, pois surgiram novas fricções internas. Em virtude da escolha do General Figueiredo como sucessor de Ernesto Geisel, num processo de escolha que desagradou a muitos generais[67], a cisão partiu do general Euler Bentes de Monteiro, que até então era chefe do gabinete militar do Gal. Geisel. Observando que a escolha de Figueiredo era irreversível, Gal. Euler Bentes de Monteiro – que desde o início era contra a candidatura de Figueiredo - renunciou ao cargo. No âmbito civil, o governo Geisel inicialmente enfrentou a possibilidade da candidatura do senador Magalhães Pinto, que logo declinou do intento.

O campo político oposicionista não perdeu tempo e se aproximou do general Euler Bentes para que se formasse uma aliança antiditatorial. Assim, mediante a aceitação do general Euler Bentes, foi formada uma chapa oposicionista encabeçada por este mesmo general para a presidência da República, tendo como candidato a vice-presidência o senador Paulo Brossard[68]. No dia 15 de Outubro de 1978, o candidato da situação, General Figueiredo, pelo PDS consagrou-se vencedor, com uma obtenção de 355 votos contra 226 votos pela chapa oposicionista capitaneada pelo General Euler Bentes lançado pelo MDB.

A candidatura de Euler Bentes[69] Monteiro foi apoiada pelo General Hugo de Abreu que comandou a brigada para-quedista, que teve a missão de interceptar, combater e aniquilar a Guerra do Araguaia. Fato que chama atenção, é que, quando é de interesse da direção do PCdoB em legitimar suas ações e deliberações, busca fazê-los, através de alguns fatos que lhes são convenientes, como alguns exemplos, a própria Guerrilha do Araguaia tornada pela direção nacional como 'jornada gloriosa de luta' e a sua fundação enquanto partido em 1962, dentre outras. Possibilitando-nos entender, que a direção do PCdoB, incorreu no caminho do oportunismo, prática esta que – em muitas ocasiões -, atravessa a sua história enquanto partido político. A este respeito, durante o período, foram acalentadas várias saídas para a ditadura, e uma delas – que foi a que se configurou acima -, entendeu Fernandes

[67] Antes da escolha do General Figueiredo tinha três estrelas, mas sob influência direta do Planalto, Figueiredo foi promovido a general-de-exército, tendo assim passado à frente de outros generais que se encontravam na "fila de espera" em busca da tão almejada promoção.

[68] O que nos chama a atenção é o fato que ambos os nomes escolhidos sempre apoiaram os governos militares. Paulo Brossard defendeu ardorosamente o golpe militar-bonapartista de 1964.

[69] Até na contemporaneidade, o PCdoB reafirma, que mesmo em 1978 estando na cladestinidade, apoiou a candidatura do General Euler Bentes patrocinada pela Frente Nacional de Redemocratização (FNR). Se o PCdoB observasse com mais cuidado, era o fato que o General Euler construiu boa parte da sua carreira militar durante a ditadura e, sua precupação não foi em prol da defendida redemocratização e sim, pelo seu candidato na disputa pela sucessão de Geisel ter sido preterido. A respeito do apoio a candidatuea do General Euler Bentes, recomendamos ver o site: <http://vermelho.org.br/pcdob/80anos/cadaanourl/q78.asp>.

(1982) que o processo da ‘redemocratização’ poderia ser obtida pela ocorrência de uma dissidência militar que poderia propiciar um esgarçamento no stablishment militar, permitindo ‘encurralar’ e colocar na progressiva defensiva a linha dura militar.

O embate político-eleitoral se deu entre a Arena e o MDB. Nestas eleições apesar das manobras coordenadas pelo governo para enfraquecer o MDB e fortalecer a ARENA, segundo (MAZZEO, 1999, p. 164-65):

> [...] em termos numéricos e qualitativos o MDB superou a ARENA. Na votação direta para senadores a oposição alcançou uma diferença de 4,4 milhões de votos, além de ter vencido nos estados mais importantes do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Paraíba.

O PCdoB nutria esperanças de que a vitória do MDB nas eleições possibilitasse a galvanização de um movimento político oposicionista, que além de empolgar crescentes setores da população a se engajar na luta contra a ditadura, permitisse o seu crescente isolamento.

Passada a fase sucessória, o general Figueiredo tomou posse na Presidência da República em 15 de Março de 1979. O seu governo seria marcado pela pior crise da história até então registrada, bem como pelo recrudescimento da oposição política, na qual os comunistas se empenharam profundamente, onde prosseguiram com sua estratégia nacional-democrática de cariz etapista.

Por esta mesma época, o PCdoB, voltou a sofrer sinais de descontemamento em alguns Comitês Regionais, no qual, o motivo girou em torno da experiência do Araguaia. Nessa linha de raciocínio, segundo Oliveira (2006, p. 26):

> Mas o rompimento que se iniciava por volta do ano de 1979, mobilizando diversos Comitês Regionais pelo país, apresentava-se como uma fratura irreversível, calcada toda ela na necessidade de um debate que não acontecia, de um Congresso que não se convocava, por diversas questões proteladas e silenciadas pela direção do partido.

O eixo central da insatisfação foi a respeito da falta de maior profundidade a respeito da experiência da Guerrilha do Araguaia. A direção nacional, ao que tudo indica, preferiu não rememorar sobre um assunto que já estava considerada como ‘gloriosa jornada de lutas’. Logo mais, os descontentes terminam por saírem do PCdoB e fundam o Partido Revolucionário Comunista (PRC), e, posteriormente seus aderentes adentram no PT. Com relação a três cisões ocorridas no PCdoB, todas elas continham inicialmente um forte discurso à esquerda da direção nacional pecedobista e, com o tempo, terminaram por se acomodar à direita do próprio PCdoB.

3.2 A Longa Jornada Pela Democratização

O processo de Abertura Política – nome dado ao projeto de auto-reforma do regime militar -, que se iniciou com o governo Figueiredo, - que foi o último do ciclo de governos militares -, começou a adquirir contornos mais nítidos. A sociedade continuava a mobilizações no sentido de conquistar a redemocratização no menor tempo possível. A Abertura Política foi decodificada por Fernandes (1982) como ***liberalização outorgada*** como estratagema da ditadura militar, dentro da política do 'conceder sem ceder', que visou ressoldar as forças políticas que comandaram o bloco no poder. Neste sentido, Fernandes (1982, p. 26) afirma "[...] a liberalização outorgada não é um sintoma de 'crise final' mas uma demonstração de tenacidade que evidencia os limites naturais de desenvolvimento da republica institucional.".

Ao longo dos governos Geisel e Figueiredo, ocorreram respectivamente a *distensão* e *abertura*, que em sua essência, consistiu em manobrar pequenas - e mesmo assim pontuais mudanças -, na ditadura militar, mantendo a domínio da direção do Governo e Estado. A ditadura militar, ao iniciar a distensão, teve audácia e astúcia necessária para que o processo de instauração do regime civil não lhe escapasse às mãos. E, por conseguinte, conforme Fernandes (1982) em ambas as situações, estiveram sob a égide da liberalização outorgada. "A liberalização outorgada, que se manifestou primeiro sob a forma de uma 'política de distensão' e, em seguida, sob a forma de uma 'política de abertura'[...]". (FERNANDES, 1982, p. 27).

O primeiro ano do governo Figueiredo se notabilizou por profundas contradições no seu interior. No âmbito econômico, o aparato governamental procurou pautar a sua atuação administrativa e econômica de acordo com o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que abrangeria o período de 1979-85.

Diferente do seu antecessor, que focalizou os investimentos na produção de bens-de-produção, o governo Figueiredo procurou investir principalmente no setor agropecuário. Ao mesmo tempo, os governantes se depararam com um panorama financeiro nada animador, isto é, as reservas internacionais estavam se exaurindo num ritmo meteórico por conta do crescente endividamento de curto prazo contraído pelo governo. No panorama internacional, ocorreu a Segunda crise do petróleo patrocinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A margem de manobra do governo para manter o controle da sociedade como vinha sendo feita até então se achava mais difícil. Podemos observar a confirmação desta assertiva com o profundo descontentamento advindo da sociedade, principalmente da classe operária, por meio de greves. Segundo os comunistas:

> Houve 212 greves nos 200 primeiros dias do governo Figueiredo. O numero de grevistas este ano já passa dos 2 milhões e 300 mil, segundo pesquisa do jornal "Movimento". Contando desde de Maio de 1978, quando começaram as paralisações, o total sobe para mais de 3 milhões. (A LUTA..., 1979, p. 3).

O crescimento do movimento grevista foi percebido pelos comunistas como fato de profundo significado para a redemocratização do país. Apesar das greves ficarem circunscritas ao patamar econômico, os comunistas entenderam que tanto o aspecto político quanto o fator econômico tinham grande importância na luta pela derrubada da ditadura militar; e no âmbito especifico para oferecer possibilidades mais consistentes à democratização da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, movimentos grevistas, por exemplo, ocorriam na sociedade com a finalidade de mantê-la constantemente mobilizada pelo fim tanto do período de exceção instaurado em 1964, quanto pela obtenção de melhores condições de existência. Neste sentido, os comunistas entenderam que:

> Junto com as greves, ampliou-se a luta pela liberdade sindical, pela Central Única dos Trabalhadores, contra a legislação trabalhista repressiva. Cresceram os movimentos contra a carestia, por creches e pelos direitos da mulher trabalhadora, por melhorias nos bairros populares. A UNE ressurgiu. E a agitação social vai chegando ao interior. (A LUTA..., 1979, p. 3).

Podemos depreender que os comunistas demonstravam otimismo com a crescente possibilidade de atuação manifestada pela sociedade. Da mesma forma, os comunistas entendiam a importância do fator político. Segundo o PCdoB:

> Cresceram também os movimentos políticos, pela anistia, por uma Constituinte eleita em plena liberdade. O movimento popular e democrático está em ofensiva, dá a tônica da conjuntura política. Mas o governo tenta recuperar o terreno. No ano passado, a onda de lutas pegou o governo de mau jeito. Passadas as eleições e transferido o poder a Figueiredo, o governo se recompôs. Neste segundo semestre, a repressão caiu mais forte. Os trabalhadores que vão à luta, como os da construção civil, metalúrgicos, bancários, professore, enfrentam hoje a violência policial, intervenções e fechamento de entidades, demissões, prisões de líderes e ativistas, espancamentos, bombas de gás, tiros que já mataram alguns operários. A violência vai numa escalada, desmentindo as juras democráticas de Figueiredo. (A LUTA..., 1979, p. 3).

Dentre os setores da sociedade civil que sofreu maior perseguição, uma das mais atingidas foi a categoria metalúrgica. A seguir, vejamos o comentário de uma líder metalúrgica acerca da repressão sofrida pelo governo, quando pensava sobre a abertura promovida pelo governo Figueiredo:

> A repressão policial nos atacou com violência para parar nossa luta, para nos levar à derrota, mas o que eles conseguiram foi que todo o povo visse que tipo de 'abertura' política é essa que estão querendo nos vender. É a abertura em que se assassina e espanca trabalhadores. Tenho companheiros com as costas marcadas pelos cassetetes da abertura, e a dor que nossos olhos sentem ao ver essas é a força que nos impulsionara para a luta. Não temos medo da morte, não temos medo de espancamentos ou prisões, tememos, isto sim, que nossos filhos continuem sendo tratados como animais. Queremos construir um mundo mais digno para nos trabalhadores, um mundo em que sejamos respeitados, onde nossa voz seja ouvida, onde tenhamos liberdade. (MACHADO, 1979).

O governo Figueiredo, vendo-se na defensiva por conta das crescentes mobilizações dos trabalhadores, utilizou a repressão com a finalidade de conter o descontentamento dos trabalhadores.

A primeira sinalização a respeito da abertura política vinda do governo foi a lei da Anistia aprovada pelo Congresso em Agosto de 1979. Na sua essência, a anistia proposta pelo governo era de fundo parcial e restrita. Frente a esta situação, setores político-sociais da sociedade civil contando com a participação de militantes comunistas e de outras tendências, promoveram o Segundo Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Para o PCdoB, neste evento foi destacada "[...] a justeza da posição assumida em repúdio ao projeto governista de anistia parcial, incluindo o apoio ao voto contra o projeto no parlamento". (ANISTIA..., 1979).

Mais adiante, no mês de Novembro, o governo lançou o projeto de reforma partidária. Ao entender da oposição, este posicionamento se caracterizaria pelo fato do governo ter sofrido considerável derrota nas eleições de 1974. Até então o regime político brasileiro era constituído por dois partidos políticos: a ARENA, que se caracterizava por ser o braço de sustentação político-legal do regime autoritário; e o MDB, partido de oposição 'consentida' que congregava um amplo espectro político do panorama nacional, abrangendo de liberais a comunistas.

Na tentativa de frear os ganhos eleitorais e políticos da oposição, o governo anterior, comandado pelo Gal. Ernesto Geisel, tinha instituído o pacote de Abril com a finalidade de barrar a oposição. Todavia, mesmo que essa medida tenha causado consternação para os vários setores conformadores da oposição, o quadro político e eleitoral nacional, ao

menos sugeria, que amplas parcelas da sociedade, não queria ser governada como acontecia até então, e em contrapartida, o governo encontrava progressiva dificuldade em continuar governando como antes.

As dificuldades foram sentidas pelo governo, principalmente pelo seu principal estrategista, o então Gal. Golbery do Couto e Silva. Golbery apreendeu que o governo necessitava encontrar uma saída que pelo menos minimizasse as vicissitudes sentidas pelo governo. Assim, Golbery entendeu e compartilhou os seus posicionamentos com o general presidente Figueiredo de que a saída para tentar barrar o crescimento político-eleitoral estava na adoção do multipartidarismo. Pois a manutenção do sistema político bipartidário "[...] tendia a fortalecer a oposição, e se torná-la difícil vencê-la mesmo em eleições apenas parcialmente abertas." (SKIDMORE, 1988, p. 54).

Portanto, a adoção do multipartidarismo era enfocada como solução no sentido de:

> [...] conservar o partido do governo (sob um novo nome) e facilitar a criação de vários partidos de oposição. O governo poderia, assim, manter sua posição, ou atraindo o voto oposicionista, ou formando uma coalizão com os elementos mais conservadores da oposição. (SKIDMORE, p. 1988, p. 54).

A afirmação de Skidmore sugere que a reforma partidária foi pensadas no sentido de enfraquecer o amplo leque de forças políticas, que se diziam situadas no campo da oposição política. Com essa nova regra a oposição se veria diluída, potencializando os ganhos eleitorais, ao mesmo tempo em que possibilitava ao governo a manutenção intacta da sua base de sustentação política. Nesse novo quadro político que se configurava estava a mudança da nomenclatura do partido governista que à época tinha a sigla ARENA. Entretanto, cabe destacar que o seu surgimento se deu em 1965 mediante a implantação do bipartidarismo, onde se opunham o Partido Democratico Social (PDS) (situação) e o Movimento Democrático Social (MDB) (oposição).

Os estrategistas políticos, particularmente o Gal. Golbery – o principal articulador político do governo -, entenderam que a sigla ARENA se encontrava desgastada de forma acentuada. Paulatinamente, a ARENA passou a ser percebida por parcelas da sociedade como sinônimo de repressão e de todas as formas de abusos cometidos contra a população. Portanto, a mudança de sigla do partido cumpria a função de dissipar da memória coletiva tudo o que representasse o passado sombrio.

Foi com esse intuito que o governo encaminhou ao Congresso Nacional a lei da reforma partidária, sendo aprovada em Novembro. Skidmore (1988, p. 54):

> No fim de 1979 os novos partidos estavam formados. A ARENA, reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS), enquanto a maioria do antigo

> MDB juntou-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Social), um truque verbal para enquadrar-se nas novas regras (que proibia o uso da mesma legenda partidária e exigia a palavra 'partido' no nome) que irritou o governo porque a oposição preservara a possibilidade de ser reconhecida pelo nome.

Apesar de o governo ter logrado num primeiro momento, com a finalidade precípua de dividir e conseqüentemente enfraquecer a oposição, não conseguiu o seu intento maior: a extinção do MDB. No próprio MDB grandes parcelas que formavam esta legenda não concordaram com a sua extinção, pois de acordo com os comunistas:

> A recente convenção do MDB demonstrou que amplos setores não aceitam sua extinção a forca. É uma posição justa, na medida em que ela se opõe ao plano do governo de dividir a oposição e tanger o movimento operário e popular como gado para o curral do isolamento político. Derrotar essa manobra faz parte da luta pela ampla liberdade de organização partidária. O verdadeiro pluripartidarismo permitira o avanço da união das forcas mais conseqüentes de oposição e levara a um novo patamar a frente de oposições cuja a meta é continuar a luta ate a derrubada do regime militar e a obtenção de amplas liberdades democráticas. (REFORMA..., 1979).

Para o PCdoB, a reforma partidária proposta pelo governo não condizia com as aspirações dos setores menos aquinhoados da sociedade e muito menos da oposição política. A reforma partidária teria que estar acoplada a outras dimensões da questão democrática defendida pelos comunistas, como a ampla liberdade de organização, bem como a derrubada do próprio regime militar. O interesse do governo na promoção de lei da anistia parcial e na reforma partidária era que possibilitasse o surgimento do multipartidarismo, configurando a abertura política do governo Figueiredo acrescida à modificação da nomenclatura de ARENA para PDS, apareciam para os comunistas "[...] como a continuação do autoritarismo e do arbítrio desfalcados [...]" (SITUAÇÃO..., 1980, p. 16).

Diante desta situação os comunistas entenderam que:

> [...] o povo e as diversas forças políticas vêem que não se trata de encaminhar efetivamente o país para o regime democrático, mas de tentar engabelar a nação como simples e superficiais modificações na superestrutura política, conservando o regime militar [...] (SITUAÇÃO..., 1980, p. 16).

No movimento operário, o tema da reforma partidária também foi discutida, sinalizando assim a importância contida no tema. Vejamos como Aurélio Peres, líder operário integrante do PCdoB, percebeu o projeto da Reforma Partidária proposta pelo governo militar:

> Nunca será demais repisar que esta reforma partidária foi feita para dividir a oposição e impedir a participação da classe operaria e do povo. Visa garantir a sobrevivência da ditadura. Por isso, não podemos aceitá-la e devemos

> continuar lutando pela liberdade de organização partidária [...] (PERES, 1980, p. 3).

O líder operário percebia que a proposta de reforma era apresentada como nociva tal como os interesses dos trabalhadores e de toda a sociedade. A saída encontrada seria a concretização de uma nova Reforma Partidária. Para que este fato acontecesse, segundo Peres, os comunistas necessitariam:

> [...] fazer um grande esforço de organizar a classe operária e todos os setores populares pela base, unindo todas as entidades – associações de bairro, entidades democráticas, como os CBAs, Movimentos contra a carestia etc – que congreguem operários, trabalhadores rurais, camponeses, intelectuais, estudantes, homens e mulheres, com parlamentares verdadeiramente oposicionistas. (PERES, 1980, p. 3).

O líder operário-comunista, Aurélio Peres[70], nos sugere que o governo não recuasse frente a sua determinação de levar adiante seu projeto de Reforma Partidária. A tarefa então seria barrar esta reforma, e isso só se daria com a união da sociedade civil. Assim, a construção de uma Reforma Partidária condizente aos anseios populares, passaria pela necessidade da constituição de uma aliança política alicerçada num projeto político democrático-popular. Vejamos o que nos tem a dizer Aurélio Peres;

> O que quero dizer é que devemos nos unir em torno do programa democrático e popular que veio se formulando na prática das lutas populares, nos últimos anos. Isto é, pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela revogação de toda a legislação antidemocrática; pela assembléia constituinte convocada por um governo provisório; pela mais ampla liberdade de organização partidária; pelos direitos dos trabalhadores, direito de greve, autonomia sindical; por uma reforma agrária radical; pela independência nacional e contra a exploração do capital estrangeiro sobre nosso país. (PERES, 1980).

Podemos perceber, pela exposição feita acima, que o conjunto de medidas defendidas pelos comunistas com vistas à democratização nacional, ficava circunscrita as tarefas democrático-burguesas, isto é, o momento político à época não comportava um projeto de transformações que pudessem levar o país a uma ruptura com a situação reinante. Os comunistas entendiam que a etapa a ser cumprida fosse o restabelecimento da democracia legal-burguesa, como momento necessário para se passar a uma situação política que propiciasse mudanças mais profundas.

[70] Na época desta entrevista concedida ao jornal Tribuna da Luta Operária, Aurélio Peres era parlamentar da tendência popular do PMDB e militante do PCdoB.

Conforme comentamos, a reforma partidária fez surgir o multipartidarismo através da criação de novas siglas partidárias como artifício formulado pelo governo para dividir a oposição e a sociedade, notadamente separar os trabalhadores. De acordo com Lustosa:

> Os trabalhadores sentem que estes partidos não podem atender às exigências do movimento popular. A classe operária avança na luta por seus direitos. E não preteende mais aceitar a velha manobra da burguesia, de falar em democracia, oferecendo ao proletariado a 'opção' de atrelar-se a um partido burguês (como fez anteriormente com o antigo PTB), enquanto manchem na ilegalidade o partido da classe, comunista em 58 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil teve apenas alguns meses de vida legal. (LUSTOSA, 1980a).

A saída visualizada por Lustosa passaria pelo fortalecimento da:

> Tendência Popular no PMDB e fazer esforços para que as correntes mais ligadas ao povo, existentes nos outros partidos, atuem unidas, tendo como base as exigências da luta de massas [...] Desta forma, a classe operária, enquanto defende a sua organização de classe independente e persegue seus objetivos finais, prepara-se de imediato para derrotar, junto com todos os democratas, a reformulação partidária da ditadura. (LUSTOSA, 1980a).

A luta encetada contra a reforma partidária governista não seria tarefa fácil. Historicamente, a classe dominante vinha se utilizando de possíveis espaços Partido do Movimento Demogrático Brasileiro (PMDB), junto com outros setores mais próximos dos trabalhadores que estavam militando em outros partidos, na finalidade de atuarem juntas e, no decorrer dos embates, que fosse permitido aos trabalhadores compreenderem quais eram as forças políticas e seus reais interesses.

3.3 A Importância da Classe Trabalhadora na Luta Pela Democracia e na Política do PCdoB

Os trabalhadores, ao longo da existência do PCdoB, foram percebidos como importantes no processo de democratização brasileira. Desde finais da década de setenta, a classe operária tinha enveredado pelo caminho das greves no biênio 1978-80. Todavia, os comunistas apesar de analisarem que o movimento tinha crescido na sua envergadura, ainda continha debilidades organizativas entre os trabalhadores:

> Quando os trabalhadores conscientes fazem o balanço das ultimas lutas, sempre encontram um sem numero de pequenos e grandes defeitos. Em milhares de ocasiões faltou unidade, coragem, decisão de partir para a briga ou sustentar o contra-ataque do adversário. Outras vezes, lideranças falsas ou vacilantes apunhalaram o movimento pelas costas. A organização em geral esteve muito atrás das necessidades. As lutas tiveram muito mais um caráter econômico, sem atacar de frente o problema-chave do poder político. (JOFFILY, 1980, p. 3).

Ao mesmo tempo em que os comunistas ponderavam que:

> [...] os trabalhadores conscientes também enxergam o movimento operário e popular no seu conjunto, seus grandes traços e sua tendência geral. Vêem que as lutas, contidas por tanto tempo, agora romperam as barreiras. Milhões de operários, que há dois anos pareciam ter esquecido o que era greve, estão fazendo uma ofensiva grevista sem precedentes no Brasil (inclusive porque a classe operaria triplicou seus efetivos desde 64). O movimento que há um ano era quase somente paulista, já se espalha por outros centros do país. As greves são econômicas, mas com um espírito autogovernista desconhecido nos surtos grevistas anteriores. (JOFFILY, 1980, p. 3).

Com a finalidade de oferecerem uma saída com ganhos políticos para os trabalhadores, os comunistas entenderam que:

> A única garantia é a organização e a clareza de rumos das forcas interessadas na vitória da causa popular, e em primeiro lugar da classe operaria. E o desenvolvimento do fator consciente, que esta atrasado , bastante atrasado, em comparação com o movimento real. (JOFFILY, 1980, p. 3)

A debilidade organizativa dos trabalhadores não diminuiu a convicção dos comunistas de que o movimento operário estava no centro da situação política pela demonstração de "[...] combatividade da classe operária com a greve dos metalúrgicos do ABC e a ampliação do movimento de solidariedade a eles em todo o país [...]" (LUSTOSA, 1980b, p. 3).

Contudo, o PCdoB entendia que se tinha a necessidade de ampliar a aliança da classe operária que:

> Além de combatividade, a política da classe operária necessariamente precisa ser ampla, para isolar e atingir de forma concentrada o alvo. A frente única que vai se formando tem como centro a unidade popular – a classe operária, os camponeses e demais setores populares – mas abrange também amplos setores democráticos. Ate mesmo setores vacilantes da oposição liberal. (LUSTOSA, 1980b, p. 3).

Os comunistas historicamente colocaram a classe operária como ator principal na política de alianças. Contudo, o PCdoB de certa forma limitou profundamente a atuação futura da classe operária aos desígnios da Estratégia Política comunista, isto é, a Classe operária faria parte de uma política de alianças que abrangesse 'setores da burguesia que

estivesse em contradição com a ditadura'. Ora, pensar que mesmo que momentaneamente a burguesia contivesse um espírito democrático, seria no mínimo desconhecer a própria história da atuação da burguesia.

O PCdoB manteria para a classe operária uma política pendular, ou seja, ao mesmo tempo em que enaltecia a classe operária, os comunistas se mostraram cautelosos, defendendo a necessidade de que o processo da democratização não extrapolasse os limites estabelecidos, com a finalidade de não acirrar os ânimos dos militares. Poís os comunistas compreendiam o caso dos movimentos popular e operário com profundo vigor, e por isso poderia ser interpretado pelos militares como motivo para possível intervenção e, até retrocesso no trajetória da abertua política.

No ano de 1980, o país vivenciaria um novo surto grevista, visto pelo PCdoB "Os metalúrgicos de São Paulo, ao resistirem bravamente [...] demonstram elevada consciência de seus direitos e se colocam nas primeiras linhas em defesa da liberdade para todo o povo. Sua luta é, hoje, a luta de todos os democratas". (DUAS..., 1980, p. 5).

Assim como os trabalhadores teriam que:

> Levantar, e levantar cada vez mais as reivindicações políticas do momento, eis uma necessidade inadiável. Os operários são a poderosa força capaz de encabeçar não apenas os seus próprios combates reivindicativos, mas a luta de todos os que se batem pela liberdade e pelo progresso político, econômico e social. (POSIÇÃO..., 1981, p. 4).

Além do PCdoB, outros partidos procuravam influenciar políticamente o movimento grevista. Assim expressava a opinião dos comunistas "Nenhum dos partidos de oposição com existência legal pode desempenhar esse papel. O PT mostrou sua impotência[71]. O PTB, seu adesismo ao governo. Os liberais que dirigem o PMDB mostraram contraditórios." (AZEVEDO, 1980, p. 3).

Como os comunistas estavam na ilegalidade, privilegiaram a atuação no interior do MDB. Várias tendências formavam o MDB, os comunistas valorizam a denominada Tendência Popular que surgia "[...] como a alternativa mais ampla e mais avançada de representação política da oposição popular." (AZEVEDO, 1980, p. 5).

Os comunistas entenderam que a atuação no interior do MDB possibilitaria uma maior projeção do programa político dos comunistas. Da mesma forma os comunistas inferiam que os operários teriam um profundo valor durante a batalha pela instauração da constituinte:

[71] Em realidade, o entendimento acerca da impotência do PT vai na contra-mão da realidade, pois à época, o Partido dos Trabalhadores se empenhou em mobilizar e denunciar o regime militar.

> [...] os operários sentem por instinto que precisam mais do que ninguém da liberdade política. Precisam conquistar e usar intensamente a liberdade para aprofundar e ampliar a luta contra a classe que os explora, para elevarem rapidamente seu nível de consciência, sua organização e sua mobilização. (LIMA, 1980, p. 3).

A atuação dos comunistas progrediu constantemente, procurando construir uma influência no meio operário, o que não seria fácil, porque além de atuarem na ilegalidade, ainda contava com a concorrência de outros partidos oposicionistas como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o recém fundado PT proveniente das hostes sindicais.

Paulatinamente, o movimento sindical foi se dividindo e o PCdoB integrou a corrente "Unidade Sindical". O próximo passo a ser dado pelos comunistas foi a participação na Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Enquanto que setores sindicais denominados autênticos postulavam a criação de um novo sindicalismo, o PCdoB entendeu que era necessário primeiro reforçar a estrutura existente, ao menos para compor compor setores apelegados do sindicalismo.

Os embates verificados entre as distintas concepções do movimento sindical terminaram por açodar os atores em cena fazendo com que os comunistas não participassem da criação da Central Única dos Trabalhares (CUT) em Agosto de 1983 e optasse por fazer parte da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Por muitos anos, mesmo com o início da denominada Nova República, a CGT foi percebida como sinônimo de atraso no movimento sindical brasileiro. A tomada de posição de que a permanência na CGT não possibilitaria avanço para a classe trabalhadora somente adquiriu contornos mais nítidos para os pecedobistas, alguns depois da fundação da CUT, quando esta Central passou a canalizar setores de maior combate no âmbito sindical. A manutenção do PCdoB na CGT não encontrou unanimidade entre os seus integrantes, dentre eles estavam Grabois (APÊNDICE A):

Eu em 83, foi a primeira divergência que eu achava que tinha que ter ido pra CUT né. Minha primeira divergência foi em 83 quando achava que tinha que ter ido pra CUT de qualquer maneira. Eu descobri que no PCdoB tinha um monte de gente que achava a mesma coisa, né descobri depois.

A direção partidária comunista, mesmo com as resistências advindas de militantes oriundos de vários segmentos sindicais ou não, manteve o entendimento de que a permanência na CGT, em aliança com setores do sindicalismo amarelo, concebido como pelego, ainda poderia capitalizar dividendos políticos substanciais para a classe trabalhadora.

3.4 A 6. Congresso: a Luta Armada está Encerrada

O PCdoB iniciou a década de oitenta consciente das dificuldades que o processo de democratização enfrentava. Após a fase da abertura política, o seu teste se deu com as eleições de 1982, quando lançou candidatos pela legenda do PMDB, entendendo a luta pelo estabelecimento e posterior defesa do regime democrático como parte constitutiva do projeto de construção socialista.

No ano de 1983 aconteceu o Sexto Congresso Nacional que serviria para direcionar a futura trajetória comunista. O encontro aconteceu sem antagonismo[72], visto que os dissidentes de há muito saíram ou foram expulsos do partido. A não ocorrência de interferências nos debates congressuais – no melhor estilo staliniano - permitiu que as teses do Comitê Central depurado, liderado por João Amazonas, fossem encaminhadas sem atribulações.

A tese se inicia fazendo um balanço dos anos setenta e mostrando o fracasso que foi o regime militar, causando inflação, desindustrialização, dívidas colossais, progressivos problemas sociais. Durante este período, a vida política, econômica e social brasileira gravitou em torno das exigências do capitalismo financeiro internacional, fazendo com que a qustão nacional ficasse subordinada aos interesses imperialistas. Todavia, nesta época enfocada pelos pecedobistas, ocorreram situações que puseram em xeque a sua análise, como por exemplo, a argumentação de que ocorreu desindustrialização. O governo militar, alicerçado no binômio Segurança e Desenvolvimento, tinha um projeto Nacional de Desenvolvimento, que mesmo embasado em fundamentos autoritários, possibilitou que o país tivesse indústrias de grande porte.

Na zona rural o latifúndio preocupou-se em obter rendimento mediante produção de lavoura rentável, como a cana-de-açúca, menosprezando o cultivo de grãos para a subsistência. Nas cidades, a burguesia associada aos capitais internacionais, auferiu vultosos lucros às custas de insignificante remuneração paga aos operários. Diante deste panorama, os comunistas entendiam que a saída se daria pela instauração de um novo regime econômico-social, liquidando com o domínio imperialista, abolindo o latifúndio e com medidas enérgicas contra grupos econômicos da burguesia que estivessem em associação com grandes corporações internacionais.

[72] No melhor estilo staliniano, isto é, sem a permissão de divergências, que colocasse em xeque as diretrizes orientadoras da direção nacional, procedeu-se na manutenção do corpu teórico e doutrinário do partido.

Antes, porém, seria necessário isolar a ditadura militar qual passava pela concretização de uma ampla aliança democrática que contivesse conteúdo antiimperialista, o que segundo os comunistas vinham de encontro ao raciocinio exposto na VI Conferência de 1966, justificando a invalidade dessa compreensão:

> A vida comprovou a justeza da tática elaborada na VI Conferência. Nela apoiado, o Partido alcançou importantes êxitos. Apesar da repressão, aumentou seus efetivos e suas ligações com as massas e com diferentes setores políticos. Foi possível aproveitar momentos de avanço da luta democrática e evitar que o partido se desviasse para ações aventureiras e isoladas nas cidades. (INFORME..., 1983, p. 43).

O PCdoB, de maneira recorrente, retorna ao passado no intuito de buscar elementos que chancele o seu percurso. Pelo exposto, o partido não sinaliza com maiores esclarecimentos o que seriam estes importantes êxitos alcançados. E, sob a desculpa de que se vivia num regime militar, conseguiu aumentar o número de membros e o aumento da sua inserção nas massas. Ao nossso juízo isso não corresponde à tamanha importância, visto que todo partido revolucionário tem justamente que procurar aumentar os seus efetivos, não importando as adversidades. Já com relação à sua maior inserção nas massas, faltou ao menos oferecer dados que comprovassem a sua afirmação.

Com relação ao Estado brasileiro, os comunistas consideraram que sua estrutura sofreu alterações na sua substância, tornando-o apêndice do capitalismo internacional e de forças políticas e econômicas associadas ao imperialismo, fazendo com que o aparato estatal aumentasse o seu aspecto antinacional, antidemocrático e antipopular. O que trará efeitos nocivos aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, se anulam na prática a constitucional separação entre os mesmos e nos interstícios do aparato estatal permanece a militarização.

A permanência dos interesses imperialistas no Brasil em estreita ligação com parcelas da grande burguesia, no entender dos comunistas, possibilitaria uma maior fratura no interior do bloco dirigente burguês, pois setores burgueses não-monopolistas e o médio empresariado sinalizavam com manifestações de descontentamento. Ao que, diante desta situação, o PCdoB entendia que a permanência da estratégia política nacional-democrática continuava válida, permanecendo assim a luta pela defesa das tarefas nacional e democrática. Os comunistas não percebiam que no descontentamento manifestado pelos seguimentos não monopolista da burguesia, as propostas advinham do campo da esquerda (PCB, PCdoB, PT, PDT), quando muito, era apenas para legitimar o longo processo de reacomodação burguesa que continuava em curso. Segundo Antunes (1985, p. 21) “[...] os setores dominantes, nos momentos mais cruciais, têm sabido recorrer a alternativas garantidoras da ordem

estabelicida, desde a clássica saída bonapartista militar, até aquelas eivadas de um reformismo conciliatório e excludente.".

Ao longo da sua resolução, dar-se-á profundo enaltecimento à necessidade de se garantir a hegemonia proletária, durante o processo de democratização e na construção do Governo das Forças Democráticas e da Unidade Popular. Desde o resultado das eleições de 1982, o governo mantinha sob estrito controle a denominada "abertura política". Cabendo infelizmente à esquerda e a sociedade em geral "[...] reconhecer que o regime deu um passo decisivo no seu projeto de auto-reforma institucional e que, independente dos resultados aqui e ali, já em boa medida previstos e programados, conseguiu galgar alguns passos no sentido de legitimar-se interna e externamente (ANTUNES, 1985, p. 25).

No âmbito partidário, as possibilidades de os comunistas obterem êxito na construção da hegemonia proletária eram quase inexistentes, pois o PCdoB ainda se encontrava na ilegalidade atuando no PMDB, que por sua vez, tinha dado uma guinada acentuadamente liberal-moderada, devido ao fato de a incorporação do PP (Partido Popular) de cariz conservador, seguindo a estratégia política esboçada pelo Planalto. Os membros do PP fizeram uma coalizão com setores liberais pemedebistas: "[...] formando um núcleo liberal conservador, que definitivamente alija a tendência democrático-popular do partido nos principais estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (MAZZEO, 1999, p. 171). Na frente sindical, a continuidade na CGT, mantinha-os afastado do setor operário mais dinâmico e combativo que tinha optado pela criação da CUT. Vale ressaltar que no Sexto Congresso os comunistas fizeram um balanço da experiência revolucionária, que em sua essência servia como um sinalizador para a sociedade e o governo militar, mediante o distanciamento do PCdoB do apelo à revolução para a conquista do poder.

A pista que nos é sinalizada reside no fato do empenho dos comunistas pelas questões institucionais, como as eleições, quando, por exemplo, numa palestra pronunciada pelo dirigente máximo do PCdoB no mesmo ano da ocorrência do Sexto Congresso, nem ao menos ventilou uma saída – por mais remota que fosse - revolucionária, fosse nos moldes insurreicionais ou moldes das guerrilheiras. Entendemos que mesmo que a revolução não estivesse na ordem do dia, pelos menos, por se tratar de uma agremiação político-partidária que contivesse um programa revolucionário. Vejamos um momento mais elucidativo:

> A vitória não chegará por si mesma. É indispensável a criação de um poderoso movimento unitário das forças populares que englobeas grandes massas da população independentemente dos partidos a que pertençam ou da fé religiosa de cada um. Movimento cujo traço de união há de ser um programa nitidamente popular. Será o meio, na presente situação, de o povo fazer ouvir a sua voz, exigindo que o impasse político seja resolvido a favor

> de uma saída popular, progressista, democrática e patriótica. Dividido e desunido, não jogará o papel principal nos acontecimentos em curso e no momento de uma crise política mais séria. (POR FIM..., 1983, p.12).

O conjunto da militância comunista sabia que a conquista da luta pela democratização brasileira seria feita com muitas vicissitudes, tendo em vista que o governo autoritário não estava disposto em facilitar o retorno do poder político aos civis.

As disputas políticas prosseguiram, logo após a conquista da legalização do PCdoB em 23 de Maio de 1985. Tendo o país retornado ao governo civil com a constituição da Aliança Democrática e a eleição de Tancredo Neves em 1985, uma nova etapa se iniciava no país.

Os comunistas do PCdoB procuravam analisar o cenário que se desenhava, no sentido de encontrar o melhor caminho para que a democratização pudesse prosseguir, e quem sabe, desembocar numa futura consolidação democrática. Assim, neste capítulo analisaremos a trajetória percorrida pelo PCdoB, e como os comunistas se inseriram no caminho da democratização brasileira.

O PCdoB defendeu uma candidatura unificada que possibilitasse derrotar o candidato da ditadura representado por Paulo Maluf. Assim, os comunistas perceberam que a parcela da sociedade que apresentasse anseios opostos à ditadura militar deveria apoiar a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República. Quanto à candidatura de Tancredo Neves, os comunistas intuiram que:

> Não é uma candidatura destacadamente democrática e popular. Representa a ala moderada da corrente oposicionista, esta aquém do nível alcançado pelo movimento popular [...] Contudo pelo seu passado, Tancredo Neves pode ser considerado liberal, partidário de uma ordem constitucional democrático-burguesa [...] (LIMA, 1985, p. 37).

Ainda segundo o PCdoB, Tancredo Neves representava um fator positivo pois "[...] Opôs-se desde 1964 ao regime despótico. Em seus pronunciamentos reflete anseios do povo, declarando-se favorável à elaboração de uma nova Carta Magna, e, em conseqüência, ao fim do regime atual." (LIMA, 1985, p. 37).

De um modo geral, o PCdoB sinalizava com profundo sinal de otimismo a candidatura de Tancredo Neves, que representava um profundo avanço até aquele momento e estava em consonância com a Declaração Programática aprovada em 1985, afirmando que:

> As grandes tarefas que se colocam diante do povo brasileiro somente poderão ser cumpridas coma união de amplas forças políticas e sociais decididas a levar à prática um programa de cunho nacional e democrático,

> anti-imperialista, anti-latifundiário e anti-monopolista. (DECLARAÇÃO..., 1980, p. 9).

O apoio do PCdoB à candidatura da Aliança Democrática representaria um importante teste para a estratégia política dos comunistas, no tocante à possibilidade de se construir amplas alianças políticas. Já no início do governo Tancredo Neves os comunistas entendiam que o mesmo se encontrava sob uma dupla pressão. De um lado:

> [...] a dos setores recém-saídos do campo governamental endereçados na conciliação e a das forcas democráticas e populares que aspiram a um regime progressista no país, à ruptura completa com o autoritarismo. Nessa dupla pressão, o êxito maior ou menor de um ou de outro lado vai depender da correlação de forças que se formar no processo de luta. (LIMA, 1985, p. 38).

O PCdoB tinha clareza sobre a importância do apoio à candidatura Tancredo Neves, quando comparada à candidatura governista de Paulo Maluf, que na crença do PCdoB era "[...] o candidato do continuísmo, de forças ultra-reacionárias, internas e externas, dos grupos ávidos de enriquecimento fácil, dos magnatas árabes do petróleo, contando com simpatia do capital estrangeiro." (LIMA, 1985, p. 38).

Assim o PCdoB compreendia "[...] a necessidade de cerrar fileiras em torno do candidato único das oposições, **no caso o candidato Tancredo Neves**." (LIMA, 1985, p. 38, grifo nosso).

Mesmo com o apoio a Tancredo Neves, os comunistas não alimentaram ilusões a respeito dessa candidatura do ponto de vista político e social, que representava setores consideráveis das classes dominantes. Se vitoriosa, não enfrentara a solução dos problemas de fundo da sociedade brasileira. Não obstante, a candidatura de Tancredo Neves representaria os comunistas na época, uma alternativa "[...] capaz de certas mudanças no 'modelo' fracassado dos governantes castrenses." (LIMA, 1985, p. 39).

O otimismo do PCdoB à época residia no apoio à candidatura Tancredo Neves ao governo, como imperativo da realidade atual, os comunistas lutariam:

> [...] ao lado dos trabalhadores e do povo por eleições diretas, pela concretização de providências que possam melhorar a situação das massas, defenderão as liberdades democráticas e a convocação da Assembléia Constituinte, combaterão qualquer retrocesso político. (LIMA, 1985, p. 40).

Finalizava o documento, no qual os comunistas entenderam que "[...] as batalhas de hoje são elos da luta maior por um novo regime de democracia popular, rumo ao socialismo." (LIMA, 1985, p. 41).

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral foi entendida pelo PCdoB como portadora de um significado histórico. Pois num primeiro momento, finalizava o governo arbitrário das Forças Armadas imposto à Nação em 1964, com a ajuda e a intervenção do imperialismo estadunidense. A vitória desta candidatura representou à época:

> [...] uma alternativa de recomposição das forças sociais em conflito na sociedade civil, graças a uma assembléia nacional constituinte e, através dela, uma reorganização da sociedade política com um novo equilíbrio na relação das classes dominantes e das classes subalternas o controle do Estado. (FERNANDES, 1982, p. 36).

Investido na condição de Presidente da República, Tancredo Neves procurou traçar os futuros passos do seu governo. Primeiro, tratou de compor o ministério abarcando forças políticas do mais amplo espectro político. Para o PCdoB, o ponto de profunda importância no pensamento do novo governo, esteve quando Tancredo Neves afirmou "[...] a necessidade de dotar o país de um regime democrático, com outra constituição e o livre funcionamento dos poderes republicanos. Preconiza um Projeto Nacional em substituição ao 'modelo' malogrado dos generais. Anuncia a criação da Nova República." (LIMA, 1985, p. 48).

Mesmo assim, o PCdoB tratou com cautela o novo governo, quando afirmou que "Ainda que comprometido com o movimento popular e com as forças democráticas no curso da campanha, Tancredo Neves inclina-se para soluções moderadas. Declara-se partidário de mudanças, mas orienta-se num sentido pouco renovador." (LIMA, 1985, p. 48).

Terminando por afirmar que apesar de toda a pesada herança autoritária deixada pelo ex-governo do Gal. Figueiredo "[...] o novo governo toma feições predominante conservadora." (LIMA, 1985, p. 49).

Até o país alcançar a fase da completa democratização se revelaria um processo tortuoso como muitas intempéries, principalmente devido às resistências oferecidas pelas forças políticas e sociais de feição conservadora interessadas na manutenção do *status quo*.

O PCdoB entendia que a Nova República, protagonizada pelo governo da Aliança Democrática, sofreria constantes percalços na consecução do objetivo de conduzir o país para a democracia. Os comunistas entenderam, que o primeiro passo seria a unificação de todas as forças políticas interessadas no término da ditadura militar. Assim, o primeiro passo a ser dado, segundo os comunistas, seria dotar o país de uma nova institucionalidade, que passava necessariamente pela promulgação de uma nova Carta Constitucional, substituindo a Constituição de 1969 vigente até aquele momento. Porém, para os comunistas, necessitava-se lutar pela convocação de uma Constituinte com legitimidade capaz de promulgar a nova

constituição. Portanto, para os comunistas estava na ordem do dia "A convocação da Assembléia Constituinte soberana, com a finalidade de elaborar a nova Carta Magna e enterrar definitivamente a Constituição outorgada, em 1969, pela Junta Militar, é tarefa fundamental à consolidação da vitória democrática." (FACE..., 1985, p. 5).

A luta pela promulgação da nova Constituição, no juízo dos comunistas, fazia parte da tática utilizada no processo de democratização que enfatizava também:

> [...] a luta pela conquista das mais amplas liberdades políticas, tendo como alvo imediato varrer o lixo d1itatorial que permanece representado pela legislação autoritária herdada do regime militar, como a Lei de Segurança, a Lei Falcão, a Lei de Greve, a Lei de imprensa e tantas outras mais. (O PCdoB...., 1985, p. 2).

Para os comunistas além das tarefas elencadas, para a aproximação da etapa Democrático-Burguesa do processo revolucionário, deveria também envidar esforços para colocar em prática "[...] UM PLANO DE EMERGÊNCIA, com vistas a atacar de imediato os graves problemas do povo, como o desemprego, a fome, as péssimas condições de trabalho e de vida." (O PCdoB..., 1985, p.2).

A concretização dessas medidas pontuais, que os comunistas entendiam como perfeitamente exeqüíveis para um governo de transição, deveria estar ligada à consígna de manutenção da unidade da Aliança Democrática, mantendo o lema pcdobista de "ampliar radicalizando, radicalizar ampliando".

A manutenção da díade "ampliar-radicalizar" passava pela constante e vigorosa pressão da sociedade. Contudo, a pressão exercida pela sociedade progressiva se revelaria muito limitada, tendo em vista que a sociedade civil tinha sido desarticulada pela ditadura militar e apenas exígua parcela da população tinha adquirido um mínimo nível de organização. Ao que nos parece, os comunistas superestimavam o papel de pressão, que cabia à população efetuar frente ao governo da Nova República no sentido de impulsionar os setores progressistas da aliança. É neste sentido que discordamos quando os comunistas disseram que o Governo Tancredo Neves encontrava-se "[...] sob pressão popular e democrática de grandes contingentes da população que o apóiam e dele esperam medidas eficazes destinadas a superar os males que afligem o povo." (FACE..., 1985, p. 5).

Apesar de os comunistas atentarem para o fato de que muitas organizações da sociedade se encontraram numa situação de debilidade organizativa, os comunistas não perceberam que a sociedade tivesse organicamente estruturada e organizada, por isso encontraria dificuldades em pressionar o governo, pois os comunistas apreenderam que o governo da Aliança Democrática mais se aproximava de um governo em disputa de um lado,

pelos setores políticos e sociais progressistas, e de outro por forças conservadoras. Pensamos que os comunistas não se atentaram à própria essência do governo e seus componentes eram de aspecto liberal, limitando muito qualquer possibilidade de eventuais mudanças num sentido progressista.

O falecimento de Tancredo Neves e posterior posse de José Sarney sugerem a afirmação do nosso pensamento acima efetuado, quando foi feito o realinhamento das forças políticas que compuseram a Aliança Democrática, principalmente os setores liberais e conservadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL). A partir de então, o que norteou o processo de democratização da Nova República foi efetuada sob os auspícios do bloco liberal-conservador alijando qualquer perspectiva de conteúdo democrático-popular.

Os setores liberal-conservadores, hegemônicos no governo Sarney no intuito de manter a direção/domínio no processo da democratização, trataram de efetivar algumas demandas derivadas da população, como a vagarosa eliminação dos dispositivos do regime militar e convocação da Assembléia Nacional Constituinte, onde os critérios utilizados na sua convocação se mostraram condizentes aos objetivos das forças conservadoras. Portanto, a luta dos comunistas em prol de uma Constituinte soberana e popular não se concretizaria, pois se esta alternativa fosse efetivada, poderia se transformar numa ameaça ao ordenamento político-jurídico de cunho liberal-conservador que o governo Sarney estava propondo ao país.

Além de instituir sutis mudanças políticas, como as referidas, o governo efetuou mudanças conjunturais na economia, objetivando ampliar a sua influência na população, ou pelo menos, neutralizar os oposicionistas. Assim, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado 1 no início de 1986. O sucesso inicial do plano Cruzado de certa forma legitimou o governo, cujo resultado de maior significação foi a esmagadora vitória eleitoral obtida pelo principal partido (PMDB) que sustentava a Aliança Democrática.

Mesmo com as mudanças econômicas promovidas pelo governo, os comunistas entendiam que:

> As medidas que vêm sendo tomadas no plano econômico-financeiro, embora possam trazer de imediato certo desafogo, não solucionarão as questões cruciais do país. As massas apóiam o pacote econômico do governo, defendem o congelamento dos preços das mercadorias, dos aluguéis, das tarifas dos serviços públicos, das prestações do BNH. Mas o combate à inflação continua sendo feito a expensas do povo. Não se toca, nem de leve, no injusto pagamento de juros da dívida externa, na espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro, de onde provém em grande parte a difícil e grave situação que atravessa a nossa pátria. (UNIDADE..., 1986, p. 3).

Assim como teciam críticas às medidas superficiais adotadas pelo governo Sarney, os comunistas já sinalizavam que o governo não estava se demonstrando à altura dos anseios que foram depositados pela população:

> A Nova República, que gerou expectativas otimistas, revelou ser um modelo conservador. Não corresponde às profundas aspirações das massas populares. A velha estrutura do Estado reacionário mantém-se inalterada. Sob esse aspecto e salvo pequenos avanços no terreno democrático, quase tudo continua na mesma. Os corruptos não sofreram penalidades de nenhuma espécie, voltam desinibidos e até agressivos à cena política. Leis arbitrárias da época da ditadura permanecem em vigor. (UNIDADE..., 1986, p. 3).

O governo Sarney ponderou que passadas as eleições, mesmo com a vitória do PMDB, o plano Cruzado I começava a entrar em declínio, anunciando em Novembro de 1986 o plano Cruzado ll, que se pautou por uma acentuada ortodoxia na orientação econômica. Contudo, estas medidas adotadas diminuíram a popularidade do governo, pressionando para que e equipe econômica governamental decretasse a moratória perante o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao mesmo tempo, convocasse os empresários e trabalhadores para que formalizassem um pacto político-social pela governabilidade.

Alguns motivos estiveram em cena, como o maior apoio ao empresariado nacional e maiores incentivos à Reforma Agrária, ocasionando a falta do tão esperado apoio às medidas já aludidas, dentre elas as que partiram tanto dos empresários que não sentiram sensibilizados com o apelo governamental, quanto de consideráveis parcelas dos trabalhadores, nos quais muitos dos sindicatos, principalmente ligados a CUT, manifestavam contundente oposição ao governo Sarney.

Foi no mês de Fevereiro de 1987 que o PCdoB optou pelo rompimento, em definitivo, do apoio crítico que vinham prestando ao governo Sarney. Os comunistas entendiam que o governo desde Março de 1986 estava gradativamente flexionado para a direita e, portanto, não estava correspondendo aos anseios mudancistas aos quais se propusera, não restando aos comunistas a indicação de um novo caminho:

> O Partido Comunista do Brasil indica outro caminho: o da ampla união das forças democráticas e progressistas, dos trabalhadores em geral com a perspectiva de substituir o regime da grande burguesia por um regime democrático popular, em marcha para o socialismo. (UNIÃO..., 1987, p. 6).

Os comunistas desde o início da formação da Aliança Democrática defenderam com acentuado otimismo a possibilidade de poderem influenciar nos rumos do governo Sarney e, ao final não lhes restara outra saída, a não ser a sua retirada da aliança

governamental. Entretanto, apesar do anúncio feito pelo PCdoB sobre o rompimento com a Aliança Democrática, Ígor Grabois (APÊNDICE A) questiona este rompimento em 1987, afirmando que:

Ele rompe em 87 oficialmente? Houve ruptura mesmo? Desta questão, do fora, do, foi um negocio meio, num sei se, eu não me lembro né, num sei, eu posso está errado, posso está errado, que meu fígado na época, a bília tava, tava em toda a, a, a, mas eu não lembro uma ruptura [...] talvez tenha sido a adesão a, que foi uma, uma, nossa, foi um festival, pro que assim né, é a favor das eleições diretas em 88 ou não. A prorrogação do mandato de Sarney ou não, aí em 4 anos é o mandato ideal, mas não discutia, ficava nesse quatro anos é mandato ideal, mas não entrava no, da discussão da ruptura com o governo Sarney.[...] eu posso está errado, porque a minha perspectiva história na época tava muito, eu tava muito, muito radicalizado, mais eu tô quase certo que não houve um documento 'estanos indo para oposição ao José Sarney, eu acho que isso não, isso não aconteceu.

Os comunistas perceberam, de forma tardia, que dificilmente o governo da Aliança Democrática estivesse em disputa. O rompimento com o governo não teria força suficiente para alterar a correlação de forças políticas da Nova República. Ao mesmo tempo, os comunistas entenderam que deveriam continuar com as mesmas orientações políticas emanadas do VI Congresso de 1983, entendendo ser justa a manutenção da estratégia política do processo revolucionário, obtendo como tática a formação de amplas alianças, assim como a defesa pela concretização das tarefas políticas, que historicamente caberia à burguesia brasileira executar, mas que, em virtude do seu caráter autocrático, terminava por estas tarefas serem concretizadas pelos trabalhadores urbanos e rurais sob orientação dos comunistas. Assim sendo, os comunistas juizaram que as reinvidicações seriam:

> A suspensão imediata do pagamento da divida externa e dos juros respectivos; a reforma agrária efetiva que assegure terra aos camponeses que dela necessitem; a defesa da soberania e da independência nacional constantemente agredida pelo capital estrangeiro que já domina áreas fundamentais da economia brasileira; o combate à inflação à custa dos ricos e não a expensas do povo e dos trabalhadores; a defesa intransigente das liberdades democráticas, o respeito ao direito de organização, de manifestação pública e de greve. (UNIÃO..., 1987, p.7).

Sem dúvida o governo da Aliança Democrática contribuiu para o encerramento da ditadura militar. Entretanto, no cômputo geral, o PCdoB não se encontrava entre as forças que tinham obtidos êxitos, que foram as forças políticas de cunho liberal-conservador. Esse foi um grande ônus político pago ao PCdoB, por ter permanecido preso à concepção etapista do processo revolucionário e ainda, ter nutrido esperanças de que a burguesia pudesse ter interesse patriótico e democrático de maior magnitude.

3.5 A Atuação do PCdoB Na Assembléia Nacional Constituinte

A luta pela instauração da Assembléia Constituinte se organizou numa das bandeiras dos comunistas desde o Golpe Militar de 1964. Vimos que logo após o encerramento da Guerrilha do Araguaia no início de 1975, com o documento "Mensagem aos Brasileiros", cuja defesa da convocação da Assembléia Constituinte teve maior ímpeto. Sendo assim, neste ponto examinaremos a atuação do PCdoB durante os trabalhos da Constituinte.

A primeira batalha do PCdoB juntamente com outras forças oposicionistas, foi pela mudança do Regimento Interno, que continha uma cláusula sobre o poder soberano da Constituinte. Ao se defrontar com forças políticas que apresentavam resistências quanto à soberania da Constituinte, o PCdoB com o apoio de trinta parlamentares de outras agremiações partidárias, apresentou à mesa diretora uma Proposta de Decisão Constitucional com a finalidade de retirar do texto da Constituição vigente todas as prerrogativas reservadas às Forças Armadas, como as Medidas de Emergência que poderiam servir de trava aos trabalhos dos parlamentares. Contudo, essa intenção se revelou de difícil concretização, pois a alta oficialidade militar constantemente os parlamentares, tentando demovê-lo desta ação. Esse primeiro *round* tinha sido perdido, segundo sugere (LIMA, 1988, p. 402):

> Essa primeira batalha foi perdida. A maioria dos constituintes aprovou um Regimento Interno que não reafirmava claramente a soberania da Constituinte! A fórmula adotada previa a possibilidade da Constituinte apenas 'sobrestar medidas que possam ameaçar os seus trabalhos'. A Constituinte deixou de limpar o 'entulho autoritário' que permaneceu intocado e que é uma ameaça latente a sua soberania.

Os comunistas tinham consciência que as próximas batalhas seriam tão difíceis quanto esta que foi perdida, pois além dos parlamentares que resistiam às mudanças propostas pelos comunistas, estava em cena também a constante presença do Executivo federal que exercia pressão constantemente, pois segundo (LIMA, 1988-2000, p. 403):

> A maior pressão sobre a Constituinte veio em Maio de 1987, pelas palavras do próprio presidente da República, José Sarney, que ocupou uma cadeia de rádio e televisão para 'comunicar' que já havia decidido permanecer no poder até 1990 e que não abriria-mão da aprovação do sistema presidencialista de governo. A intervenção na Constituinte era aberta e deslavada.

Mesmo assim, os comunistas não enconomizaram esforços no sentido de tentar influenciar no cotidiano da Constituinte e apresentaram 34 sugestões que foram encaminhadas

oficialmente à Mesa Diretora. A bancada do PCdoB esteve envolvida em todos os trabalhos parlamentares, indo desde as subcomissões temáticas até a Comissão de Sistematização.

Ao final das votações, os comunistas conseguiram aprovar onze dispositivos constitucionais, que no entender de Lima (1988-2000, p. 404) foram:

> O que estabelece a casa como asilo inviolável do cidadão; o que permite a qualque cidadão poder propor ação popular; o que define o piso salarial proporcional à complexidade do trabalho realizado; o que fixa a jornada de 6 horas para turnos ininterruptos de trabalho realizado; o que assegura a liberdade e a unicidade sindical; o que amplia o número de vereadores nos municípios com até cinco milhões de habitantes; o que garante a revisão da remuneração dos servidores públicos civis e militares será feita na mesma época e com os mesmos índices; o que dá direito de voto aos maiores de 16 anos; o que afirma direito de greve para os trabalhadores; o que estabelece normas para a reforma urbana; e o que define o conceito de empresa brasileira de capital nacional.

Portanto, percebemos que os comunistas – apesar dos obstáculos encontrados -- consideraram uma importante vitória para a sociedade a inclusão de dispositivos que possibilitariam o avanço do processo da democratização.

Ao nosso juízo, os pecedobistas defendiam que caberia a sociedade exercer maior pressão sobre os parlamentares. Mesmo com esta ponderação feita pelo PCdoB, os seus integrantes observaram que a participação exercida pela população ainda se revelava insuficiente. Contudo, os comunistas admitiam que mesmo de forma limitada, a sociedade estava participando e conseguiu que fossem apresentadas:

> [...] 122 emendas populares subscritas por 12.277.433 de brasileiros, num processo da história republicana. Ao mesmo tempo, o movimento popular soube reagir com altivez à articulação direitista e reacionária denominada 'Centrão', denunciando os constituintes que votaram contra os interesses populares, contribuindo, dessa maneira, para ajudar na desarticulação desse agrupamento. (LIMA, 1988-2000, p. 406).

A participação popular conforme podemos depreender foi muito mais considerável que o processo de democratização da sociedade e instituições políticas da sociedade requeria. Afinal de contas, as organizações representativas da sociedade, como sindicatos, associações de moradores, etc, estavam passando por profunda reorganização e redefinições nas suas atuações.

Os comunistas também contribuíram, mas não somente, para a aprovação de dispositivos do texto constitucional que trata dos direitos e garantias individuais, como a condenação do racismo como crime inafiançável e a tortura como crime inafiançável, a instituição do mandado de injunção para possibilitar o cumprimento dos direitos e liberdades

constitucionais. Nos direitos sociais os comunistas conseguiram que fosse inserida na Constituição a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a estabilidade no emprego, o pagamento de férias de 1/3 a mais, licença maternidade de 120 dias, liberdade e unicidade sindical, direito de greve e a sindicalização dos servidores públicos.

Na parte que trata dos Direitos Políticos, os comunistas conquistaram a liberdade de organização político-partidária, a manutenção do voto proporcional e o voto aos maiores de 16 anos. Quanto a este último ponto, alguns setores da sociedade questionaram o fato de que, se o adolescente que tem mais de 16 anos poderia votar, ou seja, eleger os seus representantes para as casas legislativas sem sofrer detenção, caso incorressem em alguma infração ao Código Penal.

Quanto à estrutura parlamentar proposta pelos comunistas, defenderam o fim do Senado com a implantação do unicameralismo, que não obteve êxito. Já as questões contidas na Ordem Econômica manteve-se a reserva de mercado para empresas brasileiras consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país. E o controvertido assunto da exploração das jazidas minerais em território brasileiro.

O tema que consumiu grande parte do tempo durante os trabalhos da Constituinte foi a Reforma Agrária, ocorrendo intensa polarização durante as discussões. A principal força política que esteve sempre no Congresso foi a União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985, para servir de contraponto ao Movimento dos Agricultores e Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MASTER), surgida pelos anos de 1984/85.

Os integrantes da UDR montaram um grande *lobby* (grupo de pressão), para desbaratar qualquer tentativa de implantação da Reforma Agrária. O embate ficou norteado em torno de dois pontos: a propriedade produtiva poderia ser insuscestivel de ser desapropriada, ainda que não cumprisse função social, ou poderia ser objeto de reforma agrária. E, discutir a função social de uma propriedade situada pela satisfação de um ou todos os quatros critérios estabelecidos, finalizou em superficiais conquistas para os trabalhadores rurais, e assim a UDR ainda existia.

Terminados os trabalhos da Constituinte, os comunistas fizeram um balanço que no geral se apresentou como positivo, possibilitando servir como ensinamento não só para o próprio PCdoB, bem como para outras forças políticas que fizeram composição com os comunistas em torno da Articulação Progressista. Os comunistas entenderam que, em muitas situações, a burguesia nem sempre se mostrou uniforme em todas as votações, favorecendo – no juízo do PCdoB -, a possibilidade de explorar as divisões intraburguesas. E também a necessidade de que a sociedade pressionasse por baixo pelas mudanças, mesmo que os

comunistas concebessem a arena parlamentar como limitada em si mesma, de possibilitar transformações de maior envergadura.

3.6 A Institucionalização da Legalidade Burguesa E A Democratização Incompleta

Não temos a pretensão de esgotar a temática aqui discutida, que versa sobre os comunistas e o longo e tortuoso processo da democratização brasileira, mais precisamente, o posicionamento dos comunistas do PCdoB do período que vai desde a "abertura política" até a Assembléia Nacional Constituinte em 1987. Cumpre destacar que o PCdoB continuaria adotando nos anos subseqüentes, as mesmas diretrizes no que se refere ao esquema estratégico da revolução em etapas, ainda que afirmasse veementemente a priorização da classe operária na construção de uma frente única que impulsionasse o país pelo caminho revolucionário.

Terminados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em 1988, os comunistas se mostraram profundamente otimistas quanto ao processo de democratização em curso no cenário brasileiro, apesar das dificuldades colocadas pelas forças políticas (conservadoras) que faziam todo o possível, no sentido de barrar os projetos, que segundo os comunistas, significavam avanços substantivos para o conjunto da população menos favorecida, notadamente a classe operária, o campesinato e consideráveis parcelas das camadas médias.

A perspectiva tornada possível diante dos avanços – mesmo que limitados e tortuosos da democratização em curso -, em muito contribuiu para que o PCdoB visualizasse sua política de amplas alianças seguindo seu rumo.

Mesmo com a manutenção do ordenamento econômico nacional, os comunistas entenderam que de um modo geral, o processo político com vistas a uma possível e desejável consolidação democrática caminhava de forma positiva, ou seja, os setores políticos comprometidos com as mudanças tinham obtido ganhos consideráveis.

No ano de 1988 os comunistas inferiam que novas batalhas políticas estariam por vir. Para que lhe fosse possibilitado enfrentar o futuro que se avizinhava com maior empenho, o PCdoB organizou no mês de Maio deste mesmo ano o seu Sétimo Congresso Nacional.

Depois de iniciar a discussão acerca do novo cenário que se configurava nos horizontes políticos do Brasil, o PCdoB concluiu que foram acertadas as determinações

oriundas do Sexto Congresso realizado em 1983, no tocante ao prosseguimento da tática mais ampla possível, que para os comunistas, possibilitou isolar progressivamente e derrotar a ditadura militar. Neste Sétimo Congresso, definiu-se que:

> [...] a tática do Partido visa a agrupar as forças democráticas e progressistas, sem sectarismo ou rígidas limitações; neutralizar os setores intermediários vacilantes e inconseqüentes; e derrotar o bloco conservador e reacionário da grande burguesia e dos latifundiários aburguesados, aliados do capital forâneo. O objetivo é romper a forte barreira do conservadorismo, da reação e da pressão imperialista, abrindo espaço à democracia, a um novo regime político. (AMAZONAS, 1989, p. 31).

Conforme podemos observar através do acordo que os comunistas tinham das suas tarefas frente às outras forças políticas, a implantação da sua tática se revelaria de difícil execução. A tentativa de agrupar os ditos setores democráticos, - sem especificar quais seriam -, desde o início se revelaria uma difícil e penosa empreitada, pois os partidos políticos que se diziam também caudatários do projeto de oposição aos setores conservadores, muitas vezes apresentaram posições conflituosas entre si. Comecemos pelo PCB, na qual o PCdoB desde sua fundação em 1962 taxava-o de revisionistas, renegados do marxismo. Apesar destas manifestações de acentuado verbalismo, notamos que ao longo da sua existência, o PCdoB mantinha a mesma estratégia política do PCB, isto é, a concepção etapista da revolução que seria Nacional-Democrática, mesmo que o PCdoB dissesse que o seu entendimento diferia do PCB, com relação à centralidade da classe operária na política de amplas alianças, enquanto que para os pecedobistas, o PCB confiava acriticamente na burguesia denominada *nacional*.

O segundo ponto refere-se à neutralização dos setores vacilantes e inconseqüentes. Ora, no enunciado da resolução deste mesmo Congresso, não constam quais seriam os setores políticos entendidos como vacilantes e inconseqüentes, da mesma forma o PCdoB não sinaliza como poderia ser encaminhada a neutralização destes mesmos setores.

Logo em seguida, o PCdoB postula a derrota do bloco conservador e reacionário da grande burguesia e dos latifundiários aburguesados que estão aliados ao capital forâneo. A respeito deste ponto, cumpre-nos pontuar que a realização do intento comunista de derrotar estas denominadas – de forma genérica - forças conservadoras, se revelariam inalcansáveis, tendo em vista que desde a sinalização que se iniciaria a fase da abertura em 1979, as forças conservadoras - agrupadas principalmente no partido governista, que a partir de 1979, passava a se chamar Partido Democrático Social (PDS) -, não permitiriam mudanças que pusessem em xeque o ordenamento político-jurídico do País.

Posteriormente, mesmo com promulgação da Carta Constitucional em 5 de Outubro de 1988, contendo dispositivos que beneficiaram parcelas das classes trabalhadoras, resultantes dos esforços encetados pelas forças oposicionistas, a Constituição Federal manteve disposições constitucionais herdados da Carta Constitucional de 1969, como por exemplo, a permanência da função atribuída aos militares enquanto garantidores da segurança interna, a manutenção do dispositivo que trata da possibilidade de se instaurar o mecanismo jurídico conhecido como Estado de Defesa, que os comunistas entendiam como ante-sala do Estado-de-sítio e, dentre outras medidas, também foram mantidas, as medidas de emergência.

Como tínhamos elucidado acima, a respeito das dificuldades no entrosamento ocorrido entre as forças oposicionistas, uma delas foi relativa a opção entre a adoção do sistema de governo, se seria presidencialista ou parlamentarista. O PT e o PDT se posicionaram pelo presidencialismo, contribuindo para a vitória do governo Sarney que também defendia o mesmo caminho. E por fim o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que apesar o segundo partido político mais antigo do país, não tinha grande inserção na vida política brasileira.

Além dísso, merece destaque a questão de estes partidos não raras vezes, manifestava entre as suas hostes partidárias, o que o PCdoB entendia ser um profundo anticomunismo. Contudo, o PCdoB manteve fixa a idéia que tinha de buscar construir alianças – mesmo que conjunturais com estas mesmas forças políticas, para a votação de projetos que o PCdoB entendia como benéfico para a maioria da população.

Pelo exposto, os comunistas se mostraram determinados nos objetivos, isto é, fazer com que fosse dado à nova constituição um conteúdo que satisfizesse o interesse dos trabalhadores da cidade e do campo. Foi neste sentido que segundo o PCdoB:

> [...] os comunistas estiveram vigilantes na defesa dos interesses democráticos e populares na Constituinte. Desde a campanha eleitoral que o PCdoB apresentou ao povo suas propostas concretas para a futura constituição, divididas em dezesseis grandes subitens. Essas propostas que orientaram a campanha dos candidatos comunistas à Constituinte serviram de base, também, para as trinta e quatro sugestões constituicionais encaminhadas oficialmente pela bancada comunista à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. (LIMA, 1989, p. 165).

Na ocasião do sétimo Congresso os comunistas procuraram enfatizar profundo esforço durante os trabalhos da Constituinte. O balanço feito dos comunistas, muito contribuiu a sua capacidade orgânica, consubstanciada na disciplina e fidelidade partidária,

caracteristica atribuida aos partidos comunistas. Os resultados alcançados pelos comunistas[73] na constituinte foram assim percebidos por Grabois (APÊNDICE A):

[...] eu acho que veio dos avanços que a constituição de 88 teve, ela veio das bancadas comunistas [...] eram bancadas pequenas, nós tivemos 10 deputados de todos os dois partidos e as bancadas conseguiram é ultrapassar em muito o seu, o seu número e conseguir produzir avanços

O empenho dos comunistas, malgrado seu diminuto efetivo parlamentar, contribuiu para que fossem incorporados dispositivos que se mostraram de importância para a sociedade, principalmente para os setores menos aquinhoados da população. O PCdoB entrou no ano de 1988, confiante de que a democratização seguia exitosa para a fase da plena democracia. Afinal, motivo e otimismo não faltavam com a promulgação da nova Carta Constitucional, apresentada como "Constituição cidadã", na expressão do então deputado constituinte Ulisses Guimarães. Dentro desta ótica, o PCdoB entendia que se iniciava a reconquista do Estado Democrático de Direito, embora sem alteração estrutural da economia brasileira.

Passada a fase da euforia pós-promulgação da Constituição, o próximo passo seria as eleições municipais de 1988, onde o PCdoB começou a se aproximar paulatinamente do PT (Partido dos Trabalhadores), mesmo havendo alguns antagonismos entre comunistas e petistas nos diversos âmbitos da sociedade. O PCdoB entendeu que o resultado das eleições demonstrava a insatisfação da população em relação ao não cumprimento das propostas emanadas do governo da Aliança Democrática, bem como, com as dificuldades encontradas pelo plano cruzado, no sentido de continuar garantindo a manutenção do congelamento dos preços.

Passadas as eleições municipais, o próximo passo a ser enfocado pelos comunistas foi as eleições presidenciais de 1989, na qual os comunistas entenderam que se deveria:

> Participar ativamente da sucessão presidencial. Examinar a possibilidade do surgimento de um candidato capaz de unificar largos setores democráticos e progressistas, mobilizar o povo para derrotar a reação e os agentes do capital estrangeiro. Na inviabilidade do candidato de frente única, o PCdoB terá candidato próprio à Presidência da República a fim de fazer propaganda do seu programa e defender uma saída real para a crise. (O BRASIL..., 1988-2000, p. 378).

Os comunistas entenderam que os objetivos a serem alcançados naquele momento seriam a derrota das forças político-sociais de direita Partido Democrático-Social (PDS), PFL[74]) e

[73] O entrevistado ao responder acerca dos trabalhos que os comunistas executaram durante os trabalhos na constituinte abordou tanto o PCdoB quanto o PCB.

centro-direita (PMDB, PTB) que advogavam ,- o que posteriormente se chamou Neo-liberalismo- pela reestruturação no interior do Estado brasileiro, mais precisamente pela instauração das privatizações nas empresas estatais, a construção do processo de democratização que fosse além do âmbito político, isto é, que alcançasse todo o tecido social.

O PCdoB, diferentemente do PCB, defendeu o lançamento de uma candidatura unitária que expressasse os anseios das forças políticas de esquerda (PT e PSB) e centro-esquerda (PDT[75]), portadora de um programa político que se contrapusesse ao programa emanado das correntes defensoras do Neoliberalismo. A este respeito, entendemos que dificilmente os comunistas lançariam candidato próprio, visto que o dirigente e depois candidato às eleições, Luis Inácio Lula da Silva, tinha sobre seu passado o tão propalado fato de ser de origem operária.

Os comunistas juntamente com o PT e PSB se uniram na Frente Brasil Popular. A vitória obtida pela coligação aumentou os ânimos dos comunistas. No segundo turno, a disputa ficou polarizada entre a Frente Brasil Popular[76], liderada pelo candidato Luiz Inácio da Silva, e o PRN (Partido da Reconstrução Nacional) capitaneado pela candidatura Fernando Collor de Melo.

O PCdoB enveredaria, pela década de noventa basicamente, com as mesmas concepções tático-estratégicas. Foi o que ocorreu com o VIII Congresso Nacional realizado de 3 a 8 de Fevereiro de 1992 em Brasília, ocorrido logo após o desmoronamento da União Soviética. Ao contrário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o PCdoB não sofreria nenhum prejuízo à sua estrutura orgânica, principalmente pela direção e principalmente seu líder João Amazonas, tomarem a dianteira, defendendo a tese de que a URSS há muito que tinha deixado de ser socialista. Abrimos um parêntese, para comentar uma dubiedade no posicionamento do líder pecedobista frente à questão soviética, pois seis meses antes da decretação da extinção da União Soviética por ocasião do Golpe de Estado a Gorbatchev, João Amazonas apoiou a ação golpista, tentando se justificar de que sua aprovação era no sentido de preservar o Estado soviético enquanto Nação, pois o seu desmoronamento representaria a construção da unipolaridade cujo representante seriam os Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA).

---

[74] Partido da Frente Liberal surgiu oficialmente em 1985, como resultado da cisão ocorrida no PDS em 1984 da qual surgira a Frente Liberal. Para maiores de detalhes ver o site: <www.tse.org.br>.

[75] O Partido Democrático Trabalhista (PDT), não aceitou a composição em torno de uma candidatura que fosse liderada pelo PT e optou pelo lançamento da candidatura própria.

[76] No segundo turno, a Frente Brasil Popular contaria com o apoio do candidato Roberto Freire do PCB.

Na sua resolução congressual, consta uma passagem elucidativa de que o Partido *persistiu* na concepção etapista do processo revolucionário em direção ao Socialismo, quando o PCdoB afirma que os comunistas continuam:

> Lutando pelo socialismo, avessos que somos à estreiteza sectária, devemos buscar, os caminhos concretos que nos conduzam a um novo regime. **Não se pode ir em linha reta** ao poder socialista. Há de se encontrar, em cada momento, aliados permanentes ou ocasionais que, nos embates políticos, ajudem a impulsionar o avanço do movimento emancipador. (INFORME..., 1992-2000, p.426, grifo nosso).

No início da década de noventa, os comunistas entenderam que a estratégia política comportando a tática de amplas alianças continuava válidas, tendo em vista que o principal fator a ser derrotado era o projeto neoliberal capitaneado no país pelo presidente Fernando Collor de Melo.

Pouco tempo depois, o PCdoB organizaria a VIII Conferência Nacional em Agosto de 1995, ficando conhecido como Programa Socialista para o Brasil. Este documento foi apresentado pela imprensa comunista, como um programa condizente com a realidade nacional, onde o PCdoB se diz seguidor da teoria marxista-leninista. Ao mesmo tempo, apresenta o Brasil como país composto por uma profunda complexidade na sua formação sócio-econômica e política. O Brasil por ser um país de dimensões continentais e com peculiaridades em cada região, o Programa Socialista, diz que o objetivo do partido é a construção do socialismo em via para o comunismo contendo várias fases:

> A construção do socialismo, visando à meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá fases fundamentais: a transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a socialização plena; e a construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias. A primeira fase é indispensável para alcançar premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido. (PROGRAMA...1995-2000, p. 461).

A análise feita pelos comunistas sinalizava que para o país passar do capitalismo ao comunismo, necessitaria suportar fases transitórias, no qual, nós entendemos como sinônimo de etapas, como se fosse uma forma de apresentar a sua estratégia política como que tivesse um novo conteúdo. Questão que também merece destaque está nos presumíveis aliados do proletariado, que no entender do PCdoB (2000) seria o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista. Contudo, apesar de não fazer menção à aliança com a burguesia, durante os pleitos eleitorais, não raras vezes, os

comunistas realizaram alianças razoavelmente duradouras com forças políticas que defendiam projeto econômico e social da burguesia. Posteriormente, mais precisamente em 1997, o PCdoB realizaria o IX Congresso Nacional que continuaria reafirmando a estratégia política seguida pelos comunistas desde a sua reorganização em 1962.

Nos anos subseqüentes, o PCdoB manteria a mesma concepção estratégica cujo lastro seria o etapismo e a defesa de amplas alianças comportando forças políticas de conteúdo burguês, ou seja, o PCdoB por mais que dissesse em muitos de seus documentos que se mostrava eqüidistante do PCB, pelo menos neste ponto manteve a mesma similitude com o PCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso estudo foi o de compreendermos como os comunistas do PCdoB se comportaram desde sua fundação em 18 de Fevereiro de 1962 até a finalização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em 1987 diante da política de Alianças Político-Eleitorais.

A fundação do PCdoB acontece ainda no governo de João Goulart, e por mais que tantasse se manter distante do PCB, principlamente se utilizando da discursividade radicalizada, bem como se auto-elengendo como único representante do Comunismo no Brasil, o PCdoB não raras vezes, mantenve a mesma prática da sua matriz originária – o PCB -, dentre outros fatores, que não foi motivo de estudo neste trabalho -, a manutenção da sua subaltenizada participaçação política, muitas vezes como satélite vermelho da autocracia burguesa.

A instauração da Ditadura militar com o Golpe militar-bonapartista de 1964, não alterou o posicionamento do PCdoB com relação à política de Aliança. O mesmo acontecendo na fase de sua aproximação com a proposta de luta armada pela via chinesa e sua estreita ligação com o Maoismo, que depois se concretizou na denominada Guerrilha do Araguaia. Fato que nos chamou atenção durante a pesquisa, foi já em 1975 quando a Guerrilha do Araguaia estava praticamanente eliminada, a direção nacional, por meio do seu principal dirigente, propor

Logo em seguida, tivemos o processo de abertura iniciada em 1979 sob hegemonia da autocracia burguesa, contando com a participação subalternizada dos comunistas também do PCdoB quanto do PCB, na qual, o projeto de abertura política burguea sob verniz democrático, continha em sua essncialidade a manutemção da dominação autocrático-burguesa com ligeiro contorno liberal.

Principiamos nossa análise exploratória obtendo como foco os comunistas desde a sua constituição enquanto partido político PCB (Partido Comunista do Brasil) em 1922, até a expulsão de um grupo de dirigentes comunistas que fundariam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962. Até a ocorrência do VII Congresso da IC, os comunistas brasileiros, defendiam a constituição de uma frente que comportasse os trabalhadores urbanos e rurais e parcelas progressistas das camadas médias. A partir de 1936, o processo de formação de alianças sofre uma mudança em sua substância, isto é, por “recomendações” leiam-se ordens

expressas da direção Staliniana da Internacional Comunista, a focalização seria a de construir alianças abrangendo a burguesia, que poderia até dirigir o processo revolucionário.

Daí em diante, nas décadas seguintes, os comunistas não economizaram esforços em se aproximar da burguesia, taxando-a de democrática e nacional. No ano subsequente, em 1937, a burguesia brasileira mostrou que não estava interessada na construção de um projeto democrático para o país, e apoiou o Golpe do Estado Novo até a queda de Getúlio em 1945. Logo mais sobreveria ao início da Guerra Fria, ao que os comunistas redigiram dois manifestos com forte teor esquerdizante, sem maiores repercussões na sociedade. Na década de cinquenta, o PCB esteve empenhado em várias batalhas de importância nacional, tais como as lutas operárias de 1952-53, a luta pelo petróleo é nosso, que se revelou importante para a criação da Petrobrás em 1953, manifestações contra o envio de militares para guerra da Coréia, argumentando que não caberia aos brasileiros se envolverem num conflito que não lhes dizia respeito. Na área rural, as mobilizações entabuladades por lavradores em Porecatu e Formoso e Trombas.

Na Segunda metade da década de sessenta os comunistas se defrontaram com as revelações sobre o stalinismo contidas no relatório secreto por ocasião do XX Congresso do PCUS. No interior do partido afloraram divergências, cirstalizando o surgimento de três posicionamentos. O primeiro de tendência renovadora, que intencionava fazer com que o partido fosse levado às últimas consequências no processo de renovação, sendo logo marginalizado. O segundo posicionamento, representado pelos conservadores, entendia que os erros da era Staliniana não teria significação que incorresse na invalidação da teoria marxiana. E por fim o centro pragmático procurou manter-se no controle da direção partidária, em que, num primeiro momento, afastou os renovadores e, num segundo momento muito dos argumentos utilizados pelos renovadores foram utilizados pelo centro para isolar os conservadores no interior do PCB.

Tendo obtido êxito em conseguir o controle da máquina partidária, o centro pragmático, o próximo foi a Declaração de Março de 1958 -, os comunistas, se empenharam na democratização da sociedade brasileira, procurando discutir com maior intensidade a questão democrática, tentando se desvencilhar da esquerdizante do período 1948-50. A forma como foi escolhida a comissão encarregada de construir este documento, fez com que os conservadores mais uma vez se lançassem numa ofensiva contra a direção nacional, não obtendo êxito e muitos comunistas do grupo conservador, sofreram punições e rebaixados na hierarquia partidária. A Declaração de Março de 1958 foi ratificada posteriormente pelo V Congresso de 1960.

No intuito de legalizar jurídico-eleitoralmente o PCB, a direção pecebista encaminhou para o TSE a documentação partidária comunista contendo alterações que o núcleo dirigente fundador do PCdoB acharia inadmissível. Os integrantes – remanescentes do grupo conservadores -, encaminharam uma carta em protesto pelas mudanças (alteração do nome do Partido, retirada da expressão ditadura do proletariado, etc), ao que a direção pecebista entendeu como atividade antipartidária expulsando-os. A alegação dos expulsos foi de que tais modificações – conforme o estatuto necessitaria se chacelada por um Congresso, entendido como instância máxima encarrgada para tratar de assunto de tamanha importância.. Aos expulsos restariam apenas dois possíveis caminhos, ou seja, os aceitar a decisão da direção ou a manutenção do seu posicionamento de crítica incisiva, que foi o que fizeram e, uma vez expulsos não lhe restou outro caminho a não ser a fundação do PCdoB.

O surgimento do PCdoB ocorreu em fevereiro de 1962, mediante a realização de uma Conferência extraordinária, em pleno governo Goulart 1961-1964. Frente a este governo, os pecedobistas tiveram um posicionamento radicalizado, que não lhes facultou observar em sua real dimensão, a conspiração golpista em marcha advindo das forças de direita nos âmbito civil e militar. Logo depois veio o golpe militar, não restando outra saída que não fosse a clandestinidade.

Após o Golpe de 64, o PCdoB manteve a concepção política de revolução em duas etapas: a primeira seria democrático-burguesa e depois a etapa proletária. Acrescido à inevitabilidade da luta armada para a derrubada dos militares do poder. O incremento pelo caminho não-institucional vislimbrou maior nitides com a VI Conferência em 1966. A partir daí, os comunistas mostraram uma ambivalência, pois da mesma forma que enfatizava luta armada continuava apostando na tática de construção de uma ampla aliança antiditatorial, englobando forças políticas que expressassem disposição em luta contra o governo militar.

Paulatinamente, o regime militar foi fechando o cerco e aumento a sua capacidade repressora. O PCdoB, à diferença, de outros agrupamentos políticos, optou pelo desencadeamento da guerrilha rural, numa visível confluência das linhas da teoria guerrilheira chinesa e cubana. Por quase três anos (1972-1975), os comunistas ofereceram resistência às forças federais. No mesmo ano do fim da infrutífera jornada guerrilheira, a direção nacional pecedobista produziu o texto ‘Manifesto à Nação’, conclamando todas as forças democráticas para se unirem numa ampla aliança política antiditatorial. O próximo vindo da direção pecedobista foi reavaliar a experiência guerrilheira. No interior da direção nacional, surgiu opiniões conflitantes. De um lado, liderado por Amazonas, enfatizando o sucesso político de

tal acontecimento. De outro, capitaneado por Pomar alegando que o episódio do Araguaia tinha sido uma acachapante derrota político-militar.

O embate esteve longe de ter uma resolução que contemplasse ambas as vertentes. Contudo, sobreveio a Chacina da lapa, em que integrantes das forças de repressão já de algum tempo, vinham monitorando os passos de cada direção, que por sua vez se encontravam reunidos para equacionar as interpretações díspares. Na chacina da lapa, foi assassinado Pedro Pomar, principalmente opositor da tese do sucesso guerrilheiro apregoado por Amazonas.

A importância de Pomar como protagonista desta tese estava no fato de que tinha sido um dos fundadores do partido, fazendo com que o seu posicionamento tivesse uma considerável legitimidade, que dificilmente teria outros militantes que comungavam da sua interpretação. Logo depois, o Comitê Central deu como encerrada a discussão sobre o Araguaia, ficando como episódio oficial a tese de que o Araguaia foi uma jornada gloriosa.

Progressivamente o PCdoB foi dando ênfase na luta institucional, principalmente pela participação nas eleições, entendido como caminho possível para o andamento da democratização brasileira, principalmente num momento, a partir de 1979, quando o governo Figueiredo, o último do ciclo militar, inaugurou a "abertura política", que em sua essência era o processo de recomposição das forças políticas no interior do bloco político burguês.

Nesse ínterim no interior do PCdoB, nem todos estavam satisfeitos com o que tinha acontecido no Araguaia, pois vários militantes pressionaram a direção nacional para a convocação de Congresso Nacional em caráter extraordinário, para discutir o porquê do debaratamento da Guerrilha e, também, discutir quais os próximos passos a serem traçados pelo partido. Ao que a direção nacional não se sentiu sensibilizada, considerando que não havia motivo para tanto. Os descontentes foram progressivamente pressionando a direção, ao respondeu com a expulsão.

O Congresso do PCdoB, o Sexto, só aconteceria algum tempo depois, sem a existência de divergência que pudesse colocar em risco a orientação política ora em andamento. No seu balanço geral foi feita uma rediscussão a respeito das formas de luta revolucionária, reafirmando que a experiência da Guerrilha do Araguaia foi positiva, defenestrando argumentações de que a experiência guerrilheira tivesse sido foquista e que tenha sido um terrível engano o seu desencadeamento.

Logo a seguir, o PCdoB se envolveu na campanha das "Diretas Já", que foi derrotada no colégio eleitoral. Momento importante que o PCdoB não soube aproveitar para denunciar com maior veemência a transição para o governo civil que estava se dando de maneira pactuada.

Ao privilegiar a luta eleitoral, não foi permitiido ao PCdoB entender que o partido governista, PDS, tinha perdido muito de sua força orgânica, em razão da formação da Frente Liberal, terminando por recomendar apoio a candidatura de Tancredo Neves pela Aliança Democrática, que mesmo sendo liberal, na ótica comunista, representava um avanço frente ao seu adversário Paulo Maluf, candidato do staff das forças mantenedoras do regime militar.

Na disputa venceu a chapa da Aliança Democrática, liderada por Tancredo que, não teve oportunidade de exercer o mandato por ter falecido pouco tempo depois, assumindo em seu lugar, o vice José Sarney, sinalizando assim que o processo de auto-reforma do regime militar conseguira o seu objetivo, ou seja, a eleição de um presidente civil sem passar pela via revolucionária.

Durante o governo Sarney, o PCdoB, mesmo que criticamente, apoiou as medidas governamentais, entendendo que naquele momento não se deveria partir para posições acerbadas para que o recém-instaurado regime civil não sofresse um retrocesso. Contudo, paulatinamente o governo Sarney - fruto de uma aliança liberal-conservadora -, foi implantando medidas econômicas antagônicas às defendias pelo PCdoB, chegando ao ponto que não restou outra opção (dentro da ordem constitucional-burguesa), a não ser o rompimento no início de 1987.

Contudo, os comunistas não percebiam que a democratização tinha chegado ao seu limite, isto é, até aquele momento qualquer tentativa a mais que se fizesse por parte dos setores da esquerda - incluso o PCdoB -, para acrescentarem maior empenho estaria fadada a ser barrada. Mesmo assim, o PCdoB não economizou esforços e participou de todo o desenvolvimento da Assembléia Nacional Constituinte. Contando com diminuta bancada, os comunistas se defrontaram com inúmeros obstáculos representados por forças políticas e econômicas que em maior ou menor magnitude representavam interesses que passavam ao largo de qualquer projeto que porventura permitisse mudanças estruturais na sociedade. Ademais, para fazer frente aos obstáculos, os comunistas teriam que contar com maior apoio das camadas da sociedade, o operariado e trabalhadores rurais, nos quais dizia representar. Entretanto, quanto ao movimento operário, ao optar pela manutenção do apoio a CGT, que representava os interesses do mundo do trabalho tradicional, comandada por uma burocracia que se beneficiava dos favorecimentos do aparato estatal, mais especificamente do Ministério do Trabalho, e que satisfazia com o mínimo indispensável nas melhorias conquistadas, impunha assim um sério limite objetivo, no sentido oferecer ao PCdoB na constituição de um importante meio de pressão sobre a institucionalidade. Assim como, a tardia opção pela CUT já naquela altura do processo e somado a aversão perpetrada por sindicalistas de linha petista,

em constante disputa com os comunistas, não resultou em melhores chances de sucesso para o PCdoB.

A manutenção deste mesmo instrumental teórico marxista trouxe conseqüências não só para os comunistas como para o país. Os comunistas do PCdoB seguiram pela década de noventa, compreende-se que a sua política de amplas alianças era correta. Como confirmação deste fato, podemos citar a manutenção de amplas alianças políticas, por vezes as mais díspares, em que em alguns Estados da Federação, os comunistas fazeram composição com representantes de forças ecômico-sociais mais atrasadas do espectro político nacioanl, sob a consígnia de que aquela 'Aliança' mesmo que conjuntural, representaria ***taticamente*** um avanço político e traria benefícios para os trabalhadores e demais setores menos aquinhoados da sociedade.

Ainda a respeito – mesmo não fazendo parte da análise deste trabalho -, o fato que – em muitas situações – estes mesmo setores políticos atrasados, foram acusados de corrupção, sendo processado civil e criminalmente, isto é, num verdadeiro estilhaçamento da moral. E neste sentido, podemos lançar a seguinte observação: Para um Partido Político que se diz Leninista, e foi o próprio Lênin que – dentre seus inúmeros escritos -, escreveu a respeito sobre a necessidade de construir a moral revolucionária entre os comunistas, como uma das pré-condições para se construir uma nova sociedade. Indaguemo-nos: Como explicar – mesmo que seja pelo materialismo histórico e pela dialética – alianças com grupos ou partidos políticos que defendam a burguesia e que são acusados jurídicamente de imorais e a construção da moral revolucionária.

Conforme se verificou posteriormente, o único beneficiado foi a burguesia, mantendo a sua função de classe dirigente/dominante, pois durante o deslanchar do seu projeto de auto-reforma, a sua maior preocupação, era que 'tudo mudasse para que tudo ficasse como estava', sob seu controle e, neste cenário, o PCdoB ao participar das eleições periódicas e da Constituinte, se encaixou como uma luva, na argumentação burguesa de que estava concluída a volta da democracia.

Entendemos que a participação política do PCdoB sem dúvidas representou um avanço na institucionalidade política do país, onde muitas propostas constaram nas pautas das reinvidicações mais prementes de grandes parcelas da população e contempladas no arcabouço constitucional nacional.

Portanto, no geral, a trajetória política dos PCdoB muito se assemelhou a um pêndulo, isto é, indo para um lado – no aspecto teórico – elegendo enfaticamente a burguesia como a classe social que deveria ser varrida do convívio social, como requisito fundamental

para se construir uma nova forma de sociabilidade; E indo para o outro lado – com relação a prática -, esta mesma burguesia, não raras vezes, foi - e continua na contemporeidade -, a ser cortejada pelos comunistas, mesmo que "taticamente" em busca da tão sonhada democracia. A nossa pesquisa, nos fez refletir e assim premitir expor, o fato do PCdoB – pensamos que sem o querer -, terminou por servir de 'braço esquerdo' da autocracia burguesia. E também, o balanço feito nos permite comentar qual foi o preço pago - pelos inúmeros militantes do PCdoB que tombaram na ditadura militar e dos inúmeros que se afastaram da militância justamente por esta política de alianças -, foi o de continuar mantendo a mesma política de alianças.

E em muitas ocasiões, o que se processou, foi a saída de militantes que tinham a convicção de se estar num partido revolucionário e acreditaram na agremiação político que se dizia portadora de um novo projeto, e – em muitas ocasiões -, a entrada de pessoas que logo se transformam em militantes, referendando o que as instâncias partidárias superiores sugestionam, e, muitos destes novos militantes se dizem/dizendo seguidores dos princípios norteadores dos comunistas, no intuito de serem chamados para ocupar cargos remunerados no aparelho governamental-Estatal.

REFERÊNCIAS

AGRAVA-SE a luta entre os povos e o imperialismo norte-americano. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 103-114. (Coleção Documento, 2).

A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974].

A LUTA contra a ditadura. 1964. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 79-84. (Coleção Documento,2).

A LUTA de Massa dá a Tônica. **Tribuna da Luta Operária**, ano l, n. 0, 18 out. 1979.

ALMEIDA, Lúcio. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis. Ed. da UFSC. 2006.

ALONSO JUNIOR, Odir. A esquerda cubana antes da revolução. Anarquistas, Comunistas e Trotskistas. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998.

AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Cinquenta ano de luta. 1972. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 147-192.

AMAZONAS, João. O Brasil numa encruzilhada histórica. In: A POLÍTICA revolucionária do PCdoB: informes ao 7º. Congresso do PCdoB realizado em maio de 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. p. 7-53)

_____. Mensagem aos brasileiros. 1975. [s.n.t.]. Documentos pertencente ao AEL-UNICAMP.

ANISTIA mais perto do povo. **Tribuna da Luta Operária**, ano l, n. 2, 24 nov. 1979.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e poder**. São Paulo: Cortez, 1985. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

AZEVEDO, Carlos. PMDB diante do dilema: conciliar ou combater. **Tribuna da Luta Operária**, ano 1, n. 14, 17 a 31 maio 1980.

BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois- uma vida de combates**: da batalha de idiéias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

BUONICORE, Augusto. **João Amazonas**: um comunista brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CARVALHO, Albenzio Dias de. **O Revisionismo Albanês de Amazonas e sua crítica "demolidora" do Maoismo**. Rio de Janeiro: Difusora, 2006. Núcleo de Estudos do Marxismo Leninismo-Maoismo

CAVALCANTE, Berenice. **Certeza e ilusões**: o PCB e a democratização da sociedade brasileira, 1986.

CHASIN, José. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMUNICADO do Comitê Nacional do BCB sobre a morte do camarada Stálin. **Problemas –Revistas de Cultura Política**, n. 45, mar./abr. 1953

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrindo a história: a república de formoso e trombas. **Cadernos AEL**, n. 7, p.83-103, 1997. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicações/cad-7/artigo-3.p.83.pdf>. Acesso em 31 jul. 2007, 15:36.

DECLARAÇÃO programática. **A Classe Operária**, São Paulo, ano 4, n. 16, V fase fev. 1988.

DEL ROIO, Marcos. O impacto da revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org). História do Marxismo no Brasil. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. v.1, p.59-122.

_____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. v.5.

DEUTSCHER, Isaac. Ironias da História, Ensaios sobre o Comunismo Contemporâneo. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1968.

DUAS visões da greve. **Tribuna da Luta Operária**, ano 1, n. 13, 1 a 17 maio 1980.

DURKHEIN, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EM DEFESA do partido. 1961. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 23-30.

ELLEINSTEIN, Jean. O Estalinismo. História do Fenômeno Estaliniano. Lisboa, Povoa da Várzea, Europa-América, 1976.

ESTRANHA frente única. **A Classe Operária**, São Paulo, n. 461, 16 a 26 fev. 1964.

FACE da nova situação política. **A Classe Operária**, ano 19, n. 158, mar./abr. 1985.

FAIRBANK, John King. China – uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Ditadura em questão**. São Paulo. T.A. Queiroz Ed. 1982.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário 1961 – 1984**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. v.2.

GALDINO, Antônio Carlos. O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade da Unicamp, Instituto de Ciências Sociais, Campinas, 1994.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. 1960 In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 13-22.

GRANDIM, Greg. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INFORME político ao VIII congresso. 1992. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 411-449.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários políticos de Caio Prado Júnior**: 1945. São Paulo, Brasiliense, 1998.

JOFFILY, Bernardo. Tarefa urgente: organizar os trabalhadores. **Tribuna da Luta Operária**, 22 mar. a 4 abr. ano 1, 1980.

KAREPOVS. Dainis. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. **A esquerda e o parlamento no Brasil**: o bloco operário e camponês (1924 – 1930). 2001. 705 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Cinências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEONHARD, Wolfgang. **O futuro do comunismo soviético – em vésperas de uma nova revolução?** Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

LIÇÕES e experiências do movimendo democrático e antiimperialista. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 57-69. (Coleção Documento, 2).

LIMA, Haroldo. A experiência dos comunistas na Constituinte de 1987/88. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 377-410.

_____. A propósito da experiência dos comunistas na Constituinte Brasileira de 1987/88. In: A POLÍTICA revolucionária do PCdoB: informes ao 7°. Congresso realizado em maio de 1988. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. p. 159-170.

_____. **Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil**: 1922-1984. Bahia: Maria Quitéria, 1985.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular**: da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

LIMA, Haroldo. Os operários também querem Constituinte. **Tribuna da Luta Operária**, ano 2, n. 25, 18 out. 1 nov. 1980.

LUKÁCS, Georg. **El hombre y la democracia**. Buenos Aires: Contrapunto, 1983.

LUSTOSA, Rogério. A classe operária e os partidos. **Tribuna da Luta Operária**, ano l, n. 8, 23 fev. a 7 mar. 1980a.

_____. Governo democrático e de unidade popular. **Tribuna da Luta Operária**, ano 1, n. 13, 1 a 17 maio 1980b.

MACHADO, Lays. Os cassetetes da abertura. **Tribuna da Luta Operária**, ano l, n. 2, 24 nov. 1979.
MANDEL, Ernest. **A China antes e depois de Mao**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MANIFESSTO-PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 11-24. (Coleção Documento, 2).

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX, São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada**: A política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Burguesia e capitalismo no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2.ed. rev. São Paulo: Ática, 1997.

MEDEIROS, Lenilde Sérvolo. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anso 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. v. 4.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revlução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2002.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng**: a transformação da China. Brasília: Ed. da UNB, 2000.

NAVES, Márcio Brilharino. **Mao**: o processo da revolução. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NUNES, Ana Lúcia. Trombas e formoso: o triunfo camponês. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 29, abr., 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/content/view/499/105/>. Acesso em: 19 abr. 2007, 23:38.

O BRASIL numa encruzilhada histórica (VII Congresso). 1988. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 351-395.

O BRASIL sob a ditadura militar. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 115-124. (Coleção Documento, 2).

O MARXISMO-LENINISMO triunfurá na América Latina. 1966. In: A LINHA política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). [Lisboa]: Edições Maria da Fonte, [1974], p. 103-114. (Coleção Documento, 2).

OLIVEIRA, Fabiana Pires de. O PCdoB e a Guerrilha do Araguaia: a dissidência interna de 1979 – 1984. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 23-47, 2006.

OLIVEIRA, Fabiana Pires de. O PCdoB e a Guerrilha do Araguaia: a dissidência interna de 1979 – 1984. **Revista História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 23-47, 2006.

O PCdoB na transição democrática. **A Classe Operária**, São Paulo, ano 19, n. 158, mar./abr. 1985.

O PARTIDO Comunista do Brasil apóia Manifesto da Unidade. **A Classe Operária**, São Paulo, n. 444, 1 a 15 jun. 1963.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. Historia e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAULO NETTO, José et al. **PCB 1922-1982, memória fotográfica**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1.

PERES, Aurélio. Antes de tudo organizar o povo. **Tribuna da Luta Operária**, ano l, n. 7, 10 a 24 fev. 1980.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **Comunistas do Brasil**: um estudo da cisão de 62 no PCB. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciencias Humans, Universidade de São Paulo, 2000.

POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar**: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

POMAR, Wladimir. Guerrilha do Araguaia: as divergências no PCdoB. **Revista Resistência**, São Paulo, n. 12, 1980.

POR FIM ao regime militar para sair da crise. In: INFORME político ao VI Congresso do PCdoB. Disponível em: <http://vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1983a.asp>. Acesso em: 17 abr. 2007.

POSIÇÃO do PCdoB sobra a luta no ABC. **Tribuna da Luta Operária**, ano 2, n. 35, 4 a 17 abr. 1981.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PROGRAMA Socialista. 1995. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 451-472.

PROGRAMAÇÃO da união pela liberdade e pelos direitos do povo. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 193-202.

RAGO FILHO, A. Sob este signo vencerás! A ideologia da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, Campinas, v. 14/15, 2001.

REFORMA Partidária: contra o povo. **Tribuna da Luta Operaria**, ano l, n. 1, 8 nov. 1979.
RESPOSTA a Kruschev. 1963. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 43-54.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943-1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. v.5. p. 69-102.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma revolução perdida:** a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aaraão; SA, J.F. **Imagem da revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985

RESOLUÇÃO de 1958 do PCB. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 515-532.

RESOLUÇÕES da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil. 1978. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 265-270.

RESPOSTA a Kruschev. 1963. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 43-54

RESOLUÇÃO Política do Comitê Central. Novos Rumos, São Paulo, 16 a 22 set. 1960.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. **A Guerrilha do Araguaia (1972 – 1974)**. 1995. 158 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SADER, Emir Simão. **A transição no Brasil**: da ditadura democracia? São Paulo: Atual, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. **A Luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. (Coleção: História do Povo Brasileiro).

_____. **Partido Comunista do Brasil – PCdoB**: propostas teóricas e práticas políticas (1962 – 1976). 2000. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Raimundo. Crise e Pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel (Org.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003. v.1, p. 225-258.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB. Belo horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. **Entre a reforma e a revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Ângelo José da. Tempo de fundadores In: MORAES, Quartim; DEL ROIO, Marcos. (Org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. v. 4. p. 127-150.

SILVA, Fabiana Siqueira. **Ação libertadora nacional: o sonho de uma geração (1968 – 1973)**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Grduação em História) – Faculdade de História e Serviço Social, Universidade de São Paulo, Franca, 2001.

SILVA, Tadeu Antonio dix. **Ala vermelha**: revolução, autocritica e repressão judicial no Estado de São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2006.

SITUAÇÃO Brasileira tarefas e propostas políticas do Partido Comunista do Brasil. [s.n.t.], 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 35**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986.

SKIDMORE, Thomas. Brasil. **De Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Afred (Org.). **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p.27-81

TAHAN, George K. **Guerra revolucionária comunista**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

UNIÃO dos Brasileiros para livrar o paíss da crise da ditadura e da ameaça neocolonialista. 1966. In: EM DEFESA dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 85-113.

UNIÃO do povo é a chave da vitória. **A Classe Operária**, São Paulo, ano 2, n.especial, V fase fev. 1987.

UNIDADE a bandeira da esperança Apelo à nação. **A Classe Operária**, São Paulo, ano 1, n. 8, V fase mar. 1986.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. As rebeliões de novembro de 1935. **Novos Rumos**, São Paulo, ano 16, n. 34, 2001. Disponível no em: <http://www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/index.asp>. Acesso em 2 ago. 2007. 9:14.

APÊNDICE A

Transcrição da Entrevista com Ígor Grabois

Depois da redemocratização, ele gruda no PMDB alguns de seus membros, esse processo começa talvez aqui em São Paulo quando alguns membros do PCdoB pra, pro governo Montoro vários militantes do PCdoB se tornaram assessores por exemplo do Paulo Renato que era o secretario de educação a UNE e a UBES já naquele período, 85 se convertem em tributários do ministérios da educação eu fui diretor da UBES em 85 e a nossa atividade era, era de colaboração com as secretarias estaduais de educação de governos democráticos do PMDB, ditos democráticos e com o ministério da educação que na época era o Marco Maciel, na égide da aliança democrática. O PCdoB trabalha essa linha é, e essa linha vai até a falência da nova republica, até a falência do governo Sarney. Eo ocdo num giro sem auto critica, ele vai Ter a mesma atitude que ele tinha em relação ao PMDB ao PT. Então vai eleger seus deputados em coligações com o PT é vai colar sua atividade sindical à atividade da corrente majoritária do PT, vai fazer um giro pra CUT mas também, é acrítico, também ou seja, tendo em visto que a política sindical tento do PCdoB diga-se de passagem a do PCB também havia falido, em função da ascensão da CUT, da derrota dos pelegos tradicionais que eram aliados dos comunistas, ele tinha uma aliança, é eles reproduziam a frente democrática no plano sindical né, afora os desvios de organização, o PCdoB sempre foi um partido pouco democrático, é eu acredito que grande parte da, dessa política de reboque e de diluição dos comunistas junto a frente democrática é, ele se deve a incorporação da AP em 1973, 74 quando o processo de incorporação se completa. Já em 1980 a maioria a maioria do Comitê Central do PCdoB era de militantes oriundos da AP. Hoje do, digamos assim dos quadros do Comitê Central que viveram a clandestinidade, eu acredito que só exista um do PCdoB hoje com a saída do Sérgio Miranda do PCdoB, só tem um que vem, que é originário que é originário do PCdoB, que vem do PCdoB antes da, que é o patinhas, que é secretário político do PCdoB no Ceará né, num sei se, essa questão do nome por favor num, num o que importa é que é só um né. No, no meu período de PCdoB eram 5 os membros do Comitê Central que tinham origem no PCdoB propriamente dito. O próprio João Amazonas, José Duarte, Elza Monerat, Sérgio Miranda e o patinhas. Todos os outros oriundo da AP. Os que vinham do PCdoB ou foram mortos durante a ditadura, no Araguaia ou na Lapa ou assassinados nas Câmaras da repressão, na lapa, não só né, o PCdoB eu acho que perdeu se não me engano é onze membros do seu Comitê Central. Foi tanto o PCdoB quanto o PCB. Foi um numero parecido. Os dois perderam em torno de um terço de seu comite central. Né a repressão no brasil foi muito seletiva, né ela foi, o Carlos Danieli que era o secretario de organização nacional do PCdoB, o Maurício Grabois, Pedro Pomar, quadros todos de, mais de vinte, trinta anos de militância e, e esse claro da , da direção do PCdoB foi preenchido por quadros oriundos da AP. Eu acredito que na politica de frente democrática essa, essa, essa questão da AP ela é, ela é, ela é fundamental. Ela tem, ela tem a, tem a ela tem a, é a como eu posso dizer, ela tem a sua, a sua, o seu papel. Né, então é, hoje o PCdoB é um partido que tem mais é, mais raiz é, cultural, material e política na AP que no PCdoB originário de 62. Isso pra, pro estudo é fundamental. Pra entender o PCdoB hoje isso é fundamental. Tá então. Ai as questões de organização, o autoritarismo, isso foi levando a, ai houve uma expulsão de alguns militantes em 87, é, eu fazia parte, muitos militantes antigos, inclusive, destes militantes, os que tinham vivido o período da clandestinidade, todos sem exceção, originários do PCdoB, nesse momento, ai houve uma ruptura, inclusive o pessoal do João Amazonas, que era uma figura [incompreensível] muito presente, né, ai fiquei uns dois anos sem, é sem militância

partidária, mas com militância política. Vamos dizer assim, um marxismo grupuscular tentando montar, os núcleos de reconstrução do Partido Comunista etc e tal. Ate que vim pro PCB em 89.

Como o senhor entendeu a incorporação da AP? Quais foram os ganhos?

(Entrevistado) Não sei, fazer um juízo de valor é muito dificil, a AP tem origem na igreja catolica, ná a JEC praticamente inventou a JUC, a Juventude Universitária Católica, é ela vai evoluindo principalmente após o golpe de 64. Ela passa por um período guevarista, né, passa a um período maoista, ela faz ligação com a china independente do PCdoB. É, dentro da AP, né quando ela se torna APML Ação Popular Marxista-Leninista, que ela era Ação Popular, ai virou Ação Popular Socialista, Ação Popular Marxista-Leninista. Quando ela virou APML, né uma parcela da APML, ela vem para o PCdoB, a maioria né, o secretariado se não me engano, dos seis do secretariado da AP, quatro vieram pro PCdoB e só dois ficaram na AP. A maioria da AP veio pro PCdoB. Né, esse, essa, a AP ela tinha uma, uma presença no movimento estudantil muito maior que o PCdoB, pegando a geração de 68. Né, precisa ver a, a AP produziu todos os presidentes da UNE de 63, em 62 o Aldo Arantes até o Honestino Guimarães. Em 62 a 73 todos os presidentes da Une passaram pela AP, Vini.., Aldo Arantes, José Serra, Vinícius Caldeira Brant, é Luiz Travassos [...], [...] a AP ela tinha, tinha a maioria no movimento estudantil [...]. Bom é isso, [...] mas num sei de ganho político, juízo de valor, não vou fazer, digo só que a linha política, grande parte da linha política do PCdoB hoje se deve a essa incorporação. Né o pessoal da AP nunca chegou ao marxismo né, ficou na democracia radical, né a gente pode dizer ísso. Né não passou da etapa democrática, tá.

Em relação a concepção da revolução em duas etapas, durante a época de militância?

(Entrevistado) Na verdade o seguinte, a gente sabia, a gente lia aquela cartilha do PCdoB né, é o Brasil, país submetido ao imperialismo, né em que as etapas, é, a, a questão da, do, do capitalismo brasileiro, teria que ser completado por uma revolução de caráter burguês isso, esse etapismo, ele vai se transfigurando né, no início o PCdoB tinha uma, uma linha igual a do PCB, que era um governo democrático, popular, revolucionário, seria, que teria parcelas da burguesia, e que esse, essa revolução, ela seria, depois seguida por uma revolução socialista. Né no caso do texto do Maurício Grabois, que é o texto fundador do PCdoB, que é o duas concepções, dois partidos, ele coloca, Ter a revolução democrático burguesa sob a direção é, da aliança operário-camponesa. Né, e o PCB, ele valorizava a aliança com a burguesia nacional, pro avanço antiimperialista. Aí, tem um texto maravilhoso, do nosso querido Luiz Wernneck Viana que fala do ocidente incompleto do PCdo..., do pCB. E, o que o PCB não consegue superar a questão nacional. É hoje, num digo hoje, mas já desde os anos, pelo menos desde os anos setenta, sessenta, a gente pode dizer, dizer... ou seja, desde a ditadura militar nada mais é do que um, ela nada mais faz do que facilitar a vinda da acumulação de Capital, pro Capital, da burguesia, né. Ela é um instrumento de acumulação de Capital. A gente pode que o capitalismo no Brasil é completo, ou seja, ele completou a sua, o seu desenvolvimento econômico. Eu não estou discutindo o desenvolvimento das forças produtivas, ou o crescimento econômico vegetativo. Eu tô colocando o seguinte: É o modo de produção dominante na sociedade. O Brasil tem um setor de produção de bens de Capital, tento de propriedade coletiva da burguesia via estatais, quanto é de origem multinacional, quanto de origem de capital nacional, que é complicado dizer né, você consegue nem dizer que empreses americanas hoje tem origem de capital nacional, devido a universalização de Capital nos últimos anos. Mais, ou seja, a presença de um setor de, de, de produção de Bens

de Capital, de um setor de produção de bens consumo de produção de Capital variável, um sistema financeiro que serve de arcabouço, que consegue fazer girar a circulação do Capital, é um estado Burguês aparelhado com todas as tarefas, necessárias prá, prá, prá, prá, prá, prá, prá, consecução do, da reprodução do capital. É uma democratização representativa Burguesa já completada, no mesmo de outros países, ou seja, com mesmo grau de repressão do capit..., da ditadura do Capital ao Trabalho que tem na forma democrática, a ditadura do Capital permanece. Então, todas as tarefas burguesas de desenvolvimento capitalista no Brasil foram cumpridas. Então uma etapa, ela deixa de ser algo, ela deixa de ser algo necessário. A etapa, na verdade a estratégia da etapa, ela, ela, ela, ela sanciona uma tática, ela sanciona uma tática oportunista. Então sanciona uma tática de participação em governos acriticamente. De priorização nas eleições pelas eleições. De desligamento do partido e do aparelho sindical das massas, da classe trabalhadora. Ou seja, essa, esse etapismo, ele sanciona uma, uma, uma , ele sanciona uma, é uma, como é que eu posso dizer, ele sanciona uma tática, essa tática oportunista que tem sido a tática aí do PCdoB dominante. Correto, é mais ou menos, é resumo.

A respeito das similitudes dos integrantes de núcleo dirigente do PCdoB

(Entrevistado) Ele era muito parecido, Na verdade do ponto de vista da estratégia, do bloco de classes, do bloco histórico, estou usando o termo gramsciano, do núcleo dirigente do PCdoB interpretava era muito parecido com o do PCB. Tem um documento de 65, chamado União dos Brasileiros. Esse documento, era um documento de afirmação da Frente Democrática., contra a ditadura, todas as formas, precisa imaginar isso. Em seguida tem o documento do PCdoB chamado "Guerra Popular – Caminho da luta Armada". É o documento até hoje que o PCdoB meio que esconde. Né e onde o, o PCdoB meio que adere a tática de luta armada dos chineses né, a guerra popular prolongada, o campo cerca as cidades, etc. Um erro de interpretação que acredito que advinha da visão etapista. Né, o país se industrializava a passos largos, a população, ela se tornava eminentemente urbana no Brasil. A industria ela se tornava um setor dinamico de toda a associação com o Capital estrangeiro, etc, etc. Mais a industria se tornava um setor dinamico da sociedade. Tanto que foi decisivo pra queda da ditadura foi a, foi o levantamento da classe operária no ABC né. No final dos anos setenta, início dos anos oitenta. Ou seja, o grande movimento grevista que não foi o ABC mas que, que perpassou varias categorias foi o momento que a ditadura ficou em choque, ou seja, a luta e a ação no campo, ela tem um papel secundário nesse momento. Depois quando o campo, ele volta a cena, ele vai voltar a cena com o movimento grevista, com ocupações de terra, mas na esteira do movimento operários nas cidades. Né, e nos anos noventa com a queda do movimento operário nas cidades, o movimento camponês meio que fica, é como uma única forma de mobilização, mas isso num momento absolutamente transitório e momento da, da luta política do país. Então a, é, se a gente for pensar o, a cabeça do núcleo dirigente era essa. Curiosidade que o pessoal da APML, quando ele se tornou ML, não era contra as etapas né. Quando veio pro PCdoB se torna etapista, uma rebaixada na sua, na sua estratégia. Não sei até que ponto teve de Pequim nisso aí. "[...] Não se os personagens vão abrir alguma coisa mas. [risos do entrevistado]

(Entrevistado) os comunistas perderam os bonde do ABC né. O PCdoB tinham muito pouco inserção, na época acho que o PCdoB tinha um pouquinho de gente na VolksWagen, que era basicamente, não vou dizer os nomes né, tinha um pouquinho em Campinas, tinha alguma coisa de metalúrgico em Campinas e tinha alguma coisinha de metalúrgicos em, San..., no Rio oriundo do PCBR. O PCBR era a única dessas organizações da luta que ainda mantinha raíz de trabalho de massa operária. A ALN tinha até agente de origem operária mas

retirou os quadros do movimento operário pra jogar pra luta armada. O PCBBR manteve o núcleo de metalúrgicos que foi parar no PCdoB no movimento chamado "Maioria Revolucionária" do PCBR. E essa "Maioria Revolucionária" ela vem, o Licoln Roque, o Delzir Matias, é, o Armando Teixeira Frutuoso, o Jover Telles que é imputado a, a queda da Lapa né, esse pessoal vem da "Maioria Revolucionária" do PCBR que era basicamente o grupo da Guanabara, que eram metalúrgicos. "[...] o PCdoB vai tentar meio que correr atrás do prejuízo, ele vai ser sempre minoritário, né ele vai ser sempre minoritário. O PCdoB hoje, é, ele só é majoritário no Rio e em Betim.

Durante esse período do ABC (as greves em 79-80,), o PCB e o PCdoB, eles estiveram mais próximos aos setores mais conservadores do movimento sindical. Então dito isso, na sua avaliação isso trouxe ganhos?

(Entrevistado) O PCdoB desembarcou dessa política rapidinho né. foi se aliar a CUT, o PCB insistiu nela mais um pouco.

No ano de 79, setores do PCdoB se sentiram na necessidade de fazer uma avaliação sobre a questão da Guerrilha do Araguaia. Dito isto, senhor poderia tecer alguns comentários a respeito destas discussões?

(Entrevistado) Ela não foi feita, em 1976 na Lapa foi interrompida pela queda e em 80 quando as discussões se iniciara, passaram a régua né como diz o ... Amazonas [não compreensível] expulsaram 4, 5 membros do Comitê Central e resolveram o problema. Não houve discussão.

Então toda essa iniciativa veio do presidente do PCdoB e todo aquele núcleo?

(Entrevistado) Do núcleo dirigente atual do PCdoB hoje com a presença aqui na época do [incompreensível] de João Amazonas, mas foi o núcleo, basicamente o núcleo da AP, basicamente o núcleo da AP.

Próxima pergunta, em relação ao pcdo e a constituinte qual foi a sua avaliação, dos comunista e a atuação na constituinte, o senhor pode tecer algum comentário?

(Entrevistado) Olha, as duas bancadas daquele momento foram muito importantes, tanto a do PCB quanto do PCdoB né, a constituição cidadã né, a visão do PT, do apoliticismo do PT na época impediu que o PT tivesse uma atuação mais destacada. É em grande parte eu acho que veio dos avanços que a constituição de 88 teve, ela veio das bancadas comunistas. Isso é uma, é uma coisa inescapável, é algo que num que a, que a historia vai ter que {incompreensível] eram bancadas pequenas, nós tivemos 10 deputados de todos dois partidos e as bancadas conseguiram é ultrapassar em muito o seu, o seu número e conseguir produzir avanços e claro isso por um lado o papel das bancadas mas principalmente a constituição de 88, ela reflete todo o assenso dos movimentos populares de 78 a 85. Né hoje questões que, né hoje os SUS é algo é um, é um bem né, é um bem público, né ninguém dá pau no SUS, dão pau na forma que ele é administrado né, as qeustões de democratização de Estado, o papel do Ministério Público, tudo isso são coisas que tentam se questionar né a, vira e mexe é ocorre ataques ao, ocorre ataques ao PCdoB, aao a essa constituição né, que dizer, que essa constituição seja mudada piriri, mas isso num num significa que a, a isso num significa que é, que é não tenha seus avanços né. Ela é avançada até demais pro Capital Monopolista, até até pro próprio Estado Brasileiro. Os direitos sociais principalmente sendo atacados, o artigo oitavo e por aí vai.

Próxima pergunta, basicamente a partir da denominada redemocratização o PCdoB vinha atuando já dentro do MDB e depois PMDB, essa mudança de foco depois o PCdoB começou a aproximar do PT. Nas hostes partidárias foi feita alguma analise mais aprofundada por que da opção pelo PT?

Eu acho ... eu, eu tava por um momento que eu tava saindo do PCdoB né, eu acho que foi oportunismo político né, o ascenso eleitoral era do, do, do, do, do PT né, mesmo assim em 88, apoiou Erundina aqui em São Paulo, mas apoiou Pimenta da Veiga em, em BH, em Porto Alegre o PCdoB não fez parte da vitória do Olívio, lançaram candidato próprio né, a adesão do PCdoB ao PT foi um processo, ele se consolida na verdade na eleição do Lula em 89. E isso eu acho que só em 94 ou 98 que o PC, 94 que o PCdoB vai ter uma aliança estrita com o PT. Com exceção do Paraná, mas até 94 eu acho que houve aliança com o PMDB em alguns Estados. Em 90 houve com, com PPR, PDS em Piauí né. No Piauí foi com, foi com PDS, lá com o, o atila lira era o vice, eu esqueci o nome do cara que era o, que era o gove... o atila lira, é o atila lira era o candidato a governador. Fizeram uma, isso em 90, em 90 teve uma aliança apoiad... foram derrotados pelo Mão Santa e o PCdoB foi vice do Mão Santa é o, agora é vice do Wellington Dias, ou seja, até o período do PCdoB se descolar completamente do PMDB, alguns Estados ainda levou uma, levou uma, pegar o mapa das eleições eleitorais isso levou um, um relativo tempo. Agora, eles estão com política de não tentar fechar com o PT nas eleições municipais. Acho muito difícil. Pago pra ver como diz o outro.

Próxima pergunta, o senhor disse que fez parte do PCdoB de 80 a 87 então durante esse periodo qual foi a sua opinião a respeito da política de alianças?

(Entrevistado) Eu em 83, foi a primeira divergência que eu achava que tinha que Ter ido pra CUT né. Minha primeira divergência foi em 83 quando achava que tinha que Ter ido pra CUT de qualquer maneira. Eu descobri que no PCdoB tinha um monte de gente que achava a mesma coisa, né descobri depois, é achava também que em 86 já tinha se esgotado a frente democrática, não havia necessidade de colar no PMDB de cima abaixo né, o PCdoB tinha que ter um vôo próprio, né não tinha na época não tinha um coisa elaborada se era fechar com o PT ou não, mas sabia que tinha que ter um giro tático ali em função da, da, da Redemocratização, ou seja fazer, parte das Aliança Democrática não fazia num, num ia fazer avançar a luta política dos trabalhadores de maneira nenhuma. É tanto que, o que ascendeu foi isso, o PT vem logo em seguida.

O senhor falando em Aliança Democrática o PCdoB rompe oficialmente em 87, na sua avaliação o PCdoB poderia ter rompido antes ou foi acertado só naquele período? O que senhor acha?

(Entrevistado) Ele rompe em 87 oficialmente?

Isso segundo está nos documentos da Classe Operária

(Entrevistado) Houve ruptura mesmo? desta questão, do fora, do, foi um negocio meio, num sei se, eu não me lembro né, num sei, eu posso está errado, posso está errado, que meu figado na época, a bílis tava, tava em a toda a, a, a, mas eu não me lembro uma ruptura, {imcompressnível] talvez tenha sido a ades~/ao a, que foi uma, uma, nossa, foi um festival, pro que assim né, é a favor das eleições diretas em 88 ou não. A prorrogação do mandato de Sarney ou não, aí em 4 anos é o mandato ideal, mas não discutia, ficava nesse quatro anos é o

mandato ideal, mas não entrava no [incompreensível] da, da discussão da ruptura com o governo Sarney. Aí teve uma campanha de Diretas num é. Em 88 na Constituinte né o, havia aquela divisão do pmdb, que o Covas de certa maneira liderava a, é que {imcompreensível] foi o momento de mudança na, inclusive na política mundial muito rápido, aí pode dizer que a constituição cidadã foi a última foi, foi o canto do cisne digamos assim de uma política democrática nacionalista neste país. Né, ela consegue impor avanços de lá prá cá, a gente só tem tido retrocessos, as privatizações, né a, o ataque a previdência, o ataque aos direitos sociais, que o proprio PT inclusive se torna perpetrador, se torna parte né dessa, dessa ordem de, de, de, de retirada de direitos, etc. Agora, é, num sei, não consigo visualizar uma ruptura em 87, eu consigo ver uma transição de saída, um desembarque, eu consigo ver um desembarque, mas eu não vejo uma ruptura. Assim estamos, eles podem está dizendo isso hoje, mas naquele momento histórico, foi um parto pra, pra se desligar do governo Sarney.

Pra finalizar, o senhor deseja...

(Entrevistado) essa questão do, do, da ruptura dá uma estudada, eu posso está errado, porque a minha perspectiva histórica na época tava muito, eu tava muito, muito radicalizado mais eu tô quase certo que não houve um documento estamos indo para oposição ao José Sarney, eu acho que isso não, isso não aconteceu.

Estou fazendo comentário porque mais ou menos de Fevereiro para Março saio em editoriais da Classe Operária, Jornal oficial do PCdoB de 87 onde pelo o núcleo dirigente do PCdoB, ele fazia crê perante o seu público pelo menos interno, de que o pcdob estava saindo?

(Entrevistado) Não, isso assim, mas é, é foi uma, por exemplo eu disse várias vezes, quando deu o fora FHC, o PCdoB só soltou o documento fora FHC depois que nós soltamos. Foi seguida três meses depois. Que era tudo, o único momento que o PCdoB foi consequênte assim de, foi o fora COLLOR. Por que aí tinha era oposição ao COLLOR mesmo etc e tal. Né, depois ao Fernando Henrique, mas num, essa oposição não se consubstanciava in, in, in palavra de ordem, em ações táticas, tá. Isso aói vc confirma nos teus estudos, é eu tô colocando mesmo, minha, bastante uma opinião.

Próxima pergunta, pra finalizar o senhor deseja fornecer mais contribuição para esta entrevista, principalmente durante a época que o senhor foi militante de 80 a 87?

(Entrevistado) Num sei, é uma coisa ainda tem, acho que você tem que pegar os documentos da época né, [incompreensível], acho que deve comparar, acho que tem que trabalhar a trajetória PT - PCdoB principalmente aqui no Estado de São Paulo né, o Estado de São Paulo foi o centro, inclusive uma derrota eleitoral grande que o PCdoB sofreu aqui em 86 perdeu deputado federal, estadual foi uma derrota eleitoral pesada. Que aí envolveu caça, cabeça de dirigentes, o núcleo dirigente da, do Estado caiu completamente, expulsaram do partido o secretario político, a secretária de organização na época aqui do Estado, Estadual aqui de Saõ Paulo. Então acho que é uma coisa que vocês tem que {incompreensível] da uma, dá uma trabalhada. E que acho que é uma outra questão também qué, que acho é interessante sacar é a questão do movimento estudantil o PCdoB sempre controlou a une e a UBES né teve um interregno aí de 87 a 89, não pôr coincidência é o momento que o PCdoB cola no PT. Né quando eles perdem os aparelhos estudantis, 87 a 89 foi o Juliano foi uma coisa interessante e aí acho que isso, acho que é uma de pesquisa legal para você.

Já para pegar o fio condutor o senhor falou a respeito do PCdoB no movimento estudantil então durante o período da sua militância no PCdoB como é que você analisou a atuação do PCdoB na une?

() foi aquilo que disse no inicio né, se tornaram sucursais do ministério da educação e das secretaria da educação dos governos democráticos né, eu me lembro que na minha atividade, eu vinha pra UBES eu ficava o dia inteiro telefonando pros orgãos do governo tanto estaduais quanto federais na época e municipais por que é, não, não a prefeitura já era Jânio, não era Fernando Henrique candidato, depois foi o Jânio, mais enquanto o covas foi o can.. prefeito nomeado pelo Montoro também o, a Guiomar [confuso] de melo que era a secretária de educação municipal, a gente ia lá pedir ônibus, a gente ficava, aquilo que falei no início

Já aproveitando a última deixa quando o senhor a respeito das eleições de 86 que ocorreram expulsões, mais estas expulsões anteriormente tinha sido motivo de discussão ou foi algo sumario?

(Entrevistado) Não, o Comitê Central reuniu e (o entrevistado fez movimento com a mão em analogia a uma machadada) aí resolveu seu creísso passou e (o entrevistado fez novamente outro mesmo movimento com a mão) baixou o tacão tá expulso, é Fernando pupo, Aldo rebelo, não me lembro mais quem, são o novo secretariado, intervenção em São Paulo e fim de papo.

Então agradeço ao Ígor Grabois pela entrevista e pela gentileza concedida, muito obrigado.

(Entrevistado) Risos

(Entrevistador) Risos

Entrevista concedida pelo ígor Grabois, no dia 21 de Abril de 2007, na sede do Comitê Estadual do PCB/SP entre 15:15 e 16:25 min.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo